



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luciana Paula Bonetti Silva

Pela “Liberdade de Empresa”:
Radiodifusão Pública e Neoliberalismo no Brasil (2007-2016)

Florianópolis

2024

Luciana Paula Bonetti Silva

Pela “Liberdade de Empresa”:

Rádiodifusão Pública e Neoliberalismo no Brasil (2007-2016)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História Global.

Orientador(a): Prof. Alexandre Busko Valim, Dr.

Florianópolis

2024

Silva, Luciana Paula Bonetti
Pela "Liberdade de Empresa" : Radiodifusão Pública e
Neoliberalismo no Brasil (2007-2016) / Luciana Paula
Bonetti Silva ; orientador, Alexandre Busko Valim, 2024.
258 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Neoliberalismo. 3. Brasil
Contemporâneo. 4. Cultura Política. 5. Radiodifusão
Pública. I. Valim, Alexandre Busko . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

Luciana Paula Bonetti Silva

Pela “Liberdade de Empresa”:

Rádiodifusão Pública e Neoliberalismo no Brasil (2007-2016)

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 20 de fevereiro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Adriano Luiz Duarte, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Marialva Carlos Barbosa, Dr.(a)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Reinaldo Lindolfo Lohn, Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Alexandre Busko Valim, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2024.

Aos colegas que persistiram e persistem em fazer pesquisa no Brasil, e ao povo brasileiro que financia a universidade pública, sem a qual não me seria possível o sonho de uma formação acadêmica.

Aos pesquisadores e militantes que lutaram e ainda lutam pela democratização da comunicação.

AGRADECIMENTOS

Peço licença para, apenas neste espaço, abrir mão das formalidades que se pressupõem em uma tese, e às quais busco respeitar nas páginas subsequentes. Assim, parafraseando ícones da cultura Pop, como Snoopy Dog e Anitta, tomo a liberdade de iniciar agradecendo a mim mesma, pela coragem – ou insanidade? – de devotar esses anos sombrios de pandemia da Covid-19 e de Governo Bolsonaro à pesquisa, sem o apoio de agências de fomento.

Na sequência, agradeço a quem esteve ao meu lado nesse tempo. Ao meu orientador, Alexandre Busko Valim, pelo entusiasmo, apoio e compreensão que foram fundamentais para o desfecho desse trabalho. Agradecimento que estendo aos demais colegas e professores da Linha de Pesquisa Sociedade, Política e Cultura no Mundo Contemporâneo; e aos colegas que ingressaram no PPGH/UFSC junto a mim, em 2019. Em especial, agradeço aos professores que me avaliaram – e ampararam – na etapa de qualificação, Reinaldo Lindolfo Lohn e Adriano Luiz Duarte, bem como à professora Marialva Carlos Barbosa, que generosamente aceitou compor a minha banca de defesa.

Em que pese eu inicie esses agradecimentos ressaltando as dificuldades enfrentadas, é preciso reconhecer que foi também um imenso privilégio contar com um sistema público e gratuito de educação superior, em especial com a nossa querida Universidade Federal de Santa Catarina, na qual cursei graduação, mestrado, e onde concluo, agora, o doutorado. Também foi por meio da UFSC que atuei, desde 2019, como pesquisadora em projetos de extensão do Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans), em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O que me permitiu seguir atuando profissionalmente e me aperfeiçoando por meio das trocas de experiência com os colegas da equipe multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação para o Trânsito (NEPET/LabTrans/UFSC).

Agradeço, por fim, aos que sempre estiveram ao meu lado, e/ou que estão comigo na parte “pessoal” dessa jornada. Meus pais, Nilva Bonetti e Paulo Cezar Pereira da Silva, que me ampararam emocional e financeiramente em tantas fases nestes 16 anos de trajetória acadêmica. Às famílias Bonetti e Silva, que torcem por mim e pela conclusão dessa etapa. Aos meus amigos, amigas, “manas” que acreditam

em mim e me inspiram a levar o amor pela política e pela comunicação para além das longas e calorosas discussões de mesa de bar.

E em especial, ao meu companheiro de vida, Lucas Braga Rangel Villela, que além de amor, ombro amigo, apoio incondicional durante tantos percalços, atuou praticamente como um coorientador, lendo e dando sugestões valiosas para essa tese, desde quando, ainda como amigo, se dispôs a ler meu sumário expandido; acompanhando-me até as últimas páginas, essas redigidas sob o teto do que hoje temos como nosso lar. E também ao meu querido enteado, Arthur, que tornou os últimos meses de escrita ainda mais especiais com seu afeto e importantes questionamentos, expressos em máximas inesquecíveis como: “e agora, vai trabalhar ou vai brincar?!” e “só 200 páginas? achei que tese tinha que ser mil!”. Dar um ponto final nesse trabalho ao mesmo tempo em que ele aprende a escrever suas primeiras palavras trouxe para esse angustiante período doçura e poesia.

"Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política." (Wendy Brown, 2019, p.16-17)

RESUMO

Esta tese investiga o avanço neoliberal no Brasil, no âmbito das disputas entre o Estado e o empresariado pelo uso do espectro eletromagnético – explorado por meio das concessões de canais de rádio e TV. Empreende-se uma análise de textos sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e sobre o tema Radiodifusão Pública, publicados, entre 2007 e 2016, no periódico *O Globo* – jornal do Grupo Globo, o qual compreende as maiores redes de rádio e TV do país. Para discutir sobre a articulação e a disseminação de ideias políticas sobre o Estado nesse periódico, dialogamos com conceitos como poder simbólico e hegemonia. Depreende-se, desse estudo, que a legitimação dos monopólios privados, que caracterizam o setor da radiodifusão, não se dá apenas por meio do *lobby* mas, sobretudo, pela veiculação de conteúdos noticiosos que corroboram uma perspectiva crítica sobre a ação empreendedora do Estado, visto sob o estigma do patrimonialismo. A reiteração do discurso anti-Estado, já hegemônico em nosso país, pela chamada grande mídia, apresenta-se, por sua vez, como causa e sintoma da persistência de uma Cultura Política neoliberal no Brasil Contemporâneo.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Brasil Contemporâneo; Patrimonialismo; Radiodifusão Pública; Cultura Política

ABSTRACT

This thesis investigates the advance of the neoliberalism in Brazil, within the scope of disputes between the State and the business groups over the use of the electromagnetic spectrum – exploited through the concessions of radio and TV channels. An analysis of texts about the Empresa Brasil de Comunicação (EBC) and the topic of Public Broadcasting is undertaken, which were published between 2007 and 2016, in the periodical *O Globo* – Grupo Globo's newspaper, which comprises the largest networks of radio and TV in the country. To discuss the articulation and dissemination of political ideas about the State in this periodical, we dialogue with concepts such as symbolic power and hegemony. It can be seen from this study that the legitimization of private monopolies, which characterize the broadcasting sector, does not occur only through lobbying but, above all, through the dissemination of news content that corroborates a critical perspective on the State's entrepreneurial action, seen under the stigma of patrimonialism. The reiteration of the anti-State discourse, already hegemonic in our country, by the so-called mainstream media, presents itself, in turn, as a cause and symptom of the persistence of a neoliberal Political Culture in Contemporary Brazil.

Keywords: Neoliberalism; Contemporary Brazil; Patrimonialism; Public Broadcasting; Political Culture

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio dos Estúdios GloboTec.....	76
Figura 2 – Reportagem sobre os “Marajás”.....	79
Figura 3 – Elementos textuais na notícia.....	177
Figura 4 – Reportagem “Texto contra impeachment...”.....	193
Figura 5 – Nota sobre a EBC.....	209
Figura 6 – Nota "Efeito Colateral".....	210
Figura 7 – Infográfico "A mão do Estado".....	213
Figura 7 – Infográfico "Universo Estatal".....	215
Figura 8 – Chamada de capa edição de O Globo (27/06/2016)	216
Figura 9 – Infográfico 1 Empresas Públicas Federais 15.....	218
Figura 10 – Infográfico 2 Empresas Públicas Federais 15.....	218
Figura 11 – Manchete de capa edição de O Globo (23/09/2010)	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo das estações outorgadas (31/07/1991).....	65
Tabela 2 – A distribuição de emissoras de rádio e televisão no Brasil 1960/2010.....	68
Tabela 3 – Concessões e permissões outorgadas no período de 1985- 1988 (Governo Sarney).....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
ANJ	Associação Nacional de Jornais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Confecom	Conferência Nacional de Comunicação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
Fistel	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento Sem Terra
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Radiobrás	Empresa Brasileira de Comunicação
STF	Supremo Tribunal Federal
Secom	Secretaria de Comunicação Social da Presidência
TV	Televisão
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O QUE SE DIZ RADIODIFUSÃO PÚBLICA DENTRO E FORA DO BRASIL	41
1.1 RADIODIFUSÃO PÚBLICA EM PERSPECTIVA GLOBAL	51
1.1.1 Sistemas de radiodifusão públicos: uma questão de conteúdo e financiamento ..	54
1.1.2 Sistemas de radiodifusão públicos de transição	59
1.2 RADIOBRÁS E O FANTASMA DA TESE PATRIMONIALISTA	64
1.2.1 “É dando que se recebe”	69
1.2.2 A Radiobrás e o Estado brasileiro segundo <i>O Globo</i>	73
1.2.3 O patrimonialismo à brasileira: a mensagem final de um telefone sem fio ...	83
1.3 RADIODIFUSÃO PÚBLICA É LEI: A COMPLEMENTARIEDADE DE SISTEMAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	97
1.3.1 O Globo e a Constituição de 1988: do lobby da ABERT aos editoriais e reportagens	104
1.3.2 A Batalha da Constituinte: a Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação	110
2 EBC: A RADIODIFUSÃO PÚBLICA BRASILEIRA SAI DO PAPEL	123
2.1 O PT E AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO	139
2.1.1 O debate sobre a comunicação na revista do Partido dos Trabalhadores ..	148
2.2 A CRIAÇÃO DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	158
3 O SUJO FALANDO DO MAL LAVADO	168
3.1 EBC NA PAUTA DE O GLOBO (2007-2016)	180
3.1.1 Estado Aparelhado	182
3.1.1.1 O aparelhamento como mal de origem	182
3.1.1.2 O aparelhamento como justificativa do desmonte	197
3.1.2 Choque de Interesses entre Público e Privado	205
3.1.3 Estado mínimo	216
3.1.4 Denúncias de Corrupção	229
CONCLUSÕES	238
REFERÊNCIAS	249

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo empreender uma análise de textos publicados no periódico *O Globo* sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e sobre a Radiodifusão Pública, entre 2007 e 2016. Esse período corresponde, respectivamente, à data de criação da EBC, 2007, e ao ano em que pela primeira vez houve descumprimento do mandato do diretor-presidente da empresa, entre outras ingerências governamentais que feriam o estatuto da empresa, 2016. Nossa hipótese é a de que o avanço neoliberal no Brasil, a partir dos anos 1990, teve como palavra de ordem o combate ao Estado patrimonialista, discurso que vem legitimando o domínio sobre o espectro eletromagnético brasileiro pelo setor privado e a formação dos monopólios que caracterizam as concessões do setor no país. Como hipótese secundária, supomos que os empresários de rádio e TV brasileiros atuam não apenas através de *lobby* – por meio da sua entidade de classe da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) – mas também através de seus veículos de comunicação, divulgando ideias que corroboraram a sua perspectiva, abertamente crítica sobre a iminente iniciativa de radiodifusão pública – representada pela criação da EBC –, e inibindo a necessária pluralidade de visões e opiniões para a formação da opinião pública sobre esse tema, como se entende que seria o papel da mídia em uma nação democrática. Para discutir sobre a articulação e a disseminação de ideias políticas sobre o Estado pelo empresariado de rádio e TV, dialogamos com os conceitos de Cultura Política (BERNSTEIN, 1998; FERREIRA, 1997; MOTTA, 2014), História Política (RÉMOND, 2003), poder simbólico (BOURDIEU, 2010) e hegemonia (GRAMSCI, 1999).

No primeiro capítulo, *O que se diz radiodifusão pública dentro e fora do Brasil*, apresenta-se um panorama geral sobre experiências de radiodifusão pública no mundo e o contexto em que se deu previsão do sistema público de radiodifusão na Constituição brasileira de 1988. O segundo capítulo, *EBC: a Radiodifusão Pública Brasileira sai do papel*, por sua vez, ocupa-se de discorrer sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil, a partir dos anos 1990, com ênfase no debate sobre as políticas de Comunicação Pública do Partido dos Trabalhadores e na criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no segundo mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Já o terceiro capítulo, *O Sujo Falando do Mal Lavado*, dedica-se

à análise de textos noticiosos publicados no periódico *O Globo* sobre a EBC, entre os períodos de 2007 e 2016.

A liberdade de imprensa é um dos pilares da consolidação das democracias representativas, da mesma maneira que a censura e o controle dos veículos noticiosos parece inerente ao estabelecimento de regimes autoritários. No Brasil, importantes marcos legais do setor de radiodifusão foram instituídos em períodos de exceção. No início da Era Vargas, por exemplo, em 1932, o decreto nº 21.111 legalizou os reclames publicitários, marcando a passagem do radioamadorismo para a expansão do rádio comercial. No seguimento não-comercial tem-se também dois marcos importantes: em 1936, ocorreu a doação da Rádio Sociedade, de Edgar Roquette-Pinto, para o Ministério da Educação, consolidando-se a rádio educativa com o pioneirismo da Rádio MEC; e ainda a estatização da Rádio Nacional, em 1940. Já durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) tem-se a consolidação do maior grupo de mídia nacional da atualidade, o Grupo Globo, cuja cumplicidade com o regime foi fundamental para a ampliação dos negócios do jornal com o lançamento do canal da TV Globo, em 1965. Também foram os militares os responsáveis pelo estabelecimento do sistema de radiodifusão estatal com a Radiobrás, criada em 1975, por meio da Lei nº 6.301 de 1975, que autorizava o Poder Executivo a constituir uma empresa para explorar o serviço de radiodifusão das emissoras oficiais e também por meio do Decreto nº 77.698, de 27 de maio de 1976, que constituiu de fato a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). Essa estatal tinha como objetivos: a implantação e operação de emissoras, e a exploração dos serviços de radiodifusão do Governo Federal; a implantação e operação de suas redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços; e, entre outras atribuições, realizar a difusão de programação educativa, produzida pelo órgão federal próprio, e a produção e difusão de programação informativa e recreativa. (BRASIL, 1975)

Longe de um equilíbrio entre setores comerciais e não-comerciais, os veículos comerciais de rádio e TV sempre ocuparam maior espaço na partilha do espectro eletromagnético no nosso país, bem como dispuseram das maiores receitas – advindas da publicidade – para a produção de sua programação. Apenas em 2007, quando o segmento comercial já estava consolidado há cerca de setenta anos, o

poder público criou a primeira empresa de Radiodifusão Pública, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Herdeira da infraestrutura, equipamento e pessoal da estatal Radiobrás, a EBC traz para o Brasil uma proposta de programação ao estilo da radiodifusão que se consolidou na Europa, onde o segmento público teve pioneirismo e manteve sua relevância diante da ascensão do setor comercial. Quanto aos diferenciais entre os sistemas estatal e público de radiodifusão, tem-se que o segundo é amparado por maior independência editorial e autonomia financeira em relação ao Estado. Sobre o tema, a UNESCO (2000) preconiza:

O modelo público, então, foi baseado na ideia que nem o mercado, nem o Estado podem atingir os objetivos de um serviço público de radiodifusão, adequadamente, e agir em prol do interesse público; de fato, considerou-se que o interesse público não coincide nem com os interesses privados nem com os interesses dos poderes políticos constituídos. Esses três modelos, desenvolvidos nos primeiros anos do rádio, continuaram na era da televisão, com diferentes graus de sucesso. O modelo comercial se tornou dominante, enquanto, desde os 1990, o modelo estatal foi perdendo espaço. O serviço público de radiodifusão, por sua vez, enquanto diante de um ambiente cada vez mais comercial, mantém-se à tona. Continua muito difundido e a solução preferida por aqueles preocupados com os limites da radiodifusão comercial. (UNESCO, 2000, p. 10)¹

Seu principal diferencial seria a composição de um Conselho Curador que zelaria pela independência e pluralidade na linha editorial da programação – informativa, educativa e de entretenimento. O Conselho foi criado para atuar de forma a garantir que o interesse público não fosse prejudicado em detrimento de interesses políticos dos governos de turno ou de interesses comerciais de possíveis anunciantes. Por trás do debate sobre qual a função e a natureza da Radiodifusão Pública, a qual presume independência editorial e financiamento com recursos públicos, temos um debate sobre o papel do Estado e o papel dos meios de comunicação de massa nas sociedades democráticas.

¹ The public-service model, then, was based on the idea that neither the market nor the State could adequately meet the public-service objectives of broadcasting and act in the public interest; indeed, it was felt that the public interest does not coincide either with private interests or the interests of the political powers that be. These three models, developed in the early years of radio, carried on into the television era with varying degrees of success. The commercial model has become dominant, while since the 1990s the State model has been losing ground. Public-service broadcasting, for its part, while faced with an increasingly commercial environment, is staying afloat. It remains widespread and the solution preferred by those concerned about the limits of commercial broadcasting. (UNESCO, 2000, p. 10)

No Brasil, esse debate é marcado por defensores da visão liberal, onde o Estado é um inimigo e a liberdade de imprensa vista como sinônimo da hegemonia do setor comercial. É o que no meio sindical e acadêmico se popularizou como a defesa pela “liberdade de empresa”. De outro lado, há quem defenda uma maior pluralidade entre os veículos de mídia, cabendo ao Estado garantir meios de subsistência e liberdade editorial para veículos públicos de comunicação.

Quando estudamos a questão da radiodifusão no Brasil, encontramos muitos argumentos que se ancoram numa visão de Estado patrimonial, entre quem defende a iniciativa privada e também entre autores que denunciam a forma como o Estado tem privilegiado o empresariado do setor em detrimento da consolidação do sistema público. Em diversos trabalhos acadêmicos, sobretudo das áreas da Comunicação (CARVALHO, 2009; CONCEIÇÃO, FERREIRA, 2011; MOTTER, 2019) e do Direito Administrativo (CAMPELO, 2013; NETO, 1999), não necessariamente com a mesma acepção, encontramos o conceito de patrimonialismo como uma denúncia ao Estado corrupto e ineficiente.

Aos interesses de quem vem servindo esse discurso? Em que pese haja críticas bem-intencionadas, quando se trata da radiodifusão, é o empresariado quem parece melhor mobilizar o senso comum em torno do Estado patrimonial para a legitimação de sua ação monopolizadora e hegemônica diante dos veículos de rádio e TV. E uma vez com o controle dos meios de comunicação, o debate sobre o caráter e o papel do Estado brasileiro, difundido por veículos noticiosos, vai ficando cada vez mais carente de pluralidade.

A tese *O Campo da Radiodifusão Pública no Brasil: Disputas Simbólicas e Legitimidade sob a Ótica da Grande Imprensa Comercial* (2021) de Gisele Pimenta de Oliveira, por exemplo, fez um mapeamento sobre como a temática da radiodifusão pública brasileira foi abordada, entre 1975 e 2019, por três dos veículos mais representativos da chamada grande imprensa comercial - *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

De acordo com os operadores simbólicos mapeados, a mídia comercial reconhece, por exemplo, a função artística, cultural, educativa, científica da radiodifusão pública, bem como sua relevância para o estímulo à cultura nacional, à produção regional e independente e à formação crítica, educacional e cultural do cidadão. Entretanto, impõem limites claros para essa atuação. Ao associar sistematicamente a radiodifusão pública como mecanismo de instrumentalização política, partidária ou ideológica, atacar os investimentos do poder público nesse setor

como gasto ou desperdício de dinheiro público ou ainda reduzi-lo ao seu caráter governamental e oficialista, as abordagens deixam seu recado implícito: o serviço público de radiodifusão até tem razão de existir, mas não pode ser financiado ou manter qualquer outro tipo de vínculo com governos, pois nessa condição os veículos sempre serão usados para fins políticos ou eleitorais. Nota-se que, neste caso, a palavra “governo” é aplicada genericamente e serve para designar (e reduzir) indistintamente todas as categorias que se vinculam ao campo político, sejam as governamentais, as estatais ou as públicas. (OLIVEIRA, 2021, p. 245)

Ou seja, a autora - que concluiu sua tese enquanto o presente trabalho já se encontrava em andamento - comprova que há uma coesão entre o discurso dos três veículos analisados, e ainda que é flagrante a desqualificação da radiodifusão pública. Outro aspecto apontado por Oliveira (2021) – e o qual é central na nossa pesquisa – é o predomínio da retórica liberal e anti-Estado na cobertura sobre o tema.

Logo, o ataque aos “governos” são argumentos que disfarçam a disputa simbólica latente, posta pelos agentes da mídia comercial: combater a ideia de um Estado forte que intervém em “questões” que pertencem exclusivamente ao mercado, sendo a comunicação (e a radiodifusão) uma delas. Na prática, a desqualificação intensa da radiodifusão pública enquanto aparelhamento do poder político simboliza uma visão de mundo que desvaloriza, diminui e até criminaliza o papel do Estado na sociedade, independentemente sob qual esfera ou âmbito ele esteja representado. Em seu oposto, exalta o modelo liberal como legítimo e, no caso dos veículos de mídia, destituído de vieses e interesses para além da verdade e objetividade dos fatos. (OLIVEIRA, 2021, p. 246)

Dado esse panorama, não foi de se estranhar que, quando o Governo Temer aparelhou e iniciou o processo de sucateamento da EBC, em 2016, pouca ou ínfima foi a comoção popular. Os maiores defensores da radiodifusão pública, na ocasião, foram os próprios servidores da empresa e acadêmicos da área da Comunicação (LOPES, 2016).

Uma importante obra para entendermos esse fenômeno é *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*, de Jessé Souza (2017), que aborda uma crítica ao que o autor entende como “ideias dominantes”, as quais serviriam como conceitos-chave para justificar estratégias de legitimação do poder das elites brasileiras. Entre estas ideias dominantes, o autor pontua o conceito de patrimonialismo, presente na obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, entre outros cânones do pensamento social brasileiro. Entendemos que a referida obra é recente e carece de uma leitura atenta e cuidadosa, por se lançar ao desafio de explicar fatos tão incipientes e em um contexto

político de profunda crise institucional. Mas, ao estudarmos o desenvolvimento da Radiodifusão Pública, parece-nos muito pertinente a crítica lançada à visão patrimonialista do Estado brasileiro como forma de legitimar o neoliberalismo. É o que Souza entende ter ocorrido com a Petrobrás no processo da Lava Jato, e é o que entendemos ocorrer também, ainda que não da mesma forma, com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Mas no segundo caso, acreditamos haver um agravante.

Segundo Souza (2017), o consenso sobre o Estado corrupto de tradição patrimonialista não existiria sem a ação divulgadora da imprensa, que não tem autoria sobre esses conceitos, mas os propagandeam à exaustão. Uma mídia monopolizada, como a brasileira (HERZ, 1991, GIOVANAZ, 2015), é a responsável pela construção de uma esfera pública onde haverá menos espaço para um debate plural de ideias.

Quando nos remetemos à esfera pública, endossamos o debate de Habermas, que observa a formação da esfera pública burguesa, a partir da formação de uma classe leitora e da expansão da imprensa. De maneira que a esfera privada caberia ao lar, à intimidade do círculo familiar e à sociedade civil burguesa através do trabalho e da troca de mercadorias, enquanto a esfera pública seria aquela composta pela esfera pública política e pela esfera pública literária. Em sua revisão da obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas evidencia de forma mais direta a ação da mídia na formação da esfera pública.

Além disso, as esferas públicas ainda estão muito ligadas aos espaços concretos de um público presente. Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 2003b, p. 93)

De forma que a apropriação do espectro eletromagnético por empresários de rádio e TV, defendida em prol da virtuosidade da iniciativa privada em detrimento do Estado corrupto, acaba por mitigar as chances de um debate nacional sobre a regulamentação da mídia – contrariamente ao que ocorreu na Argentina com a Lei de Meios, em 2009. Não raro, a imprensa brasileira se esmera em tratar do tema da regulação como sinônimo de censura.

Esta tendência acentua-se a partir da década de 1990, quando o neoliberalismo ganha força a partir do governo de Fernando Collor – o qual abusou da visão patrimonialista do Estado para se arrogar um “caçador de marajás”. Pieranti (2018)

pontua, por exemplo, que a estatal de comunicação Radiobrás – predecessora da EBC –, foi desmantelada nesse período.

Na década de 1980, a Radiobrás já havia se tornado empresa indesejada na frenética disputa por cargos pelos partidos aliados. Nem a publicação da nova Constituição Federal, que preconizou a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado de radiodifusão, interrompeu a rota descendente. Algumas emissoras simplesmente pararam de funcionar; outras, principalmente no início da Nova República, foram doadas ou colocadas à venda pelo governo federal. O decreto nº 95.955 de 1988, por exemplo, autorizou a alienação de catorze emissoras de rádio, das quais doze em FM e duas em OM, e uma emissora de TV em Porto Velho, vendidas para a iniciativa privada, governos estaduais e municipais. Ativos da empresa foram simplesmente entregues, sem observar os ritos necessários, parindo pendências burocráticas. (PIERANTI, 2018, p. 129-130)

O autor, que escreve a partir de sua própria experiência profissional na estatal, realizou uma pesquisa comparativa entre o sistema público brasileiro e os de cinco países do Leste Europeu – Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Romênia e Bulgária – em seu Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Ele pontua que a semelhança entre os seis sistemas está na tentativa de converter sistemas estatais em públicos, em contextos de abertura democrática, entre o fim da década de 1980 e os anos 1990. Isso significaria garantir independência editorial e autonomia financeira, características da Radiodifusão Pública (UNESCO, 2000), bem como a produção de uma programação de viés educativo, informativo e de entretenimento, que não visasse somente atingir altas audiências para atrair os anunciantes – como na operação da radiodifusão comercial – e nem se pautasse em propaganda dos governos de turno – como tanto se criticava na atuação da Radiodifusão estatal. Ou seja, para se diferenciar do sistema estatal, era preciso garantir que o governo não tivesse o poder controlar o conteúdo e o financiamento do sistema público.

Mas, o avanço em direção ao sistema público no Brasil só ocorreria de fato no governo Lula, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação em 2007. O que, não surpreendentemente, deixou insatisfeita a imprensa à época.

As críticas à EBC eram frequentes e vinham de fontes diversas, incluindo grande parte dos meios de comunicação tradicionais. A direção da empresa, com Tereza Cruvinel à frente, e o governo federal, com destaque para o então ministro Franklin Martins e o próprio Presidente da República, defendiam a EBC. Explicavam que a radiodifusão pública era uma necessidade democrática,

entendida como tal nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e em diversas regiões do mundo, não se confundindo com comunicação de governo. (PIERANTI, 2018, p.144)

Essas críticas, é necessário pontuar, não se davam em um contexto em que os empresários de rádio e TV se viam diante de uma ameaça de perda - como a exemplo do Grupo Clarín, na Argentina, que deixou de ter os direitos do campeonato nacional de futebol e teve que vender empresas do grupo para se adequar à legislação contra a propriedade cruzada. Ou seja, enquanto dominava os canais abertos de TV, o empresariado lançava mão de seus veículos para pintar a iniciativa pública de comunicação como uma ameaça governista. Ideia que entendemos alicerçar-se no ideal patrimonialista de usurpação do Estado pelos governantes, enquanto que a usurpação dos bens públicos pelo mercado fica invisibilizada. Por fim, após se consolidar de forma tímida e inexpressiva, a EBC passou a sofrer sérias ingerências governamentais a partir do governo de Michel Temer (LOPES, 2016), ocasião em que o Estado de exceção, após o golpe parlamentar que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, foi o contexto em que se deu a venda de ativos e de sucateamento do setor estatal, o que afetou a EBC. Entendemos que essas medidas ancoram sua falsa legitimidade na supracitada tese patrimonialista.

O patrimonialismo, conceito weberiano apropriado pela imprensa brasileira com margem larga de adaptação e cocriação, explicaria uma relação não distintiva entre público e privado, derivada da ação de governantes que tomam o Estado de assalto. Aliada ao conceito de populismo, este traduzido para o contexto brasileiro por Francisco Weffort, a noção de patrimonialismo forma um senso comum que explicaria a criação da celeuma político-midiática decorrente da Operação Lava-Jato, em 2014. Para Souza (2017), o patrimonialismo teria influenciado o pensamento da esquerda e da direita em nosso país, a ponto de promover a invisibilização do real espoliador do nosso Estado, o mercado, que no caso da Lava-Jato, ganha legitimidade para seu projeto de privatização da Petrobrás.

Visto esse cenário, esta tese tem como hipótese principal a de que o avanço neoliberal, tendo o combate ao Estado patrimonialista como palavra de ordem, legitima o assalto do espectro eletromagnético brasileiro pelo setor privado e a formação dos monopólios que caracterizam as concessões do setor no país. Como hipótese secundária, acreditamos que os empresários de rádio e TV brasileiros atuavam não apenas através de lobby – por meio da sua entidade de classe da

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) – mas também através de seus veículos de comunicação, com publicações que corroboravam a sua perspectiva sobre a radiodifusão, inibindo a necessária pluralidade de visões e opiniões para a formação da opinião pública, como se entende que seria o papel da mídia em uma nação democrática.

Para examinar essas hipóteses, propomos uma pesquisa documental em fontes da imprensa (DE LUCA, 2010). Mais precisamente, analisamos textos publicados no periódico *O Globo* que versam acerca dos temas Empresa Brasil de Comunicação e Radiodifusão Pública, entre 2007 e 2016. Por se tratar do impresso do Grupo Globo, o qual, como discutiremos ao longo dessa tese, esse jornal tem um espaço privilegiado de articulação do empresariado do setor de radiodifusão, oferecendo-nos um importante panorama sobre o posicionamento desse setor. Outro fator que influenciou a escolha desses documentos foi o acesso facilitado a mesma, através do acervo on-line disponível para assinantes. Seria interessante, contudo, analisar arquivos sonoros ou de vídeo, produzidos pelas rádios e emissoras do Grupo Globo, no entanto, o acesso aos mesmos é mais restrito, e até mesmo o arquivamento menos sistemático.

Por propormos um estudo sobre a articulação e disseminação de ideias políticas pelo empresariado de rádio e TV, dialogamos com o conceito de Cultura Política, uma vez que intentamos observar a produção de um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por um determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2014, p.21).

O conceito de “cultura”, nessa perspectiva, pode ser entendido como “conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que formam as crenças, ideias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo, ou classe social” (FERREIRA, 1997, p.24). Serge Bernstein (1998) ressalta que os vetores pelos quais passa a integração de culturas políticas são os mesmos da socialização política tradicional. Entre eles enfatizam-se os meios de comunicação audiovisual:

[...] a escola, o liceu, a universidade, que transmitem, muitas vezes de maneira indireta, as referências admitidas pelo corpo social na sua maioria e que apoiam ou contradizem a contribuição da família. Vêm depois as influências adquiridas em diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver. [...] O mesmo acontece com a pertença a partidos políticos,

fenômeno que sempre foi minoritário em França e que tende a sê-lo cada vez mais ainda. Pelo contrário, não se poderia subestimar o papel dos media, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política. (BERNSTEIN, 1998, p. 356-357)

Desse modo, a cultura política pode ser entendida como uma pluralidade de culturas, o que explicaria a existência de culturas políticas comunistas, socialistas, liberais, republicanas, democratas, entre outras. Interessa-nos, sobretudo, investigar a consolidação de uma cultura política neoliberal a partir da estigmatização do Estado “patrimonialista”.

O patrimonialismo é um conceito empregado na historiografia brasileira muito antes da ascensão de governos neoliberais no país, o que reflete a forma as culturas políticas não são fenômenos cujos desenvolvimentos sejam passíveis de se observarem em uma história de curta duração.

Se formos usar a tipologia de Fernand Braudel, para configurar uma cultura política, seria preciso pelo menos a média duração, não obstante alguns casos possam ser classificados como de longa duração (a exemplo de republicanismo, liberalismo e socialismo). Parece inadequado usar cultura política tendo como referência situações efêmeras, passageiras, pois se perde a força do conceito, que reside exatamente em revelar como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo. O valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas devem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero. (MOTTA, 2014, p.22)

A partir do estudo de personagens e de veículos de difusão de uma determinada cultura política, este trabalho dialoga ainda com a Nova História Política. “Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas” (RÉMOND, 2003, p.243).

Conforme René Rémond (2003), entendemos a política enquanto o que está relacionado com o poder na sociedade global, sociedade formada pela totalidade de indivíduos que vivem sob as fronteiras políticas dos Estados, cujas funções se dilatam, mesmo que a política não se reduza ao escopo do que diz respeito ao Estado.

Praticamente não há setor ou atividade que em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: existe uma política para habitação, assim como para a energia; a televisão é um investimento político, o sindicalismo intervém no campo das forças políticas. Em torno de um núcleo estável e

restrito que corresponde grosseiramente às funções régias do Estado tradicional, o campo da história política irradia em todas as direções e libera como uma multiplicidade de digitações. (RÉMOND, 2003, p. 444)

Assim, pressupomos que o político, na história que narramos nessa tese, não se reduz ao papel desempenhado por congressistas e membros do executivo, mas que também é política a mobilização de empresários, trabalhadores, pesquisadores, entre outros sujeitos que tiveram protagonismo na história da radiodifusão pública brasileira, que culminou na criação da EBC. A disputa entre esses atores pelo poder sobre a difusão de cultura e informações tem como produto as políticas públicas do setor, as quais refletem a desigualdade de força entre esses mesmos atores – entre os quais se impõem aqueles contam com o oligopólio dos meios de comunicação para disseminar a sua perspectiva sobre quais políticas devem ser adotadas. Ainda que não se possa ignorar a complexidade inerente à História Política, a qual relativiza a prerrogativa de que os grupos mais fortes sempre sairão vitoriosos quando em disputa.

Ao longo de nosso estudo, em contraponto, observamos a importância da mobilização de entidades de classe para que os marcos legais que preconizam o sistema de radiodifusão público pudessem constar na redação da Constituição de 1988, o que buscamos evidenciar no primeiro capítulo. Constatamos ainda que essas entidades foram protagonistas no debate e na articulação política em prol da radiodifusão pública, entre a promulgação da Constituição e a criação da EBC, o que se apresenta no segundo capítulo. E, por fim, entendemos que, embora haja resistência e militância por parte dos trabalhadores do setor, o empresariado de rádio e TV mobilizou-se com recursos extremamente desiguais, como buscamos problematizar através da análise das publicações do *O Globo* sobre a EBC, no terceiro e último capítulo.

Essa diversidade de atores – Estado, empresariado, sindicatos, acadêmicos – remete-nos, ainda, à discussão sobre a multiplicidade de objetos e da dinamicidade da história política.

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, um após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem

por objetivo geri-las? A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política. Análises de processos de decisão relativos a escolhas importantes demonstraram, contrariando uma afirmação que deve mais a referência de crenças que a uma observação *sem a priori*, que as escolhas políticas não são o simples decalque das relações de forças entre categorias socioprofissionais. Estas, em primeiro lugar, são múltiplas e estão longe de se entender; só o observador externo pode ter a ilusão de sua homogeneidade. Sua diversidade, seus antagonismos proporcionam ao governo, aos políticos, ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e uma capacidade de arbitragem que eles usam geralmente em função da ideia que fazem do interesse superior da coletividade nacional. (REMÓND, 2003, p.24)

Como é característico dessa versão renovada da História Política, bem como uma demanda própria do nosso objeto de análise, adotamos uma perspectiva pluridisciplinar nesse estudo, que dialoga com áreas como a Comunicação, Direito, Ciência Política, Sociologia, entre outras. Esse diálogo pluridisciplinar marca desde a pesquisa bibliográfica, uma vez que o objeto empírico de nossa pesquisa também foi objeto de estudos de áreas afins, até o debate teórico e os procedimentos metodológicos.

Dado esse panorama geral da problemática estudada e alguns dos pressupostos teóricos, tem-se, nessa pesquisa, o objetivo analisar de *O Globo* sobre a relação entre público e privado em textos que mencionavam a emergência da radiodifusão pública no Brasil, desde a criação da Empresa Brasil de Comunicação, a partir de 2007, até o início de seu desmonte no Governo Temer, em 2016.

Ou seja, interessa-nos analisar se e como esse Grupo, articulador do empresariado do setor, adota uma posição anti-Estado, a partir da adoção de “ideias dominantes” – tal qual o conceito de patrimonialismo - para defender e legitimar o assalto aos meios de comunicação, legitimando a política neoliberal de dilapidação do Estado. Para Pierre Bourdieu, o que buscamos analisar nessa pesquisa é como o capital econômico dos empresários da radiodifusão converte-se em capital simbólico, observando as estratégias de legitimação do monopólio que exercem sobre a exploração do espectro eletromagnético – enfatiza-se, um bem público – e depreciando iniciativas de radiodifusão pública, como a EBC.

Cabe ressaltar que o capital simbólico é aquele oriundo da transmutação das diferentes formas de capital – econômico, cultural e social –, sendo o produto de um trabalho de dissimulação, transfiguração, eufemização da violência das relações de força, fazendo-se ignorá-las ou reconhecê-las enquanto poder simbólico (BOURDIEU, 2010). Assim, o poder simbólico seria um poder subordinado das outras formas de poder, como um poder invisível, só passível de ser exercido com a cumplicidade de quem não desejaria saber que a ele está sujeito ou que o exerce.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é das palavras. (BOURDIEU, 2010, p.15)

O autor afirma ainda, em alusão à sociologia de Émile Durkheim, que os sistemas simbólicos atuam como instrumentos de conhecimento e comunicação, o que faz dos símbolos instrumentos de integração social e de formação de consensos sobre o sentido do mundo social e da reprodução da ordem social. Por outro lado, as perspectivas marxista e weberiana encaram as produções simbólicas como instrumentos de dominação e de legitimação da dominação, respectivamente. Em todas essas perspectivas, observamos que o poder simbólico trabalha para a legitimação do poder da classe dominante.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os poderes dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas” segundo a época) tende sempre colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2010, p. 12)

Nesse estudo, além de analisar a dimensão simbólica da legitimação dos empresários de radiodifusão, analisamos as ideias desse setor acerca do Estado brasileiro. E, para compreender a relação entre mídia e Estado na América Latina, encontramos na obra de Jesus Martín-Barbero (1997) e García Canclini (1996) referências essenciais.

Martin-Barbero (1997) parte da noção de Estado para compreender a relação entre comunicação de massa e hegemonia na América Latina. Para isso busca os fundamentos de legitimação do Estado Moderno na relação contraditória a partir da qual se estabelece a junção democracia-povo na racionalidade inaugurada pelo pensamento ilustrado: “está contra a tirania em nome da vontade popular mas está contra o povo em nome da razão” (MARTIN-BARBERO, 1997, p.24). Este princípio político promove, em sua visão, uma inclusão abstrata, a partir do momento em que o povo permanece excluído economicamente. O povo será evocado para legitimar a burguesia, mas permanecerá excluído da cultura.

O espírito de empresa que define uma série de traços da burguesia industrial nos países capitalistas desenvolvidos foi, na América Latina, uma característica do Estado, sobretudo nos períodos de impulso decisivo. O Estado ocupou o lugar de uma classe social cuja aparição a história reivindicava sem muito sucesso: encarnou a Nação e impôs o acesso político e econômico das massas aos benefícios da industrialização (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 219)

A partir do debate sobre a mediação de massa, Martin-Barbero busca refletir ainda sobre o populismo e a modernidade na América Latina. O autor defende que nosso continente teve um acesso dependente à modernidade, o que caracteriza nosso processo de modernização desigual e de descontinuidade simultânea em relação à Europa e aos Estados Unidos. Esta descontinuidade se dá através do descompasso entre Estado e Nação, nos desvios que ocorrem no acesso das classes populares ao sistema político e no papel político, não apenas ideológico, dos meios de comunicação na nacionalização das massas populares. A ideia de modernização que orientou a América Latina em geral, para o autor, teria sido mais uma adaptação econômica e cultural que de aprofundamento da independência.

A não-contemporaneidade de que falamos deve ser claramente distinguida da ideia de atraso constitutivo, ou seja, do atraso convertido em chave explicativa da diferença cultural. É uma ideia que se manifesta em duas versões. Uma, pensando que a originalidade dos países latino-americanos, e da América Latina

como um todo, foi constituída por fatores que escapam à lógica do desenvolvimento capitalista. E outra, pensando a modernização como recuperação do tempo perdido, e portanto identificando o desenvolvimento com o definitivo deixar de ser o que fomos para afinal sermos modernos. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 214)

Entravam em contradição o desejo de ser Nação para assim obter identidade, com o fato de que tal obtenção implicava na tradução do discurso modernizador dos países hegemônicos. Assim, onde a diferença cultural fosse considerável e incontornável, a originalidade seria deslocada para o conjunto da Nação. Já onde a diferença não constituísse patrimônio nacional, seria folclorizada, a exemplo do romance indianista. Assim, o Estado assumiria em vários países latinos um forte protagonismo, assumindo o espírito de empresa que é um traço da burguesia comercial nos países capitalistas desenvolvidos.

Para Martin-Barbero, o populismo não reduz as massas à passividade e à manipulação: o autor busca esclarecer as implicações da presença social das massas e do processo de massificação. A partir da formação das massas urbanas, haveria o aumento das classes populares e o surgimento de um novo modo de existência do popular. Não mais o popular seria tido como o espaço da negação do modo de produção capitalista.

Por isso a agressividade das massas parecia mais branda, mas também mais perigosa: não se tratava do levantamento de uma classe, mas da liberação de uma força incontornável. Era 'um proletariado de formação aluvional' que não encontrava um lugar político nem nos partidos nem nas organizações tradicionais da classe trabalhadora, mas cujas expressões de violência revelavam a força de que era capaz. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 222)

E essa cultura de massa, de início, assim se caracterizaria não apenas por se dirigir à mesma, mas porque na música, no radioteatro e no cinema se expressavam as formas de ver, sentir e expressar o mundo da massa. Outro aspecto seria a cultura da mestiçagem, como no emprego de instrumentos modernos na música autóctone e sua difusão radiofônica, a partir da passagem do folclore ao popular.

A política oficial, no entanto, seja ela de direita ou esquerda, encararia com receio as massas e o massivo. A direita, por vê-los como ameaça aos seus privilégios; a esquerda, por encará-los como um proletariado sem consciência. Apenas os populistas atinaram para a presença das massas políticas enquanto um fato político novo, conseguindo apresentar uma ideologia nova que canaliza as tensões da massa

em normas que garantam a manutenção fundamental da estrutura. Este fenômeno se expressaria em todo o continente de forma geral, entre 1930 e 1960, sendo Getúlio Vargas e o Estado Novo a experiência pioneira desta política.

Dessa maneira, as classes populares na América Latina guardariam a singularidade de constituírem-se como atores sociais ao longo da crise que acompanha a industrialização, nos anos 1930, situando-se em relação direta com o Estado. O populismo teria assim nacionalizado e outorgado cidadania às massas. O apelo ao popular se daria pelas reivindicações salariais, entre outros direitos que carregam o discurso sobre a constituição do trabalhador em cidadão. A eficácia do populismo estaria no apelo às tradições populares e à construção de uma cultura nacional. Os meios massivos, entre eles cinema e rádio, construiriam seu discurso tomando base no imaginário da massa a partir da memória narrativa, cênica e iconográfica popular para mobilizar um imaginário e sensibilidade nacionais. A partir do reconhecimento de que foi através do nacional-popular que se fizeram ouvir no conjunto nacional as reivindicações sociais e políticas das classes subalternas, Martin-Barbero critica uma história dos meios de comunicação que majoritariamente se dedica às estruturas econômicas e ao conteúdo ideológico destes meios, sem se ocupar minimamente das mediações através das quais estes meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural.

Sugere-se então que, entre os anos 1930 e 1950, seja buscado menos a organização industrial e os conteúdos ideológicos dos meios, mas que se atente especialmente para o conflito entre massas e Estado e da solução populista e nacionalista para este conflito. Teria sido a partir do cinema e do rádio que, em alguns países, a população teve sua primeira experiência de Nação, em vivência, sentimento e cotidianidade. Este massivo se veria atravessado por novas tensões nacionais do popular, pela multiplicidade de matrizes culturais e pelos novos conflitos gerados pela transnacionalização.

Mais especificamente sobre a influência do rádio, Martin-Barbero elenca a relação entre o circo *criollo* e o radioteatro, através da união entre a comicidade circense e o drama popular. Para ele, o sucesso deste gênero deve-se menos ao rádio e mais à relação estabelecida com uma tradição de cultura popular.

Ao contrário de países europeus, como a Inglaterra, onde, segundo Raymond Williams (2007), a relação entre a imprensa e a cultura popular se amparou no crescimento das classes trabalhadoras urbanas e na expansão do acesso a

escolarização pelas mesmas, já durante o século XIX, instigando um mercado de livros, teatros e jornais que eram consumidos ou frequentados pelas classes populares, a preços acessíveis. Enquanto que na América Latina, a cultura popular teria se expandido pelos meios massivos, como rádio, durante do século XX, uma vez que a alta taxa de analfabetismo e os elevados custos de livros e jornais impunham a prevalência da cultura oral sobre as demais, um contexto que privilegiou a expansão do rádio, e posteriormente da televisão. Esse diálogo entre a tradição de cultura popular e os meios massivos é a chave para entendermos a forma como operam esses meios e de que maneira são instrumentos de construção de discursos hegemônicos a partir de ideias que mobilizam as classes populares em torno da concepção de mundo das classes dirigentes.

Quando se estuda a imprensa e a formação de ideias hegemônicas, como nos propomos nessa pesquisa, Antônio Gramsci (1999) é outra referência importante para discutirmos o papel dos intelectuais para a formação e a manutenção dessas ideias hegemônicas e a natureza do “senso comum”. O autor pondera que o “senso comum” não se constitui de maneira espontânea a partir das vivências das pessoas, mas que há uma relação entre intelectuais e as massas, o que permite a legitimação das classes dirigentes.

Na literatura filosófica francesa, existem mais estudos sobre o “senso comum” do que em outras literaturas nacionais: isto se deve à natureza mais estritamente “popular-nacional” da cultura francesa, isto é, ao fato de que os intelectuais tendem, mais do que em outras partes, por causa de determinadas condições tradicionais, a aproximar-se do povo para guiá-lo ideologicamente e mantê-lo ligado ao grupo dirigente. Por isso, é possível encontrar na literatura francesa muito material sobre o senso comum, que deve ser utilizado e elaborado; a atitude da cultura francesa para com o senso comum, aliás, pode oferecer um modelo de construção ideológica hegemônica. Também as culturas inglesa e americana podem oferecer muitos estímulos, mas não de modo tão completo e orgânico como a francesa. O “senso comum” foi considerado de várias maneiras: ou diretamente como base da filosofia, ou criticado do ponto de vista de uma outra filosofia. Na realidade, em todos os casos, o resultado foi a superação de um determinado senso comum para a criação de um outro, mais adequado à concepção do mundo do grupo dirigente. (GRAMSCI, 1999, p. 116)

Um exemplo de ideia hegemônica que o autor nos oferece são os desdobramentos da própria instituição e generalização do uso dos pontos cardeais –

Norte, Sul, Leste, Oeste. Convidando-nos a refletir sobre essa convenção, Gramsci problematiza a forma como essa perspectiva sobre o mundo, onde a Europa ocupa o lugar central, foi cunhada e disseminada pelas classes cultas europeias, já que seu uso influencia não apenas a forma como os europeus se localizam geograficamente. Ao ganhar a adesão de outras nações, a partir do domínio colonizador, até mesmo no continente americano - ele toma o exemplo da Califórnia -, aceita-se olhar para o Japão como “Extremo Oriente”, e para o Egito como “Oriente Próximo”, sem que isso tenha uma relação precisa com a distância à qual se encontra esse indivíduo na Califórnia em relação a esses lugares.

Outro exemplo de hegemonia seria a própria linguagem, quando a língua nacional exerce hegemonia sobre as demais. Embora, no contexto da Globalização, possamos refletir sobre a expansão da língua inglesa pelo mundo e como ela se faz pré-requisito para a inserção econômica, acadêmica e cultural de um país num mundo, em que alguns países – sobretudo os Estados Unidos – exercem maior influência sobre o que se tornará global e o que seguirá local. A partir desse entendimento sobre a hegemonia, ou cultura hegemônica, Gramsci não assume uma posição fatalista ou alarmista. Em sua obra também encontramos, a partir de uma lógica dialética, o germe para a criação da ideia de cultura contra hegemônica, a qual se faria possível através da formação de intelectuais orgânicos que advenham das massas e trabalhem em benefício da classe trabalhadora – e não das dirigentes -, sendo que Vladimir Ilyich Ulianov, popularmente conhecido como Lênin, figuraria como expoente dessa segunda.

Que a dialética hegeliana tenha sido um (o último) reflexo destas grandes encruzilhadas históricas e que a dialética, de expressão das contradições sociais, deva se transformar, com o desaparecimento destas contradições, em uma pura dialética conceitual, estaria na base das últimas filosofias de fundamento utópico, como a de Croce. Na história, a “igualdade” real — ou seja, o grau de “espiritualidade” atingido pelo processo histórico da “natureza humana” — identifica-se no sistema de associações “privadas e públicas”, “explícitas e implícitas”, que se aninham no “Estado” e no sistema mundial político: trata-se de “igualdades” sentidas como tais entre os membros de uma associação e de “desigualdades” sentidas entre as diversas associações, igualdades e desigualdades que valem na medida em que delas se tenha consciência, individualmente e como grupo. Desta forma, chega-se também à igualdade ou equação entre “filosofia e política”, entre pensamento e ação, ou seja, a uma filosofia da práxis. Tudo é política, inclusive a filosofia ou as filosofias (ver notas sobre o caráter das ideologias), e a única “filosofia” é a história em ato, ou seja, a própria vida. E neste

sentido que se pode interpretar a tese do proletariado alemão como herdeiro da filosofia clássica alemã; e pode-se afirmar que a teorização e a realização da hegemonia praticada por Ilitch [Lênin] foi um grande acontecimento “metafísico”. (GRAMSCI, 1999, p. 246)

Sobre a definição do que seria um intelectual orgânico, e sobre como podemos entender a atuação dos profissionais de Imprensa, o autor afirma:

O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é dado pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que acreditam ser literatos, filósofos, artistas – creem também ser os verdadeiros intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo desqualificado, deve se constituir a base do novo intelectual [...] O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentânea dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’, já que não apenas orador-puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanística histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2010, p.53)

Para Gramsci, as camadas intelectuais são elaboradas segundo processos históricos concretos, ainda que de acordo com pressupostos democráticos abstratos. Ou seja, haverá camadas que produzirão intelectuais, sejam urbanos ou fundiários. A relação desses intelectuais com o mundo será, nas palavras do autor, “mediatizada”, de maneira que os intelectuais atuam como funcionários de superestruturas como as da sociedade civil, ou setor privado, e a da sociedade política ou Estado. Assim, haveria um consenso espontâneo pelas massas garantindo a legitimidade deste grupo dominante pelo prestígio de sua posição e função no mundo da produção. Cabendo então à coerção estatal assegurar a disciplina dos grupos subalternos quando não houver tal consenso espontâneo. Ainda sobre esta definição, o autor enuncia:

[...] no aparelho da direção social e estatal existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.), mas, evidentemente, é preciso fazer esta distinção [...] no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. (GRAMSCI, 2010, p. 21)

Entre estes últimos, os jornalistas figuram em posição estratégica a partir do momento em que atuam em meios massivos, porém, não são os donos de tais meios,

e têm, por essa razão, a sua atividade profissional limitada pelos interesses das classes dirigentes. É por essa razão que entendemos que as publicações de *O Globo* sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) refletem melhor os interesses do patronato que uma narrativa à luz das teorias da notícia a respeito desse tema. É por isso que os veículos, mais que seus profissionais, são tão importantes quando pensamos sobre a formação de consensos. “Os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses” (MORAES, 2010, p.61). Ainda sobre os veículos, Gramsci, ainda que escrevendo no início do século XX, já reconhecia a importância dos meios falados, como o rádio, em detrimento da imprensa escrita.

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural) (GRAMSCI, 2001, p. 67).

Se a mídia audiovisual parecia relevante para o autor que viveu na primeira metade do século XX, não é possível ignorar sua magnitude na atualidade. É porque os veículos de rádio e TV figuram como atores preponderantes da cultura política contemporânea que se faz relevante esta tese.

Para traçar as bases metodológicas deste estudo, que é marcado pela temática da mídia, tanto pelo tema central focar os discursos acerca da EBC, quanto pelas fontes que compreendem publicações acerca deste tema no periódico *O Globo*, tomamos como referência a obra *A cultura da Mídia*, de Douglas Kellner (2001). Para o autor, a partir do advento da televisão, no pós 2ª Guerra Mundial, a mídia se tornou uma força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social. E, a partir dos anos 1960, esse fenômeno midiático passou a ser estudado e analisado tendo por base uma proliferação de teorias advindas da teoria pós-estruturalista, marcada por críticas às teorias frankfurtianas².

² A crítica às teorias frankfurtianas encontram amparo em obras como *Apocalípticos e Integrados* (1964), de Umberto Eco, na qual o autor critica sobretudo Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno por uma visão fatalista e elitista sobre as mídias de massa, as quais desvirtuariam a fruição verdadeira da arte. Um exemplo seria a transmissão de óperas pelo rádio, quando o acesso de trabalhadores a cultura erudita foi visto por Adorno com reticência, enquanto uma corrupção da mesma. Para Eco, essa posição reverberava o “pseudo-marxismo” e elitismo desse teórico.

Kellner, por sua vez, defende que não há super-teorias ou uma narrativa-mestra que dê conta do estudo da cultura da mídia. Assim, o autor adota uma síntese de teorias pré-existentes na sua “teoria social multiperspectívica e de estudos culturais da mídia”. Em diálogo como os Estudos Culturais britânicos, ele defende que a cultura da mídia produz identidades e maneiras de ver e agir que integram os indivíduos à cultura dominante. Sobre a dimensão política da cultura da mídia, o autor afirma ainda:

A mídia está intimamente vinculada ao poder e abre o estudo da cultura para às vicissitudes da política e para o matadouro da história. Ajuda a conformar nossa visão de mundo, a opinião pública, valores e comportamentos, sendo portanto, um importante fórum do poder e da luta social. (KELLNER, 2001, p.54)

Em sua proposta teórico-metodológica para o estudo da cultura da mídia, Kellner ressalta, por fim, a importância de se abordar o processo de produção das notícias e informações, partindo de uma análise das fontes, da triagem das informações e da censura, dos códigos e práticas do jornalismo tradicional, da sociologia da produção de notícias e dos processos de desinformação e propaganda. O autor contribui, assim, para o desenvolvimento de procedimentos metodológicos para a abordagem de fontes da imprensa, que desde os anos 1970 vem sendo objeto e fonte da pesquisa histórica de forma mais recorrente (LUCA, 2006). Para trabalhar com fontes impressas, tem-se diversas possibilidades de abordagens.

Os debates ultrapassam as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o historiador Antoine Proust, alterou-se o modo de inquirir os textos, que “interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem (LUCA, 2006, p.114)

A autora Tania Regina de Luca (2010) também nos instiga a considerar, nas pesquisas com periódicos, aspectos de sua produção, tais como: a tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, entre outros. Ressalta ainda a importância de historicizar essas fontes, levando em conta as condições técnicas de produção de sua época, e as funções sociais desses impressos, enfatizando que o conteúdo de uma publicação não pode ser dissociado do espaço que esse veículo ocupa na história da imprensa. Também destaca a importância de identificar o grupo responsável pela linha editorial, os colaboradores

mais assíduos, a escolha do título em textos programáticos, inquirindo-se ainda sobre as ligações cotidianas desse impresso com diferentes poderes e grupos financeiros. Sobre os conteúdos dos meios impressos, afirma ainda:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2010, p. 139)

Dialogando com essas perspectivas teórico-metodológicas, entre outras, as quais abordaremos ao longo do texto, compusemos esse trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, *O que se diz Radiodifusão Pública dentro e fora Brasil*, apresenta-se um panorama geral sobre experiências de radiodifusão pública no mundo, para que possamos compreender e analisar o contexto da inserção do sistema público de radiodifusão no texto da Constituição brasileira de 1988. E para entender esse contexto, a nível nacional, discorre-se sobre o que fez parte dos “bastidores” da Constituinte, o Governo de José Sarney e a gestão da estatal Radiobrás, e ainda o *boom* de concessões de rádio e TV para a iniciativa privada. De maneira que o primeiro capítulo apresenta um panorama sobre atores e principais perspectivas teóricas que estiveram envolvidos na inclusão da Radiodifusão pública no texto constitucional, buscando mapear setores e grupos que exerceram influência sobre a Assembleia Constituinte. Busca-se entender, dessa forma, como a ideia de Estado mínimo foi, em partes, sobrepujada na Constituição de 1988 ao ser prevista a consolidação de um sistema público - até então inexistente - de radiodifusão.

Na sequência, o segundo capítulo, *EBC: a Radiodifusão Pública brasileira sai do papel*, traça um panorama do acúmulo de debate acerca da Radiodifusão Pública, entre a promulgação da Constituição de 1988 e a criação da EBC, em 2007, uma vez que, nesse hiato de dezenove anos houve uma significativa articulação de sindicalistas, acadêmicos e empresários em torno do tema. Também ocorreram novos *booms* de concessões privadas de rádio e TV, sobretudo em 1995, e o desmantelamento da estrutura da Radiobrás - sistema estatal legado pelos militares. Com o objetivo de entender o contexto da efetiva criação da EBC, o segundo capítulo também discorre acerca dos principais eixos norteadores da Comunicação - mais

especificamente, sobre a Radiodifusão Pública - no Partido dos Trabalhadores (PT), buscando identificar que perspectivas políticas e econômicas foram reverberadas nos Planos de Comunicação do governo Lula. Parte-se da premissa de que a criação de um sistema de Radiodifusão público, a sua estrutura organizacional, missão e estilo de gestão refletem não apenas uma visão sobre Comunicação, mas também uma visão sobre qual é o papel do Estado na garantia de direitos, entre os quais, o direito à informação. Nesse sentido, analisa-se como se deu o processo de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para gerir o sistema público de radiodifusão no Brasil, a partir da estrutura da Radiobrás, da qual a EBC herdou a estrutura física e de recursos humanos. Os planos de comunicação dos Governos de Lula e Dilma serão analisados em comparação com o acúmulo de debate sobre o tema no partido – a partir do que ficou documentado em resoluções e teses do Partido dos Trabalhadores em que se explicitam seus planos para a área da Comunicação. Por fim, o capítulo enfatiza a criação da Empresa Brasil de Comunicação, a partir dos seus marcos legais.

Uma vez apresentadas as bases legais e o acúmulo de debate político e econômico que permearam a criação da EBC, desde a previsão de um sistema de Radiodifusão Pública pela Constituição de 1988 até a efetiva criação da empresa no segundo mandato do presidente Lula, o terceiro capítulo a estudar qual a perspectiva do grupo articulador do setor de radiodifusão, o Grupo Globo, imprimia em seu jornal sobre a existência a EBC. Mais especificamente, fazemos uma análise do que foi publicado em *O Globo*. Nossa hipótese de pesquisa é a de que a ideia e o imaginário sobre o patrimonialismo, configurando a ideia de que o Estado é saqueado e usurpado em benefício daqueles que deveriam ser seus gestores, é evocado nas reportagens da grande mídia sobre a EBC, e que a defesa do discurso neoliberal sobre o Estado mínimo é também mobilizada para camuflar a defesa dos seus próprios interesses de mercado enquanto empresários do setor. Assim, no terceiro e último capítulo, *O sujeito falando do mal lavado*, são analisadas reportagens, notas e editoriais sobre a EBC – que versam sobre temas diversos como sua criação, crises, trocas de gestão.

Costurando todos os capítulos, discute-se o avanço do neoliberalismo no mundo, no Brasil e, especificamente, como o Grupo Globo reflete a dinâmica de uma empresa diante da economia neoliberal. A seguir, na abertura do primeiro capítulo, discorreremos sobre a dinâmica global do avanço do neoliberalismo para

contextualizarmos o primeiro marco legal da Radiodifusão Pública brasileira: a Constituição de 1988.

1 O QUE SE DIZ RADIODIFUSÃO PÚBLICA DENTRO E FORA DO BRASIL

O conceito de Radiodifusão Pública é fundamental para o estudo ao qual nos propomos, uma vez que buscamos analisar o discurso de empresários de radiodifusão brasileiros – nesse caso, a Família Marinho, dona do periódico que analisamos, *O Globo* - a respeito desse tema. Por sua vez, as experiências de sistemas públicos de radiodifusão no mundo são diversas e plurais. Essas experiências também refletem o papel do Estado desempenhado em cada na garantia do direito à informação.

No Brasil, o primeiro marco legal da radiodifusão pública é a promulgação da Constituição Federal de 1988, período em que também se percebe o avanço o neoliberalismo no país. Da mesma forma, em diversos países do Leste Europeu, componentes do bloco socialista, diante do colapso do regime socialista, os sistemas estatais de radiodifusão foram convertidos em sistemas públicos de radiodifusão, enquanto se dava o avanço do neoliberalismo. Em outros países, como a Inglaterra, o sistema de radiodifusão nasceu do monopólio do sistema público – no caso os canais de rádio e TV da BBC – e, com o avanço neoliberal, deu-se mais espaço para canais privados. De maneira que a Radiodifusão Pública, em cada parte do globo, a partir dos anos 1980, vem buscando se adaptar à política neoliberal, a qual tem um conflito direto com o protagonismo exercido pelos Estados no financiamento desse tipo de radiodifusão.

Para entendermos o que é o neoliberalismo e como ele se insere na economia global, é preciso abordar suas origens. Como elenca Perry Anderson (1995), o texto de origem do que chamaremos aqui de ideologia neoliberal é *O Caminho da Servidão*, escrito por Friedrich Hayek em 1944. A articulação em torno desse ideário, que combate o Estado de bem-estar social – que foi efetivado no pós-Segunda Guerra –, deu-se a partir da primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin, na Suíça, em 1947. Esse grupo anti-keynesiano foi formado por personalidades como: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

Anderson (1995) ressalta ainda as particularidades entre o neoliberalismo europeu, que se contrapõe ao Estado de bem-estar social, e o dos Estados Unidos, onde o Estado de bem-estar não existia tal qual o estilo europeu, e a retórica neoliberal canalizou as tensões da Guerra Fria, com uma forte ênfase no anticomunismo. O corolário neoliberal pregava que o Estado deveria combater o poder “nefasto” dos

sindicatos, que ameaçavam os lucros necessários às empresas, desencadeando processos inflacionários. Defendia-se, assim, a restauração de uma taxa “natural” de desemprego, para inibir a organização sindical. Além da desmobilização dos sindicatos, o Estado precisaria agir para o controle do dinheiro, não investindo em gastos sociais e não atuando em intervenções econômicas. Também seria necessária uma reforma fiscal para não coibir a ação empreendedora do empresariado, o que se resumiria em cortes de impostos sobre altos rendimentos e rendas.

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. (ANDERSON, 1995, p. 3)

O neoliberalismo, enquanto teoria econômica, parte do pressuposto de que o crescimento e o desenvolvimento dependem da competitividade do mercado, ou seja, tudo deve ser feito para maximizar a concorrência e a competitividade, de forma que os princípios do mercado permeiam todos os aspectos da vida (STANDING, 2017). O papel do Estado para os neoliberais é um ponto importante para que se compreenda os desdobramentos deste tipo de política em privatizações em setores estratégicos, desde a energia à comunicação. O neoliberalismo se baseia no entendimento de que o bem-estar humano será promovido a partir da liberação das capacidades empreendedoras individuais em uma estrutura institucional que deve garantir sólidos direitos à propriedade privada, livre mercado e comércio.

Assim sendo, o Estado deve criar e preservar uma estrutura institucional compatível a essas práticas, garantindo assim a qualidade e a integridade do dinheiro, como ressalta David Harvey (2014).

Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2014, p. 6)

Nessa lógica, a manutenção de um sistema de radiodifusão público é uma ideia inadequada e até mesmo prejudicial quando se parte do princípio de que as emissoras de rádio e TV são como um negócio e a iniciativa privada como um pilar de virtuosidade contra um Estado regulador. Ou seja, numa perspectiva neoliberal, a comunicação não seria um papel do Estado, muito pelo contrário, se o mesmo sempre estaria refém de poderosos grupos de interesse, o mais “democrático” seria a desregulamentação e a livre iniciativa privada. É preciso ponderar, no entanto, que nas primeiras décadas do século XXI, em nosso país, grandes grupos privados de comunicação parecem incapazes de responder aos sinais que o mercado dá ao setor, desde a expansão e popularização da Internet. A crise dos jornais impressos, a perda de audiência pelas emissoras de TV são questões às quais os empresários não conseguem responder a contento para manter a saúde de seus empreendimentos³.

De maneira geral, o impacto do neoliberalismo na economia mundial se sobrepõe aos governos reconhecidamente neoliberais, sendo também assimilado em algumas de suas características por governos socialdemocratas. Eric Hobsbawm (1995) pondera, por sua vez, que em meados da década de 1980, haveria razão para as críticas que sofria a administração estatal em países sociais-democratas como a Inglaterra. A rigidez, ineficiência e desperdício econômico das políticas da Era de Ouro não mais podiam ser encobertas pelo pleno emprego, propriedade e renda gerados por governos anteriores. Mas, o autor alerta que uma visão maniqueísta do Estado também se mostraria incoerente.

³ Só em 2021, onze veículos de comunicação de diversos segmentos fecharam no Brasil. Entre eles, destacamos a revista *Época*, do sólido Grupo Globo de Comunicação, e o *El País Brasil*, sucursal brasileira do grupo espanhol com presença transnacional.

Mesmo a esquerda britânica acabaria admitindo que alguns dos implacáveis choques aplicados à economia britânica pela sra. Thatcher eram necessários. Havia bons motivos para parte da desilusão com as indústrias administradas pelo Estado e com a administração pública, que se tornou tão comum na década de 1980. Apesar disso, a simples crença em que o capital era bom e o governo mau (nas palavras do presidente Reagan, ‘o governo não era a solução mas o problema’) não constituía uma política econômica alternativa. [...] Após catorze anos no poder, o mais ideológico dos regimes de livre-mercado, a Grã-Bretanha thatcherista, na verdade taxava seus cidadãos um tanto mais pesadamente do que eles os tinham sob os trabalhistas (HOBBSAWM, 1995 p. 401).

Em nosso país, no entanto, o neoliberalismo ganhou força após o fim da Ditadura Militar, mais preponderantemente durante a década de 1990. Época essa em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) ofereceu o perdão de parte das dívidas de países como Brasil, México, Argentina e Venezuela em troca de reformas institucionais neoliberais. “A crise do peso de 1995, a crise brasileira de 1998 e o total colapso da economia argentina eram resultados previsíveis” (HARVEY, 2014, p.85).

Entre as várias incoerências apontadas por David Harvey (2014) em seu estudo acerca do neoliberalismo no mundo, destacamos uma que é flagrante quando se observa o caso dos sistemas de radiodifusão em nosso país. A competitividade é uma das premissas para a saúde da economia para o neoliberalismo, no entanto, a regulamentação frouxa da imprensa de modo geral – o que abrange também os meios impressos e a Internet – favoreceu não a livre competição, mas a formação de conglomerados e monopólios concentrados em poucas famílias que dispõem de propriedade cruzada de meios de comunicação em nosso país. Esta tendência seria apenas um reflexo do que ocorre em outros mercados a nível mundial.

Embora as virtudes da competição recebam prioridade máxima, a realidade mostra uma crescente consolidação de poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de umas poucas corporações multinacionais centralizadas: o mundo da competição dos refrigerantes se reduz a Coca-Cola versus Pepsi, a indústria de energia se restringe a cinco enormes corporações transnacionais, e uns poucos magnatas da mídia controlam o fluxo de notícias, boa parte das quais se torna pura propaganda. (HARVEY, 2014, p. 93)

A ideia de notícias como propaganda ganha ênfase no contexto das mídias digitais e de redes sociais que vêm substituindo as mídias tradicionais enquanto fontes de informação para as classes trabalhadoras. Guy Standing (2017) aponta uma correlação entre o neoliberalismo e a tecnologia, em seu estudo sobre o trabalhador

precarizado, chamado por ele de precariado. O autor enfatiza que as redes sociais e a vida digital impactaram e reduziram a capacidade de processamento de informação, de consolidação da memória de longo prazo, e a capacidade de raciocínio diante de processos complexos e de formulação de novas ideias. “Resumindo, o precariado sofre de sobrecarga de informação sem um estilo de vida que pudesse dar aos seus membros o controle e a capacidade de peneirar a informação que é útil da que é supérflua” (STANDING, 2017, p. 41).

Este apontamento se faz relevante para a radiodifusão pública no Brasil em dois aspectos. O primeiro é que um sistema público poderia se colocar em posição de vanguarda diante deste quadro, amenizando o efeito dispersante das redes sociais com a oferta de programação plural, informação de qualidade – em tese, menos comprometida com os interesses do capital – e educativa. Em um segundo aspecto, diante deste quadro de diminuição da capacidade de raciocínio por conta de processos complexos, grandes setores da população parecem mais suscetíveis a defender pautas que vão contra os próprios interesses – como a defesa da exploração privada da radiodifusão por grandes grupos – ou a sentirem-se ressentidos com setores da sociedade que acessam direitos básicos que foram perdidos por grandes parcelas de trabalhadores precarizados. “Um trabalhador temporário com baixo salário pode ser induzido a ver o ‘parasita de benefícios sociais’ como alguém que obtém mais, de forma injusta e às suas custas” (STANDING, 2017, p. 41).

Corroborando essa visão, Harvey entende que o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso, passando a influenciar amplamente os modos de pensamento, incorporando-se às maneiras cotidianas com que muitas pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo. De maneira que ao Estado neoliberal caberia sobretudo controle sobre o valor da moeda e a manutenção da estrutura militar para a garantia da propriedade (HARVEY, 2014). Os defensores do neoliberalismo, hoje, estariam ocupando posições de destaque no campo da educação, nos meios de comunicação, em conselhos administrativos de instituições, entre outros.

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem estar-social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de

pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY, 2014, p.13)

O Estado neoliberal, para o autor, tem como função ainda a garantia das condições basilares para a existência e prosperidade do livre mercado. Assim sendo, deve proteger os contratos, o direito individual, as liberdades de ação, expressão e escolha. Uma vez que a chave da inovação e criação da riqueza é a empresa privada e a iniciativa dos empreendedores, espera-se a promoção de privatizações de ativos estatais e de setores diversos como educação, previdências, entre outros. Ou seja, a ação do Estado nessas esferas seria essencialmente prejudicial e manipulatória para a economia e o progresso da humanidade. Nesse contexto, o debate acerca de monopólios “naturais” – como os do setor de energia, saneamento e transportes – ganha ampla margem de controvérsias. Como resultado desse ideário político-econômico, tornam-se flagrantes casos de fracassos de mercado – a exemplo da questão ambiental – e casos de falhas competitivas – como no setor da Saúde nos Estados Unidos. Cabe ao Estado, ainda, atuar como “fiador” do Direito de propriedade intelectual, um fator decisivo para a viabilidade de negócio de empresas de qualquer setor produtivo.

O pressuposto neoliberal de perfeito acesso à informações e de igualdade de condições na competição parece ser ou inocentemente utópico ou um escamoteamento deliberado de processos que vão levar à concentração de riqueza e, portanto, à restauração do poder de classe. [...] Há, portanto, um vínculo constitutivo entre dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças das relações espaço-tempo, bolhas especulativas e a tendência geral de formação de crises no capitalismo. (HARVEY, 2014, p. 79)

Entre os precursores desse pensamento nos Estados Unidos, estão os economistas da Escola de Chicago, vinculados à The University of Chicago, onde professores do Departamento de Economia se contrapunham ao keynesianismo e defendiam um Estado ainda mais desregulado. Já a tarefa de difundir esse corolário pela América Latina coube aos chamados Chicago Boys, grupo de economistas chilenos, seguidores de Milton Friedman, que fizeram de seu país o pioneiro nesse modelo econômico. Não coincidentemente, isso se deu durante o governo autoritário de Augusto Pinochet. Para os teóricos da Escola de Chicago, como Milton Friedman, as forças econômicas de oferta, demanda, inflação seriam como forças da natureza, fixas e imutáveis (KLEIN, 2007).

Por mais de três décadas, Friedman e seus poderosos seguidores tiveram perfeitamente essa estratégia: esperar por uma grande crise, para então vender partes do Estado para setores privados enquanto cidadãos ainda estivessem se recuperando do choque, para então rapidamente fazer as “reformas” permanentemente. Em um de seus mais influentes ensaios, Friedman articulou a panaceia da tática central do capitalismo contemporâneo, que eu vim a entender como a doutrina de choque. Ele observou que “apenas durante a ocorrência de uma crise, as ações que são tomadas dependem de ideias que estão por aí. Eu acredito que é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, para mantê-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável”. (KLEIN, 2007, p.7, tradução nossa)⁴

Ou seja, longe de um exercício democrático de livre-escolha por uma política econômica radicalmente contrastante com o Estado de Bem-Estar Social, Naomi Klein identifica no que chama de “doutrina de choque” um *modus operandi* do avanço neoliberal a partir da década de 1970 entre os países capitalistas. Sobre o exemplo do Chile, a autora destaca ainda:

Ele estimou que “a nova administração tinha algo entre seis e nove meses para conseguir grandes mudanças, se não aproveitasse esse período para atingir grandes mudanças, não haveria outras oportunidades. [...] Friedman, primeiramente, aprendeu como explorar um choque em larga escala ou uma crise em meados dos anos 1970, quando ele atuou como conselheiro do ditador chileno, General Augusto Pinochet. Não apenas estavam os chilenos em estado de choque, após o violento Golpe de Estado de Pinochet, mas o país estava também traumatizado devido a uma severa hiperinflação. Friedman aconselhou Pinochet a impor uma rápida transformação da economia – cortes de impostos, livre comércio, serviços privatizados, cortes em gastos sociais e desregulação. Eventualmente, chilenos até viram suas escolas públicas serem substituídas por vouchers para escolas privadas. Essa foi a mais extrema transformação capitalista que já se tentou em qualquer lugar, e isso começou a ser conhecido como uma revolução da “Escola de Chicago”, já que muitos economistas de Pinochet estudaram com Friedman na Universidade de Chicago. (KLEIN, 2007, p.8, tradução nossa)⁵

⁴ For more than three decades, Friedman and his powerful followers had been perfecting this very strategy: waiting for a major crisis, then selling off pieces of the state to private players while citizens were still reeling from the shock, then quickly making the “reforms” permanent. In one of his most influential essays, Friedman articulated contemporary capitalism’s core tactical nostrum, what I have come to understand as the shock doctrine. He observed that “only a crisis occurs, the actions that are taken depends on the ideas that are lying around. That, I believe, is our basic function: to develop alternatives to existing policies, to keep them alive and available until the politically impossible becomes politically inevitable”. (KLEIN, 2007, p.7)

⁵ He estimated that “a new administration has some six to nine months in which to achieve major changes; if it does not seize the opportunity to act decisively during that period, it will not have another such opportunity. [...] Friedman first learned how to exploit a large-scale shock or crisis in mid-seventies, when

O consenso em torno do choque neoliberal tinha, deste modo, as crises como premissa para a legitimação da adoção de novas políticas econômicas. Os neoliberais defendem que o Estado de Bem-Estar Social e o keynesianismo - ou seja, o planejamento social e econômico central - não seriam exitosos em promover a retomada da acumulação ativa do capital em meados dos anos 1970. A alternativa neoliberal para a retomada do crescimento econômico se tornou hegemônica no final do século XX, ainda que sua aplicação não tenha gerado os bons resultados prometidos, ao contrário, percebeu-se o aumento dos níveis de desigualdade em países da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE).

Para além do efeito do “choque” que as crises políticas, econômicas e até ambientais oportunizavam para a implantação da ideologia neoliberal, Harvey (2005) evidencia a relação entre a mídia a formação do consenso neoliberal, destacando também a influência que grupos privados detém na regulamentação do Estado através do *lobby*. O autor enfatiza ainda a financeirização do setor produtivo - o que inclui a “indústria cultural”, bem como o crescimento do setor de comunicação.

Ambos os aspectos influenciam diretamente na tentativa de consolidação de um sistema de radiodifusão pública brasileiro, nos anos 2000. Por fim, tanto Klein (2007) quanto Harvey (2014) nos ajudam a contextualizar a crise que assolou a EBC a partir do Governo Temer em 2016, bem como a sua introdução no programa de privatizações do Governo Bolsonaro, enquanto exemplos de como a “doutrina do choque” – seja através de crises institucionais e/ou governos antidemocráticos – são catalizadores do processo de desestatização.

Na América Latina, David Ibarra (2011) destaca que no campo da exportação, o avanço do neoliberalismo teve como marcas o retorno da especialização na venda de produtos primários, e perda de competitividade na venda de produtos industrializados e serviços. O autor destaca ainda:

A queda da participação dos salários no ingresso mundial obedece à alta mobilidade geográfica do capital e suas

he acted as adviser to the Chilean dictator, General Augusto Pinochet. Not only were Chileans in a state of shock following Pinochet violent coup, but the country was also traumatized by severe hyperinflation. Friedman advised Pinochet to impose a rapid-fire transformation of the economy – tax cuts, free trade, privatized services, cuts to social spending and deregulation. Eventually, Chileans even saw their public schools replaced with voucher-funded private ones. It was the most extreme capitalist makeover ever attempted anywhere, and it became known as a “Chicago School” revolution, since so many of Pinochet’s economists had studied under Friedman at the University of Chicago. (KLEIN, 2007, p.8)

instituições financeiras de respaldo, ante o raquitismo político em escala global das organizações laborais contrabalançadoras. E, do mesmo modo, incide na incorporação massiva da força de trabalho da China e da Índia no mercado globalizado. (IBARRA, 2011, p. 242)

O avanço desse corolário, por sua vez, é apontado por diversos autores como responsável pelo desencadeamento de crises em diversas esferas, desde uma crise do pensamento social (JACOBY, 2001), passando por uma crise da democracia (CASTELLS, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; RANCIÈRE, 2014; SAAD FILHO; MORAIS, 2018) e até culminando em uma crise do próprio capitalismo (KLEIN, 2007). Em sua avaliação da experiência neoliberal, Perry Anderson destaca:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. (ANDERSON, 1995, p. 12)

No Brasil, mais especificamente no contexto da radiodifusão, cabe ressaltar que os vícios do legado da Ditadura Militar, bem como aqueles atribuídos à gestão de José Sarney – primeiro governo civil depois da Ditadura Militar - serviram de munição para a validação da teoria neoliberal e da defesa do Estado mínimo. “Trens da alegria”, funcionários fantasma, acomodação de cabos eleitorais, inexistência de concurso público, a Radiobrás no governo Sarney refletia todos os vícios discutidos a partir do conceito de Estado patrimonialista. A estatal criada sob o Regime Militar, enquanto parte da política de segurança nacional, quando abordada sob a ótica neoliberal parecia servir de exemplo de uma natureza inerentemente ineficiente da gestão estatal.

Neste mesmo período, entre 1985 e 1988, vale destacar também que o sistema privado de radiodifusão teve um crescimento acelerado, a partir do *boom* de concessões de rádio e TV para grupos empresariais regionais – alguns comandados diretamente por congressistas, em flagrante desacordo com a legislação do setor.

Nesse sentido, o neoliberalismo parece se refletir na apropriação dos ativos do Estado pelo setor privado da radiodifusão, através de um processo anti-democrático de outorgas de rádio e TV; enquanto que a radiodifusão estatal, como todas as demais empresas estatais, sofre críticas, por vezes infladas pela cobertura sensacionalista e tendenciosa de investigações sobre suspeitas de corrupção – como no caso da BR Distribuidora, durante o governo Sarney.

No entanto, segundo Ricardo Antunes (2005), o neoliberalismo só viria a pautar com mais ênfase o debate político, ganhando espaço na agenda do Executivo Federal, a partir de do governo de Fernando Collor. Collor teria inaugurado a retórica neoliberal, ainda que sua gestão a tenha sido errática e ineficiente nesse intuito, visto que o ex-presidente foi alvo de um processo de impeachment sem conseguir levar adiante seus projetos de privatização. A venda de ativos do Estado seguiu na pauta do Governo Itamar Franco, com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1992. Mas, o aprofundamento do neoliberalismo teria ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso, com privatizações no setor da energia elétrica, das telecomunicações, das estradas, da previdência, entre outros. Por fim, Antunes (2005) entende que o neoliberalismo persiste na base econômica do primeiro mandato do Governo Lula, mantendo o país vulnerável às oscilações do mercado externo.

Diante desse cenário nacional e internacional, é possível entender o porquê, no contexto que Antunes (2005) chamou de desertificação neoliberal, a radiodifusão pública não foi pautada pelos governos de turno durante a década de 1990. Nesse período, a Radiobrás permaneceu vulnerável ao aparelhamento que lhe fora característico desde a sua criação em 1975, passando por reformas a partir de 2003, até 2007, com a criação da EBC, com status de rede de radiodifusão pública, já no segundo mandato do Governo Lula. A EBC foi criada para gerir a radiodifusão pública em nosso país, em observância ao texto da Constituição Federal de 1988, primeiro marco legal a se referir a esse termo.

Dado esse panorama geral sobre o avanço neoliberal do exterior para o nosso país, na sequência desse capítulo apresentamos um panorama sobre agentes e principais perspectivas teóricas que estiveram envolvidos na inclusão da Radiodifusão pública no texto constitucional, em 1988, buscando mapear setores e grupos que exerceram influência sobre a Assembleia Constituinte. Busca-se entender, desta forma, como a ideia de Estado mínimo foi, em partes, sobrepujada na Constituição de 1988 ao ser prevista a consolidação de um sistema público - até então inexistente -

de radiodifusão. Para isso, começamos elaborando um panorama global da Radiodifusão Pública, o que nos permite uma maior compreensão do contexto em que esse debate se deu durante a Assembleia Constituinte, possibilitando ainda observar as origens das influências e as possíveis singularidades do nosso sistema público de radiodifusão.

1.1 RADIODIFUSÃO PÚBLICA EM PERSPECTIVA GLOBAL

Qualquer transmissão por ondas eletromagnéticas - sonoras, ou de som e imagens - corresponde ao que se entende como radiodifusão, tradução do inglês *broadcasting*. A radiodifusão da qual trata a Constituição do Brasil de 1988, em diversos artigos⁶, diz respeito a concessões de outorgas de rádio e televisão, a serem administradas pela figura dos radiodifusores. Os radiodifusores são as pessoas ou empresas que detêm outorgas de rádio ou televisão, que são de propriedade da União. Recebem concessões via outorgas conferidas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Congresso Nacional: é preciso ter dois quintos dos votos dos parlamentares para que seja concedida a outorga - de 10 anos para rádio e de 15 para televisão, podendo ser renovadas. A renovação se dá pelo Executivo e com aprovação do Congresso, o que deve ocorrer em até 45 dias. Para não ser renovada é preciso que haja dois quintos de votos nominiais contrários à renovação. Na prática, tem-se observado que a renovação costuma ser automática, o que dá indícios de vícios nos atos de concessão.

Ainda que nossa análise se restrinja ao contexto brasileiro, a natureza do objeto de estudo - radiodifusão - explicita relações e interações transnacionais. Sobre esse tema, na obra de Immanuel Wallerstein sobre o sistema-mundo, a comunicação e a interdependência econômica são tidas como dois dos fatores que promovem a unidade global (KUNTZ, 2013).

Uma questão importante para o debate acerca da História Global, no que se refere aos estudos sobre História da Mídia e Radiodifusão, é a crítica à História com perspectiva nacional e à História Mundial escrita com abordagens e perspectivas

⁶ São eles os Art. 21, 22, 48, 139, 155, 222 e 223 (BRASIL, 1988).

eurocêntricas. As pesquisas sobre radiodifusão, e até sobre a História da Imprensa de forma geral, costumam ter perspectivas nacionais⁷.

Entendemos que, nestes exemplos, a história tomada a partir de perspectivas e objetos nacionais pode ser um sintoma da escassez de financiamento, uma vez que a pesquisa em escala global exige um acesso a fontes e recursos que nem sempre são disponíveis ao pesquisador. Apesar destes e outros diversos fatores, a crítica que a História Global representaria à perspectiva nacional é a de que o papel do intercâmbio entre culturas, economias e sociedades poderia ficar obscurecido.

O conhecimento do mundo, portanto, estruturava-se institucional e discursivamente de tal forma que se obscurecia o papel das relações de intercâmbio. A História, na maioria dos lugares, limitava-se à história nacional. Em segundo lugar, as disciplinas acadêmicas modernas eram profundamente eurocêntricas. Situavam em primeiro plano os processos de intercâmbio da Europa e entendiam que a Europa era a força impulsora central da história do mundo. E o que foi ainda mais crucial: as ferramentas conceituais das humanidades e das ciências sociais se abstraíam da história europeia para com ela criar um modelo de desenvolvimento universal. [...] Assim pois, quando, do ponto de vista metodológico, as categorias particulares da Europa se impuseram sobre os passados de todos os outros, as disciplinas modernas trataram a todas as demais sociedades como colônias da Europa. (CONRAD, 2016, p.9)⁸

Sobre este segundo aspecto mencionado pelo autor, o do eurocentrismo das disciplinas modernas, entendemos que o mesmo é muito frequente nas pesquisas sobre história da mídia que pretendem expor uma perspectiva mundial. Estas acabam adotando o pressuposto de que os modelos e formatos de jornal, rádio e TV desenvolvidos nos Estados Unidos e Europa foram assimilados ou adaptados no resto do mundo. Essa ênfase em um “mundo” restrito à Europa Ocidental e aos Estados

⁷ É o que vemos, por exemplo, nas obras História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000 (2007) e História da comunicação no Brasil (2013), de Marialva Barbosa; e A Programação de rádios públicas brasileira (2012a) e No ar: a história da notícia de rádio no Brasil (2012b), de Valci Zuculoto. Nestes casos, em se tratando de pesquisas realizadas no Brasil, no âmbito de universidades públicas, acreditamos que o nacionalismo de perspectivas e/ou objetos é mais que uma escolha deliberada dos pesquisadores, mas também uma condição diante das demandas de recursos e tempo de financiamento das nossas agências de fomento.

⁸ El conocimiento del mundo, por lo tanto, se estructuraba institucional y discursivamente de tal forma que se oscurecía el papel de las relaciones de intercambio. La historia, en la mayoría de lugares, se limitaba a la historia nacional. En segundo lugar, las disciplinas académicas modernas eran profundamente eurocéntricas. Situaban en primer plano los procesos de cambio de Europa y entendían que Europa era la fuerza impulsora central de la historia del mundo. Y lo que fue aún más crucial: las herramientas conceptuales de las humanidades y las ciencias sociales hacían abstracción de la historia europea para crear con ella un modelo de desarrollo universal. [...] Así pues, cuando desde el punto de vista metodológico las categorías particulares de Europa se impusieron sobre los pasados de todos los otros, las disciplinas modernas trataron a todas las demás sociedades como colonias de Europa. (CONRAD, 2017, p.9)

Unidos - principais eixos comparativos - podem ser encontradas em *História da Imprensa* (1996), do espanhol Pizarroso Quintero, e em *Uma História social da Mídia: de Gutenberg à Internet* (2016), dos ingleses Asa Briggs e Peter Burke.

Quando tratamos da radiodifusão, sobretudo, é sensível a mudança de discurso sobre os países da “margem”. No trabalho de Briggs e Burke (2016) sobre o rádio na Europa dos anos 1930, por exemplo, destacam que no Leste Europeu a rádio estatal sofria a influência da propaganda soviética, e que na da Itália e na Alemanha, escutava-se as propagandas fascista e nazista respectivamente. Já o modelo posto em prática com John Reith na BBC de Londres, no mesmo período, é elogiado pelos autores pelo lema de “informar, entreter e educar”, como se esta fórmula blindasse o sistema inglês de qualquer tipo de viés de propaganda política. A mesma postura acrítica os autores mantêm sobre o sistema francês de rádio pública.

A denúncia sobre perspectivas que subalternizam e estigmatizam a diferença é abordada pela perspectiva decolonial - ainda que os exemplos anteriormente citados, da Rússia, Itália e Alemanha, não possam ser consideradas como em posição de subalternidade colonial diante da expansão da modernidade europeia. A omissão de informações sobre a mídia e a radiodifusão na América Latina, África e países asiáticos em obras que se lançam à narrativa da História da Mídia no globo, por sua vez, é um sintoma de que existe uma concepção de mundo em que alguns países não possuem relevância ou conexão com o desenvolvimento dos demais, o que coloca em descrédito algumas iniciativas de história universais ou mundiais.

O neoliberalismo com sua ênfase no mercado e no consumo não é apenas uma questão econômica, mas uma nova forma de civilização. A atual impossibilidade ou falta de credibilidade de histórias universais ou mundiais não é postulada por uma teoria pós-moderna, mas pelas forças econômicas e sociais a que geralmente nos referimos como globalização e pela emergência de formas de conhecimento que foram subalternizadas nos últimos quinhentos anos, dentro dos projetos globais mencionados - isto é durante o projeto de expansão planetária que aqui chamo colonialismos modernos e modernidades coloniais. (MIGNOLO, 2003, p. 47)

No entanto, é importante salientar que, no campo de pesquisa sobre a Radiodifusão, obras como *A radiodifusão pública resiste: a busca por independência no Brasil e no Leste Europeu* (2018), de Octavio Pieranti, representam inovação em termos de perspectiva. O autor estabelece relação entre os sistemas públicos de radiodifusão do Brasil e países do Leste Europeu a partir da transição de sistemas estatais para públicos, num contexto de abertura política e avanço do neoliberalismo

nesses países. Esse não é um caso isolado: voltando ao exemplo de pesquisadores ingleses, temos a escola de Westminster, cujos expoentes James Curran e Colin Sparks se dedicaram a estudar como a Economia Política da Comunicação se caracterizava em países da “margem”.

1.1.1 Sistemas de radiodifusão públicos: uma questão de conteúdo e financiamento

Seria custoso, se não inviável, apresentar um panorama completo a nível mundial dos sistemas públicos de radiodifusão. É importante mencionar que as noções de radiodifusão estatal e pública não são tão simples de se distinguir quando olhamos para exemplos práticos. Na teoria, os sistemas públicos contam com maior independência em relação ao Estado no que tange à sua gestão orçamentária e à produção de conteúdo. Como expoente deste modelo, tem-se a *British Broadcasting Company* (BBC), entre outros exemplos europeus.

Segundo Peter Burke e Asa Briggs (2004), o início da radiodifusão no mundo teve início com o radioamadorismo e o uso militar do meio, em 1912, por exemplo, havia 122 clubes de transmissão sem fio nos Estados Unidos. Sobre a expansão da radiotransmissão, os autores salientam que, tanto para a Grã-Bretanha quanto para os Estados Unidos, o ano de 1922 foi o da transição entre o radioamadorismo para a radiotransmissão via grandes emissoras. Os pesquisadores comparam ainda o modelo britânico de rádio da BBC com o dos Estados Unidos e demais países europeus nas primeiras décadas do século XX. Enquanto em Londres o correio britânico estabeleceu o monopólio com a *British Broadcasting Corporation* (BBC), nos Estados Unidos, David Sarnoff, mobilizou comerciantes e fabricantes de rádio, já que acreditava que a própria indústria é quem deveria patrocinar as emissoras, pois ao contrário venderiam ao público “um refrigerador sem gelo” (BRIGGS; BURKE, 2016, p.197).

Neste momento, então, os autores consideram que haviam sistemas comerciais e estatais, o primeiro voltado à conquista da audiência por meio de programas de “variedades” e o segundo por meio de programas “educativos”. Além disso, no período anterior a 1945, ressaltam ainda a existência dos modelos de programação propagandista italiana, marxista-leninista russa, nazista alemã e a francesa. Essa última, assim como a britânica, estava interligada aos serviços de

correios, mas, por sua vez, não formava um monopólio, competindo com mais treze emissoras no país. Para os autores, nesse cenário, a natureza da gestão e da produção de conteúdos pela BBC de Londres seria singular.

Algumas eram comerciais; outras, controladas pelo governo; outras, ainda, como a BBC, moldada por John Reith (1889-1971), não eram comerciais e nem controladas pelo governo. Reith foi o primeiro gerente-geral da British Broadcastig Company e a partir de 1927 o primeiro diretor-geral da British Broadcasting Corporation, uma nova forma de instituição de radiodifusão, teve um adjetivo inspirado em seu nome, 'reithiano': para ele, "serviço público" significava o poder de operar a radiodifusão com autonomia em relação ao governo. A nova BBC operava sob uma carta régia e não sob uma lei do Parlamento. (BRIGGS; BURKE, 2016, p. 202)

De maneira que o modelo de radiodifusão que conhecemos como pública guarda relação direta com a experiência de John Reith na BBC. Em 1922, Reith passou a compor os quadros da empresa, seu lema para produzir a programação do rádio, inspirado no pioneiro do rádio nos Estados Unidos, David Sarnof, se baseava na expressão "entreter, informar e educar". Ele deixou de atuar na empresa em 1938, acusado de demonstrar simpatia por líderes como Mussolini e Hitler (BBC, 2018).

Em sua trajetória na BBC foi, num primeiro momento, reconhecido pela destreza em conseguir anúncios comerciais rentáveis para a empresa, ainda que posteriormente tenha ele mesmo elaborado a proposta de torná-la pública, vindo a ser gerida com financiamento público a partir de 1927. Até 1955, quando nasceu a ITV (Independent Television), a BBC monopolizou a oferta de mídia eletrônica no Reino Unido, com emissoras de rádio e TV. Sendo que o mercado comercial de rádio só foi aberto em 1972.

A ocupação do espectro analógico de televisão do Reino Unido foi, enfim, concluída em 1997, com a chegada do Channel Five, somando-se aos canais BBC 1, BBC 2, ITV 1 e Channel 4. BBC 1 e BBC 2 são emissoras públicas (mantidas com recursos da licença anual). ITV 1, Channel 4 e Channel 5 estão autorizados a operar comercialmente, ainda que sobre regras com o objetivo de fazer que atendam a princípios do interesse coletivo, uma vez que recebem subsídios públicos para cumprir seu papel como integrantes do sistema, respeitando critérios ligados à qualidade e à regionalização da programação. Os subsídios chegam a 430 milhões de libras, quantia correspondente ao valor que esses canais deixaram de pagar pela licença de uso do limitado espectro eletromagnético. (ROTHBERG, 2011, p. 46)

Quando se refere à integração dos canais ao "sistema", o autor se refere ao *Public Service Broadcasting* (PSB). Outras emissoras foram criadas posteriormente,

mas já utilizando de concessões do sinal digital. Sem a intenção de abordar as especificidades de todos canais compõem o sistema britânico, mencionamos a trajetória de instituição de algumas emissoras para apontar que, diferentemente do Brasil, há no Reino Unido a premissa de que não apenas o serviço público de comunicação deve produzir conteúdo de qualidade e com respeito ao interesse público, mas também os canais privados devem fazê-lo, uma vez que exploram concessões públicas.

Para regular a qualidade da programação dos canais do PSB, bem como avaliar a adequação do subsídio cobrado dos cidadãos para o financiamento das emissoras públicas, foi instituído, em 2003, o *Office of Communications* (Ofcom). O órgão tem suas funções definidas por lei, mas é composto por especialistas que devem agir de forma independente do governo.

Ainda que o exemplo da BBC seja pertinente quando se trata de radiodifusão pública, é preciso ponderar que a sua atuação não pode ser vista de forma ingênua ou apolítica. Desde a década de 1930, há veiculação de programação voltada aos demais países do Império Britânico e, na sequência, para outros de interesse estratégico, iniciando o serviço em línguas estrangeiras, como árabe e português. Atualmente, a BBC veicula, através da Internet e demais meios, conteúdo informativo em 33 idiomas. Sem nos aprofundarmos nesse debate, não é possível considerar que tal investimento de recursos financeiros e de pessoal se deve pura e simplesmente à vocação de “educar, entreter e informar”⁹.

⁹ Enquanto as bases do sistema público britânico se consolidavam a partir da experiência de John Reith, no Brasil, encontramos em Edgar Roquette-Pinto o pioneiro da rádio educativa, a qual, ressalvadas as singularidades, é a mais próxima experiência que tivemos na época do que se pode entender hoje como radiodifusão pública. Antes de dedicar-se à promoção e expansão do rádio, no Brasil, Roquette-Pinto atuou como antropólogo, em viagens exploratórias com Marechal Cândido Rondon. Essas experiências marcaram sua vida e impactaram na sua concepção de radiodifusão. “Em seu caderno de campo, ele anotou: ‘lutar contra a distância deve ser o grito nacional. Ela é a inimiga da nossa prosperidade, da nossa força, da nossa cultura moral.’” (BOJUNGA, 2017, p.193) O homem obcecado por rios e estradas, conheceu o rádio através do experimento Le-Fèvre, de Reins, durante a inauguração das estações radiotelefônicas do Corcovado (SPC) e Praia Vermelha (SPE), durante as festividades pelo centenário da Independência do Brasil em 1922. Na época havia uma legislação que proibia a prática da telefonia (STF) sem fios por questões de segurança nacional. Por isso, quando os membros da Academia Brasileira de Ciências fundaram no dia 23 de abril de 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, este foi também um ato de transgressão. Na primeira transmissão, Roquette-Pinto anunciava que o Brasil receberia “*livremente o conforto moral da ciência e da arte pelo milagre das ondas misteriosas que transportam, silenciosamente no espaço, as harmonias*” (BOJUNGA, 2017, p. 201). O regulamento que proibia que as pessoas tivessem um receptor de galena foi revisto. De maneira que no dia 11 de maio daquele ano foi ao ar a primeira transmissão “legal” da Rádio Sociedade. Até 1925, a programação da rádio não era regular, mas já havia pelas manhãs a leitura das principais notícias feitas pelo próprio Roquette-Pinto, que também comentava e contextualizava em suas palavras as notícias lidas. Os demais horários eram ocupados com programação com números musicais (discos

Ainda sobre o conceito de “radiodifusão pública”, podemos observar que há certa arbitrariedade no seu emprego, é que observamos no mapeamento, realizado em 2017, pela SWI¹⁰. Em artigo publicado no site da instituição, foram reunidos dados sobre a presença, o financiamento e confiabilidade da radiodifusão pública nos países citados. Em resumo, foram elencados os exemplos suíço, estadunidense¹¹, britânico, espanhol, chinês, tunisiano, brasileiro, russo e japonês. Destacando-se que desses países, Suíça, Grã-Bretanha, China e Japão mantinham seus sistemas com taxas de audiovisual¹²; e os demais eram mantidos com receitas públicas, podendo também contar com verbas publicitárias como no caso da Tunísia.

É interessante considerar que, no que se refere ao exemplo brasileiro, a matéria da SWI menciona que a EBC advém da antiga Radiobrás, mas no texto ambos são considerados exemplos de sistemas públicos – sendo que a própria legislação brasileira considera a Radiobrás como sistema estatal. Já no caso russo, a radiodifusão pública é considerada inexistente, uma vez que a SWI considera as emissoras soviéticas como estatais e que, após a derrocada do regime, a transição

de música clássica, amigos que tocavam piano e cantavam) matéria instrutiva (cursos de biologia, fisiologia, geografia e línguas), ao que parece coadunar com o lema de Reith “Entreter, informar e educar”. Para Roquette-Pinto o rádio seria “a escola dos que não têm escola”. Com o Estado Novo, na década de 1930, os reclames passam a ser autorizados no rádio o que permitiu a expansão do meio através do sistema comercial. Em dezembro de 1933, Roquette-Pinto é convidado a assumir a Seção de Museus e de Radiodifusão. Já no novo posto, em janeiro de 1934, ele inaugura a Rádio Escola Municipal com funcionários e equipamentos da Rádio Sociedade. Em 1936, incapaz de se adequar às novas exigências técnicas, Roquette-Pinto doa a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e da Cultura, o que marca o nascimento da Rádio MEC. Para Zuculoto (2012), esta fase do rádio em que se deu a atuação marcante de Roquette-Pinto, entre os anos 1920 e 1940, é a primeira fase da radiofonia pública brasileira, marcada pelo pioneirismo em direção a um sistema educativo. Entre as décadas de 1940 e 1970, a autora evidencia o desenvolvimento do sistema educativo, com a Rádio MEC como exemplo de rádio educativo para as demais, com a rádio comercial em plena Era de Ouro, com a estatização da Rádio Nacional e com a criação de rádios universitárias como a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1957. Entre os anos 1970 e 1980 a autora enuncia que a Radiodifusão pública entraria em sua terceira fase, a Era de Ouro da Rádio Educativa. Com a intensificação das políticas de incremento da radiodifusão pelos militares e de projetos grandes de educação não formal pelo rádio, como o projeto Minerva. Já nos anos 1990, na quarta fase da radiodifusão pública, houve uma explosão das rádios educativas e universitárias, e as próprias emissoras passaram a se autodenominar públicas. A quinta e última fase apontada pela autora, seria a partir dos anos 2000, marcada pela busca por Sistema Público de Rádio, inclusive com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por gerir a radiodifusão pública.

¹⁰ SWI é a sigla para swissinfo.ch é a unidade internacional da Sociedade Suíça de Radiodifusão e Televisão (SRG SSR).

¹¹ Ainda que a PBS não seja considerada tão expressiva quanto à BBC, e que nos Estados Unidos a TV comercial tenha uma relevância em volume de produções e de mercado como poucas no mundo, a presença e a produção da PBS não podem ser minimizadas quando levamos em conta que um programas infantis mais famosos do mundo, e adaptado em dezenas de países, a *Sesame Street*, ou Vila Sésamo, é uma criação desta radiodifusora pública.

¹² No caso suíço impostos vinculados a uma taxa fixa anual por cada lar; no caso inglês, à posse de aparelhos de rádio e TV; no caso chinês, ao acesso à TV digital; e no caso japonês, há uma taxa fixa para cada lar, onde aqueles que possuem TV por satélite pagam mais (SWI, 2017).

se deu para o sistema privado. Sem sermos taxativos nesta questão, pode-se observar que, para além da natureza de marcos regulatórios e a independência do conteúdo e fontes de financiamento, a distinção entre o conceito de radiodifusão pública e estatal também pode estar permeada pelo viés ideológico do interlocutor, dentro e fora da academia.

Sobre a confiabilidade dos veículos públicos nesses países, o artigo da SWI expõe, com base em informações de seus próprios correspondentes internacionais, que na Espanha tem-se denunciado um maior viés governista nos últimos anos; na Tunísia os veículos públicos também são tidos como canais porta-vozes do governo; e na China o viés governista não chega a ser percebido como um demérito. Sobre o Brasil, também se destacou a proximidade da empresa com o governo, no entanto, deu-se maior ênfase à hegemonia da mídia privada.

A EBC é administrada por um corpo independente (Conselho de Administração), mas tem fortes ligações com o governo. Membros da direção podem ser mudados segundo as pessoas que estão no poder. Os cidadãos consideram a empresa muito próxima do governo e as mídias privadas são muito mais fortes e influências do que as mídias públicas no Brasil. A audiência da TV Brasil, o canal de televisão da EBC é de aproximadamente 0,14% segundo dados recentes. (SWI, 2017)

Mas, os sistemas de radiodifusão públicos não existem apenas nesses sete países, podem ser vistos em diversas nações da América Latina e dos continentes africano e asiático. No caso da América do Sul, por exemplo, o Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina¹³ mapeou 140 emissoras públicas nos países que compõem o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul Americanas (UNASUL), que são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela (DEL BIANCO ET AL, 2015).

Entre 2019 e 2014, países como Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai estabeleceram marcos regulatórios para garantir a redistribuição do espectro eletromagnético, de maneira a desconcentrar os canais abertos majoritariamente ocupados por oligopólios familiares, oportunizando uma redistribuição mais justa entre emissoras privadas, públicas, estatais e comunitárias. Isso decorreu, a partir dos anos 2000, da revalorização da radiodifusão pública, em grande medida pelos governos populares eleitos durante a década. Nessa época, as emissoras estatais, educativas

¹³ Observatório vinculado ao o Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ou institucionais – as quais foram a base da estruturação dos sistemas públicos – amargavam más condições em termos de administração, sofrendo grande influência política; falta de recursos e programações pouco atrativas.

O movimento de revalorização da Radiodifusão Pública – que se refletiu em esforço legal e alocamento de recursos – não foi ignorado pelos setores da mídia privada, que reagiram a esse movimento com denúncias de ofensa à liberdade de imprensa (DEL BIANCO ET AL, 2015). Nélide Del Bianco *et al* mencionam o posicionamento contrário da Sociedad Interamericana de Prensa (SIP); da Asociación Boliviana de Radiodifusoras (ASBORA); e os processos de inconstitucionalidade – não procedentes – movidos pelos empresários do setor contra a *Ley de Meyos* argentina. Da mesma forma, agem os empresários do setor de Telecomunicações no Brasil, que se usam de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, com depósito do valor em juízo, para que seus tributos não sejam direcionados à EBC, ainda que a lei que direciona esse recurso à empresa não implique em nova taxaçoão para as empresas do setor.

O que nos traz, por fim, à questão do financiamento da Radiodifusão Pública no continente. A tradição é que seja mantida por financiamento estatal, podendo se dar a partir da criação de fundos públicos formados e vinculados a taxaçoões de segmentos econômicos, como ocorre nos casos argentino, colombiano, venezuelano e brasileiro – ainda que os tributos recolhidos do Fundo de Fiscalizaçoão das Telecomunicações (Fistel) no Brasil sigam sob *judice*. O autofinanciamento, através de verbas publicitárias, é o mais incomum e apenas observado no caso chileno. Já o sistema de financiamento misto, com verbas públicas e publicitárias, é observado em países como o Peru e o Uruguai.

Após discorrermos sobre o conceito e algumas singularidades da radiodifusão pública no Brasil e no mundo, abordamos os sistemas públicos que têm como origem um processo de transição a partir de sistemas estatais, como é o caso da EBC que provém da estrutura da Radiobrás.

1.1.2 Sistemas de radiodifusão públicos de transição

Há sistemas públicos de radiodifusão cujo passado está ligado a sistemas de radiodifusão estatais. Ou seja, esses sistemas compartilham entre si a singularidade de terem herdado estrutura física e de pessoal de sistemas estatais. Isso significou

desafios, em muitos casos, tais como, lidar com o estigma do conteúdo “propagandístico” e “governista” perante a audiência; a obsolescência dos recursos de infraestrutura e tecnologia – uma vez que os Estados tendem a cortar recursos de empresas dependentes quando em momentos de crise –; e uma cultura organizacional em que se percebe desde a prática da autocensura até posturas críticas e combativas aos interesses dos governos de turno (BUCCI, 2008; PIERANTI, 2018). A já mencionada obra de Octavio Penna Pieranti (2018), que se dedica a uma pesquisa comparada, apresenta-nos um panorama sobre como ocorreu a transição dos sistemas estatais de países do bloco socialista, após a queda da União Soviética, com o processo de transição vivenciado no Brasil com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a partir da estrutura, física e de pessoal, da Radiobrás.

A Radiobrás foi uma estatal criada, em 1975, pelo Governo militar, como um reflexo das políticas de promoção da união (por meio de conteúdos que inspirem o orgulho pela pátria) e da segurança nacional (por meio da prática do *radio jaming*, quando estruturas são montadas de forma proposital para causar interferência em sinais de emissoras estrangeiras indesejadas).

Sobre a transição entre sistemas estatais e públicos, para Pieranti, existem três modelos de que podem ser observados no bloco dos países socialistas, a partir do fim do regime socialista. Seriam eles o de incorporação, o de desagregação e o de continuidade.

Três modelos distintos de transição poderão ser observados nas páginas seguintes: (a) o de incorporação, no qual a emissora do bloco socialista foi incorporada por outra, antes pertencente a um país distinto (caso da Alemanha Oriental); (b) o de desagregação, em que a emissora foi cindida, tal como o país ao qual pertencia (casos de Iugoslávia, Tchecoslováquia e União Soviética); e (c) o de continuidade, em que a transição rumo ao PSB foi feita a partir da mesma estrutura existente antes da derrocada do regime socialista (demais países). (PIERANTE, 2018, p. 77)

No caso do sistema da Alemanha Oriental, com a estatal de rádio Rundfunk der DDR e a de TV Deutscher Fernsehfunk (DFF), as emissoras socialistas foram incorporadas pela emissora pública da Alemanha Ocidental, a Deutsche Welle. Em operação desde 1953, a Deutsche Welle é considerada um dos expoentes da radiodifusão pública no mundo. Assim como a BBC de Londres, transmitia em outros idiomas, em um total de 29, para diversos países. É pertinente pontuar que a Deutsche Welle passou a conter programação televisiva a partir da incorporação da equipe e da

estrutura da RIAS-TV, estação ligada à USIA estadunidense, que transmitia propaganda anticomunista para o leste europeu. Esse contexto nos permite entender o porquê de o processo de incorporação ter se dado de forma semelhante a uma anexação, marcado por demissões em massa e sentimento de superioridade por parte da empresa e funcionários ocidentais (PIERANTE, 2018).

No campo da radiodifusão, a crítica ao novo modelo, formulada, por exemplo, por Hoffman-Riem (1991) e Hickethier (1998), centra-se no fato de que havia vários caminhos possíveis, inclusive capazes de reestruturar o modelo de radiodifusão pública de toda a Alemanha. Discussões foram feitas neste sentido, mas, na radiodifusão (e em outros setores), a decisão ficou restrita a um grupo pequeno de pessoas provenientes, em grande parte, da Alemanha Ocidental, ainda que momentaneamente deslocadas para trabalhar nas estruturas orientais. (PIERANTE, 2018, 90)

Algo semelhante perpassa a experiência narrada por Eugênio Bucci (2008) em sua obra autobiográfica, na qual aborda sua experiência enquanto último gestor da Radiobrás até a criação da EBC. Bucci também operou demissões e deixou transparecer a visão de que a equipe que ele trouxe “do mercado” – no caso da mídia privada – seria naturalmente mais capaz, tanto para a gestão administrativa quanto para a produção de conteúdo. Ler seu relato em primeira pessoa dá-nos a impressão de que, para manter retórica sobre a superioridade dos profissionais do mercado em detrimento dos da estatal, Bucci busca ofuscar sua própria trajetória de atuação política – na juventude integrou o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo nomeado para a direção da EBC, no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2007). Em sua narrativa, em tom combativo, o ex-gestor parece se posicionar enquanto um crítico e opositor da experiência do PT no campo da comunicação, minimizando ou buscando dirimir sua atuação direta como parte do *staff* que esteve à frente da gestão do setor de comunicações no Governo Lula.

Ainda sobre os modelos de transição, o de desagregação é o menos afim ao que ocorreu no Brasil, mas não menos digno de nota. Se refere ao desmembramento de empresas de radiodifusão que ocorreu nos países onde houve uma desagregação territorial, com a criação de novos países. Esses foram os casos da Jugoslovenska Radiotelevizija, da Iugoslávia; a Československá televize (CST), da Tchecoslováquia, e o Comitê Estatal de Radiodifusão Televisiva e Radiofônica da União Soviética (Государственный комитет СССР по телевидению и радиовещанию),

popularmente conhecido como Gosteleradio da União Soviética (Гостелерадио СССР).

Sobre esses sistemas, chama-nos atenção o da Iugoslávia, no que se refere à autogestão e à maior presença de pluralidade e leis que previam o direito à livre expressão nos veículos públicos. A influência do Estado teria sido menos centralizadora, não apenas no setor de radiodifusão, mas na gestão de empresas de forma geral. Tinha-se a visão de que os meios de produção pertenciam ao povo, cabendo ao Estado apenas operacionalizar a sua gestão. A governança do setor empresarial envolvia organizações como o Conselho de Trabalhadores, eleito pela assembleia geral. O Conselho de Trabalhadores supervisionava a atividade empresarial, elegendo dirigentes e executivos para mandatos de quatro anos com a possibilidade de recondução. Os preços de produtos e serviços eram variáveis de acordo com o mercado, assim como os salários variavam de acordo com o faturamento do mês. No caso da radiodifusão, é pertinente destacar que a programação contava com conteúdos críticos e que a presença de verbas publicitárias era relevante, chegando a compor 23% do total do orçamento do setor entre meados dos anos de 1960 e de 1970 (PIERANTE, 2018).

No que concerne especificamente à gestão da empresa de radiodifusão, o modelo de autogestão mudou com a derrocada do socialismo, a partir da década de 1990. Quando se observa que há uma centralização e estatização da radiodifusão pública nos novos países, como no exemplo da Croácia:

Na Croácia já independente, de acordo com lei de 1991, o governo definiria quais empresas controladas pela sociedade passariam a ser controladas pelo Estado (em um processo conhecido por “nacionalização”) e quais seriam privatizadas. Foi criada a Agência para Reestruturação e Desenvolvimento (ARD), cujos dirigentes eram indicados pelo governo, e sua função era supervisionar esse processo e definir diretorias de cada empresa que, por sua vez, definiriam os rumos das empresas (nem sempre com o apoio dos trabalhadores e dirigentes anteriores). Como resultado, a maior parte dos meios de comunicação passou a ser estatal ou de propriedade de correligionários do HDZ, o principal partido local (KREŠIĆ, 2012). (PIERANTE, 2018, 97-98)

Esse exemplo remete-nos ao caso brasileiro pós-Golpe de 2016 (JINKINGS et al, 2016), quando o sistema público, ainda fragilmente estabelecido, teve seus mecanismos de autogestão desrespeitados, mediante decreto que alterou o estatuto

da EBC para permitir a demissão de seu diretor no meio do mandato e o aparelhamento na nomeação do novo dirigente¹⁴.

Outro exemplo importante quando se refere aos sistemas de transição por desmembramento é o da União Soviética. Ainda que a radiodifusão pública russa – o maior Estado que se constituiu após o desmembramento - tenha sido marcada pelo investimento de capital privado, no Azerbaijão tem-se um caso semelhante ao brasileiro. Lá o sistema de radiodifusão estatal foi preservado, sendo reconhecido legalmente, enquanto que o público foi criado em complementariedade, da mesma forma que o fez a Constituição Brasileira de 1988.

Por fim, menciona-se a transição de continuidade, que seria característica de todos os demais países do bloco: Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia. Ou seja, assim como no Brasil, a estrutura material e de pessoal da radiodifusão estatal foi a base da criação e consolidação do sistema público.

Cabe ressaltar ainda que, em diversos países, no que tange à produção e aos formatos de conteúdos, o processo de transição já estava em curso antes da derrocada do regime socialista. Para exemplificar, pode-se recorrer ao exemplo romeno. A Televiziunea Română (TVR) era a emissora de TV estatal, enquanto a Rádio Română era a empresa responsável pelas rádios. Em 1964, a TVR assinou acordo de cooperação técnica com a BBC de Londres e, a partir de então, produções inglesas passaram a ser veiculadas, assim como os formatos da programação da BBC passaram a influenciar as produções romenas.

Na década de 1970, chegou-se ao auge da produção de conteúdos educativos - sobretudo os infantis -, entretenimento e informativos - incluindo a presença de conteúdo crítico -, nos veículos estatais. Esse cenário mudou dramaticamente a partir da década de 1980, quando a produção de programas foi reduzida diante da crise econômica que afetava de forma sensível o setor de energia. Em 1989, a produção estava tão reduzida que em cadeia nacional só havia a transmissão de veículos

¹⁴ Marcando o retorno do caráter autoritário da gestão estatal da comunicação, em 2016, Michel Temer interrompe a gestão o então presidente da EBC, Ricardo Melo – iniciada em maio de 2016 e que deveria se encerrar em 2020 – intervindo diretamente na empresa, ao nomear para seu lugar o jornalista Laerte Rímoli. Ainda que com formação na área, Rímoli é um nome de difícil dissociação em relação ao governo por ter sido assessor político do candidato Aécio Neves, quando disputou a presidência pelo PSDB, em 2014. Ricardo Melo até conseguiu voltar para empresa recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas o presidente Temer alterou o texto do estatuto da EBC que previa mandato fixo aos gestores e garantiu o mandato de Rímoli. De volta à empresa, Laerte promoveu 30 demissões. O Conselho Curador da EBC foi extinto também por decreto de Temer (SILVA, 2018).

estrangeiros como a rádio Free Europe, a Voz da América e a BBC, cuja programação em grande parte continha propaganda anticomunista.

Entendemos que os sistemas de transição dialogam bem com a experiência brasileira, uma vez que, como já mencionado anteriormente, a criação da EBC, em 2007, incorporou recursos materiais e de pessoal da estatal Radiobrás.

E para entendermos a transição da Radiobrás para a EBC, na sequência, analisamos o contexto histórico do primeiro marco da Radiodifusão Pública no país: a promulgação da Constituição de 1988. Para isso, primeiramente, abordamos o contexto da Radiodifusão como um todo, desde a gestão da Radiobrás até o *boom* concessões de rádio e TV a grupos privados, durante o governo de José Sarney.

1.2 RADIOBRÁS E O FANTASMA DA TESE PATRIMONIALISTA

Durante o governo do presidente José Sarney (1985-1989) temos dois importantes – e contraditórios – marcos para a radiodifusão brasileira: o aumento desenfreado do número de concessões de rádio e TV para grupos privados e religiosos; e a publicação da Constituição de 1988, na qual pela primeira vez utiliza-se a denominação de “radiodifusão pública”.

Antes disso, tinha-se os sistemas privado e estatal, esse último representado, a nível federal¹⁵, pela Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás)¹⁶. Empresa que, durante o governo Sarney, sofreu com a dilapidação do seu patrimônio, através da venda de canais de rádio e TV e imóveis, enquanto que o sistema privado de radiodifusão viveu um crescimento acelerado, a partir do *boom* de concessões para grupos empresariais regionais – ressaltando que alguns eram comandados por

¹⁵ Distinção que se faz oportuna uma vez que há importantes e tradicionais empresas não comerciais no setor de radiodifusão educativas, a nível estadual, tais como a paulista Fundação Padre Anchieta e a gaúcha Fundação Cultural Piratini.

¹⁶ Para entender esse quadro, é preciso considerar as origens do sistema estatal. A criação da Radiobrás se deu ainda no regime civil-militar, através da Lei nº 6.301 de 1975, que autorizava o Poder Executivo a constituir uma empresa para explorar o serviço de radiodifusão das emissoras oficiais, e pelo Decreto nº 77.698, de 27 de maio de 1976, que constituiu a empresa de fato nomeando-a Empresa Brasileira de Radiodifusão. Poucos anos depois, a Lei nº 6.650 de 27 de maio de 1979, decretou ainda a criação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) subordinando a ela a Radiobrás e a recém criada Empresa Brasil de Notícias (EBN). Esse momento foi marcado por muitas mudanças em relação às empresas de comunicação do governo. A criação e extinção das mesmas aconteceu diversas vezes em questão de poucos meses. Por exemplo, em 1980, a Secom foi extinta por Figueiredo através do decreto nº 85.550, de 18 de dezembro, que também subordinou a EBN ao Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1981, no mês de janeiro, duas secretarias foram instituídas: a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de Imprensa. Ambas foram logo extintas com o decreto n. 85.795 de 9 de março do mesmo ano, que instituiu a Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID).

congressistas. Este subcapítulo dedica-se a apresentar um panorama da radiodifusão no Brasil na iminência da promulgação da Constituição de 1988, uma vez que se entende que a gênese da Radiodifusão Pública brasileira não seria inteligível sem se considerar o tensionamento existente entre os sistemas estatal e privado.

Sobre o sistema estatal, é importante considerar que a Radiobrás - criada sob a égide da “segurança nacional” e chefiada por militares -, no Governo Sarney, passou a ser gerida por pessoal da área de comunicação, alguns dos quais, como abordaremos adiante, ligados ao Grupo Globo. Por outro lado, não há significativos avanços em termos de diversificação e ampliação da audiência e produção de conteúdos. O que se percebe é a dilapidação do patrimônio da empresa em detrimento de uma política sistemática de favorecimento dos grupos privados, sendo que o próprio presidente e seu ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, serão diretamente beneficiados com o *boom* de concessões de rádio e TV e o estreitamento de relações com o Grupo Globo que se dá nesse período, como abordaremos mais adiante.

Sobre o número de concessões de outorgas e licenças de rádio e TV, este foi o maior visto até então, como demonstram os dados a seguir:

O salto de concessões no governo Sarney pode ser observado pela comparação das estatísticas. De 1922 a 1963 (41 anos) foram outorgadas 807 emissoras de rádio AM, FM e TV em VHF. Durante o governo militar, de 1964 a 1984 (20 anos), esse número subiu para 1.240. Na administração Sarney de 1985 a 1988 (quatro anos) as outorgas saltaram para 1.028 emissoras. (CALDAS, 1996, p. 5)

As concessões tendiam a beneficiar antigos concessionários e naquele momento se deu a expansão do domínio de canais de TV por parte de igrejas cristãs¹⁷. Muitas das informações sobre as concessões, neste período, foram obtidas a partir do estudo de Jair Borín (1992), jornalista e professor da Escola de Comunicação e

¹⁷ O benefício de se tornar concessionário também foi reivindicado, sem sucesso, por organizações civis não religiosas. No início dos anos 1990, cabe destacar à título de comparação, ainda que fuja do período onde há a maior ocorrência de concessões, que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema passou a se organizar no sentido de manter veículos de comunicação próprios – dali a origem da TVT (TV dos Trabalhadores) e do impresso *A Tribuna Metalúrgica*. Em 1992, a demanda de concessão de uma rádio, no entanto, é negada mais de uma vez, por alegações técnicas. Além do movimento sindical, a democratização dos meios de comunicação passa a ser mais cobrada pelos jornalistas, sobretudo através da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que liderou a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Arte da Universidade de São Paulo, que foi cassado durante a Ditadura Militar, e fez da democratização da mídia uma das pautas de sua trajetória de militância política¹⁸.

Como decorrência do festival de concessões do governo Sarney, as emissoras de ondas médias (AM) passaram de 1.252, em 1988, para 1.557, em 1990 (expansão de 24%), enquanto o número de FMs saltou de 617, naquele ano, para 1.215, até junho último, registrando um incremento de 97%. A grande maioria dos beneficiados por essas concessões são políticos ligados às oligarquias tradicionais nos Estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. No Sul e Sudeste do país, as outorgas de emissoras beneficiaram algumas empresas tradicionais da área de comunicação e políticos representantes das classes mais privilegiadas da população. De maneira geral, também, foram brindados com concessões os políticos que apoiaram o mandato de cinco anos para o então presidente da República. (BORIN, 1992, p. 19)

Dessas concessões, enfatiza-se também que 40% das emissoras de rádio se concentravam nos quatro estados da Região Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo). Sendo que, no fim do Governo Sarney, entre 1987 e 1990, passou-se de 597 emissoras na região para mais 508 novas emissoras licenciadas (BORIN, 1992).

O favorecimento do setor empresarial e grupos religiosos influentes nas concessões de rádio e TV reflete o fim do desenvolvimentismo no governo de transição de Sarney. Viés que se faz mais explícito nos objetivos do Decreto Nº 95.886/88, que dispõe sobre o Programa Federal de Desestatização. Entre eles, destacam-se os parágrafos VII e VIII do Art. 1º:

Art. 1º Fica instituído o Programa Federal de Desestatização, com os seguintes objetivos:

I - transferir para a iniciativa privada atividades econômicas exploradas pelo setor público;

II - concorrer para diminuição do *deficit* público;

III - propiciar a conversão de parte da dívida externa do setor público federal em investimentos de risco, resguardado o interesse nacional;

IV - dinamizar o mercado de títulos e valores mobiliários;

V - promover a disseminação da propriedade do capital das empresas;

¹⁸ Mais informações sobre sua biografia podem ser acessadas através do link: <https://www.agoraeca.com.br/2021/07/02/professores-cassados-jair-borin/>

VI - estimular os mecanismos competitivos de mercado mediante a desregulamentação da atividade econômica;

VII - proceder à execução indireta de serviços públicos por meio de concessão ou permissão;

VIII - promover a privatização de atividades econômicas exploradas, com exclusividade, por empresas estatais, ressalvados os monopólios constitucionais. (BRASIL, 1988)

Haja vista esse cenário, não é de estranhar que o número de rádios comerciais seja tão superior quando comparado ao de educativas¹⁹, que não chegavam a 3% do total, conforme o levantamento a seguir:

Tabela 1 – Resumo das estações outorgadas (31/07/1991)

Serviços	Outorgados Total	Licenciados	Em instalação	Comercial	Educacional
O. Média	1.557	1.398	159	1.544	13
O. Tropical	83	79	4	82	1
O. Curta	33	30	3	24	9
Freq. Mod	1.215	912	303	1.166	49
Total	2.888	2.419	469	2.816	72

Fonte: BORIN, 1992, p. 20.

Ainda que o setor de rádios comerciais tivesse sofrido grande expansão, não necessariamente isso se refletia em maior pluralidade e independência na produção de informações.

Levantamento preliminar do Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo indica que apenas 8% das emissoras da região Sudeste operam com programação própria e uma equipe de reportagem. Só as grandes emissoras das principais cidades da região contam com uma redação de apoio ao seu radiojornalismo. Mesmo assim, as equipes são reduzidas, não ultrapassando 20 profissionais de imprensa. (BORIN, 1992, p. 21)

Esse cenário se repete nas concessões de TV, até 1987, havia apenas 169 emissoras no país, passando para 252 outorgadas e 50 em instalação após o *boom* de concessões do Governo Sarney. Destas, a Rede Globo respondia sozinha por 86 concessões, sendo o maior grupo da América Latina, enquanto que apenas 20

¹⁹ É importante destacar que é apenas a partir dos anos 2000 que as rádios não-comerciais, como as educativas, passam a com mais ênfase a se autodenominarem “públicas” (ZUCULOTO, 2012a).

correspondiam ao segmento não-comercial, em sua maioria, canais educativos ligados à fundações e universidades.

As 20 emissoras não comerciais são mantidas por iniciativa de governos estaduais, fundações de ensino ou por universidades. Elas têm presença pouco expressiva nos índices de audiência e procuram transmitir mais uma programação cultural e educativa. Cinco delas operam há alguns anos, sendo a mais antiga a TV Cultura Canal 2, de São Paulo, que consegue em alguns programas até 6 pontos percentuais de audiência, o que significa algo em torno de 400 mil telespectadores. O conjunto das TVs educativas pouco representa no sistema televisivo brasileiro, seja pela falta de recursos para ampliar suas programações, seja pelo pouco alcance de suas transmissões. A TV Cultura de São Paulo é a única que consegue transmitir para uma área regional da ordem de uns 300 municípios brasileiros, localizados no Estado de São Paulo e sul de Minas. (BORIN, 1992, p. 23)

A Constituição Federal de 1988, o segundo marco que destacamos do Governo Sarney, mantém as concessões de rádio e TV a cargo do Governo Federal, no entanto, o ato de outorga passa a ser apreciado pelo Congresso Nacional. O legislativo federal precisa aprovar por dois quintos para a não renovação das concessões, já o cancelamento antes do prazo dessas outorgas (15 anos para TV e 10 anos para rádio) precisa passar por processo judicial.

Até a publicação da Constituição Federal de 1988, o que se viu foram as concessões enquanto moeda de troca entre o Executivo e o Congresso Nacional e os empresários do setor de radiodifusão. É preciso contextualizar que o aumento no número de concessões de rádio e TV já era flagrante no Governo João Figueiredo, com 634 concessões. Em contrapartida, a maior emissora nacional beneficiada com concessões durante a ditadura, a Rede Globo, por vezes ignorou em sua pauta jornalística as manifestações pelas Diretas Já. Um episódio controverso foi a da cobertura do aniversário da cidade de São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, quando 300 mil manifestantes se reuniram para reivindicar por eleições diretas e a Rede Globo noticiou apenas a celebração do aniversário da capital, ignorando o movimento que permaneceu ativo até duas semanas antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril daquele ano.

Outro importante estudo para entendermos esse contexto é o do Paulino Motter (2019), jornalista e pesquisador que, durante a Constituinte de 1988, atuava como assessor parlamentar da Assembleia Legislativa do Paraná, e que entre 1991 e 1994, atuou como assessor parlamentar da Câmara dos Deputados, tendo assim um acesso

privilegiado aos bastidores da cena política que foi objeto de seu estudo. Sobre a relação entre o Grupo Globo e o Regime Militar, quando na sua fase de descenso, Motter (2019) ressalta:

Na verdade, a adaptação das Organizações Globo à nova realidade política do país já havia começado fazia algum tempo. Depois de ter desligado suas câmeras para as manifestações pela eleição direta para presidente – omissão que chegou a provocar incidentes, com carros das equipes de reportagem da emissora sendo ameaçados de apedrejamento por populares nas ruas – às vésperas do Congresso votar a proposta, a TV Globo passou surpreendentemente a dar ampla cobertura ao movimento. [...] A partir daí, os entendimentos com as forças que comporiam o novo governo caminharam a passos largos. Inegavelmente, a Globo teve papel decisivo na projeção da figura de Tancredo como líder moderado capaz de conduzir a transição de forma pacífica e sem ruptura (MOTTER, 2019, p. 85-86)

Ou seja, há evidências de que Sarney não inaugurava a “barganha” entre governo e concessionários da radiodifusão, ainda que ele tenha incomparavelmente lançado mão dessa estratégia para angariar apoio político para pautas determinadas entre os congressistas, tais como a manutenção do presidencialismo e o mandato de cinco anos, como abordaremos na sequência. Sobre o uso das concessões como “moeda política” nesse período, dedicamos o subcapítulo a seguir.

1.2.1 “É dando que se recebe”

A frase da Oração da Paz de São Francisco de Assis – “É dando que se recebe” – foi utilizada por veículos noticiosos para descrever a forma como as concessões de rádio e TV viraram “moeda de troca” entre o Governo de Sarney e seus aliados no Congresso, que ficaram mais fortes, sobretudo, em 1988. A distribuição de “benesses” marcou essa fase do Governo, onde além das concessões de canais de rádio e TV, houve loteamento de cargos públicos entre parlamentares e aliados políticos. Nessas práticas, não raro lia-se sintomas de clientelismo, fisiologismo e patrimonialismo.

O governo Sarney, longe de representar uma ruptura com os padrões de comportamento político vigentes no período autoritário, exercitou ao paroxismo as práticas clientelistas e patrimonialistas que marcam a tradição política do país. A Constituinte, por sua vez, não realizou a promessa de coroar a transição, pois acabou cedendo aos interesses corporativos e exclusivistas, embora tenha produzido importantes avanços no tocante ao restabelecimento das liberdades democráticas. (MOTTER, 2019, p. 98)

Até 1991, Sarney superou seu antecessor e seu sucessor no número de concessões de rádio e TV, chegando perto, em cinco anos de mandato, do número de concessões realizadas em quatro décadas, entre 1934 e 1979.

Tabela 2 - A distribuição de emissoras de rádio e televisão no Brasil

Governo/Período	Nº de Concessões/Permissões	%
Fernando Collor (TVA-DISTV*)	120	3,6
José Sarney** (1985-1988)	1.028	30,9
João Figueiredo (1979-1985)	634	19,0
Outros (1934-1979)	1.483	44,5
Congresso (a partir de outubro/88)	65	2,0
TOTAL	3.330	100,0

* Concessões de canais da futura TV a cabo, regulamentada pela portaria 250/89 do Minicom.

** 539 Concessões (52%) nos últimos nove meses da Constituinte.

Fontes: Minicom e Câmara dos Deputados (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/06/1991, p.4 apud MOTTER, 2019, p. 242).

Quando Antônio Carlos Magalhães assumiu o cargo de Ministro das Comunicações de Sarney, havia um clima moralizador em relação às concessões que foram realizadas durante o Governo Figueiredo, de forma que Magalhães chegou a cassar 144 das que foram realizadas nos últimos meses do antecessor²⁰. Essa situação logo mudou de figura, no segundo semestre, as cassações – que haviam repercutido positivamente para o governo – passaram a ser revertidas sem alarde, enquanto novas concessões passavam a ser negociadas. O período de maior concentração das concessões se deu durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1988, entre fevereiro e outubro daquele ano. Como pode-se observar na tabela a seguir:

Tabela 3 – Concessões e permissões outorgadas no período de 1985-1988
(Governo Sarney)

²⁰ Conforme elenca Jorge Ferreira (2018), essa ação que acenava para uma postura mais democrática não estava isolada. Nos primeiros dias de governo interino, Sarney também autorizou que seu ministro do Trabalho reabilitasse sindicalistas que perderam mandato por razões políticas, a exemplo de Luís Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e Jair Meneguelli. Esse mesmo ministério também suspendeu a legislação que proibia a associação entre sindicatos de diferentes categorias profissionais, legalizando assim a criação de centrais sindicais – a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também teve destaque, no governo Sarney, a recepção da diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a devolução de autonomia aos 31 municípios considerados área de segurança nacional. Ainda que seja necessário ponderar que essas ações não refletem uma imagem coerente da política do seu governo, uma vez que Sarney toma posse sem plano de governo e diante de uma crise econômica em crescimento – cuja inabilidade de lidar terá alto preço para a sua credibilidade perante a população. Mas a sua falta de legitimidade advinha, sobretudo, dos fortes vínculos que guardava com o governo ditatorial.

Tipo de Serviço	1985	1986	1987	1988*	TOTAL
FM	66	91	143	332	632
OM	47	50	53	164	314
TV	14	13	12	43	82
TOTAL	127	154	208	539	1.028

* Até 5/10/88, data da promulgação da nova Constituição.

Fontes: Minicom e Diário Oficial da União (FENAJ, 1991, apud MOTTER, 2019, p.243).

Houve reação da sociedade, com denúncias em jornais como o *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (MOTTER, 2019). Além da imprensa, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançou uma nota política contra os indícios de corrupção do Governo Sarney. Em retaliação, Antônio Carlos Magalhães, que já se encontrava também pressionado pelos líderes oposicionistas do Congresso, lançou um “dossiê das concessões”, no qual priorizou o nome dos parlamentares oposicionistas – sobretudo congressistas dos governistas Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL) – e líderes católicos que pleitearam concessões durante o governo. Sobre esse tema, *O Globo* publicou uma reportagem de página inteira em que a única fonte citada é o ministro, publicando a lista de políticos e religiosos que pleitearam concessões²¹.

Cruzando dados das votações da Constituinte e das concessões de rádio e TV do Período, Motter (2019) conseguiu observar que 92,3% dos parlamentares contemplados com uma concessão votaram a favor do presidencialismo e 90,1% foram favoráveis ao mandato de cinco anos para Sarney. Cruzando dados dos novos e antigos concessionários presentes no Congresso durante a Constituinte, estes somavam 146 dos 559 constituintes, representando 26,1% dos que elaboraram a nova Carta (MOTTER, 2019).

De maneira que as novas concessões e o bom relacionamento com os antigos concessionários foram importantes para essas vitórias do governo junto ao Congresso. Esses dados ainda encontram-se incompletos quando levado em conta o uso de “testas de ferro” nas concessões. O Código Brasileiro de Telecomunicações (BRASIL, 1962) não permite que detentores de mandatos eletivos tenham cargos de direção em empresas concessionárias, porém, não veta que políticos sejam acionistas

²¹ Edição de 1 de março de 1998, p. 5.

ou controladores de emissoras. Assim sendo, muitos exercem o controle indireto, através de familiares e correligionários – como é o caso do próprio presidente José Sarney.

Quando assumiu a presidência, Sarney era dono do jornal *O Estado do Maranhão*, de três emissoras de rádio e uma de televisão. Durante seu governo, foram constatadas ao menos 16 novas concessões de rádio e TV para oito pessoas ligadas à sua família: o Deputado Federal Albérico França Ferreira Filho (PMDB/MA), que é primo do presidente; José Aniesse Sobrinho e José Carlos Moraes, que são ex-diretores do Grupo Mirante; Fernando Lameira, que é amigo de Fernando José Macieira Sarney, filho caçula de Sarney; José Reinaldo Tavares, ex-ministro dos Transportes; Ricardo Jorge Murad, cunhado de Roseana Sarney e de Fernando Sarney; Manoel Moraes Guedes, sócio da TV Mirante; Jurandy de Castro Leite e seu irmão Juarez de Castro Leite e José Ribamar Fiquene (MOTTER, 2019).

Havia também a prática dos “consórcios eletrônicos”, nos quais uma emissora tinha mais de um político como acionista, sendo este o caso da Rádio Chapada do Corisco Ltda. (OM), de Teresina, outorgada em 23 de junho de 1988. Eram acionistas dessa rádio parlamentares do PFL como o senador João Calisto Lobo, os deputados Jesualdo Cavalcante Barros, Átila Lira, Mussa Demes e José Elias Tajra Sobrinho, parente do deputado Jesus Tajra.

Para elucidar ainda mais o caráter político das concessões, pode-se mencionar o caso do Rio Grande do Norte, onde Sarney agraciou cada um dos principais grupos políticos com um canal de TV, sendo assim contemplados: o senador Carlos Alberto de Souza (PTB-PI), com renovação do canal; o ex-ministro Aloísio Alves; o ex-senador José Agripino (PFL); e o ex-governador Geraldo Melo (PMDB) (MOTTER, 2019). Além de “palanque” político, a concessão de rádios e TVs eram oportunidades de lucro fácil, uma vez que a prática da revenda era comum – ainda que ilegal – e os concessionários não pagavam nada pela outorga.

Na tentativa de coibir essa prática, o presidente Sarney assinou o Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985, (que modificou o artigo 91 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão – Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963), ampliando de dois para cinco anos o prazo durante o qual é proibida a transferência, direta ou indireta, da concessão ou permissão, a ser contado a partir da data de expedição do certificado de licença para o funcionamento da emissora. Entretanto, a eficácia dessa proibição é reconhecidamente precária, sendo comum a transferência de controle acionário antes de vencido o prazo de

cinco anos, mediante os famosos “contratos de gaveta”. (MOTTER, 2019, p. 268)

Além do show de concessões, por pressão do setor empresarial, por meio da ABERT, Sarney se desfez de canais de rádio e TV da Radiobrás.

No afã de atender todos os pedidos de políticos pleiteando canais de radiodifusão para si ou para seus aliados, o governo Sarney não se contentou apenas em lançar mão das frequências disponíveis. Em 1988, foram vendidas 15 emissoras da Radiobrás, sendo 14 de rádio e uma de televisão. Com isso, o sistema estatal que já era modesto, tornou-se ainda mais reduzido. Essa decisão, reivindicada pela Abert, mereceu os aplausos dos empresários de radiodifusão. A posição defendida pela entidade é de que o governo deve atuar de forma suplementar, operando emissoras somente nas regiões que não apresentam viabilidade comercial para a iniciativa privada explorar o serviço. (MOTTER, 2019, p. 271)

Percebe-se, assim, que a falta de transparência e critérios democráticos acaba por influenciar na oferta de conteúdo da mídia comercial. Percebe-se que a baixa oferta de informação e a pouca concorrência, entre os “donos” da mídia, criam um ambiente em que o conteúdo midiático pode ser empregado nessa missão de organizar e pautar os interesses das elites dominantes.

O exemplo mais proeminente dessa realidade é o Grupo Globo, que inaugurou sua primeira emissora de TV, em 1965, ou seja, no início do Regime Militar, e que durante a reabertura, em 1985, já detinha a liderança econômica e de audiência nesse setor, detendo grande poder de influência sobre o debate público. O acesso aos arquivos de vídeo dos telejornais, ou de áudio dos programas de rádio do Grupo Globo desta época é restrito, o periódico impresso *O Globo* nos permite observar como a radiodifusão não-comercial foi pautada pelo grupo. A seguir, analisamos como a Radiobrás apareceu em publicações do jornal, nesse período, buscando compreender qual a narrativa que se enuncia em suas páginas sobre as características e as funções do Estado quando há um flagrante conflito de interesses.

1.2.2 A Radiobrás e o Estado brasileiro segundo *O Globo*

Em busca pelo termo “Radiobrás” ao acervo on-line d’*O Globo*, encontraram-se 276 resultados entre 1985 e 1989. Nesse montante, enquadram-se desde publicidade oficial – anúncios de pregões e etc – e também reportagens e editoriais.

Sendo que os anos em que houve mais menções foram 1985 e 1988, respectivamente, o ano de posse de José Sarney e o ano da Assembleia Constituinte.

Algumas dessas menções tratavam de reportagens que abordavam – sem uma apuração mais profunda, com direito ao contraditório²² - do desmonte da empresa, como na venda de emissoras de rádio e TV²³, e os leilões de veículos²⁴ e do terreno onde ficava o prédio da antiga antena da Rádio Nacional²⁵. Também foram dignas de nota as ocasiões em que ex-profissionais do próprio Grupo Globo assumiram cargos na estatal, como quando o jornalista Toninho Drumond, diretor da TV Globo em Brasília, foi nomeado Presidente da Radiobrás²⁶. Situação semelhante ocorreu quando o ator Milton Gonçalves – que fez parte do elenco de diversas produções da Globo – foi nomeado superintendente da Radiobrás Rio²⁷.

Quanto ao conteúdo da programação, em algumas circunstâncias noticiou-se a programação da Rádio Nacional e da Rádio MEC na coluna “Rádio”, do suplemento dominical “Revista da TV”²⁸. Também nota-se, com alguma frequência, que a cobertura da Radiobrás era fonte para a publicação da íntegra de discursos do presidente²⁹. Ainda sobre os discursos presidenciais, há uma situação em especial que chama atenção pelo nível de proximidade entre o presidente e o *staff* do Grupo Globo.

O Plano Cruzado II havia sido lançado em meio a polêmicas, sem que houvesse um anúncio prévio. Com a repercussão negativa desta medida, Sarney preparou um discurso à nação, e da redação à gravação do seu texto, o presidente foi dirigido por José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, conhecido como “Boni”, na época, vice-

²² O direito ao “contraditório” faz parte da deontologia do Jornalismo, e tal qual o seu uso na área do Direito, pressupõe que as diversas partes envolvidas em uma questão devem ser “ouvidas” ou “abordadas”. No caso da venda de emissoras, o jornal omite-se em abordar o papel do setor empresarial que pressionava o governo e o debate sobre o papel da Radiodifusão não-comercial no Brasil e no Mundo.

²³ Edição de 13 de abril de 1988, página 21.

²⁴ A edição de 25 de janeiro de 1986, na página 5, noticiava que havia leilão de carros oficiais de vários órgãos do Executivo, sendo 26 veículos da Radiobrás.

²⁵ Como veiculado enquanto publicidade oficial nas Edições dos dias 4 (p.19), 5 (p.26), 7 (p.22), 19 (p.25), 29 (p.44) de 1987. Já na edição de 6 de novembro de 1987 (p.12) o tema foi abordado em reportagem de meia página.

²⁶ Noticiado na edição de 3 de maio de 1985, página 5.

²⁷ Como noticiado na Edição de 30 de junho de 1985, página 11.

²⁸ Para saber mais, acessar: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/do-tele-semana-em-1972-aos-dias-atuais-como-cobertura-televisiva-do-globo-mudou-ao-longo-dos-anos-16942651>

²⁹ Como na edição de 11 de novembro de 1988 (pág. 3), quando é publicada a íntegra do pronunciamento de José Sarney contra uma greve dos servidores públicos e que foi transmitida pela Radiobrás.

presidente da Rede Globo³⁰. Outra ação de produção conjunta entre Grupo Globo e a Radiobrás foi a formação de um *pool*³¹, junto com outras sete emissoras, para a cobertura da transmissão da faixa presidencial para Tancredo Neves.

Sobre esse contexto³², é importante frisar que, em termos de política econômica, Sarney não rompeu com a política de seu antecessor, general João Figueiredo. Em seu governo havia uma divisão na área econômica: os liberais defensores da ortodoxia monetarista e os neoestruturalistas, que vinculados a projetos industriais, defendiam alternativas heterodoxas. Sendo que essa frente acabou prevalecendo após a primeira reforma ministerial, em 1986. Assim o primeiro Plano Cruzado preconizava a criação de uma nova moeda, congelamento de preços, salários e taxa de câmbio, bem como reajuste do salário mínimo e salários abonados em 8% (FERREIRA, 2018).

O sucesso inicial do Plano Cruzado conferiu enorme popularidade a Sarney. No entanto, o congelamento dos preços se mostrou insustentável na medida em que inviabilizava a produção de mercadorias que estavam com preços muito defasados. O congelamento, porém, foi mantido até as eleições de novembro de 1986, garantindo resultados vitoriosos para o PMDB – 22 dos 23 governadores; 38 das 49 cadeiras do senado e 260 dos 487 deputados federais.

Dias depois, Sarney anunciou o Plano Cruzado II. Tratava-se, na verdade, de uma tabela com aumento de impostos e tarifas públicas. Os combustíveis aumentaram 60,16%, enquanto tarifas telefônicas e de energia elétrica, 120%. Os preços de muitas mercadorias foram reajustados em 100%. Os juros aumentaram. O plano também incluía outra política salarial, mais restritiva, a desvalorização da moeda e os cortes nos gastos públicos. Em outubro, a inflação tinha sido de 1.90%. Em dezembro foi de 11,65%. O acumulado do ano foi de 79%. O povo sentiu-se enganado, traído, ludibriado. O Plano Cruzado passou a ser definido como 'estelionato eleitoral'. A popularidade de Sarney desapareceu. Com a incrível marca de 100%, logo

³⁰ Como noticiado na edição de 5 de dezembro de 1986, na página 2.

³¹ Como noticiado na edição de 4 março de 1985, página 4.

³² Em âmbito internacional, o Brasil, como outras economias latino-americanas, enfrentavam uma crise econômica cujo um dos principais componentes eram a crise cambial, gerada pela incapacidade de financiar seu déficit em transações correntes e pagar adequadamente os serviços da externa. E o segundo componente principal era a inflação, decorrente de desequilíbrios fiscais e da alta indexação da economia. Nos anos 1980, ainda se sentia os impactos do aumento do preço do petróleo entre 1973 e 1974, e entre 1978 e 1980. Também se fez preponderante para a economia brasileira o aumento da taxa de juros devido a mudança de política monetária nos Estados Unidos. Isso fez com que o Brasil e outros países em desenvolvimento não fossem mais capazes de pagar suas dívidas externas. A consequência disso foi uma mudança de fluxos financeiros, os países em desenvolvimento passaram a financiar os países ricos, graças as elevadas taxas de juros e a dificuldade de obter novos empréstimos. Para Prado e Leopoldi (2018) esse é o contexto que leva a derrocada do desenvolvimentismo no Brasil e na América Latina, abrindo caminho para as políticas neoliberais.

sua popularidade caiu para 54%. E iria cair muito mais. (FERREIRA, 2018, p.49)

Ou seja, Boni foi procurado em um contexto de crise, e fez as vezes de um assessor de imprensa ou relações públicas. A notícia sobre esse evento, escancarada nas páginas de *O Globo*, demonstra que não havia constrangimento entre as partes em relação à proximidade pouco republicana entre o governo e o maior grupo de mídia do país.

Se a proximidade de Boni e Sarney não era omitida ou problematizada, em contradição, publicava-se críticas em textos opinativos sobre atuação dos profissionais da Radiobrás. Por exemplo, no editorial a seguir, defende-se que a presença de jornalistas da Radiobrás, em coletivas de imprensa, com o presidente não seria condizente, uma vez que esses profissionais não teriam “isenção” para sabatinar José Sarney, atuando apenas como seus assessores.

A Função real

Na recente entrevista coletiva do Presidente José Sarney, representantes da Empresa Brasileira de Notícias, da Radiobrás e de outros órgãos que formam a assessoria de comunicação social do Governo entraram na fila e fizeram perguntas. O episódio nada mais representa que uma deformação da função real desses órgãos, resquícios de velhos tempos. A EBN, a Radiobrás e outros órgãos existem para dar assessoria à Presidência da República e aos Ministérios. Seus integrantes não têm, portanto, isenção para questionar o presidente da República. (O GLOBO, 20/06/1985, p. 3)

No ano seguinte, essa premissa seria defendida de forma mais explícita, em nota na qual se acusa o governo de constituir uma concorrência indevida com o setor de jornalismo privado através da Empresa Brasileira de Notícias, a EBN. Recomendando que a mesma devesse atuar apenas no sentido de auxiliar a mídia comercial através da oferta de notícias sobre o Governo.

Invasão

A empresa Brasileira de Notícias poderia ser um avanço em relação à antiga Agência Nacional, na medida que executasse com eficiência a função de abastecer os meios de comunicação de informações sobre o funcionamento da administração pública. Sua orientação, infelizmente, é outra: a EBN procura se apresentar como agência noticiosa comum; não ajuda a imprensa particular, mas concorre com ela. Ao assumir esse papel, órgão oficial passa a representar um avanço do estatismo no território da iniciativa privada. Nem existe qualquer interesse legítimo do Estado nessa intromissão, nem a Nação reclama os serviços de uma pretensa agência noticiosa paga com dinheiro

do contribuinte e estigmatizada, por vício de origem, pela falta de isenção. (O GLOBO, 4/11/1987, p.5)

Percebe-se ainda nessa nota que, em referência indireta, mobiliza-se a visão do Jornalismo enquanto “cão de guarda” na fiscalização do Estado, omitindo-se ou mascarando-se a defesa de interesses comerciais do próprio Grupo Globo. Discurso que se tornou ainda mais contraditório no momento em que se percebia, episódios de cooperação entre o grupo e o Governo, como exposto anteriormente, bem como as concessões de rádio e TV, já que família Sarney passou a ser afiliada da TV Globo no Maranhão.

Outras críticas, menos incisivas, pode-se perceber em textos como o do colunista e deputado constituinte, Artur da Távola, que na edição de 30 de janeiro de 1985, recomendava que o próximo governo combatesse, no âmbito das emissoras mantidas pela Radiobrás e pelo MEC, o ímpeto de “repetir o esquema das rádios comerciais” quando se tratava da programação cultural. O colunista advertia que era preciso superar uma visão de rádio educativa que flertava com o eruditismo para criar uma programação baseada na “empatia”, um caminho que em sua visão já se mostraria emergente nas próprias rádios privadas.

Nota-se também a presença de postura crítica à iniciativa da Radiobrás quando se especulava sobre a possibilidade de ampliação de seu alcance e audiência para a América Latina.

Hermanos...

O novo Presidente da Radiobrás, Frota Neto, vai apresentar uma ideia ousada ao Presidente Sarney: a edição periódica de um programa dirigido à América Latina, nos moldes da “Conversa ao pé do rádio”, que vai ao ar às sextas-feiras. Um diplomata brasileiro, entretanto, já advertiu: o presidente não vai se tornar o camelô da integração Latino-Americana. Mas não se sabe o que o presidente pensa a respeito. (O GLOBO, 8/08/1986, p.4)

Além do que se publicava sobre a Radiobrás, percebe-se, com a reabertura política, que o acesso à mídia passa a ser mais preponderante no processo eleitoral. Por exemplo, dos 129 parlamentares concessionários de emissoras de rádio ou TV, da legislatura de 1987/1990, 52% se reelegeram, de maneira que entre eles houve uma permanência muito superior que a média geral da legislatura subsequente, que foi de 38% (MOTTER, 2019).

Finalmente, verifica-se que esse modelo criou um verdadeiro gargalo para a democracia, na medida que os partidos não têm o mesmo acesso aos meios de comunicação de massa. Há uma clara hegemonia das forças políticas conservadoras à frente das

emissoras de rádio e televisão. Esses grupos locais e regionais são condôminos das grandes redes, que por sua vez exercem um poder que se sobrepõe ao sistema político, ameaçando a própria autonomia do Estado. (MOTTER, 2019, p. 287)

Para além do ganho de concessões, as eleições passam a ser uma oportunidade de negócio para os empresários da área de Comunicação. A crescente profissionalização do marketing político representava um mercado potencial para o Grupo Globo, tal qual se pode aferir no anúncio a seguir.

Figura 1 - Anúncio dos Estúdios GloboTec

TELEVISÃO DECIDIRÁ AS ELEIÇÕES



Sabemos da importância do horário gratuito nessas eleições.

É nesse espaço que todos os eleitores, em especial o enorme contingente de indecisos, terão oportunidade de ver, ouvir e comparar os candidatos.

Dai a importância de uma boa programação, diferenciada, com capacidade para influenciar decisivamente os eleitores.

Foi para atender essa necessidade que a Globotec criou uma estrutura altamente especializada, capacitada para oferecer uma equipe de técnicos, produtores, diretores, editores, designers, locutores e sonoplastas, bem como 1 ou 2 estúdios, uma Unidade Móvel e um centro completo de sonorização e pós-produção.

Tudo à exclusiva disposição do candidato, 24 horas por dia.

Detalhe: por razões éticas, esse atendimento só será dado a um candidato em São Paulo e outro no Rio.

GLOBOTEC

Fonte: O Globo, 22/08/1986, p.6.

Por fim, é importante mencionar que esse período é marcado pela publicação de conteúdos que refletiam descrédito em relação ao Estado e seu aparato e ao funcionalismo público como um todo. Mesmo diante do domínio dos parlamentares sobre as concessões, as mídias massivas enunciavam um discurso mais crítico e combativo sobre a classe política em geral.

Esse fenômeno invoca um paradoxo que está inextricavelmente ligado ao dilema da consolidação democrática no país. De fato, torna-se cada vez mais desafiador para o processo democrático a existência dos grandes conglomerados de mídia, que se apresentam contemporaneamente como um poder que se sobrepõe às instituições clássicas da democracia representativa, como os partidos, os sindicatos e os grupos de interesse. A Rede Globo,

que personifica de forma mais completa esse fenômeno na realidade brasileira, exerce um poder que rivaliza com os poderes instituídos da República. Ao mesmo tempo que promovem a desqualificação dos políticos e da política, enfraquecendo os mecanismos da democracia representativa, os mídia organizam os interesses das elites dominantes. Daí porque os grupos políticos regionais, geralmente vinculados aos partidos conservadores, travam verdadeira disputa pelo direito de retransmitir a programação da Globo e, em menor grau, das outras redes. (MOTTER, 2019, p. 286)

Para exemplificar esse fenômeno, na busca pelo termo “Radiobrás”, eventualmente, deparamo-nos com textos opinativos que demarcavam uma visão neoliberal e anti-Estado. Por exemplo, na edição de 19 de novembro de 1987³³, na qual se encontrava um dos anúncios de venda de bens imóveis da Radiobrás, também lia-se artigos opinativos de ex-ministros que recomendavam uma menor presença do Estado e da assistência social. Sob o título “Alsogaray: livre iniciativa é o melhor freio para inflação”, encontra-se a opinião do ex-ministro da Economia argentino – entre outras tantas possíveis – defendendo um corolário neoliberal para o combate a um dos principais problemas econômicos que se enfrentava à época em nosso país. Nessa mesma edição e página, a opinião do ex-ministro da Fazenda brasileiro, Octávio Gouvêa de Bulhões, foi destacada no título “Precaução patrimonial”, artigo em que o mesmo defende que é preciso ser cauteloso quanto os direitos previdenciários, incentivando que as empresas paguem os trabalhadores em ações.

Ou seja, no escopo das reportagens analisadas, percebe-se que o jornal estabelece uma linha editorial pró-neoliberalismo enquanto mantém uma relação de grande proximidade com o governo e o setor político para a manutenção e expansão do seu negócio de mídia a partir da exploração de concessões de radiodifusão.

Também se faz necessário mencionar que nesse período é criado e popularizado o emprego do termo “marajá”, para criticar posturas excessivas, antiéticas e até criminosas no funcionalismo público³⁴, criando-se uma espécie de inimigo da pátria que posteriormente seria “combatido” pela campanha presidencial de Fernando Collor de Mello.

Denúncias de corrupção tomavam as páginas dos jornais. Ministros e funcionários de alto escalão eram acusados de atos ilícitos. Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, emitiu nota afirmando que a corrupção no Brasil estava ‘superando os tempos áureos do regime militar’. A insatisfação

³³ Edição de 19 de novembro de 1987, p. 25.

³⁴ Edição de 19 de novembro de 1987, p. 25.

no país era enorme, no PMDB, um grupo de políticos insatisfeitos, como Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Franco Montoro, deixaram o partido e fundaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). [...] O país estava sem rumo. Greves se generalizavam, principalmente entre o funcionalismo público. (FERREIRA, 2018, p.57)

Em 1987, quatro meses antes do tema dos “marajás” se tornar capa de edição da *Veja*³⁵, *O Globo* abordou o tema em reportagem de página inteira em edição dominical. Já capitaneando as atenções para Fernando Collor. Na diagramação, percebe-se amplo uso de ilustrações, a principal delas, uma charge que alude a diversas sortes de comportamento imoral aos funcionários públicos “marajás”. Já nas ilustrações secundárias, que acompanham cada intertítulo da reportagem, pode-se apreender o esforço da edição em tornar o texto atrativo à leitura, dividindo-se a longa carga textual em diversos intertítulos com ilustrações que instigam a leitura pela comicidade e criticidade. Além disso, as fotos presentes destacam alguns “personagens” das histórias narradas em perfil, trazendo um tom mais personalista à narrativa geral, fazendo uma alusão à gíria popular. Podemos afirmar que as fotos em close permitiam que se desse nome e rosto aos acusados.

³⁵ Fonte: Revista *Veja*, 12 de agosto de 1987.

Figura 2 – Reportagem sobre os “Marajás”



Fonte: O Globo, 26/04/1987, p.16.

O tema do funcionalismo público enquanto um empecilho para a boa gestão do orçamento público também foi mote de outras reportagens do período. Como, por exemplo, na edição de 3 de maio de 1985, na página 5, lia-se o título “Governo sem mordomias gastará menos Cr\$ 1,5 bilhão por mês”. A notícia dava conta do anúncio de cortes em remuneração indireta (com viagens em jatinhos, mansões e veículos oficiais, entre outros) através da revogação do Decreto 85.633, de 1981, que dispunha sobre a ocupação, por servidores da Administração Federal, de imóveis residenciais localizados no Distrito Federal, prevendo custeios desde salários de funcionários que atuavam na limpeza e manutenção desses imóveis, até o pagamento de gêneros alimentícios e materiais de limpeza (BRASIL, 1981).

Em 27 de janeiro de 1988, a extinção de 20 mil cargos públicos foi manchete principal da capa de *O Globo*, junto a outras manchetes que abordam temas correlatos como: “Fazenda pede rigor salarial nas Estatais” e “Governador de Minas demite 114 professores”. Além de títulos alusivos a cortes de pessoal, seguidos de textos que

apenas dão voz às fontes oficiais do governo. Nessa mesma capa, anuncia-se artigo opinativo em editorial contra as universidades públicas, sob o título “Privilégio e Hipocrisia”. Ou seja, eram fartos os exemplos de narrativas anti-Estado nas páginas desse periódico no período.

Reunindo essas narrativas acerca da Radiobrás e do funcionalismo público nas páginas de *O Globo*, vemos um retrato da crítica patrimonialista sobre o Estado, como bandeira da militância neoliberal, em que a iniciativa privada é sempre retratada como virtuosa e a livre concorrência como o segredo da eficiência. Porém, durante as concessões conferidas pelo Governo Sarney, pode-se observar algumas das principais tendências estruturais dos sistemas de mídia eletrônica brasileiros: a hegemonia dos grandes conglomerados privados de mídia – tais como o Grupo Globo – e a ampliação da presença de grupos políticos no domínio das mídias locais. Ou seja, as páginas dos jornais refletem uma visão própria sobre o conceito de patrimonialismo, ainda que não o mencione diretamente, capitaneando e, por vezes, até distorcendo alguns dos sentidos que a historiografia brasileira cunhou e disseminou sobre o termo.

Além da mídia, o conceito de patrimonialismo ainda se mostra relevante em seu “local de origem”, o meio acadêmico. Diversos estudos que se debruçam sobre as concessões de rádio e TV no Governo Sarney, sobretudo os da área da Comunicação, observam o fenômeno a partir da perspectiva do Estado patrimonialista (CARVALHO, 2009; CONCEIÇÃO, FERREIRA, 2011; FERREIRA, 2018; MOTTER, 2019; RODRIGUES, SCHNEIDER, 2020).

Entendemos que é inegável que diversos políticos lançaram mão de seus cargos para se apropriarem de forma escusa das outorgas de rádio e TV, e que também se constata que o patrimônio estatal foi colocado à disposição de grupos e interesses privados do setor empresarial. Tornando-se difícil, em muitos casos, até mesmo segregarmos grupos políticos e empresariais, uma vez que é flagrante que – assim como na atualidade – um grande número de políticos que ocupavam cargos executivos e legislativos estavam direta ou indiretamente associados a empresas privadas do setor de radiodifusão.

Por isso, quando discutimos sobre as tensões entre público e privado na radiodifusão em nosso país, invariavelmente, esbarramos no debate acerca da acepção brasileira de Estado patrimonial. Por essa razão, apresentamos, a seguir, um “estado da arte” sobre o conceito de patrimonialismo, o que nos permite discutir

posteriormente a respeito do papel dos meios de comunicação para a dispersão desse conceito e de quais os interesses por trás de quem propagandeia essa visão de Estado.

1.2.3 O patrimonialismo à brasileira: a mensagem final de um telefone sem fio

O conceito weberiano de patrimonialismo teve grande repercussão no pensamento político e econômico brasileiro, sendo mobilizado de forma mais ou menos fidedigna em relação a sua origem por autores como Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Elisa Reis e Simon Schwartzman (PORTELA JÚNIOR, 2012). Essa noção teria se tornado central na compreensão dos brasileiros sobre o Brasil, fazendo-se constitutiva da nossa autoimagem (SOUZA, 2009). Quando se diz respeito ao uso deste conceito no pensamento social brasileiro, alguns dos autores que o defendem, entendem que o patrimonialismo é traço característico do Estado brasileiro – desde a Colônia até a República.

O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos. No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 146)

Já Raimundo Faoro denuncia que a obra de Buarque de Holanda não reflete o patrimonialismo tal qual categorizado por Max Weber, refletindo sim a visão patriarcalista ou paternalista já presente em nossa historiografia, como em Gilberto Freyre e Caio Prado Junior.

Contrário ao esquema de Weber, a história nacional exibiria um patriarcalismo dotado de quadro administrativo, embora esse quadro administrativo nada mais seja do que o prolongamento da casa familiar. O clã, chave da interpretação social do Brasil de Oliveira Vianna, perdura malgrado eles próprios, nos painéis do Brasil de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O clã se comporia da parentela, dos clientes e dos protegidos dos patriarcas. (FAORO, 1993, p. 19)

Já Caio Prado Junior, na visão de Faoro (1993), teria convergido a Weber no que chamou de “estado burocrático”, ainda que o mesmo não utilize esse conceito. Isso se daria devido ao desconhecimento da obra weberiana, reflexo da sua filiação marxista de Pardo Junior. Karl Marx, como sublinha Carvalho (2010), só reconhece a ocorrência do patrimonialismo em sociedades orientais. Ao contrário de Max Weber, que vislumbra sua ocorrência no Ocidente, em casos específicos, sobre os quais discorreremos adiante.

Faoro (1993) se define, assim, como o primeiro a introduzir o conceito weberiano nos estudos brasileiros, com *Os Donos do Poder*, em 1958, enquanto, nas palavras do autor, sua “tese herética” (1993). O autor se ocupa de entender a inserção do liberalismo no país, enfatizando que a presença massiva do Estado na economia se faria um empecilho para o avanço do liberalismo e consagração do capitalismo tal qual pressupõe Adam Smith, em sua alegoria da “mão invisível”.

Entre nós o liberalismo econômico não pôde, impedido pelo patrimonialismo, realizar a travessia entre a racionalidade material e a racionalidade formal. Entre uma e outra havia uma força condutora, que disciplinando e ordenando a ação irracional do homem, não foi empurrada fora da cena por uma classe ou grupo socialmente hegemônico. [...] Este é também o nosso “liberalismo”, sempre com o olho no antigo paraíso, onde chove maná. A vitória do diabo, com a transformação dos vícios, não em virtude, como queria Mandeville, mas em motores da sociedade, como ensina a mão invisível, depende da destruição da ordem tradicional-patrimonial, demolição só possível quando ela for lucrativa para o dinamitadores (FAORO, 1993, p. 29)

O patrimonialismo ao qual Faoro se refere, se caracteriza a partir da seguinte lógica:

Para que haja patrimonialismo é necessário que os recursos econômicos e administrativos (em sentido amplo) dependam do poder do soberano ou do poder público, que atua por meio de concessões, estímulos, subsídios e autorizações. A empresa é, dessa forma, uma iniciativa particular viável por meio da dívida pública, obtida por meios legais ou ilícitos. (FAORO, 1993, p. 16, grifo nosso)

Nossa hipótese central de pesquisa, em certo ponto, corrobora a visão de que o setor privado se beneficia largamente do Estado, que garante a muitos setores a minimização – ou até amortização - do risco inerente ao ímpeto empreendedor. No entanto, entendemos que a visão de patrimonialismo de Faoro tem importantes singularidades em relação à ideia concebida por Weber, a qual nos concentramos em

analisar nos próximos parágrafos. Além disso, fora os períodos colonial e imperial, também entendemos ser pouco pragmática noção de antagonismo entre “Estado-Mercado”, uma vez que os principais setores do mercado nacional, na atualidade, encontram assento cativo no Congresso Nacional, através da formação de bancadas, como a ruralista, a evangélica, entre outras. Sendo também comum, e por isso tomado como objeto de estudo nessa tese, a atividade de lobista por parte de grupos empresariais.

Para compreender e avaliar o emprego do patrimonialismo na nossa historiografia, é imprescindível recorrer à origem weberiana do termo, abordando as características da sua tipificação. Para Max Weber, esse é um conceito que classificaria uma das diversas formas de legitimidade em relações de autoridade e dominação entre um grupo de pessoas. Sua origem seria a descentralização da relação patriarcalista, quando o domínio de um patriarca ou príncipe se descentraliza da sua comunidade doméstica original.

Weber exemplifica essa relação com a cessão de terra e utensílios a filhos e outros membros da comunidade doméstica, assim sendo, o patrimonialismo para o sociólogo é um caso especial da estrutura de dominação patriarcal. Porém, quanto mais os domínios do senhor se expandissem, far-se-ia necessária a constituição de um corpo administrativo.

O patrimonialismo assumiria, assim, traços burocráticos, porém, ao invés da objetividade da função do cargo burocrático, o cargo patrimonial não respeitaria a distinção burocrática entre público e privado. De maneira que a fidelidade ao cargo por parte do funcionário patrimonial não se dá perante as tarefas burocráticas, conformando-se mais como uma fidelidade de criado diante de seu senhor. O sociólogo exemplifica a ocorrência de um funcionalismo patrimonial no Egito Antigo e no funcionalismo confucionista da China Imperial. No Ocidente, Weber aponta a Igreja Católica, durante a Idade Média; e na Era Moderna, também identifica a ocorrência de um funcionalismo patrimonial na França pré-Revolução e nas origens do sistema Judiciário inglês. Diante de tão diversos contextos, é importante ter em mente que quando Weber ensaia uma tipificação do funcionalismo patrimonialista ele o faz, essencialmente, em oposição ao funcionalismo burocrático:

Como pólo oposto do desenvolvimento da "empresa" capitalista que tem sua origem na economia aquisitiva da comunidade doméstica e dela se desprende, conhecemos a forma de economia comum que se baseia numa diferenciação interna da

comunidade doméstica: o *oikos*. Agora trata-se de examinar aquela forma da estrutura de dominação que se desenvolveu no fundamento do *oikos* e, com isso, no fundamento do poder doméstico diferenciado: a dominação patrimonial. (WEBER, 1999, p. 237)

Ressaltando que o *oikos* era uma estrutura socioeconômica das comunidades gentílicas da Grécia Antiga no Período Homérico, totalmente dependentes do Pater Poder. Nesse aspecto, essa tipificação não parece congruente à noção mais vulgarizada de Estado patrimonialista na historiografia brasileira, onde os cargos são “burocraticamente” tipificados – com base na especialização para funções determinadas e com remuneração congruente e assalariada – porém, tendem a ser ocupados com critérios escusos e com base numa lógica de compadrio e clientelismo.

Outro aspecto relevante sobre o funcionalismo patrimonial, tal qual Weber enuncia, é a questão do assalariamento. Nos exemplos elencados por Weber, prevalece a remuneração a partir de prebendas e emolumentos, onde os cargos muitas vezes eram vitalícios e passavam de pai para filho, enquanto os serviços prestados, além de não contarem com uma tipificação pré-determinada das funções, poderiam ser pagos através de emolumentos – em forma de taxas sobre serviços – ou até com a cessão de terras.

No Estado eclesiástico, uma parte considerável dos patrimônios dos "népotes" tem sua origem na exploração de prebendas de emolumentos. Na França, a hereditariedade efetiva e o comércio com as prebendas estendia-se, partindo dos parlamentos (autoridades judiciais supremas), a todas as categorias do funcionalismo, tanto funcionários financeiros quanto administrativos, até os prévots e baillís. O funcionário que renunciava vendia sua prebenda ao sucessor. Os herdeiros dos funcionários falecidos reclamavam o mesmo direito (*survívance*), porque o cargo se tornara um objeto que fazia parte do patrimônio. (WEBER, 1999, p.257)

Essa tipificação, como afirmamos anteriormente, em muito se difere do compadrio à brasileira, onde familiares podem vir a ser beneficiados com o tráfego de influência de figuras patriarcais, porém os cargos públicos não se tornam um objeto que constitui parte do patrimônio legado pelo pai. Num esforço de fazer uma alusão ao funcionalismo patrimonial no contexto nacional, talvez, entendemos que os cartórios foram estruturas cuja lógica parecia refletir, até marcos legais recentes, uma estrutura de Estado burocrático-patrimonialista, uma vez que no período imperial a atividade notarial era exercida pela Igreja, ou seja, tinha-se a legitimidade calcada na

tradição-religião – conforme Weber preconiza em sua tipificação do funcionalismo patrimonial.

Com a Proclamação da República, o tabelionato se estabeleceu como negócio de família, que passava de pai para filho, o que significava um empreendimento cujo “lucro” se dava à base de emolumentos. Ou seja, devido a hereditariedade e às taxas cartoriais poderem ser facilmente aludidas aos “emolumentos”, entendemos que há uma possibilidade maior de alusão a tipificação weberiana. No entanto, há importantes incongruências que limitam a alusão até mesmo a essa pequena parcela do nosso sistema burocrático. A especialização da função burocrática é demasiadamente relevante nesse exemplo, desde os tempos em que as atividades cartoriais (certidões de nascimento, casamento, morte e propriedades) estavam a cargo da Igreja.

[...] em seu caráter sociológico, o cargo genuinamente patrimonial distingue-se tanto mais do burocrático quanto mais puro se apresenta em cada um deles o respectivo tipo. Ao cargo patrimonial falta sobretudo a distinção burocrática entre a esfera “privada” e a “oficial”. Pois também a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal, aproveitável em forma de tributos e emolumentos. A forma em que ele exerce o poder é, portanto, objeto de seu livre-arbítrio, desde que a santidade da tradição, que interfere por toda parte, não lhe imponha limites mais ou menos firmes ou elásticos. Na medida em que não se trata de funções tradicionalmente estereotipadas, isto é, sobretudo em todos os assuntos propriamente políticos, decide seu parecer puramente pessoal, em cada caso, também sobre a delimitação das “competências” de seus funcionários. [...] Quando a administração de grandes formações políticas está patrimonialmente organizada, toda tentativa de determinar “competências” acaba – como ocorre de modo característico, por exemplo, no caso da Assíria, ainda na época da maior expansão – afogada numa maré de títulos oficiais com sentido que varia quase totalmente por livre-arbítrio. (WEBER, 1999, p. 253-254)

Entendemos que, mesmo antes da burocratização da atividade cartorial no país, que se deu a partir da previsão de concurso público com a Constituição de 1988, essa prestação de serviço não se caracterizava pela falta de especialização e livre-arbítrio dos funcionários, eclesiásticos ou leigos, tornando-se incongruente com os exemplos que amparam a tipificação weberiana, em que a determinação de competências era escorregadia e vaga. Além disso, o sistema de prebendas, alerta Weber, também garantia em muitos casos certa independência dos funcionários patrimonialistas em relação ao rei ou senhor.

Os funcionários que de fato ou de direito estavam com a posse apropriada da prebenda podiam limitar de forma muito sensível a autoridade governamental do senhor, podendo especialmente frustrar toda tentativa de racionalizar a administração mediante a introdução de uma burocracia rigorosamente disciplinada e conservar a estereotipagem tradicionalista da divisão dos poderes políticos. Os “parlamentos” franceses, colégios de prebendados de cargo, em cujas mãos estava a legalização formal e parcialmente também a execução das ordens reais, reiteradamente deram, durante séculos, xeque-mate ao rei e frustraram a realização de todas as inovações prejudiciais a seu direito tradicional. (WEBER, 1999, p. 261)

Ou seja, a apropriação dos cargos à revelia do senhor ou rei, no Estado patrimonialista, tal qual tipificou Weber, não apenas era comum como representava uma ameaça ao mesmo. O que não parece compatível ao Brasil contemporâneo.

É necessário considerar-se ainda que a formação estatal-patrimonial ocorre, para Weber, a partir do emprego de coação física contra “territórios e pessoas extrapatrimoniais”.

Quando o príncipe organiza, em princípio, seu poder político, isto é, sua dominação não-doméstica, com o emprego da coação física contra os dominados, sobre territórios e pessoas extrapatrimoniais (os súditos políticos), da mesma forma que o exercício de seu poder doméstico, falamos de uma formação estatal-patrimonial. A maioria de todos os grandes impérios continentais apresentou, até os inícios da Época Moderna e ainda dentro desta época, um caráter fortemente patrimonial. Originalmente, a administração patrimonial cuidava especificamente das necessidades puramente pessoais, sobretudo privadas, da gestão patrimonial do senhor. (WEBER, 1999, p. 240)

Nesse aspecto, encontramos amparo à alusão mais empregada pela historiografia brasileira para a defesa de um Estado patrimonialista em nosso país em alguns momentos históricos. A Guarda Nacional, durante o Império, por exemplo, agregava os proprietários de terra, que trabalhavam sem remuneração assalariada e equipavam seus homens com seus próprios recursos.

Os oficiais da Guarda não apenas serviam gratuitamente como pagavam pelas patentes e frequentemente fardavam as tropas com recursos do próprio bolso. A escolha democrática dos oficiais, por eleição, foi aos poucos sendo eliminada para que a distribuição de patentes de oficiais correspondesse o melhor possível à hierarquia social e econômica. Em contrapartida, a Guarda colocava nas mãos do senhorio o controle da população local. Não se resumia à Guarda Nacional o ingrediente patrimonial do sistema imperial. Os delegados, delegados substitutos, subdelegados e subdelegados substitutos de polícia, criados em 1841, eram também

autoridades patrimoniais, uma vez que exerciam serviços públicos gratuitamente. O mesmo pode ser dito dos inspetores de quarteirão, que eram nomeados pelos delegados. Praticamente toda tarefa coercitiva do Estado no nível local era delegada aos proprietários. Algumas tarefas extrativas, como a coleta de certos impostos, eram também contratadas com particulares. O patrimonialismo gerava situações extremas como a de um município de Minas Gerais onde os serviços patrimoniais, assim como os cargos eletivos de juiz de paz, vereador e senador estavam nas mãos de uma só família. (CARVALHO, 1998, s/p)

No entanto, José Murilo de Carvalho (1998) reconhece que, concomitantemente a essa estrutura patrimonial, havia já no Império um corpo burocrático que vinha sendo empregado para administrar os conflitos existentes entre as autoridades patrimoniais e o Estado. Ou seja, o funcionalismo patrimonial, mesmo neste período em que parece mais congruente com a tipificação weberiana, não se encontrava em posição de oposição, mas sim em justaposição ao funcionalismo burocrático e do modo de produção capitalista – cuja racionalidade teria sido o motor da consolidação do funcionalismo burocrático.

O fim do nosso patrimonialismo se daria, para Carvalho (1998), com a Proclamação da República, uma vez que com o advento do coronelismo, o sistema patrimonialista entrou em derrocada diante da consolidação de uma estrutura burocrática. De maneira que quando observamos a persistência do emprego da noção de patrimonialismo após o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), essa parece servir melhor como ideia-força do marketing anti-estatal – característico da militância dos setores neoliberais – do que a uma tipificação congruente do funcionalismo público da época.

Entendemos e insistimos que existe uma diferença significativa entre um Estado burocrático, no qual há brechas para que as funções burocráticas sejam ocupadas de forma alheia à racionalidade da especialização de cada função, e um Estado patrimonialista de fato, onde os cargos por si mesmos não possuem uma previsibilidade de funções objetivas e onde não ocorre o assalariamento de autoridades com poder coercitivo. Em outras palavras, o Estado brasileiro, nos dias de hoje, sobretudo após a Constituição de 1988, possui um caráter burocrático e racional, porém, aqui, como em qualquer parte do mundo, em maior ou menor grau, há práticas coronelistas e nepotistas, que passam à revelia da Lei, porém sem a anuência da mesma.

Essa avaliação encontra amparo em outros trabalhos em que a tese patrimonialista sofreu importantes críticas, sobretudo, no próprio campo da sociologia. Percebe-se que desde o ambiente acadêmico ao discurso midiático, a referência ao patrimonialismo no Brasil se distancia da acepção weberiana, que, reiteramos, traz essa forma de funcionalismo como predecessora da economia capitalista. De forma que a recorrência ao termo patrimonialismo, em diversas obras, tende a seguir a lógica descrita na crítica abaixo, de Aristeu Portela Junior (2012), a respeito da obra de Florestan Fernandes sobre a colonização portuguesa no Brasil:

Trata-se, na maior parte dos casos, de um uso quase que exclusivamente “descritivo”, isto é, que dispensa pré-elaborações mais detalhadas de sua significação conceitual. O termo jamais é esmiuçado, nesse sentido, talvez em função de o autor, nesse quesito, vincular-se diretamente à obra de Weber (no que a citação também é ilustrativa); ou talvez seja devido à própria situação histórica analisada, que permite um uso mais “genérico” do termo, na medida em que se tratava de uma “simples” transposição de estruturas já constituídas em Portugal. (PORTELA JÚNIOR, 2012, p. 19)

Portela Júnior (2012) entende que o emprego deste termo por Fernandes é um dos mais fiéis à origem, porém ainda muito permeado de “adaptações”. Para Florestan Fernandes, o Brasil Colônia seria marcado pela composição de um quadro administrativo pessoal do rei, e um Estado cujas funções e benefícios são apropriadas pelo Rei e seus quadros. Além do latifúndio, que concentrava o domínio da terra nas mãos de poucos, essa relação patrimonial se estabeleceria excluindo a população livre do controle local e de estabelecer vínculos diretos com o Estado.

Na interpretação de Fernandes e de outros autores fundantes do pensamento brasileiro, é a partir do patriarcalismo que se formam dois comportamentos tradicionais em relação à política, o alheamento e o desinteresse por parte da maioria da população e o exercício político como um dos privilégios das elites. A Nova República se erigiu então sob a duplicidade de organização política, em que a prática, não apenas se destoava, mas por vezes também contradizia a organização jurídica. E a constituição dessa dualidade seria o distintivo do uso do termo por Fernandes em relação a seu uso mais comum entre os demais autores brasileiros.

A crítica à apropriação descontextualizada do conceito weberiano de patrimonialismo por pensadores brasileiros é mais contundente nas palavras de Jessé Souza (2015). O autor defende que o termo tem sido usado ou cooptado de forma a-

histórica³⁶, sobretudo em alusão a obras de Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro. A simplificação dessas obras estaria reiterando o senso comum de que o Estado é corrupto e ineficiente por natureza, em oposição ao mercado virtuoso. A menção à Buarque se dá, sobretudo, por causa ideia do homem cordial em “As Raízes do Brasil”; enquanto que Faoro, com o “Os donos do Poder”, situaria o patrimonialismo em uma narrativa de longa duração da história brasileira, desde a herança colonial legada por Portugal até a Nova República.

Tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco sobrar: não sobrar sequer a empresa multinacional, tão protegida como a diretamente estatal e a indiretamente favorecida. Deixe-se de lado o florescimento patrimonial de 1930-64, com o poder público servindo de estufa – em certo período uma estufa armada – para só focalizar a atenção no espaço em que se diz que saímos da autocracia. Esta é a história, desde 1979, dos chamados “planos” (onze até 1992) decretados de surpresa sem nenhum respeito às garantias jurídicas de um Estado de direito. Com um sopro, a economia particular é apropriada pelo governo, que redistribui os valores entre categorias identificáveis. Esta é uma crônica cíclica e repetitiva, que ainda não se concluiu. Este é o pré-capitalismo, o mercantilismo, o “capitalismo politicamente orientado”, o único que conhecemos fora das teorias e dos livros. A última novidade foi a importação do neoliberalismo por um decreto, com uma nominal “modernização da economia”: um liberalismo que não se nutre da sociedade, mas da ideologia. Aqui há, como se verá, uma história antiga. Mas o patrimonialismo se acomoda com uma particularidade, uma particularidade talvez ibero-americana. Fora da ordem feudal, os estamentos cresceram e se tornaram visíveis, sem a quebra – o que espantaria Max Weber – da ordem patrimonial. A consolidação de benefícios econômicos e cargos tornou menos dependentes certos setores, que, ao tempo que recebiam delegações do poder público, procuravam influenciá-lo e dirigi-lo. (FAORO, 1993, p. 26)

³⁶ Ao contrário de Max Weber, que contextualiza o conceito de patrimonialismo em seu estudo do confucionismo e do taoísmo na China Imperial. Para Weber, esse era o exemplo do que ele chamou de “patrimonialismo estatal”, onde a dominação do quadro administrativo é legitimada diante da necessidade de delegação do poder para a dominação de grandes impérios em expansão diante da carência de instrumentos de controle por parte do líder. Contrário à alusão do caso brasileiro, no que tange a relação de domínio colonial entre Brasil e Portugal enquanto a gênese da formação de um estado patrimonialista, Jessé Souza (2015) argumenta que apenas no XX houve, no Brasil, a constituição de uma burocracia com meios para atuação em todo o território nacional, ou seja, quando já nos encontrávamos em um contexto muito diverso daquele da sociedade em que o patrimonialismo foi exemplificado. Outra incompatibilidade estaria no fato de que a legitimação mágica do poder político, que no caso chinês se dava através da figura divina do imperador, nunca teria ocorrido na América Latina. O patrimonialismo weberiano expressaria um tipo de dominação onde há uma indistinção de esferas sociais, marcando um tipo específico de sociedade e sociabilidade. De forma que o patrimonialismo a que se refere a sociologia brasileira carece de vinculação histórica e passando a ser tomado como um “mal de origem” da atuação do Estado em qualquer período histórico.

Sobre essa inserção do patrimonialismo em uma longa duração da história brasileira, Souza (2015) se opõe enfaticamente.

É de Weber que se retira a autoridade científica e a “palavra”, no sentido de “nome” e não de “conceito científico”, para a legitimação científica da noção central da sociologia e da ciência política brasileira: a noção de “patrimonialismo”, para indicar uma suposta ação parasitária do Estado e de sua “elite” sobre a sociedade. Entre nós, no entanto, esse conceito perde qualquer contextualização histórica, que é fundamental no seu uso por Max Weber, e passa a designar uma espécie de “mal de origem” da atuação do Estado enquanto tal em qualquer período histórico. (SOUZA, 2015, p. 25)

Outra oposição que estaria subentendida no patrimonialismo brasileiro seria a da pré-modernidade do nosso país, onde o homem cordial não teria o ímpeto empreendedor, sendo os Estados Unidos o Estado moderno por excelência, onde a ética protestante agiria como motor da modernização e do desenvolvimento. Para o Souza (2017), essa noção tem um pano de fundo essencialmente racista. Esse racismo, no entanto, não se funda em argumento biológico e sim no cultural, ao qual o autor nomeia de “racismo cultural”, sendo o patrimonialismo uma das formas em que essa realidade vem sendo “legitimada” por membros da elite, uma vez que seria o “estoque cultural” o legitimador da desigualdade entre pessoas e nações.

De forma que, quando não mais se pode recorrer à legitimação da diferença biológica e racial para justificar a desigualdade, recorre-se à “herança cultural” das nações do Atlântico Norte, em oposição às do Sul. Essencializando, assim, a desigualdade, a dominação e a exploração que marcam a relação entre os países centrais e periféricos. Souza (2015) defende, ainda, a tese de que, desde o século XX, a interpretação dominante da realidade social brasileira envolve a articulação de noções de personalismo e patrimonialismo, enquanto uma justificativa da suposta singularidade cultural e social pré-moderna. Calcadas no “jeitinho”, as sociedades brasileira e até a latino-americana seriam marcadas por hierarquias baseadas no capital social de relações pessoais.

Teria sido a já mencionada leitura da obra de Sérgio Buarque de Holanda o que sistematizou a “ideia-força” ainda dominante de o Estado brasileiro é tido como incompetente e não confiável, e que o mercado é virtuoso e racional por excelência. Isso se daria pelo fato de que o Estado seria dominado pelo “homem cordial” e particularista, e por oposição, tanto o mercado quanto o Estado perderiam sua ambivalência histórica para assumir papéis pré-determinados. A adesão popular a

essa visão seria tal que a sociedade passa a sentir afinidade com o mercado, ambos vítimas do Estado corrupto. Este “ganho afetivo” seria justamente uma das maiores características do discurso patrimonialista:

Todos os problemas sociais acontecem devido à corrupção supostamente estatal. Mas o “golpe de mestre” dessa tese é o “ganho afetivo” conseguido ao tornar a “sociedade” – ou seja, nós todos a quem essa ideologia se dirige – tão virtuosa quanto o mercado, expulsando todo o mal em um “outro” bem identificado, uma elite estatal que ninguém define e localiza precisamente. Ela pode ser todos e ninguém. Assim, a tese do patrimonialismo oferece “boa consciência” a todos que podem se imaginar perfeitos e sem mácula, sem participação nenhuma em uma sociedade que humilha, desqualifica e não reconhece grande parte de sua população, já que “todo o mal” já tem endereço certo. (SOUZA, 2015, p. 78)

Nesse contexto, os partidos doutrinariamente liberais encontrariam grande facilidade em “universalizar” seus interesses particulares a partir da demonização do Estado e da intervenção Estatal. Assim, a noção de conflitos de interesse – inerente ao debate político nas sociedades democráticas – dá lugar à dramatização de um mundo político dividido entre honestos e corruptos.

O patrimonialismo é uma espécie de amálgama institucional do personalismo, de resto compartilhando com efeito todos os seus duvidosos pressupostos inseridos para fins pragmáticos na construção do “mito” freyriano. É isso que confere o aparente “charminho crítico” de sua tese. Afinal, o “homem cordial” é emotivo e particularista e tende a dividir o mundo entre “amigos”, que merecem todos os privilégios, e “inimigos”, que merecem a letra dura da Lei. Quem exerce a crítica patrimonialista no Brasil o faz com “ar de denúncia”, fazendo pose de “intelectual crítico”. O interessante no argumento de Buarque é que, apesar de o “homem cordial” estar presente em todas as dimensões da vida, sua atenção se concentra apenas na ação do “homem cordial” no Estado. (SOUZA, 2015, p. 23)

Como enfatiza o autor, o homem cordial, uma vez inserido nos órgãos do Estado, agiria de forma a dar tudo aos seus amigos e aos seus inimigos reservaria o rigor do Lei. O pano de fundo não discutido nessa concepção seria a de que existe algum lugar no mundo onde o acesso aos privilégios não se dá a partir de relações de influência e prestígio.

Os cinco principais pressupostos que se ancorariam nessa concepção, segundo Souza (2015), são: a idealização dos Estados Unidos como contraponto crítico da situação brasileira; o homem cordial, como um ser genérico e sem classe,

marcado pela inconfiabilidade e corruptividade; o uso do conceito de patrimonialismo sem vínculo com a herança weberiana, como sinônimo da ação do homem cordial no Estado (e apenas nele); o antiestatismo e a defesa dos interesses do mercado paulista como o caminho universalizável para a nação; e, por fim, a construção de uma ideologia antipopular travestida de crítica ao populismo.

O autor nos alerta ainda – e isso é um ponto central do debate que propomos nessa tese – que conceitos, esmiuçados por pensadores e acadêmicos, são vulgarizados, e até deturpados, sem que se recorra à sua origem, a título de senso comum, nos meios de comunicação.

E como o que é discutido nos jornais, na televisão, nas universidades, nos tribunais e nos parlamentos é sempre alguma forma de repetição mais simplificada da produção de pensadores influentes, conhecer esses argumentos “intelectuais” é entender de que modo o mundo funciona. No mundo cotidiano essas ideias parecem não ter autoria e ser tão “naturais” como ter-se duas pernas e dois olhos. Por conta disso, resgatar sua gênese perdida é o mesmo que recuperar o sentido mais profundo de nossas ações e avaliações no mundo. (SOUZA, 2015, p. 18)

Essa afirmação nos toca especialmente porque nosso objeto empírico de estudo são discursos do maior grupo empresarial do país de rádio e TV sobre Radiodifusão Pública. Se a demonização do Estado tem servido para encobrir os conflitos de interesse entre classes – ocultando até mesmo a existência de diferentes classes e da existência da chamada luta de classes -, em nome de pautas despolitizadas como o combate à corrupção – do Mensalão à Lava Jato. No caso da Radiodifusão Pública, esse fenômeno é ainda mais nocivo. Uma vez que as mídias de massa se encontram concentradas nas mãos de oligarcas, e que a concessão de rádios e TVs não esteja ancorada na garantia de uma programação plural, alicerçada, como o prevê na Constituição Federal de 1988, na complementaridade dos sistemas privado, estatal e público de radiodifusão, o debate público fica ainda mais empobrecido, e o terreno se torna ainda mais fértil para a defesa dos interesses de uma minoria, sem que isso esteja explícito no discurso que se enuncia em programas noticiosos e artísticos.

Embora a tese patrimonialista tenha se mostrado conveniente à militância neoliberal, e tenha sido empregada pela imprensa na desvinculação dos liberais em relação ao Regime Militar, a partir de 1975; o neoliberalismo não estava no germe

desse conceito traduzido ao contexto brasileiro por autores como Holanda e Faoro. Esses autores não podem ser responsabilizados pela apropriação realizada pela imprensa e que frutificou diante do terreno aberto pelo neoliberalismo.

A repetição exaustiva e acrítica da tese patrimonialista explicaria como as jornadas de junho de 2013, movimento que originalmente reivindicava o direito à mobilidade urbana, foi capturado pela elite anti-Estado, culminando no Golpe de 2016. Golpe em que a “corrupção” foi tematizada pela mídia, como o é de costume, enquanto um conceito escorregadio e sempre a serviço do mercado, uma vez que a definição de “crime” encobre a imoralidade dos ganhos especulativos do 1% mais rico enquanto pode ser mobilizado à revelia – como no caso das pedaladas fiscais³⁷ e da prisão de Rafael Braga³⁸ – contra os políticos e a população marginalizada.

Por fim, outro apontamento importante de Souza (2015) para este trabalho é a compreensão de que a esfera pública brasileira está, e sempre esteve, sensivelmente carente de pluralidade. Isso favorece a ação de grupos hegemônicos, que na figura dos radiodifusores, encontram na condição de concessionários a oportunidade de mascarar seus interesses privados em uma mídia que não serve ao interesse público.

A lórotia do mercado “virtuoso” entre nós só pode ser compreendida pelo sequestro dos meios de comunicação em favor dos interesses do 1% mais rico da população. Tão importante quanto o direito ao voto em uma democracia é o direito à informação plural onde o contraditório e a notícia percebida e discutida por diversas perspectivas e aos olhos dos interesses mais diversos têm o lugar central. Sem uma mídia plural não existe democracia digna deste nome, nem processo coletivo de aprendizado durável. A manipulação grotesca, por exemplo, da TV brasileira – talvez só comparável à das ditaduras – nem sequer é percebida pelo público. Como sempre foi assim, não existe padrão de comparação crítica. Nesse contexto, a “opinião pública” tende a equivaler à “opinião que se publica”. (SOUZA, 2015, p. 212)

Para o autor, o pensamento anti-Estatal encontra interlocutores, durante todo o século XX: na imprensa, nos setores moralistas da classe média e em interventores da ordem constitucional. Esses agentes conseguem manipular o conceito de corrupção, sempre de forma seletiva e arbitrária, para legitimar o golpe contra a

³⁷ Jessé Souza entende que a ocupação dos órgãos de controle (TCU, Ministério Público, Polícia Federal) por uma massa de membros da elite conservadora liberal faz com que a tese patrimonialista reverbere dentro desses órgãos do próprio Estado, endossando a partidarização e o esvaziamento do debate e combate contra a corrupção.

³⁸ Trabalhador que foi preso durante os protestos de junho de 2013 por portar uma embalagem de Pinho Sol – produto de limpeza considerado pela polícia como potencialmente perigoso, uma vez que inflamável.

soberania popular. A imprensa conservadora vende-se como “neutra” e partidária do “interesse público”, enquanto, de fato, gozando das prerrogativas da falta de regulação – no sentido de aparatos jurídicos que estimulem a pluralidade através da proibição de propriedade cruzada de meios, por exemplo -, lidaria com a informação sempre a favorecer o setor empresarial. No caso da Radiodifusão, isso representa favorecer diretamente e indissociavelmente os seus próprios negócios, taxando propostas de promover uma “reforma agrária no ar” como “censura”, ou se omitindo em tornar as concessões de canais de rádio e de TV um processo mais transparente e público.

Por fim, pontuamos que, além de se tornar um senso comum sobre o “caráter” do Estado brasileiro, a noção de patrimonialismo, oriunda do pensamento social brasileiro e popularizada pela mídia, teve relevante repercussão na literatura da área do Direito Administrativo. No artigo *Administração Pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos* (CAMPELO, 2010), por exemplo, faz-se uma cronologia de diversas fases do funcionalismo no Brasil. Quando se aborda a ocorrência do funcionalismo patrimonial, recorre-se a obras de historiadores como Raimundo Faoro e Larentino Gomes e até do jornalista Gilberto Dimenstein – esse último, em especial, concentra sua denúncia do patrimonialismo no Governo Sarney.

Grahan Stephan Bentzen Campelo (2013), bacharel em Direito e delegado, com base nesses dois historiadores e nesse jornalista, endossa a visão de que o funcionalismo patrimonial é um traço do Estado brasileiro até os dias atuais. Ainda que, em outros trechos de seu próprio texto, afirme que a partir da Era Vargas tem-se início o modelo de funcionalismo burocrático, e que a partir do Regime Civil-Militar, dá-se início ao modelo gerencial. Não surpreende constar que o autor é elogioso à reforma administrativa do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), filiando-se à agenda neoliberal. Sem estendermo-nos em exemplos da assimilação da retórica patrimonialista e pró-neoliberalismo no campo do Direito Administrativo – como também encontramos em Diogo de Figueiredo Moreira Neto (1999), bacharel em Direito e Procurador do Estado do Rio de Janeiro –, podemos afirmar que o patrimonialismo “à brasileira” ganhou amplas repercussão e adesão.

Mas, tal qual a mensagem final de um telefone sem fio, parece ter se distanciado da categorização original de seu autor, conforme a passagem do tempo. A assimilação do conceito por grandes expoentes do nosso pensamento social já se deu com ampla margem de adequação, reinterpretação e até mesmo ressignificação.

Desses cânones, ao discurso anti-Estado da Imprensa, nota-se outro significativo salto de distorções e “criatividade” no uso do conceito. De forma que, nos dias atuais, quando repercute em autores do campo do Direito Administrativo, estes parecem não se preocuparem com a terminologia weberiana – ainda que, em alguns casos façam citações mal contextualizadas ou pouco elucidativas de trechos da obra original de Weber –, apegando-se mais à acepção “doméstica” de patrimonialismo, num esforço de cocriação do conceito, empregado sempre em tom crítico e de denúncia, percebendo-se mais ou menos velada a defesa do Estado mínimo.

Em resumo, além da relevante distorção diante do original, e da criação de um conceito pouco explicativo da complexidade existente na realidade empírica, a disseminação da visão patrimonialista parece ter gestado e dado à luz à contraditória e comum figura, entre nós, do funcionário público anti-funcionalismo público e pró-Estado mínimo. É por isso que, ao longo desta tese, buscamos evidenciar como a apropriação e a distorção desse conceito por grupos hegemônicos da Radiodifusão se fazem dignos de estudo, análise e crítica acadêmica. A forma como categorizamos e conceituamos o nosso Estado interfere diretamente nas estratégias de legitimação do neoliberalismo em nosso país, e se faz uma das características da propaganda político-ideológica que marcaram e ainda marcam a introdução e resistência do corolário neoliberal.

A partir dessa discussão sobre o conceito de Estado patrimonialista e o seu emprego na defesa do Estado Mínimo, discorreremos, no fechamento desse primeiro capítulo, sobre a conjuntura política e econômica do primeiro marco oficial da Radiodifusão Pública, a Constituição de 1988. Interessa-nos, sobretudo, compreender como, em uma circunstância em que as ideias neoliberais ganhavam cada vez mais adesão de governos latinos, no Brasil se consolidou um marco legal que contradizia os interesses de grupos privados que monopolizavam – e ainda monopolizam – o setor da radiodifusão. Para tal, buscamos elencar quais os grupos e atores políticos que mais exerceram influência nesse contexto.

1.3 RADIODIFUSÃO PÚBLICA É LEI: A COMPLEMENTARIEDADE DE SISTEMAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

“Radiobrás. Ocupando espaços.

Levando sinais da mais alta qualidade às regiões e localidades que não possuem emissoras de rádio comerciais, a Empresa Brasileira de Radiodifusão – a Radiobrás, aprimorou a programação de suas emissoras, sempre voltada para a prestação de serviços radiofônicos de interesse social. Hoje, a Radiobrás conta com 23 emissoras, sendo 13 AM e 10 FM. Onde não chega a empresa privada de Radiodifusão, a Radiobrás está presente.

(Propaganda Oficial. O GLOBO, 14/01/1988, p. 13, grifo nosso)

Em um país onde parte significativa da classe política era concessionária – direta ou indiretamente – de emissoras de rádio e TV, a visão de "complementaridade" perante o sistema privado de radiodifusão estava exposta até mesmo em ação publicitária da estatal Radiobrás. É o que demonstra o excerto que elencamos na abertura deste subcapítulo, no qual discutiremos sobre qual o conceito de Radiodifusão Pública que estava em disputa durante a Assembleia Constituinte de 1988. O que significaria atuar “em complementaridade” com os sistemas estatal e privado? Nesse excerto evidencia-se que o sistema estatal não busca competitividade com o setor privado de radiodifusão - do qual faz parte o próprio presidente da república, na ocasião, seu ministro das comunicações, entre diversos outros grupos de aliados.

Neste subcapítulo, procura-se evidenciar o contexto político em que se deu a construção do texto constitucional no que concerne às telecomunicações e, de maneira geral, quais foram os atores e setores - empresários de rádio e TV, sociedade civil, acadêmicos, entidades de classe - envolvidos na tripartição do sistema de radiodifusão entre os sistemas público, estatal e privado. Busca-se, entender, desta forma, como a ideia de Estado mínimo, bem disseminada pelo mundo e já em emergência no Brasil da época, foi, em partes, sobrepujada na Constituição de 1988, ao ser prevista a consolidação de um sistema público - até então inexistente.

Sobre os principais grupos de interesse na área de radiodifusão, no contexto da Constituinte de 1988, Motter (2019) enumera: a Igreja Católica, a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), a Associação Brasileira de Empresários de Rádio e TV (ABERT) – entre outras entidades patronais da imprensa - e o próprio Congresso Nacional.

É importante destacar que, nesse período, a oposição ao regime militar se dava sobretudo através da resistência ao governo, e não mais através do enfrentamento, visto o insucesso dos movimentos de luta armada. Araújo (2007) defende que um marco dessa nova forma de enfrentar o regime se deu, em novembro de 1975, com o protesto contra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog³⁹. A partir dessa nova tática de resistência, a atuação no MDB passa a ser vista como estratégica – sobretudo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, bem como os encontros estudantis e demais espaços acadêmicos passam a ser palco do debate e de ações pela democracia.

O MDB abrigava, em seu interior, uma grande variedade de correntes políticas, algumas francamente fisiológicas e reacionárias (como a corrente ‘chaguista’, ligada ao político carioca Chagas Freitas), e, por isso mesmo, recebia a alcunha de ‘saco de gatos’. No entanto, apesar disso, sua estrutura partidária foi aproveitada por um grupo de deputados mais identificados com as posições de esquerda, que criaram o movimento dos “autênticos do MDB”. Esse grupo pretendia, exatamente, superar o estigma de ‘oposição consentida’ e exercer, segundo eles próprios, uma posição ‘autêntica’. [...] Com essa nova posição de liderança na luta política contra o regime, o MDB consagrava um time de novos e velhos políticos na luta pelo restabelecimento do estado de direito: Tancredo Neves, Franco Montoro, Mário Covas e Ulysses Guimarães. (ARAÚJO, 2007, p. 335)

Para além do movimento estudantil e do MDB, entre 1974 e 1985, setores da Igreja Católica passaram a se destacar na luta pela democratização, sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais. Além disso, tiveram protagonismo, nas lutas pela redemocratização do país, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (FERREIRA, 2018). A imprensa alternativa e as associações de moradores também são mencionados por Araújo (2007), os quais se destacam, ainda, entre os atores que se engajaram na luta pela democratização dos meios de comunicação.

³⁹ Vladimir Herzog era um jornalista que atuava na TV Cultura de São Paulo, vindo a ser preso, torturado e assassinado por enfrentar a censura e fazer reportagens que retratavam as mazelas sociais no período – como o desemprego, a formação de favelas. É irônico e até contraditório o fato de Herzog, mártir da censura contra a Imprensa pela Ditadura Militar, ter sido repórter de um canal público de televisão, quando se poderia imaginar que haveria mais margem para desafiar a censura nos veículos privados.

Ainda sobre o papel da CNBB, o posicionamento dessa instituição sobre a pauta da radiodifusão tornou-se público mediante o lançamento do documento da declaração pastoral “Por uma nova ordem Constitucional”, aprovada na 24ª Assembleia Geral da CNBB, em 1986. Essa não foi a única interferência de cunho religioso nesse debate, porém, quando nos referimos à influência de outros grupos, isso se deu, sobretudo, a partir da atuação parlamentar de seus adeptos. Ou seja, por congressistas que ocupavam um espaço ambíguo – se tomarmos o Estado como laico – como parlamentar-religioso⁴⁰, enquanto que a manifestação da CNBB se dá de forma institucional. Em sua extensa declaração pastoral, quanto ao tema da comunicação, a entidade católica propôs:

145. A importância dos meios de comunicação social, numa sociedade democrática, exige que eles não sejam monopólio do Estado ou de qualquer grupo; portanto, sejam acessíveis aos diversos grupos e tendências sociais e livres das pressões e controle do poder econômico. 2. Sendo hoje a TV educativa um dos poderosos meios de educação de massa, abram-se espaços em seus cursos para a educação religiosa e moral.

147. Deve ser de competência do Congresso Nacional estabelecer leis que determinem os critérios para a concessão de canais de rádio e televisão, dando-se prioridade a entidades ligadas a empreendimentos educacionais e culturais. A concessão desses canais será feita democraticamente por uma comissão constituída por representantes de vários setores da sociedade civil.

148. A liberdade de expressão cultural e informação encontra seus limites nas normas éticas que visem à preservação do bem comum da sociedade democrática, protejam a justa reputação e privacidade das pessoas e dos lares e garantam o direito das pessoas a uma informação correta.

149. A aplicação concreta de tais normas éticas seja feita por um conselho representativo de vários segmentos da sociedade, aprovado pelo Congresso Nacional.

150. Deve ser reafirmado, ao mesmo tempo, o direito de defesa das pessoas e instituições, quando sua dignidade, reputação ou valores tiverem sido violados. Responsabilizem-se judicialmente os que difundirem notícias ou mensagens que ferem a verdade, a justiça, os direitos individuais.

151. Salvas as exigências da lei e da convivência pacífica, a censura política nos meios de comunicação social é inaceitável, porque incompatível com a ordem democrática. (CNBB, 1986, 16, grifo nosso)

⁴⁰ Nessa tese, demarcar a “ambiguidade” dos agentes do Estado é uma preocupação basilar uma vez que buscamos analisar a instituição de um sistema público de Radiodifusão à luz do debate sobre o Estado patrimonialista, que, no que concerne ao discurso vulgarizado pelo jornal analisado, pressupõe que a corrupção é um problema endêmico, a-histórico e praticamente constricto ao Estado no Brasil.

Ou seja, no mesmo momento em que a Igreja católica dá importantes passos para a implantação de canais como a Rede Vida⁴¹, ela pressiona os constituintes para estabelecer leis que prevejam critérios mais transparentes e democráticos para a concessão de canais de rádio e TV, bem como, que previnam a formação de monopólios ou oligopólios de comunicação, seja pelo Estado, seja por grupos privados – sobretudo os que representam os setores mais fortes do “poder econômico”.

Essas propostas acabaram por ser contempladas também pela Emenda Popular sobre a Democratização da Comunicação apresentada na Constituinte pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) (MOTTER, 2019). A partir das entidades sindicais dos profissionais de jornalismo, e dos cursos de comunicação social, foi ganhando adesão de outros setores da sociedade civil e de partidos de centro-esquerda para a formação de uma Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação.

Sua origem remonta aos esforços empregados por professores e estudantes do curso de comunicação social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como importantes espaços de debate os eventos acadêmicos, como o Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação (ENECOM), de 1980; o VI Encontro Latino-americano de Faculdades de Comunicação Social e o VII Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (Abepec), ambos sediados na UFSC, em 1983 (MOTTER, 2019). Em julho de 1984, a frente foi formalizada com um documento-manifesto, que tinha como signatários: a FENAJ, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Abepec), O Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, de Brasília, e o Departamento de Comunicação da UFSC. Em setembro do mesmo ano, no lançamento oficial da Frente, 24 entidades e 18 parlamentares ampliavam o número de assinaturas. Em 1985, a Frente chegou a reunir 45 entidades e 27 parlamentares (MOTTER, 2019).

A FENAJ, além de signatária da Frente, também manifestou-se por meio da “Carta de Brasília”, documento que, a exemplo da declaração pastoral da CNBB, era mais abrangente com temáticas que extrapolavam o campo da comunicação, porém enfatizava pautas relativas a comunicação, tais quais:

⁴¹ A Rede Vida existe desde 1995, aglutinando veículos de comunicação da Igreja Católica, atualmente tem abrangência nacional via TV à cabo, e como TV aberta chega a cerca de 1500 municípios, segundo dados do site da Rede Vida (REDE VIDA, 2022).

1. O direito social à comunicação deve ser considerado indissociável da construção de uma sociedade democrática, tanto quanto outros direitos, como os que a população reivindica em relação à terra, ao trabalho, à educação e à saúde. A nova Constituição, além de consagrar o direito da sociedade à comunicação, deve também garantir as condições que assegurem a aplicação desse princípio. Essas condições implicam a instituição de um novo modelo de comunicação social, com a participação de todos os setores da sociedade na definição das políticas de comunicação. Deve ser garantido, também, o pleno e livre acesso de todos os setores aos meios de comunicação para informar, ser informados e se autoexpressarem. A restrição à livre circulação de informações deve ser coibida. Os jornalistas devem ter acesso às fontes de informação, bem como participar das decisões sobre a política editorial dos veículos em que trabalham, e, no exercício da profissão, não devem ser coagidos a contrariar suas convicções ou o Código de Ética da categoria.

2. Um dos instrumentos necessários para garantir o direito à comunicação é o Conselho Nacional de Comunicação Social, cuja criação urgente é reivindicação unânime dos jornalistas. A esse conselho competirá decidir sobre todas as questões que dizem respeito à política de comunicação, acompanhar as diretrizes aprovadas e fiscalizar o cumprimento da respectiva legislação. O Conselho será composto pelas entidades que representam os trabalhadores em comunicação, os empresários do setor, os demais segmentos da sociedade, as nações indígenas, bem como o governo e os partidos políticos com representação parlamentar. As entidades representativas dos trabalhadores terão maioria no Conselho.

3. É necessário criar um sistema público de comunicação social, para garantir o direito da sociedade à informação e à autoexpressão. Nesse sistema, a comunicação social deve ser entendida como um serviço público prestado por meios de comunicação – rádio, TV, meios impressos – explorados por fundações ou sociedades civis, sem fins lucrativos. Os serviços de rádio e TV dependerão de concessão pública, por indicação do Conselho Nacional de Comunicação Social, mediante critérios definidos por esse Conselho e pelo Congresso Nacional. A legislação deverá impedir o monopólio na radiodifusão. Na programação dos meios de comunicação, devem ser atendidas a pluralidade de opiniões e a adequada adaptação às peculiaridades regionais. (Carta de Brasília. Cf. O Estado de S. Paulo, 23 abr. 1986, p. 10, apud MOTTER, 2019, p. 217, grifo nosso)

No excerto grifado, temos uma clara menção ao sistema público de comunicação social, no qual estariam previstos meios de comunicação que se inserem no sistema radiodifusor – como rádio e TV -, a serem explorados por entidades não-governamentais sem fins lucrativos. Outra vez se faz enfática a proposição de legislação específica que previna o monopólio da radiodifusão e a

criação de um Conselho Nacional de Comunicação, bem como se sugere que o mesmo seja ocupado de forma majoritária por entidades representativas dos trabalhadores da comunicação.

Esses pressupostos foram reafirmados, naquele mesmo ano, no documento “Carta de São Paulo”, onde, em novembro, ocorreu mais uma reunião para debater o tema. A esses esforços, os empresários do setor de comunicação reagiram com uma campanha difamatória através de editoriais e colunas opinativas.

A estratégia dos empresários do setor de comunicação, de levar a discussão para o terreno das disputas ideológicas, ficou evidenciada pela interpretação enviesada que a Carta de Brasília mereceu. Tudo o que foi publicado pela imprensa sobre esse evento teve um conteúdo crítico e negativo. A opinião pública recebeu uma informação “filtrada” pela grande imprensa, dando conta que pouco mais de uma centena de “militantes sindicais da imprensa profissional brasileira” reuniram-se em Brasília e, pretensiosamente, produziram um documento onde dizem interpretar a vontade “unânime dos jornalistas”, propondo a “estatização dos meios de comunicação” e a criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social “da CUT”. [...] A defesa de um sistema público de comunicação social, operado por fundações sem fins lucrativos, foi interpretada pelos empresários de comunicação como uma proposta disfarçada de estatização dos meios de comunicação e uma grave ameaça à liberdade de imprensa. As opiniões sobre o documento dos jornalistas emitidas por líderes empresariais da área de comunicação enfatizam esse aspecto (MOTTER, 2019, p. 218-219)

Ou seja, a postura antidemocrática, antipluralista e até manipuladora dos empresários acabava por justificar as demandas por eles deturpadas. Em um país onde os meios de comunicação encontravam-se concentrados nas mãos de poucos, e até as reivindicações dos profissionais de jornalismo eram desmerecidas e deturpadas pelos donos dos veículos onde trabalhavam, parecia mais que necessário estabelecer medidas tais como: critérios claros e democráticos para a concessão de canais de rádio e TV pelo governo, o estabelecimento de um sistema de comunicação público e a criação de um Conselho de Comunicação onde a sociedade civil pudesse se ver representada. Mais que isso, esse episódio já trazia indícios de que a ação do setor empresarial não se limitava ao lobby, mas também incluía a veiculação de conteúdos que corroboravam com sua perspectiva sobre a radiodifusão, inibindo a necessária pluralidade de perspectivas para a formação da opinião pública, como se espera que seja o papel da mídia em um país democrático.

1.3.1 O Globo e a Constituição de 1988: do lobby da ABERT aos editoriais e reportagens

Quanto à influência da Associação Brasileira de Empresários de Rádio e Televisão (ABERT), destaca-se a publicação da Revista ABERT, que foi criada em 1964, e cujas edições foram zeradas em sua segunda fase, que teve início em 1985. A Revista ABERT circulou entre os associados da entidade e os parlamentares e se propôs a discutir temas relativos à radiodifusão, refletindo os interesses do empresariado do setor (MOTTER, 2019).

Em sua primeira edição de 1985, a publicação manifestou apoio ao novo ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ACM), tanto por ele ter suspenso e revisto as concessões do governo João Figueiredo quanto por ter aumentado o período de carência para a transferência dos contratos de outorga. Também expunha-se a reivindicação dos empresários pela reformulação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), para que entre os critérios de concessão, constassem medidas para evitar a sobreposição de emissoras em uma mesma região, ou seja, reivindicando que o Estado limitasse a concorrência, protegendo assim o interesse do empresariado, sobretudo, daquele já agraciado com alguma outorga. Além do periódico, a ABERT expunha suas reivindicações de forma direta em audiências com ACM, que nessa época, ocupava o ambíguo lugar de agente público e empresário do setor.

A intervenção estatal é desejada e invocada pelo empresariado do setor para garantir a reserva de mercado. Tal posição esclarece os limites do discurso liberal que será esgrimido nos debates que sobre a questão durante o processo constituinte. A Abert cobra do governo também uma ação eficaz do Dentel para coibir as rádios e TVs piratas. Levando em conta que a disponibilidade de canais é restrita, o poder público tem a atribuição de fiscalizar a adequada utilização do espectro eletromagnético, reclamam os radiodifusores (MOTTER, 2019, p. 226)

Além da Revista ABERT e da estreita relação com o MINICOM, essa associação buscou pautar a Constituinte por meio de eventos como o XIV Congresso Brasileiro de Radiodifusão e, em paralelo, o I Simpósio de Direito na Radiodifusão, ambos realizados no segundo semestre de 1984. Sobre o primeiro deles, seu documento final reforçava a reivindicação de um critério “antissobreposição” para as novas concessões. Sobre o segundo, cabe ressaltar que houve um debate sobre a própria natureza da exploração dos serviços de radiodifusão. O jurista Saulo Ramos

defendeu - com base na quebra de monopólio estatal nas concessões de rádio e TV na Itália, onde o Judiciário decidiu em prol do setor empresarial - que a concessão privada no campo da radiodifusão deveria ser equiparada às prerrogativas dadas aos demais empresários de imprensa. Isso beneficiaria os radiodifusores já que donos de jornais e revistas – por não explorarem concessões públicas – podem empreender sem interferências estatais em países democráticos, cabendo apenas ao Judiciário julgar e punir condutas que se considerem antidemocráticas e extrapolem os limites da liberdade de expressão. Ou seja, nessa perspectiva, uma vez concedido um canal de rádio ou TV, o empresário só deveria prestar contas ao poder Judiciário, pois estaria sujeito ao Direito Privado, não havendo o Governo o amparo legal para a intervencionismo (MOTTER, 2019).

O Congresso Nacional de Comunicação e Informação (Concin) foi um evento da área de Comunicação organizado pelo Ministério das Comunicações, em 1984, sendo também influenciado fortemente pela ABERT e patrocinado pelo setor privado. Nesse Congresso, percebeu-se uma maior pluralidade entre os palestrantes e conferencistas no que se referia ao tema da Radiodifusão. Havia representantes de empresas públicas desse setor de países como Canadá, Estados Unidos e Alemanha. No entanto, essas experiências não fizeram parte do documento final sintetizado pelo Comitê de Radiodifusão, este presidido pelo presidente da ABERT, à época, Joaquim Mendonça. Além dessa omissão, o documento enfatizava demandas dos empresários do setor, tais como: que as concessões passassem a ser decididas por comissão tríplice, com representantes do Ministério das Comunicações, do Congresso e da própria ABERT; e que A Voz do Brasil passasse a ser transmitida através de um canal único governamental, desonerando as emissoras privadas da obrigação de retransmitir o programa. (MOTTER, 2019)

Em 1986, outro importante evento da área foi alvo da influência empresarial através da ABERT: o XV Congresso Brasileiro de Radiodifusão. Nele, foi delimitado o eixo estrutural da ação de *lobby* da associação na Constituinte: 1. O apoio a candidatos a constituintes que estivessem comprometidos com a livre iniciativa; 2. O combate sistemático às propostas de modificação do sistema de radiodifusão baseado no sistema privado; e 3. A subordinação da liberdade de imprensa à radiodifusão privada.

É importante enfatizar que nesses eventos organizados pelo Governo com apoio do empresariado, evidenciava-se a dificuldade de diferenciar setor público e

privado – como se espera em um regime democrático. Outro caso exemplar dessa tendência era a figura do secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Villar Furtado.

De fato, sua atuação durante os 16 anos que permaneceu no cargo sempre foi sintonizada com a Abert, a ponto de estabelecer essa simbiose, na qual o representante do governo responsável pela regulamentação da radiodifusão julga-se membro da entidade que defende os interesses do setor privado nesta área. Furtado defendeu como postulado do Minicom que a radiodifusão seja vista como uma atividade destinada à iniciativa privada, ‘sendo papel do Estado apenas o de regulador’. (MOTTER, 2019, p. 238)

Além da Revista ABERT, dos eventos e do *lobby* empresarial, o periódico *O Globo* é uma fonte rica para a compreensão das ideias e pautas que os empresários da radiodifusão – sob a influência e liderança dos Marinho – buscavam mobilizar durante a Constituinte para manutenção do monopólio que exerciam sobre a radiodifusão. Em 1988, ano em que a Constituinte encerrou seus trabalhos, por exemplo, encontram-se 22 conteúdos – entre notas, reportagens e editoriais sobre os temas da radiodifusão e a da Comunicação na Constituição. Como se podia esperar do jornal vinculado ao maior grupo de radiodifusão privado, percebe-se que o tema era pautado ou omitido a partir dos interesses empresariais, sem que outros interlocutores fossem ouvidos, ou que a eles fosse conferido algum espaço para a garantia do contraditório.

Por exemplo, os eventos organizados pelo Governo e pelo setor empresarial foram noticiados de forma positiva, como em nota sobre o 16º Congresso Brasileiro de Radiodifusão, com destaque às presenças de ACM, ministro, Joaquim Mendonça, presidente da ABERT e o vice-presidente da Globo, João Roberto Marinho⁴². No entanto, quando o Congresso propôs a criação de um programa de 5 minutos diários sobre a Constituinte, a ser retransmitido pelas emissoras de rádio e TV, *O Globo* abordou o tema expressando unicamente o rechaço do setor empresarial que se sente lesado diante da redução dos ganhos com publicidade. Obviamente, não se destacam essas perdas em anúncios, mas sim apresenta-se uma retórica que apela a palavras de ordem como “totalitarismo”. Dando-se ênfase à opinião da ABERT como o subtítulo “Abert acha que a proposta é totalitária” e à posição dos empresários, com o subtítulo “Diretores de emissoras criticam o projeto”. Para além disso, o jornal assume – sem

⁴² Edição de 13 de set de 1988, p.6.

remeter a alguma fonte como a ABERT ou empresários - a crítica com um terceiro subtítulo, em box, “Abuso e violência”⁴³.

Outra ocasião em que se fez flagrante a defesa dos interesses da ABERT ocorreu quando em resposta a uma denúncia que publicizava e problematizava a cobrança de tarifas telefônicas diferenciadas que privilegiaram as empresas de Televisão – que, graças a acordos escusos com autoridades, pagavam em uma mesma ligação interurbana um preço que seria 308 vezes mais barato que o cobrado de cidadãos comuns que contratam esse mesmo serviço. Sobre o tema, o presidente da ABERT, Joaquim Mendonça, publicou em *O Globo* um longo artigo em defesa dos empresários⁴⁴.

Também é importante ponderar que os pregões de alienação de equipamentos e imóveis da Radiobrás não apareceram nas páginas do jornal apenas através da publicidade oficial. Além da publicação dos pregões, *O Globo* estampou, por exemplo, na edição de 26 de abril de 1988, uma nota sobre o apoio da ABERT à privatização de quinze emissoras da Radiobrás⁴⁵. Ou de forma mais sutil, podemos destacar, a ocasião em que na mesma página que se anunciava, em espaço dedicado a publicidade oficial, a alienação de equipamentos de quinze emissoras da Radiobrás, *O Globo* trazia o título “Grupos privados lideram modernização”⁴⁶.

Sobre os atos do Governo no âmbito da Comunicação, percebe-se claro partidarismo em prol de ACM, em ocasiões em que os atos do ministro são alvos de crítica em outros periódicos. Em 8 de outubro de 1988 publicou-se, por exemplo, nota completamente carente de contraditório dando destaque apenas para os argumentos de ACM na defesa da concessão de 858 emissoras de rádio⁴⁷. Mais uma vez *O Globo* foi partidário de ACM – ministro que, vale enfatizar, fora indicado pelo próprio dono no Grupo Globo, Roberto Marinho – ao publicar matéria com críticas do ministro aos trabalhos dos constituintes no que concerne às telecomunicações, na qual ACM defendia um viés mais “liberal” e menos estatizante para o setor – do qual ele mesmo era empresário – defendendo a continuidade do padrão vigente, que permitia

⁴³ Edição de 6 de abril de 1988, p.2.

⁴⁴ Edição de 4 de abril de 1985, p.3.

⁴⁵ Edição de 26 de abril de 1988, p.3.

⁴⁶ Edição de 15 de maio de 1988, p.34.

⁴⁷ Edição de 8 de outubro de 1988, p.6.

participação de capital estrangeiro desde que se mantivesse maior percentual de investimento nacional⁴⁸.

O periódico também toma partido quando se reporta à posição de parlamentares que contradizem os interesses do setor empresarial. Isso ocorre em ocasiões como quando a Carta Magna foi criticada pelo seu caráter garantista, o que seria maléfico para a economia, e situaria o seu texto à esquerda: “Na futura Lei Magna vêm sendo introduzidos dispositivos destruidores da capacidade de produção, até mesmo de empresas estatais. Alguns desses dispositivos parecem trazer ainda o carimbo postal de ‘Moscou – novembro de 1917’”.⁴⁹

O mesmo pode-se notar em matéria de 24 de maio de 1988⁵⁰, na qual são noticiados os principais pontos debatidos pelos constituintes sobre o capítulo da Comunicação. Dá-se ênfase à questão das concessões, do Conselho Nacional de Comunicação e à proposta de regionalização da programação. Além dos parlamentares, destaca-se apenas a opinião da ABERT. Aos parlamentares progressistas do MDB, ou demais partidos, faz-se a adjetivação “integrantes da esquerda”, porém, os parlamentares conservadores, e os grupos empresariais, não são adjetivados, seguindo a mesma lógica, como de “direita”, nem mesmo elencados como “liberais”.

Comunicação evolui mas não há acordo

As negociações sobre o capítulo da Constituinte evoluíram ontem com a definição de princípios como o estímulo à produção independente regionalização da produção cultural, mas ficou para hoje o debate sobre os temas mais polêmicos: renovação das concessões de rádio e televisão e definição das atribuições do Conselho Nacional de Comunicação. As conversações prosseguem hoje a partir das 9h, no gabinete da liderança do PMDB, com representantes dessa agremiação, do centrão, e de partidos de esquerda.

A deputada Rita Furtado (PFL-RO) informou que os representantes da Abert (Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV) contestaram o dispositivo que garante “a pluralidade de informação e opinião”. Ela concorda que a expressão “opinião” é perigosa. Se incluída no texto, o jornal de um partido político ficaria obrigado a abrir espaço para um partido adversário. A questão ficou em aberto.

Integrantes da esquerda consideram como mais importante a garantia do estímulo à produção independente, forma de

⁴⁸ Edição de 7 de junho de 1988, p. 5.

⁴⁹ Edição de 31 de agosto, p. 8.

⁵⁰ Edição de 24 de maio de 1988. p.5.

separar a produção da concessão, como explicou o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Houve acordo no artigo que define a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão como privativa de brasileiros natos ou naturalizados a mais de dez anos. A novidade em relação ao texto anterior é que fica vedada a participação de pessoa jurídica no capital social dessas empresas.

Nos temas polêmicos, o maior problema será encontrado nas renovações de concessões. O centrão e a liderança do PMDB tendem a exigir o quórum de maioria absoluta no Congresso Nacional nos casos de não renovação. As atribuições do Conselho Nacional de Comunicação deverão ficar para a legislação ordinária. (O GLOBO, 24/05/1988, p.6.)

Esse recurso também foi utilizado na edição de 5 de março do mesmo ano, quando um acordo sobre as telecomunicações – que estabelecia que era competência da união explorar diretamente ou através de concessões os serviços de rádio e TV e os demais serviços de telecomunicações – foi comemorado por um grupo de parlamentares e o jornal fez questão de frisar que o acordo “foi aplaudido de pé pela esquerda”⁵¹.

Percebe-se, assim, que a ABERT atuava através do lobby parlamentar, bem como através de sua bancada de empresários do setor no Legislativo e de chefes de executivos em esfera federal, estadual e municipal. Porém, em uma vantagem excepcional em relação a empresários de outros setores econômicos, para garantir os seus interesses junto ao Estado, a associação dispunha ainda dos próprios meios de comunicação de seus associados – aqui destacando *O Globo* – para a defesa de seus interesses junto à opinião pública –, lançando mão de conteúdos parciais e partidários, quando não se omitindo sobre setores que reivindicavam mais transparência nas concessões de rádio e TV e o combate ao oligopólio na área da Comunicação.

Após abordar esse amplo panorama da mobilização de diversos atores – acadêmicos, profissionais, movimentos sociais e religiosos e empresários – a seguir, enfatizamos os “bastidores” da Constituinte, buscando compreender qual a visão dos parlamentares responsáveis pela consolidação do sistema de complementariedade entre radiodifusão pública, estatal e privada.

⁵¹ Edição de 5 de março de 1988, p. 6.

1.3.2 A Batalha da Constituinte: a Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

Após discorrermos sobre alguns dos principais grupos que traziam propostas para a radiodifusão na Constituição de 1988, cabe destacar aqueles que exerceram influência direta durante os trabalhos de relatoria da Assembleia Constituinte, cuja Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação foi aberta oficialmente em 7 de abril de 1987⁵². Primeiramente, cabe ressaltar, sobre a Assembleia Constituinte, o peso da já mencionada “bancada do rádio”, com 146 parlamentares que detinham concessões de rádio e TV; e a crescente influência conservadora da bancada evangélica, na ocasião com 34 constituintes. Já na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, dos seus 21 integrantes, cinco possuíam conflito de interesse quanto ao tema da radiodifusão, por serem eles concessionários de rádio ou televisão⁵³. Por exemplo, o deputado Ângelo Magalhães (PFL/BA) era irmão do ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e o deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS) havia atuado como jornalista na gaúcha Rede Brasil Sul (RBS). O próprio presidente da subcomissão, Arolde de Oliveira (PFL/RJ), era indicado pela imprensa como sócio do pastor Nilson do Amaral Fanini na TV Rio (MOTTER, 2019).

Por outro lado, havia constituintes que defendiam a necessidade de mudanças no setor, tendo uma postura mais progressista e aberta a medidas de democratização dos meios de comunicação de massa, entre eles destacam-se a relatora da subcomissão, deputada e jornalista Cristina Tavares (PMDB/PE); o senador e jornalista emérito Pompeu de Souza (PMDB/CE), representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que era ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do município do Rio de Janeiro; e o deputado Olívio Dutra (PT-RS), sindicalista e um dos fundadores da Central Única dos

⁵² Sobre a convocação da Assembleia Constituinte de 1988, cabe ponderar que, em 18 de julho de 1985, foi instituída uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC). A CEC reunia uma comissão de “notáveis” cuja missão era a de escrever um esboço de anteprojeto constitucional. Presidida pelo senador Afonso Arinos, a comissão era composta por nomes como Celso Furtado, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Miguel Reale, entre outros intelectuais ilustres cujo prestígio intelectual não mascarava o tom antidemocrático da nomeação. Já em 1986, a Assembleia Constituinte deveria ser formada por parlamentares que disputariam as eleições de 15 de novembro daquele ano, e ainda pelo um terço do Senado Federal eleito em 1982, enquanto que os movimentos pró-democracia reivindicavam na época a criação de uma Assembleia Constituinte exclusiva (FERREIRA, 2018).

⁵³ Entre os quais estavam José Elias Moreira (PTB-MS), Fausto Rocha (PDS-SP), José Carlos Martinez (PMDB-PR), Arnold Fioravante (PDS-SP) e Rita Furtado (PFL-RO), todos eles concessionários de emissoras de rádio e/ou televisão, sendo que Rita Furtado era ainda esposa do secretário-geral do ministério das comunicações (MOTTER, 2019).

Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores; e o deputado Joaci Góes (PMDB-BA), que era empresário da construção civil, dono do jornal Tribuna da Bahia e adversário político de ACM. Cabe ressaltar ainda que a composição das Comissões e Subcomissões foi muito influenciadas por figuras como Mário Covas e Ulysses Guimarães.

A aliança entre o grupo progressista do PMDB e os partidos de esquerda foi determinante. Embora minoritários, sob a liderança de Mário Covas eles atuaram decisivamente na nomeação de parlamentares progressistas na presidência das Comissões e Subcomissões Temáticas. Esses presidentes, o líder da maioria Mário Covas, e o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, utilizaram vários artifícios. Atuando nas brechas regimentais, eles paravam os trabalhos quando percebiam a derrota, trancavam a pauta, exigiam quórum pra iniciar os trabalhos, entre outros artifícios. Com a aprovação das teses progressistas da Comissão de Sistematização, os conservadores, em dezembro de 1987, formaram o Centro Democrático, conhecido como Centrão. [...] Os militares também participaram do processo democrático, formando um eficiente lobby na Constituinte, inclusive com apoio dos políticos conservadores do Centrão. (FERREIRA, 2018, p. 51)

Sobre os trabalhos da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deveriam ser encerrados, no prazo de 45 dias, o roteiro de trabalho bem como os relatórios ficavam a cargo da relatora Cristina Tavares. Também estavam previstas audiências públicas, das quais participaram os empresários: José Antônio do Nascimento Brito, presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ); Roberto Civita, presidente da Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER) e diretor do Grupo Abril; Fernando Ernesto Corrêa, presidente da ABERT. Como representantes de entidades de classe do setor, participaram Antônio Taumaturgo, presidente Federação Nacional dos Radialistas (FNR) e o jornalista Armando Rollemberg, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Pela assimetria na composição, entende-se o peso do setor empresarial da comunicação sobre as entidades de classe da área.

Como se podia esperar, os empresários defenderam que a liberdade de imprensa estaria garantida com a liberdade “de empresa”, ou seja, para a garantia do direito à informação bastava que o Estado não fizesse intervenções indevidas no setor. Empresários também fizeram coro ao combate à proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social (CNC). Já a defesa do CNC e de critérios menos políticos para as concessões de rádio e TV foi pautada pelo presidente da

FENAJ – que reiterou as propostas das Carta de Brasília e Carta de São Paulo -, e do presidente da FNR. Em sua fala, Rollemberg ainda teceu críticas à concentração dos meios de comunicação de massa no Brasil, sobretudo, pelo Grupo Globo e ainda às concessões de rádio e TV durante o Governo Sarney. Por fim, também foram ouvidos representantes de setores religiosos, em defesa da censura, posicionaram-se os pastores Guilhermino Cunha e Nilson do Amaral Fanini (MOTTER, 2019).

Entre os dois anteprojetos da relatora Cristina Tavares e as manobras regimentais que marcaram a votação do relatório na subcomissão, ainda não se havia feito menção ao tal sistema público de radiodifusão.

O termo e a ideia de complementariedade entre sistemas público, estatal e privado de radiodifusão passaram a constar no parecer do relator Artur da Távola, da Comissão Temática da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Esse constituinte era deputado e colunista de televisão do impresso *O Globo*. Na época, a polarização entre os constituintes conservadores e os progressistas, como já mencionado, dava-se em torno da criação do Conselho Nacional de Comunicação, não tendo sido recebida com resistência do setor empresarial a previsão de concessões de rádio e TVs públicas.

Paulino Motter (2019) ressalta sobre o tema que, na época, o conceito “radiodifusão pública”, tal qual como aparece na versão definitiva do texto constitucional, carecia de maior precisão. Havia uma dubiedade entre os modelos de serviço de radiodifusão públicos, a exemplo da BBC de Londres, e entre os canais mantidos por fundações e outras instituições sem fins lucrativos.

Como alternativa, o relator propõe um sistema misto de concessões, inspirado no desenvolvimento da radiodifusão nos países democráticos da Europa e nos EUA, onde há espaço para o Estado, para a iniciativa privada – sem o caráter monopolista que ela detém no Brasil – e para um sistema público, conceituado pelo relator da seguinte forma: “Trata-se de um sistema organizado por instituições da sociedade e que funciona independente do Estado e do Capital”. A ideia de “sistema público” que o relator incorporou não corresponde precisamente ao modelo de televisão *public service* desenvolvido na Europa. Trata-se de um conceito embrionário, sem uma formulação precisa, que invoca uma dupla forma de controle público: sobre a propriedade do meio e sobre a sua programação. Trata-se, na realidade, de buscar uma nova forma capaz de assegurar o exercício da pluralidade. (MOTTER, 2019, p. 343)

Além disso, faz-se importante mencionar que Távola estava sendo assessorado por acadêmicos do setor. Dentre esses colaboradores estavam os professores Venício Lima e Murilo César Ramos, além de Paulino Motter (CARVALHO, 2009), pesquisador supracitado neste subcapítulo que, em 1993, desenvolveu uma dissertação sobre o tema, que viria a ser publicada em 2019.

Vale ressaltar, que a observação do princípio da complementaridade no momento das outorgas era, na proposta inicial, uma atribuição do CNC, órgão que teoricamente teria a autonomia necessária para fazer este tipo de equilíbrio. Mesmo com a tentativa de explicação por parte do relator, o aparecimento de dúvidas ainda relacionadas à questão da criação de uma nova figura jurídica, o sistema público, era uma questão iminente e chegou a ser ponderada já na reunião seguinte à apresentação do substitutivo. (CARVALHO, 2009, p. 94)

Mariana Martins de Carvalho (2009), que defende em sua pesquisa a existência de ambiguidade no princípio de complementariedade dos sistemas de radiodifusão na Constituição Federal de 1988, aborda que houve no contexto da Constituinte, questionamentos, por parte de alguns parlamentares, sobre a conceituação e a natureza da radiodifusão pública, bem como propostas de que essa conceituação ficasse mais explícita no texto constitucional, o que acabou não ocorrendo. Carvalho (2009) defende ainda que a figura jurídica pública em contraposição à força do Estado apaziguava os ânimos tanto da iniciativa privada quanto dos setores que lutavam pela democratização da comunicação. A resistência dos setores progressistas ao Estado advinha da então recente experiência da ditadura civil-militar.

Como já foi dito, o Governo da redemocratização foi o que ficou marcado pela distribuição do maior número de concessões de que se têm notícias na história do país. Sabe-se que a lógica de se usar a concessão de canais de rádio e televisão como moeda de troca para apoio político ganhou dimensões gigantescas justamente em um período tido como o da abertura democrática. Portanto, sobravam motivos para que naquele momento, até mesmo os que defendiam o setor público estatal fossem contagiados pela proposta, até então inovadora de um público não-estatal. (CARVALHO, 2009, p. 99)

Outro aspecto de extrema relevância na pesquisa de Carvalho (2009) são as evidências que a autora elenca sobre o uso do conceito de patrimonialismo durante os debates da Constituinte, no que tange à discussão sobre a complementariedade dos três sistemas de radiodifusão. Percebe-se que, o conceito é usado de maneira a

“essencializar” o pressuposto desvio do Estado brasileiro, naturalizando a corrupção como inerente a todos os momentos históricos do país. Assim sendo, esse conceito acaba por ser cooptado para legitimar a defesa do Estado Mínimo. É que enuncia o discurso do parlamentar Alberto Caó (PDT-RJ):

Para nós há uma diferença entre sistema público e estatal. Na nossa opinião, abrindo e fechando rapidamente o parêntesis, tenham um pouco de tolerância – o nosso Estado patrimonial tem um excesso de regulamentação. O que queremos é um Estado mínimo e a presença máxima da sociedade. Este é um postulado tão liberal quanto aqueles que foram enunciados por nós na leitura do texto do ilustre representante Vice-Presidente da ABERT. (CAÓ, 1987, APUD CARVALHO, 2009, p.100)

Sobre esse tema, convém destacar ainda que o conceito de patrimonialismo tem sido bem acolhido, de forma mais ou menos explícita, entre os pesquisadores da área da comunicação que se dedicam ao estudo da radiodifusão no Brasil, não na defesa de um Estado mínimo, mas enquanto sinônimo de uso da máquina pública com interesses privados (CARVALHO, 2009; CONCEIÇÃO, FERREIRA, 2011; FERREIRA, 2018; MOTTER, 2019).

Sobre os trabalhos da Constituinte, evidencia-se, assim, que a ideia de complementariedade dos sistemas público, estatal e privado de radiodifusão era uma forma de congregar as diversas demandas – de empresários e grupos sociais – que reivindicavam ou exerciam pressão para pautar o texto constitucional referente à radiodifusão. Távola entendia que a complementariedade seria mais efetiva para a democratização da radiodifusão que a criação do Conselho Nacional de Comunicação, ou o debate em torno do mérito das concessões serem dadas pelo poder Executivo ou pelo Congresso Nacional.

Essa visão recebeu críticas, como a do presidente da FENAJ, Rollemberg, para o qual o sistema de complementariedade não seria viável já que o sistema já se encontrava hegemônico pelo setor privado (MOTTER, 2019). Nesse caso, imperou o poder do relator e demais parlamentares diante da pressão de grupos da sociedade civil. Porém, a distinção entre estatal e público, permaneceu pouco consensual, tanto entre parlamentares quanto entre acadêmicos, até que a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, quando o debate reacendeu diante da proposta da criação de um sistema público de radiodifusão, que viria a sair do papel em 2007 (CARVALHO, 2009).

Ainda sobre o trabalho da subcomissão e da comissão, também é importante mencionar que houve questionamentos sobre a presença de deputados com conflito de interesse sobre os temas pautado e votados. O deputado Olívio Dutra, por exemplo, tece a acusações que feriam até mesmo o presidente da subcomissão – acusado de ser sócio da TV Rio. No entanto, essa matéria seguiu sendo considerada de “foro íntimo” e os trabalhos seguiram até a Comissão de Sistematização e até a votação final do texto constitucional. Quando se consagrou o seguinte disposto quanto ao capítulo V, que versa sobre a Comunicação:

CAPÍTULO V – Da Comunicação Social Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. § 3º Compete à lei federal: I–regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada; II–estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. § 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. § 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade. Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I–preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II–promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III–regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV–respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (EC nº 36/2002) § 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que

exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. § 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social. § 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. § 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º. § 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. § 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem. § 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal. § 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores. § 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. § 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão. Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Ao analisarmos os trechos grifados, os quais competem à questão da radiodifusão, temos que, desde 1988, estabeleceu-se que o monopólio e o oligopólio estão vedados, sem que, no entanto, perceba-se uma regulamentação mais específica sobre o tema, ou a judicialização de casos flagrantes de oligopólio – como no caso das concessões de televisão. Sobre a produção de programação em emissoras de rádio e TV, todos os princípios dispostos no Art. 221 também seguem carentes de efetiva fiscalização. Já o Art. 223 é o que explicitamente aborda o tema sobre o qual buscamos discorrer nesse subcapítulo, o da previsão de um sistema público, bem como das formas de concessão que seguiram cabendo ao Executivo, porém, devendo-se ser referendado pelo Congresso.

Percebe-se que, em benefício dos concessionários já estabelecidos, a possibilidade de não renovação – após dez anos para rádios e quinze para televisão – tornou-se mais remota quando se estabeleceu a necessidade de dois terços de

aprovação no Congresso. O mesmo pode-se afirmar quanto se atribuiu unicamente ao poder Judiciário a prerrogativa de cassar as outorgas antes do prazo final da licença. Para os empresários do setor, a Constituição de 1988 parece ter trazido ainda mais garantias, uma vez que o Executivo não poderia mais – a exemplo do que ensaiou o ministro Antônio Carlos Magalhães em início de mandato – revogar ou cassar as outorgas já concedidas. Por fim, no Art. 224, o Conselho Nacional de Comunicação fica instituído, mas a ele não são atribuídas funções ou poderes específicos. De forma que, desde então, a sua falta de efetividade se faz até previsível.

De maneira que o princípio da complementariedade de sistemas ficou carente de conceituação e regulamentação. Ainda que se possa defender que na época havia emissoras estatais, percebe-se, que até mesmo na publicidade oficial da Radiobrás – elencada na epígrafe deste subcapítulo – há um entendimento de que a iniciativa privada tem prioridade para expandir seus negócios onde a exploração dos serviços de radiodifusão se mostrar mais rentável. Cabendo, assim, ao Estado, apenas ocupar os espaços do espectro eletromagnético quando não forem de interesse do setor empresarial. É o que, no popular, chamar-se-ia de “liberdade de empresa” acima da “liberdade de imprensa”.

Já sobre o debate a respeito do emprego do conceito de patrimonialismo, a partir do pressuposto da polarização entre o Estado corrupto e o Mercado virtuoso (SOUZA, 2017), no que tange ao empresariado da radiodifusão, seria pouco pragmático pressupor uma separação entre agentes públicos e empresários:

Verifica-se hoje uma situação que se caracteriza pela simbiose entre os grupos políticos dominantes e o sistema privado de radiodifusão. No Congresso, os parlamentares que são donos de emissoras de rádio e/ou televisão constituem-se numa das bancadas mais numerosas e influentes. Essa presença expressiva de proprietários de emissoras de rádio e/ou televisão chamou atenção durante a Constituinte e desde então só tem crescido. Além da atuação desse grupo de interesse, no sentido de preservar o *status quo*, o “estar de bem com a mídia” faz com que a maioria dos parlamentares adote uma postura de acomodação frente ao sistema privado de radiodifusão. (MOTTER, 2019, p. 412)

Ou seja, não apenas os empresários têm mantido o *lobby* no Congresso, mas também têm, pela natureza de seu negócio, o poder de intimidar ou até retaliar políticos que eventualmente tenham posições contrárias a seus interesses.

Desta forma, a composição desse setor empresarial tem o potencial de se tornar – e o que se vem demonstrando - mais perenes que a composição dos demais agentes do Estado, seja pela pressão que exercem sobre a classe política, seja pela tradição de empresários do setor usarem dos meios dos quais são concessionários com fins eleitorais. Sendo que, em uma perspectiva habermasiana, a privatização do debate público – através do atravessamento mais ou menos explícito dos interesses da classe burguesa – teria se intensificado com os meios massivos de comunicação (CHAGAS; MORAIS, 2015). A falta de transparência na legislação da radiodifusão no Brasil e a forma como tema é negligenciado pela imprensa nacional seguiriam sendo sintomas da necessidade de uma revisão das leis do setor.

O modo aleatório como o assunto chega ao público é derivado do próprio tratamento dispensado à necessidade de revisão das leis no Brasil. As considerações apresentadas neste texto levam à conclusão de que, no caso brasileiro, a evolução das leis compreende desde a baixa consciência do eleitor sobre os atributos essenciais a um bom legislador – que conduz ao Congresso representantes no mínimo equivocados quanto ao significado do que seja assunto de interesse público – até a dificuldade de acesso à informação pública. Em relação a este segundo ponto, apesar da divulgação na site oficial do Ministério das Comunicações de um documento com cerca de 500 páginas contendo a relação dos proprietários de emissoras de rádio e TV no Brasil disponível no segundo semestre de 2003, ainda é muito difícil saber quem controla de verdade a maioria dos canais em operação. (MOREIRA, 2018, p.16)

Ou seja, a redemocratização seria marcada pelo paradoxo existente entre o ganho de direitos e liberdades em diversos campos da vida pública, em oposição a institucionalização da monopolização e privatização dos espaços públicos eletrônicos, com destaque para grupos políticos e religiosos na conquista do seu eleitorado (FERREIRA, CONCEIÇÃO, 2011; MATOS, 2020) e de setores empresariais na ampliação de receitas publicitárias – privadas e governamentais.

Muitas são as razões para o interesse pela mídia eletrônica e algumas explicações possíveis: primeiro, nesse período a mídia, beneficiária do poder, se consolida como fonte de poder; segundo, em busca da credibilidade, em uma sociedade heterogênea, a mídia se constitui em campo de interesses próprios; terceiro, a emergência da mídia na sociedade modifica formas de visibilidade e disputa de poder; quarto, a emergência de novos atores sociais, com autonomia em relação ao Estado e às forças políticas tradicionais, modificam as relações de força e as formas de legitimidade; quinto, para concorrer nesse regime de competição e incerteza, os políticos passam a disputar a

mídia como uma instância de produção da política. (FERREIRA; CONCEIÇÃO, 2011, p. 41)

Após mais de três décadas de sua publicação, a influência da Constituição de 1988 para a regulação da mídia por vezes se tornou tema de estudos na área jurídica. Carolina Alves de Toledo (2019), por exemplo, traça um comparativo entre como o tema da comunicação é tomado pela Constituição de 1988 em relação às constituições que lhe precedem. Em dissertação orientada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Enrique Ricardo Lewandowski, conclui que a atual Carta Magna inova ao conferir um capítulo especial ao tema, não deixando de mencioná-lo no rol dos direitos individuais e do tratamento institucional. Conciliando-se, desta maneira, valores corolários da liberdade de expressão com a pretensão de promover a democratização dos meios de comunicação e inibir condutas abusivas por parte dos titulares dos meios de comunicação. No entanto, a autora defende que a inexistência de uma Lei de Imprensa, bem como a desatualização do Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, acabam por fazer o texto constitucional ineficaz.

Verifica-se, portanto, que a situação brasileira está em descompasso com o observado no restante do mundo democrático. A tendência mundial está centrada na discussão entre as diferentes formas de regulação da mídia. Por outro lado, embora gritante a concentração cada vez maior dos meios de comunicação no Brasil, em que apenas quatro megaempresas dominam o setor de televisão – situação de concentração assemelhada ao restante do mundo –, aqui utiliza-se a liberdade de expressão, comunicação e imprensa para justificar a manutenção da situação verificada. Deste modo, os meios de comunicação de massa ganham ainda mais relevância, considerada a representação dos mesmos interesses, tornando-se os grandes mentores da opinião pública. O discurso público adotado, repousado sobre imparcialidade e impessoalidade, bem como a seleção e elaboração dos temas, servem a este fim. Assim, o Estado não deve ser tomado como inimigo da liberdade de expressão e comunicação. É, pelo contrário, fonte desta, na medida em que promove a robustez do debate público. Avançando em referido entendimento, a regulação da mídia não se opõe à democracia. A imprensa tem função de fazer funcionar a democracia e atender a direitos essenciais do cidadão. (TOLEDO, 2019, p. 106-107)

Em diálogo com essa visão, o também pesquisador do Direito, Renato Bigliuzzi (2007), defende ainda, em dissertação que analisa a previsão do Conselho Nacional de Comunicação Social no texto constitucional, que a não efetivação dos dispostos

da Carta Magna não é uma excepcionalidade, ao contrário, tal fenômeno se consagra como objeto de estudo do Direito Constitucional.

A teoria do direito constitucional criou inúmeras estratégias para explicar a falta de efetividade de algumas disposições constitucionais. Normalmente, estas estratégias estão fundamentadas em uma característica importante das constituições: o fato de conterem cláusulas momentaneamente inexecutáveis, voltadas para o futuro. Cláusulas que esperam a implementação de uma condição, como, por exemplo, o aumento do nível de renda, a integração nacional ou até mesmo a simples promulgação de uma lei ordinária. (BIGLIAZZI, 2007, p.60)

No caso dos dispositivos previstos para a área da Comunicação, o autor destaca que mesmo que haja por parte do legislador, a exemplo do constituinte Alberto Caó, a disposição de que o texto constitucional conte com normas e princípios autoaplicáveis, de maneira a não deixar para interpretações ou regulamentações condicionadas por conjunturas políticas, também pode ser de interesse do próprio poder Legislativo que se mantenha uma margem de manobra no texto constitucional. É o que explica por que o Conselho Nacional de Comunicação só foi instituído 14 anos depois da publicação da carta magna e como vem se mantendo os monopólios de mídia.

O impacto da ausência da lei que viria a dar efetividade à Constituição pode ser sentido em outras partes do texto. Para todos os efeitos, o dispositivo constitucional que veda o monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação social (Artigo 220, § 5º) encontra-se “regulamentado” pelo Decreto-lei no 236, de 1967, que utiliza apenas o número de estações instaladas como critério para uma dominação de mercados. A regra não reflete o que realmente importa no negócio da televisão: o preço cobrado pelo anúncio publicitário, diretamente proporcional à quantidade de pessoas que sintonizam a programação exibida durante determinado período de tempo. Tampouco disciplina a constituição de redes, deixada sob o manto do interesse privado de cada uma das emissoras, que se associam por meio do contrato conhecido como “afiliação”. (BIGLIAZZI, 2007, p. 69)

O autor ressalta também que ao tratar como prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário o poder de cassar as licenças de rádio e TV antes do fim do prazo de concessão, a constituição contradiz a regra vigente para todos os outros setores, segundo a qual o Poder Executivo tem a premissa de retomar outorgas antes do prazo desde que indenize o concessionário.

Apenas no setor da radiodifusão, a União não pode retomar um canal sem pedir autorização do Poder Judiciário. Isso torna perene o caráter dessas outorgas e trabalha contra os interesses da diversidade e da democracia inviabilizando o revezamento dos atores econômicos desse setor. Por fim, cabe destacar que a ausência de legislação também abre brechas para que a indústria do setor de comunicação desenvolva uma visão e memória sobre a Constituição de acordo com seus próprios interesses.

Além de não permitir a efetivação dos direitos, a ausência de legislação permite que a indústria desenvolva uma visão da constituição “a la carte”, uma constituição que a torna imune à parte da programação contida da constituição ao mesmo tempo em que possibilita extrapolar a validade normativa de outros trechos mais interessantes. A indústria desenvolve a sua memória sobre a constituição, como demonstra o parecer de Luis Roberto Barroso (2001), citado neste trabalho. Quando esta visão da constituição junta-se a um trabalho consciente para bloquear ou canalizar as propostas de regulamentação do texto constitucional, o resultado corresponde a uma adaptação criativa do programa original. Em grande parte, este programa pós-constituente completa as iniciativas da maioria durante a Assembleia Constituinte. (BIGLIAZZI, 2007, p. 70)

Isso explica o porquê o sistema de radiodifusão público levou tanto tempo para sair do papel, com a criação da EBC, em 2007, ou seja, quase 20 anos depois da promulgação da Constituição de 1988. E também nos ajuda a compreender o porquê, mesmo depois de criada, a empresa teve dispositivos que garantiam a sua autonomia de financiamento e gestão ameaçados: é como se o caráter “público”, no sistema de complementariedade, seguisse ambivalente e em ameaça constante.

Para compreender esse contexto, no capítulo a seguir, apresenta-se uma discussão sobre o debate e os principais eixos norteadores da Comunicação – mais especificamente, sobre a Radiodifusão Pública – do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seus planos de governo, buscando identificar que perspectivas políticas e econômicas foram reverberadas nos Planos de Comunicação do governo Lula.

Parte-se da premissa de que a criação de um sistema de radiodifusão público, a sua estrutura organizacional, missão e estilo de gestão refletem não apenas uma visão sobre Comunicação, mas também uma visão sobre qual é o papel do Estado na garantia de direitos, entre os quais, o direito à informação. Nesse sentido, analisa-se como se deu o processo de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para gerir o sistema público de radiodifusão no Brasil, a partir da Radiobrás, da qual a EBC

herdou a estrutura física e de recursos humanos. Além de nos ocuparmos dessa análise sobre a evolução do conceito de Radiodifusão Pública que culminou na criação da EBC, também avaliamos como nesse período se deu a implantação de políticas neoliberais no país e como elas refletiam uma visão de Estado na qual o funcionalismo era tido como inimigo e as estatais como ineficazes.

2 EBC: A RADIODIFUSÃO PÚBLICA BRASILEIRA SAI DO PAPEL

Para entendermos a iniciativa de radiodifusão pública que se buscou efetivar no Brasil, durante o segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é importante ter em mente as principais características do Estado brasileiro quando da sua implantação. Conforme já mencionado, embora a promulgação da Constituição de 1988 preconizasse a complementariedade de sistemas público, estatal e privado de radiodifusão, até 2007, o setor não sofreu mudanças significativas. O mesmo não se pode afirmar sobre o Estado brasileiro, que não apenas voltava a viver um período democrático, mas também sofria uma maior penetração e aceitação do modelo neoliberal de economia e política.

Segundo Alfredo Saad Filho e Lécio Morais (2018) isso ocorreu devido a mudanças políticas e – ressalte-se – ideológicas do neoliberalismo, cuja retórica insistente era a da necessidade de reduzir o tamanho do Estado.

No Brasil, a transição política para a democracia foi seguida por uma transição econômica, levando o país de uma ISI [industrialização por substituição de importações] cada vez mais disfuncional para um neoliberalismo globalizado e financeirizado. A transição econômica brasileira ocorreu relativamente tarde e avançou a passos lentos se comparada ao que ocorreu em outros países da América Latina, da África e da Europa Oriental. Isso se deve, em parte à dificuldade das elites brasileiras em chegar a um consenso em torno do ideário neoliberal num ambiente de alta inflação e de forte derrota da direita, como o que se viu no período final ao regime militar, e, em parte, à influência política relativamente grande das forças de esquerda durante a transição democrática. Essas circunstâncias retardaram e limitaram o alcance das reformas neoliberais. O caminho singular do Brasil para o neoliberalismo acabou sendo moldado pelo imperativo da estabilização monetária. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 98)

A solução para o mal da hiperinflação e o baixo crescimento econômico, segundo os autores, foi “vendida” como a “modernização” da economia, por meio da retração do intervencionismo estatal, cortes de despesas, privatizações em larga escala, liberalização do comércio, reformas fiscal, tributária e do sistema de seguridade social.

Essas mudanças estratégicas na institucionalidade do Estado e da regulamentação econômico-financeira foram apoiadas por fortes pressões do governo dos Estados Unidos, das instituições financeiras internacionais, da grande mídia e dos capitais estrangeiros e brasileiros. Foram também validadas por

reformas em países comparáveis, tidas na época como “bem sucedidas”, em especial as da Argentina, do México e da Coréia do Sul. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 100, grifo nosso)

Ainda sobre os anos 1990, Ricardo Antunes (2005) enfatiza a acentuação do modelo produtor para exportação, em integração com o ideário neoliberal. Assim, a privatização do Estado seguiu o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), que preconizava: enxugamento de liquidez, quadro recessivo a partir de déficit público, a modernização por meio da privatização do Estado, estímulo às exportações e arrocho salarial.

O ‘intervencionismo exacerbado’ presente no Plano [Collor] e que desagradou aos setores mais à direita lembra a última medida necessária para uma lógica de Estado que se quer todo privatizado. É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal. O caso chileno, entre muitos outros, mostra que não há nenhuma incompatibilidade entre esses planos. (ANTUNES, 2005, p. 10)

Do Governo Fernando Collor, o primeiro eleito em votação direta da Nova República, Itamar Franco herdou um processo de desindustrialização, intensa recessão econômica, e intensa privatização que dissipava o capital produtivo estatal. E diante desse quadro, prometeu mudanças enquanto de fato empreendeu um plano de continuidade.

O Plano Itamar-Eliseu é a pífia consubstatação do que anteriormente se disse: propõe crescimento da economia – como se ela fosse o antídoto essencial contra a miséria – mas intensifica a privatização; fala em combate à fome através de um assistencialismo estatal minguado, mas nem longinquamente toca no padrão de acumulação que gera uma sociabilidade atravessada pela pauperização absoluta. (ANTUNES, 2005, p.22)

Saad Filho e Moraes (2018) ressaltam, sobre este período, que a imposição de políticas monetárias contracionistas durante os governos Collor e Itamar se deram por meio de mudanças constitucionais que chegavam a desfigurar o texto aprovado em 1988.

O artigo 171 foi revogado, eliminando a distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras. O item IX do artigo 170 foi modificado, permitindo que empresas estrangeiras explorassem o subsolo. O artigo 178 foi alterado para eliminar o monopólio estatal de transporte em rotas costeiras. O inciso IX do artigo 21 foi alterado para abolir o monopólio estatal das telecomunicações. O parágrafo 1º do artigo 177 foi reescrito

para relaxar o monopólio estatal da exploração de petróleo, e o artigo 192, modificado para reduzir o controle estatal da seguridade social. As reformas constitucionais também levaram adiante o programa de privatização introduzido pela ditadura em reação à crise internacional da dívida e abriram espaço para a “flexibilização” do mercado de trabalho. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.102)

Antunes (2005) defende que, nesse período, dos anos 1990, o que se buscava defender como “modernização” do setor produtivo globalizado refletia, de fato, um processo de produção destrutiva. O autor pontua que o “salto tecnológico” que impulsionava a competitividade entre os países “avançados”, ao visar a produção de mercadorias em detrimento das necessidades humanas e sociais, resultou na desmontagem de parques produtivos que se mostraram incapazes de acompanhar a lógica da competição e alta concorrência. Em outras palavras, o fracasso do modelo neoliberal se expressou na desindustrialização de países como Argentina, Brasil, México, Rússia, e até mesmo nações como Inglaterra e Estados Unidos.

A mídia brasileira, por sua vez, é um dos produtos e uma das causas desse processo de avanço neoliberal. De um lado, os grupos privados de mídia, sobretudo o Grupo Globo, vinha respondendo – bem ou mal – às novas dinâmicas de um mercado de mídia globalizado, exercendo a liderança, no Brasil, do seleto grupo de famílias que integram o oligopólio da radiodifusão, já consolidado nas décadas anteriores e até fortalecido pelo recuo do Estado frente a setores estratégicos, como o da Comunicação. Por outro lado, o corolário neoliberal era e segue sendo propagandeado no canal de televisão com maior audiência do país. Um dos inúmeros exemplos disso, foi a cobertura que se deu à greve dos petroleiros – resistência à privatização da Petrobrás – na Rede Globo.

A manipulação global foi monumental, não permitindo que a população pudesse discernir com um mínimo de isenção e de informações – que qualquer regime minimamente democrático deve oferecer -, era preciso impingir e inculcar, por todos os poros da “sociedade civil”, a tese do caráter antipopular da greve e, com isso, abrir caminho para desmontar a mais importante empresa estatal brasileira, resultado de décadas de luta e trabalho. Como a *opinião pública é a opinião que se publica*, da Rede Globo de Televisão ao mais reles programa de rádio, o tom era palacianamente unísono. (ANTUNES, 2005, 33)

Assim, Antunes (2005) conclui que, embora tenha ascendido, em 1994, com um discurso social-democrata, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que

havia sido ministro de Itamar Franco, empreendeu um projeto neoliberal, mostrando subserviência frente aos proprietários do capital e truculência frente aos trabalhadores, chegando neste episódio, a repreender os trabalhadores, colocando tanques nas refinarias. Em seu primeiro mandato, privatizou empresas de energia elétrica, as telecomunicações, as estradas, a previdência, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresas, que, enfatiza Antunes, haviam sido criadas sem, e até mesmo contra, a participação do capital privado. Isso rendeu ao ex-presidente o reconhecimento internacional da revista *The Economist*: “Aqui, ainda segundo a publicação, FHC realizou em quatro anos quase o mesmo que a dama de ferro [Margareth Thatcher] levou doze para fazer” (ANTUNES, 2005, p.39).

Contradizendo os resultados esperados pelas privatizações, Saad Filho e Moraes (2018) destacam que a desestatização de boa parte das empresas estatais – em especial siderurgia, extração mineral e telecomunicações – não afetou o crescimento da Dívida Pública Interna (DPI). “Em resumo o crescimento da DPI no contexto da transição econômica ao neoliberalismo se deveu às elevadas taxas de juros domésticas e à necessidade de esterilizar fluxos de capital externo, e foi esse crescimento a principal causa da crise fiscal do Estado.” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.108)

Sobre a privatização das telecomunicações, a revista *Teoria e Debate*, publicação do Partido dos Trabalhadores, em edição de 1998, publicou artigo opinativo assinado por líderes do *Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo* (SinTPq –SP) durante o governo FHC.

A privatização, como proposta pelo governo, é vista pelos trabalhadores como um acúmulo de poder do capital privado e redução das obrigações do Estado como provedor de acesso da população aos serviços de telecomunicações, além de uma ameaça ao desenvolvimento do país e à democracia. A proposta da Brasil Telecom é baseada em uma forma de organização da Telebrás de maneira que o Estado detenha um percentual significativo de ações, mas permanecendo o caráter de empresa aberta, sob controle público. A Brasil Telecom surge da reestruturação e fusão das empresas do Sistema Telebrás em um operador nacional público. É fundamental, também, que as ações do Sistema Telebrás continuem pulverizadas no mercado acionário e que haja uma limitação ao número de ações em posse de um único investidor. Para alcançar os objetivos de empresa nacional pública e competitiva, no Brasil e no exterior, a Brasil Telecom deve ter gestão profissional, compartilhada entre o governo, os trabalhadores e os demais

acionistas (empresa de capital compartilhado). Enfim, uma gestão democrática, além de autonomia gerencial e financeira que lhe garanta condições de competição. (ALBUQUERQUE; CAMOLESI, 1998, s/p)

Também é importante ressaltar que um fenômeno decorrente das privatizações, nos anos 1990, foi a constituição de agências reguladoras, sendo a ANATEL a agência responsável pelo setor das telecomunicações. É flagrante que essa agência se tornou uma grande aliada dos grandes grupos de mídia perseguindo e criminalizando as rádios comunitárias. Ainda na *Teoria e Debate*, esse tema chegou a repercutir em análise crítica, publicada já durante o primeiro ano do governo Lula, ressaltando-se a carência de controle social nessas agências, bem como eventuais contradições entre agências e Estado. Segundo Luiz Alberto dos Santos, especialista em políticas públicas e gestão governamental da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que atuou como assessor da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados e foi subchefe de Coordenação da Ação Governamental da Casa Civil:

O modelo das agências reguladoras no Brasil parece o mais adequado para o exercício da função reguladora do Estado. Entretanto, carece de aperfeiçoamentos relativos à dotação de quadros próprios de pessoal e ampliação dos mecanismos de controle social. Sem que tais aspectos sejam superados, e em curto prazo, teremos cada vez mais evidenciados, para além do déficit de legitimidade e democracia, o déficit de capacidade e os conflitos entre as agências e o Poder Executivo, e mesmo entre elas e o Poder Legislativo e setores da sociedade, tornando-se, conseqüentemente, mais frágeis e desacreditadas. Esse processo de descredenciamento das agências, que só interessa aos agentes econômicos que veem em sua captura o meio de perpetuarem vantagens e as “falhas de mercado” de que se beneficiam, deve ser enfrentado mediante políticas de regulação consistentes, abrangentes e, tanto quanto possível, homogêneas, a fim de que essas instituições possam ser fortalecidas, posto que não se encontra no horizonte de opções de qualquer governo, no contexto atual, promover sua pura e simples extinção e substituição por um modelo que jamais esteve estruturado para o adequado exercício da função reguladora. (SANTOS, 2003, s/p)

Ainda sobre o governo FHC, em seu segundo mandato, pode-se enfatizar a política subordinada ao FMI e o aumento de impostos, obtendo-se um cenário de intensa recessão, precarização do trabalho, altas taxas de desemprego, desindustrialização, e perda de direitos sociais.

O país da Era FHC é hoje [sic] um país socialmente devastado. Desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo das transnacionais que frequentemente se apoderam dos recursos públicos dos estados, com a exceção corajosa e louvável do Rio Grande do Sul de Olívio Dutra. Um país cujos índices de criminalidade nos inserem em uma guerra civil despolitizada, conduzida pela criminalidade e pelo narcotráfico, num subsolo social adocicado pelo coro das Igrejas Universais de um universo desencontrado e socialmente destruído. (ANTUNES, 2005, 46)

A fragilização da instituição sindical foi outro efeito da adoção de políticas neoliberais no Brasil. Em que pese os processos de “modernização” que geraram esse quadro fossem percebidos como um progresso, o que de fato resultavam era em intensa regressão social. Entre a população mais impactada com essa reestruturação do mercado de trabalho estiveram os jovens. “Houve também uma regressão no assalariamento, o que fez com que dos 6,9 milhões de jovens com empregos formais de 1989 sobrassem apenas 4,9 milhões em 1998.” (RAMALHO, 2018, p.197). Até mesmo a estabilização da moeda, cujo sucesso foi o maior trunfo político de FHC, foi abalada pela crise do Real que ocorreu em 1999, reflexo da crise cambial que advinha de déficit do balanço de pagamentos desde 1997.

A crise mostrou que o neoliberalismo brasileiro criou uma farsa do Estado de bem-estar social, voltada para o proteção do capital financeiro, independentemente do custo, enquanto os direitos dos cidadãos, consagrados na Constituição, foram implementados de maneira limitada e de má vontade, na melhor das hipóteses. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 114)

Esse cenário de retração mudou nos anos 2000, quando se voltou a observar elevação do PIB, diante de um cenário mais favorável às importações a partir de 2003, o que resultou no aumento do emprego formal. Também foi um fator relevante a adoção, já no primeiro governo Lula, de uma política de valorização do salário mínimo.

Nas condições políticas e de mercado de trabalho em que ocorreram essas transformações no processo produtivo, na década de 1990, a flexibilização significou “precarização do trabalho”, resultando em simples ampliação da liberdade de ação das empresas sobre seus empregados. No entanto, em uma situação política e de mercado de trabalho mais favorável aos trabalhadores, como nos anos 2000, a regulação pública do trabalho (leis e contratos coletivos) pode ser usada, de modo diverso, para resistir às mudanças na organização da produção que fragilizavam os que viviam do trabalho. (RAMALHO, 2018, p. 199)

Dando um panorama geral da experiência neoliberal brasileira, José Ricardo Ramalho (2018) elenca a abertura do mercado brasileiro para a competição internacional no governo de Fernando Collor (1990-1992), o que refletiu em reestruturações de processos produtivos para aumento de produtividade e redefinição de relações de trabalho. Porém, a adoção de uma política econômica mais congruente com o perfil neoliberal se deu, para o autor, durante as gestões de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), caracterizadas por uma intensa flexibilização nas relações de trabalho – até mesmo em contradição com os preceitos da recém promulgada Constituição de 1988. Já nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), embora houvesse uma expectativa de mudança radical, não se percebeu uma reversão do processo de flexibilização das relações de trabalho. Uma das razões disso, defendem Saad Filho e Moraes (2018) seria a própria fragilidade das alianças políticas petistas, bem como a pressão do mercado, que encontrava na grande mídia um porta-voz de seus interesses. Um exemplo disso, seria as eleições de 2002 e a *Carta ao povo brasileiro*.

A grande mídia rugia de indignação, exigindo que os candidatos presidenciais (ou seja, Lula) garantissem a continuidade das políticas econômicas de Fernando Henrique Cardoso para “acalmar os mercados”. Isso alimentou uma série de operações especulativas cada vez mais frenéticas. Por fim, exaustos por suas tribulações, e cheios de preocupações “patrióticas” com o balanço de pagamentos, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central exigiram de maneira teatral que “todos” os candidatos à Presidência explicassem seu programa econômico para os “mercados”. A liderança de Lula nas pesquisas de intenção de voto oscilou, mas ele estava determinado a vencer as eleições em sua quarta tentativa consecutiva. No dia 22 de junho, Lula lançou a *Carta ao povo brasileiro*, comprometendo-se a respeitar os contratos (ou seja, o serviço da dívida interna e externa) e a manter políticas econômicas do Governo FHC. Mesmo as cláusulas de um novo acordo com o FMI, assinado em setembro, seriam respeitadas. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.139, grifo nosso)

Para José Ricardo Ramalho (2018), ainda que seguissem os pilares macroeconômicos das gestões anteriores – meta de inflação, câmbio flutuante e superávit primário – as gestões petistas, de perfil trabalhista, conseguiram desenvolver políticas públicas com outra orientação, o que resultou em elevação da renda e crescimento da população economicamente ativa.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2002 quebrou, em parte, certas

características da opção neoliberal, principalmente no que diz respeito a uma maior intervenção do Estado na economia. Uma proposta desenvolvimentista tomou corpo, principalmente após 2006, mas os governos desta década, acima de tudo, se destacaram pelo aumento real do salário mínimo, pelo crescimento da formalização no mercado de trabalho e pela redução do desemprego. No entanto, o fato de haver um sindicalista na Presidência da República trouxe novas questões para as relações com o movimento sindical. (RAMALHO, 2018, p. 212)

Rodrigo Patto Sá Motta (2018) coaduna com essa visão de que o Estado passou a agir como agente e planejador econômico nos governos petistas, abandonando o caráter privatista dos governos anteriores, onde o desenvolvimentismo se alicerçou no aumento dos gastos públicos e numa política de distribuição de renda – bem como incentivos diversos⁵⁴ à indústria – para impulsionar a atividade econômica. Patto Sá Motta também enfatiza a importância do aumento real do salário-mínimo, que teria sido até mais determinante que os programas sociais para a redução da miséria no período.

O salário-mínimo passou de R\$ 200 a R\$ 540 no período Lula, o que significou um aumento real (descontadas as perdas inflacionárias) de aproximadamente 70% segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com alguns economistas, o aumento real do salário-mínimo contribuiu de maneira mais efetiva do que as bolsas sociais para a redução da miséria e a ampliação do mercado consumidor. No que toca ao aumento do consumo das famílias mais pobres, que repercutiu favoravelmente na produção econômica, igualmente significativas foram as políticas oficiais para a expansão do crédito dirigido aos setores populares. (MOTTA, 2018, p. 422)

As políticas econômicas dos governos petistas são definidas como “neoliberalismo desenvolvimentista” por autores como Saad Filho e Moraes (2018). Esse neoliberalismo desenvolvimentista do PT se caracterizaria pela sobreposição do tripé neoliberal por políticas econômicas novo-desenvolvimentistas. O neo-desenvolvimentismo, cujas ideias vinham ganhando força em círculos acadêmicos, políticos e ONGs no primeiro governo Lula, preconiza: o Estado forte; crescimento do Estado e do mercado por meio de implementação de políticas macroeconômicas adequadas; projeto nacional de desenvolvimento compatível com a equidade social e

⁵⁴ Tais como redução da taxa de juros, benefícios fiscais e financiamento público a partir de bancos públicos, com destaque para o Bando Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

redução da desigualdade social por meio do crescimento de taxas elevadas e continuadas (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

No âmbito interno, o neoliberalismo desenvolvimentista foi associado a resultados muito positivos em termos do crescimento do PIB, dos investimentos, do crescimento de empresas públicas e privadas, da redução da pobreza e da distribuição de renda. O governo também promoveu a expansão e transnacionalização, especialmente no Sul global, de empresas “campeãs nacionais” selecionadas. Entre elas estavam: Odebrecht (construção), Inbev (bebidas), Gerdau (aço), Itaú e Bradesco (finanças), Embraer (aviação), Vale (mineração) e JBS Friboy (alimentos processados). Seu crescimento foi reforçado por incentivos regulatórios, contratos preferenciais e compras de ações por bancos estatais e fundos de pensão, apoio diplomático e empréstimos subsidiados pelo BNDES, que se tornou o maior banco de desenvolvimento do mundo, com um portfólio superior até mesmo ao Banco Mundial. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 155)

Somou-se a essa política econômica o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), centrado em energia, transportes e infraestrutura; bem como investimentos na área social, com o lançamento do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), aumento de investimentos em educação, saúde e outros serviços públicos e a expansão desses serviços públicos. Também teve destaque os empréstimos do BNDES para projetos de infraestrutura em países pobres conduzidos por empresas brasileiras.

Nesse período, o Brasil também passou a implementar uma política externa independente, que teria sido impensável na década anterior. O país procurou contrabalançar a influência dos Estados Unidos na América do Sul e se esforçou para bloquear a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), patrocinada pelos Estados Unidos, que era apoiada pela burguesia internacionalizada e pelo PSDB. O Brasil também ajudou a fortalecer os governos da chamada “Onda Rosa”, liderada por Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela, além de apoiar os governos de Cuba e Nicarágua. (SAAD FILHO. MORAIS, 2018, p.156)

O resultado positivo dessa política econômica se expressou, ainda, pelo crescimento das reservas cambiais, que: “passaram de US\$ 53 bilhões em 2003 para US\$ 373 bilhões em 2011. Pela primeira vez na história, o Brasil tornou-se um credor externo líquido.” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 159). Esse bom desempenho econômico possibilitou melhorias significativas na distribuição de renda, com o já mencionado aumento real do salário-mínimo, aumento da cobertura da seguridade

social, crescimento do emprego e programas sociais, com ênfase para o Bolsa Família.

O PT descobriu que programas bem-sucedidos de transferência exigem uma economia sólida e taxas de crescimento elevadas, que o neoliberalismo nunca sustentou. Apesar de suas limitações, o Estado de bem-estar social tardio do Brasil e a também tardia social-democracia ligada ao PT foram validados em quatro eleições presidenciais consecutivas. Seu avanço foi bloqueado pelo fim do ciclo de prosperidade global, pela timidez do PT, pela má gestão econômica do governo Dilma Rousseff e, finalmente, pelo golpe contra a presidenta [...]. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.168)

Os autores tributam ao pânico promovido pelo setor financeiro e pela grande mídia – na esteira dos protestos contra o aumento da passagem de ônibus na capital paulista, em junho de 2013 –, o início da crise que acabou com a base política da liderança petista no Executivo nacional. A pressão do setor financeiro, da grande mídia e da oposição fez com que o Banco Central abandonasse a heterodoxia e impusesse restrições de crédito e elevação da taxa Selic. Essa política foi suficiente para conter a inflação até 2015, quando ela chegou a 10%, levando à contração da economia.

Houve também um massacre político liderado pela grande imprensa, e viu-se a instrumentalização das investigações e julgamentos de várias figuras alinhadas ao governo, decorrentes da Operação Lava-Jato. Iniciada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público e depois liderada pelo juiz Sérgio Moro, a operação desvendou uma rede de corrupção na Petrobrás. Pressionada de múltiplos ângulos, a base parlamentar do governo se decompôs. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 183, grifo nosso)

Para Patto Sá Motta (2018), o ocaso do PT refletiu ainda a ambiguidade do processo de mudanças da política adotado pelo partido, que se sustentou num arranjo que integrou os setores conservadores à sigla de esquerda, mantendo os piores aspectos do sistema político como pré-condição para chegar ao poder e, uma vez nele, conseguir realizar as mudanças sociais almejadas.

O pior aspecto desse arranjo, e origem da crise que engoliu o governo petista, foi a falta de uma estratégia do PT para mudar o sistema político. Se pretendia manter-se fiel à ideia de mudanças, o projeto petista não poderia ter se acomodado inteiramente ao sistema político, à velha cultura política. (MOTTA, 2018, p. 429)

Essa análise dialoga com a autocrítica do partido, ainda que realizada tardiamente, registrada nas resoluções do VI Congresso do Partido dos Trabalhadores, realizado em 2017. A Resolução 40, desse documento, enfatiza a necessidade de promover a “[...] construção de uma força política, social e cultural capaz de dirigir a sociedade e as instituições, derrotando nossos inimigos em todos os terrenos [...]” (PT, 2017, p. s/p). Da ausência dessa construção, a resolução 41, enumera as consequências sofridas pelo partido:

41. Como essa construção não ocorreu, nosso balanço é chamado a explicar por quais motivos o impeachment foi aprovado por um parlamento onde a “base do governo” era supostamente majoritária, respaldado por um Supremo Tribunal Federal composto, em sua ampla maioria, por ministros indicados por presidentes petistas, apoiado em provas produzidas por investigações conduzidas por um Ministério Público e por uma Polícia Federal fortalecidas em nossas gestões e publicizado por meios de comunicação financiados, em boa medida, através de verbas publicitárias do governo federal. Sem falar que Temer, o usurpador, teve sua candidatura a vice-presidente da República respaldada pelo voto amplamente majoritário de dois encontros do PT. (PT, 2017, s/p)

Patto Sá Motta (2018), defende ainda que, além da falta de uma estratégia de mudança do sistema político, uma das maiores causas – se não a maior – da crise política que detonou o segundo mandato de Dilma Rousseff foi a equívoca aproximação do PT ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – atual MDB - enquanto uma estratégia de enfrentamento aos danos do “Mensalão”⁵⁵.

O autor destaca, por fim, que além da adoção de um perfil desenvolvimentista, com ênfase nos investimentos robustos nos campos da infraestrutura e energia, o Governo Lula manteve-se fiel às tradições da esquerda na promoção do multilateralismo na política externa, rompendo a tradição de alinhamento aos Estados Unidos, sem, no entanto, fragilizar as relações com esse país. O governo Dilma seguiu esses princípios desenvolvimentistas, no entanto, sofreu mais com os efeitos da crise econômica internacional de 2008 e com o crescimento e fortalecimento dos setores da direita conservadora e liberal, que se sentiam frustrados com: o intervencionismo estatal; com as políticas sociais de bolsas e cotas sociais; com os programas que visavam igualdade de gênero e racial; e com as políticas de defesa das minorias

⁵⁵ O Caso do Mensalão foi deflagrado pela entrevista do então deputado Roberto Jeferson, na edição de 6 de junho de 2005 do jornal Folha de São Paulo, que acusava o Partido dos Trabalhadores a bancar uma “mesada” mensal de 30 mil reais por mês a deputados federais de outras siglas para que votassem pela aprovação de projetos de interesse do PT.

sociais. A condução errática da crise econômica – com a controversa nomeação de Joaquim Levy, alinhado ao mercado financeiro, como ministro da Fazenda, não apenas foi ineficiente, com a sua ortodoxia, para contornar a crise, como ainda fragilizou o apoio político dos apoiadores à esquerda do governo.

Quanto à opinião pública, o maior motivo de desgaste de Dilma teria sido, contudo, os desdobramentos da operação Lava Jato⁵⁶. Além do impacto econômico da prisão de dirigentes de empresas estatais e de executivos de grandes empresas privadas que prestavam serviços à Petrobrás, a operação precisava ser “estancada” para que não afetasse políticos da base do governo e da sua oposição, ainda que os efeitos de desgaste político atingissem mais fortemente o PT – visto a cobertura midiática tendenciosa e parcializada. Nesse contexto, a posição de Dilma, de manter-se isenta quanto ao andamento da operação, era um risco aos seus “necessários” aliados.

Rousseff nada fez para impedir as investigações; ao contrário, os governos petistas ao longo dos anos ampliaram a autonomia do Ministério Público e da Polícia Federal, com base em convicções republicanas. No entanto, havia uma contradição grave: o comando do governo apostava no fortalecimento das instituições republicanas, mas, ao mesmo tempo, dependia das alianças corruptas e fisiológicas para governar. O fato é que Dilma não conseguiu desmontar os esquemas de corrupção e tampouco construiu alternativa mais estável para governar. (MOTTA, 2018, p. 440)

Nesse contexto, também corroborou para o desfecho de crise institucional a omissão do Supremo Tribunal Federal, que deixou de tolher as ações ilegais do então juiz Sérgio Moro, “protagonista” da operação Lava Jato, alçado a herói nacional pela grande mídia. As investigações da Lava Jato contribuíram, assim, para o desmantelamento de empresas estratégicas para o país, e conseqüentemente para o agravamento da crise econômica. Embora o combate à corrupção fosse a grande palavra de ordem daquele momento, o suporte recebido pelo vice-presidente Michel Temer em seu rompimento com o governo Dilma e apoio ao impeachment foi

⁵⁶ A Operação Lava Jato foi conduzida pela Polícia Federal, entre março de 2014 e fevereiro de 2021, com investigações de casos de corrupção ativa, passiva e gestão fraudulenta envolvendo políticos, empresários e gestores de estatais, destacando-se, no noticiário nacional, o envolvimento de membros da estatal Petrobrás e da construtora Odebrecht. A operação começou com a prisão do doleiro Alberto Yousseff, envolvido na lavagem de propinas, por meio de um posto de gasolina. A Lava Jato ficou marcada pela atuação controversa e politicamente orientada do juiz Sérgio Moro e do procurador Deltan Dallagnol.

justamente motivado pela esperança que Temer representava de contenção da operação Lava Jato.

O impeachment de 2016 – sem dúvida um golpe parlamentar – desmoralizou as instituições ao revelar as entranhas corruptas do sistema político, especialmente dos poderes Legislativo e Executivo, mas também lançou descrédito sobre o Poder Judiciário por sua conduta parcial em momento grave. Destituíu-se uma presidente que buscava afastar-se dos agentes mais corruptos do sistema político para entregar o poder a um grupo totalmente comprometido com práticas ilícitas, que foi chamado, sem metáfora, de quadrilha. (MOTTA, 2018, p. 443)

Por fim, é preciso considerar que, em um país de tradição patriarcal como o Brasil, a crise política era acentuada pelo componente da discriminação de gênero que fragilizava ainda mais a figura e a legitimidade de Dilma Rousseff.

Ela foi atacada por ser uma mulher descasada com um passado radical, e acusada de ser estridente, autoritária, incapaz de ouvir e lésbica. A mídia avaliou os governos Lula e Dilma usando padrões muito diferentes dos aplicados aos políticos de direita e destacou todas as suas deficiências reais ou inventadas, sem levar em conta à proporção ou as consequências. Quando suas limitações pessoais ou políticas não eram suficientes, foram criadas falhas mais convincentes. Essas tensões explodiram em 2013, e a catástrofe resultante levaria ao colapso do governo de Dilma Rousseff, três anos depois. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 192, grifo nosso)

Percebe-se que, nesse contexto, a mídia comercial, popularmente chamada de “grande mídia” – termos que grifamos em algumas citações para evidenciar o quanto seu protagonismo foi recorrentemente enunciado, mesmo em estudos e análises que não tinham a mídia como um objeto principal – exerceu um papel relevante na consolidação do neoliberalismo no Brasil, assumindo os interesses do capital financeiro e pressionando governos progressistas a não romper com as expectativas das elites nacionais e do capital financeiro internacional. E a falta de pluralidade de visões na cobertura midiática sobre os temas anteriormente discutidos é um reflexo do histórico do Estado brasileiro frente à mídia nacional, caracterizada pelo domínio do setor privado, onde a noção de informação, enquanto um direito social, é subvertida pela noção de informação enquanto produto.

Por exemplo, o primeiro livro sobre a política nacional de comunicação brasileira, produzido como parte de um projeto da UNESCO para incentivar as nações a articular políticas nacionais claras na década de 1970, observou que o Brasil tinha uma tendência histórica para o Estado delegar a maior parte da

produção de mídia nacional a empresas privadas e indústrias culturais (Camargo e Pinto, 1975), em vez de deixar o Estado criar ou assumir o controle dos seus próprios meios de comunicação. Existem, no entanto, algumas exceções históricas a isso, particularmente a tomada da principal rede de rádio nacional pelo regime populista autoritário de Getúlio Vargas na década de 1930 (Haussen, 2005). A seguir teorizarei esta tendência como uma forma de corporativismo mediático, em que o Estado delega algumas funções cruciais a entidades comerciais privadas, tais como confiar nos meios de comunicação privados para criar o conteúdo mediático que servirá em grande parte aos interesses do Estado, ou delegar algumas atividades a grupos sem fins lucrativos, como depender de igrejas para aspectos de educação e saúde (Malloy, 1977). (STRAUBHAAR, 2021, p.160)⁵⁷

Como mencionado, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é um órgão que vem atuando na articulação de políticas nacionais de comunicação no mundo. E a visão de que a mídia comercial não é suficiente para a garantia do direito à informação é reiterada por diversos documentos da UNESCO sobre o tema da radiodifusão. De maneira que, antes de discutirmos como foram as políticas de comunicação dos governos petistas, é pertinente apresentar, brevemente, qual era a política – ou “cartilha” – preconizada pela UNESCO para a radiodifusão pública nos anos 2000.

No documento *Public Broadcasting Why? How?* (UNESCO, 2000), produzido pelo *World Radio and Television Council* – Conselho Mundial de Rádio e Televisão, em tradução livre - a importância da radiodifusão é tida como “óbvia” diante do que a entidade define como sistemas comerciais e sistemas controlados pelo Estado – livre tradução do termo *State-controlled* (UNESCO, 2000, p. 7). Pressupõe-se que existam modelos comerciais e estatais, em contraposição ao modelo público, que a UNESCO se empenha em caracterizar nessa publicação. Em resumo, o documento aponta que o modelo comercial é vulnerável às pressões de seus anunciantes – fonte de receita

⁵⁷ For example, the first book on Brazilian national communication policy, produced as part of a UNESCO project to encourage nations to articulate clear national policies in the 1970s, noted that Brazil had a historic tendency for the state to delegate most of national media production to private enterprises and cultural industries (Camargo and Pinto, 1975), rather than have the state create or take over its own media. There are, however, some historic exceptions to that, particularly the takeover of the main national radio network by the authoritarian populist regime of Getúlio Vargas in the 1930s (Haussen, 2005). Below I will theorize this tendency as a form of media corporatism, in which the state delegates some crucial functions to private commercial entities, such as relying on private media to create the media content that will largely serve the state’s interest, or delegate some activities to non-profit groups, such as relying on churches for aspects of education and health (Malloy, 1977). (STRAUBHAAR, 2021, p.160)

principal de rádios e televisões comerciais – enquanto o modelo estatal está vulnerável à pressão do “Estado” – uma vez que é do orçamento estatal que advém sua manutenção.

Entre a propaganda frequente da radiodifusão estatal e as polêmicas muitas vezes gratuitas de algumas estações de radiodifusão comerciais, a radiodifusão pública deve apelar à inteligência e à compreensão do público. A informação transmitida pela radiodifusão pública deve ser tratada com a preocupação de propor explicações e exames aprofundados para esclarecer os cidadãos sobre as questões em debate e, ao fazê-lo, enriquecer a vida democrática. Muitas vezes é esta capacidade de servir de referência na área da informação que leva o público a reconhecer a importância e o papel da radiodifusão pública e a identificar-se com ela. (UNESCO, 2000, p. 17, tradução livre)⁵⁸

Nessa perspectiva, o interesse público estaria mais bem representado por um modelo de radiodifusão em que o orçamento não dependesse de anúncios e em que a linha editorial não fosse refém da influência política dos governos de turno.

O modelo público, então, foi baseado na ideia que nem o mercado, nem o Estado podem atingir os objetivos de um serviço público de radiodifusão, adequadamente, e agir em prol do interesse público; de fato, considerou-se que o interesse público não coincide nem com os interesses privados nem com os interesses dos poderes políticos constituídos. Esses três modelos, desenvolvidos nos primeiros anos do rádio, continuaram na era da televisão, com diferentes graus de sucesso. O modelo comercial se tornou dominante, enquanto, desde os 1990, o modelo estatal foi perdendo espaço. O serviço público de radiodifusão, por sua vez, enquanto diante de um ambiente cada vez mais comercial, mantém-se à tona. Continua muito difundido e a solução preferida por aqueles preocupados com os limites da radiodifusão comercial. (UNESCO, 2000, p. 10, tradução livre)⁵⁹

⁵⁸ Between the frequent propaganda of State broadcasting and the often gratuitous polemics of some commercial broadcasting stations, public broadcasting must appeal to the audience's intelligence and understanding. The information broadcast by public broadcasting must be treated with a concern for in-depth explanation and examination to enlighten citizens on the issues at hand and, in so doing, enrich democratic life. It is often this ability to act as a reference in the area of information that brings the public to recognize the importance and role of public broadcasting, and identify with it. (UNESCO, 2000, p. 17)

⁵⁹ The public-service model, then, was based on the idea that neither the market nor the State could adequately meet the public-service objectives of broadcasting and act in the public interest; indeed, it was felt that the public interest does not coincide either with private interests or the interests of the political powers that be. These three models, developed in the early years of radio, carried on into the television era with varying degrees of success. The commercial model has become dominant, while since the 1990s the State model has been losing ground. Public-service broadcasting, for its part, while faced with an increasingly commercial environment, is staying afloat. It remains widespread and the solution preferred by those concerned about the limits of commercial broadcasting. (UNESCO, 2000, p. 10)

Como os princípios da radiodifusão pública, a UNESCO (2000) enumera: a universalidade, a diversidade, a independência e a distinção. Como universalidade entende, além de ser tecnicamente acessível – no sentido de estar disponível enquanto canais abertos de rádio e TV – deve garantir que qualquer pessoa consiga compreender e acompanhar a programação. Além de democrática, a sua programação precisa ser popular, não no sentido pejorativo da palavra – ou focada em alcançar grandes índices de audiência a qualquer custo – é preciso que, enquanto um “fórum público”, essa programação não se destine a uma minoria dos espectadores.

Já a diversidade se daria no sentido de produzir gêneros diversos de programação; para audiências diversas e contemplando uma diversidade de temas. A independência se refere a importância de que a radiodifusão pública possa refletir um “fórum público” onde se expressem opiniões e ideias diversas – e até divergentes – sem que haja pressões do mercado ou do sistema político vigente que limitem a livre expressão e a livre difusão de informações. O atributo de distinção se refere, por sua vez, à prerrogativa de inovação em termos de gêneros e linguagens das produções audiovisuais de órgãos públicos de radiodifusão, uma vez que não haja pressões pelo lucro como nas produções comerciais, poderiam os sistemas públicos até mesmo influenciar o mercado de audiovisual a partir de suas experiências inovadoras.

A UNESCO (2000) define ainda o mandato e a missão da radiodifusão pública. O mandato seria a já mencionada máxima de John Reith da BBC: informar, educar e entreter. Assim sendo, caberia a missão de possibilitar aos cidadãos de informarem-se a respeito de assuntos diversos e adquirirem novos conhecimentos, por meio de uma programação interessante e atrativa.

Uma das missões da radiodifusão, também frisa o documento, seria a de fortalecer a identidade nacional, sem que se propagasse apenas uma “particular ou extremamente política concepção de identidade” (UNESCO, 2000, p. 13, tradução livre). Nesse trecho recém citado, como em outras partes do documento, percebe-se que o conceito de “político” é usualmente empregado como sinônimo de “partidário”. Isso somado ao olhar de desconfiança sobre o Estado, pode ser reflexo do – sempre implícito – viés ideológico neoliberal do texto, que reflete, por sua vez, o caráter neoliberal das políticas públicas preconizadas pela UNESCO, órgão apontado como difusor de preceitos neoliberais, sobretudo por pesquisadores da área da Educação (CABRAL; MORENO, 2023; LIBÂNEO; FREITAS, 2018).

Por fim, quanto a fontes de financiamento, a UNESCO (2000) recomenda que o volume de investimento para a radiodifusão pública precisa ser robusto, uma vez que sem essa premissa não será possível assumir uma posição não marginal diante do setor comercial. Também defende que esse financiamento precisa ter independência frente a pressões de mercado ou governamentais; que precisa ser estável e previsível, de preferência plurianual, para que esse não se torne um mecanismo de controle do público ou dos gestores da radiodifusão pública; e ainda, que o financiamento precisaria crescer de acordo, e de forma proporcional, aos custos reais da produção audiovisual e operação de radiodifusão.

Essas premissas, entre outras que buscamos elencar ao longo desse capítulo, parecem compatíveis com as que encontramos em documentos do Partido dos Trabalhadores, sobretudo a partir dos anos 2000, e, principalmente, com os marcos legais e do modelo de gestão adotado pela Empresa Brasil de Comunicação.

Dado esse contexto político e econômico do país e da política da UNESCO para a Radiodifusão Pública no período, discutimos, na sequência, sobre as políticas de comunicação preconizadas em planos de governo, resoluções e publicações do Partido dos Trabalhadores. A partir desse panorama da conjectura política e do debate sobre o tema da radiodifusão dentro e fora do partido, ao final desse segundo capítulo, apresentamos os marcos legais da criação da estatal pioneira nesse setor, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

2.1 O PT E AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

Nos planos de governo apresentados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em eleições presidenciais, entre 1989 e 2014, o tema da comunicação teve um peso diferente em cada pleito. A análise proposta por Ivonete da Silva Lopes (2018) dos planos de governo do PT – disponíveis no site da Fundação Perseu Abramo – aponta que a ênfase na democratização da mídia esteve presente de forma explícita nas eleições de 1989 e 1994. Em 1998, no entanto, não há menção ao tema da comunicação⁶⁰, que volta para os planos de governo, de forma menos contundente,

⁶⁰ Não seria forçoso relacionar esse fato ao contexto político, uma vez que a política de desestatização empregada no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) tinha um apelo popular, endossado não apenas pelo apoio da mídia, mas também pelos reflexos positivos da contenção inflacionária proporcionada pelo Plano Real. As políticas neoliberais gozavam de popularidade, enquanto o peso Estado era tido como um entrave econômico.

em 2002 e 2006. Já em 2010 e em 2014, fala-se em comunicação, porém os termos “democratização” e “regulação da mídia” desaparecem.

É digno de nota, no entanto, que a primeira versão do plano de governo de Dilma e Temer, em 2010, abordava essa questão, bem como a taxaço de grandes fortunas. Porém, a repercussão negativa na mídia – como abordaremos, na sequência, na análise apresentada no terceiro capítulo – fez com que o plano fosse mudado e a sua versão original acabou substituída no Superior Tribunal Eleitoral, por uma versão retificada, sem menção à regulação da mídia. Para Lopes (2018), os planos de governo registram um gradual abandono da pauta de democratização da comunicação pelo PT, que foi adotando a estratégia de evitar a confrontação com os grandes conglomerados de mídia do país. O que não foi suficiente, contudo, para garantir a estabilidade política almejada. Além do não confronto, Lopes (2018) ressalta que o governo também seguiu sendo importante fonte de receita para as grandes redes privadas.

Porém, ‘sustentar’ os meios hegemônicos não foi suficiente para garantir a estabilidade política. As cinco maiores redes privadas juntas receberam, entre 2008 e 2014, R\$7,3 milhões do governo federal. Desse montante, só a Globo ficou, no período, com R\$ 3,9 milhões, enquanto a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) obteve, no mesmo período, um orçamento de R\$ 3,1 milhões. (LOPES, 2018, p. 381)⁶¹

Diante da cobertura “parcializada” – enfaticamente favorável – do impeachment de Dilma Rousseff, por esses meios hegemônicos, o próprio PT, em Congresso realizado em junho de 2015, em Salvador (BA), reconhece que a pauta da democratização da mídia foi deixada de lado pelo partido e que isso trouxe grandes prejuízos para o mesmo.

O principal destes equívocos foi não ter estabelecido como tarefas prioritárias, desde o princípio, a reforma do sistema político e a democratização dos meios de comunicação. A falta de maioria parlamentar progressista e a intenção de reduzir ao máximo conflitos em um cenário no qual os trabalhadores não eram força hegemônica deixaram em suspenso uma campanha nacional por esses temas e a subestimar sua influência sobre todo o processo político. (PT, 2015, s/p)

⁶¹ Sin embargo, “sostener” los medios hegemónicos no fue suficiente para garantizar la estabilidad política. Las cinco redes privadas juntas recibieron, entre 2008 y 2014, R\$7.3 millones del gobierno federal. De ese monto, solo la Globo se quedó, en el periodo, con R\$3.9 millones, mientras la Empresa Brasil de Comunicación (EBC) obtuvo, en el mismo periodo, un presupuesto de R\$3.1 millones. (LOPES, 2018, p. 381)

Como podemos observar por meio dessa citação, além dos planos de governo, as resoluções de congressos do partido são importantes documentos que nos revelam qual era o debate sobre a mídia dentro do PT. Em pesquisa ao site da Fundação Perseu Abramos, é possível ter acesso às resoluções decorrentes dos seis Congressos Nacionais já realizados pelo partido. O primeiro deles, ocorreu em 1991, desse evento, foram produzidos dois documentos: Resoluções do Partido e Resoluções para o Socialismo (1991).

No documento do Partido, a palavra “comunicação” está presente apenas em referências a estratégias de comunicação interna e externa do Partido, ou seja, discute-se como aprimorar a comunicação entre os filiados e com a base eleitoral, mencionando-se, nesse segundo caso, a necessidade de ter maior presença em meios como a televisão e o rádio. Já no documento sobre o Socialismo, menciona-se a necessidade de democratizar os meios de comunicação para a garantia de uma democracia popular:

119. A auto-organização dos trabalhadores, a consolidação da sociedade civil, a democratização das instituições e dos meios de comunicação constituem a maior garantia de que será possível sustentar um governo democrático-popular, derrotando as eventuais tentativas golpistas que, como sabemos, fazem parte da tradição da classe dominante no Brasil. É exatamente por isso que consideramos como uma de nossas tarefas estratégicas a luta contra a violência e contra a repressão exercida cotidianamente sobre os trabalhadores e o povo. A redefinição do papel das Forças Armadas, o desmantelamento das milícias paramilitares, o controle social sobre o trabalho policial e a luta contra a ideologia da segurança nacional são caminhos que tomam possível defender a cidadania, os direitos democráticos e os governos populares em um país como o nosso, em que o golpe militar é o recurso mais recorrente, toda vez que as elites veem seus privilégios ameaçados. (PT, 1991, s/p)

Ainda nesse documento, a democratização dos meios de comunicação foi mencionada em outras cinco resoluções – resoluções 154, 158, 162, 164 e 168 (PT, 1991, s/p). Em 1999, foi realizado o 2º Congresso Nacional do Partido, cujas Resoluções abordam não apenas a questão mais ampla da democratização da comunicação, mencionando a questão específica da necessidade de revisão das concessões de rádio e TV.

O PT tem que ampliar e apoiar a luta pela democratização dos meios de comunicação de massas, a revisão das concessões já em mãos dos empresários e, ainda, possibilitar, de fato, o controle público. Mais que isso, porém, o militante do PT precisa

atuar para propagar as ideias e iniciativas que apontem para a superação do sistema em que vivemos e a implantação de uma nova realidade, onde possamos vislumbrar a construção do projeto de sociedade dos trabalhadores. (PT, 1999, s/p)

No subcapítulo “Em Defesa da Democracia”, menciona-se ainda a necessidade de promover a: “Democratização dos meios de comunicação, com o combate à oligopolização e regularização de rádios livre e comunitárias” (PT,1999, s/p). Esse documento dedica um subcapítulo especialmente ao tema da comunicação – “Resolução do II Congresso Nacional do PT sobre Comunicação” -, onde, em consonância com a já mencionada visão da UNESCO, registra-se uma noção de comunicação pública enquanto uma “terceira via” à comunicação estatal e à comunicação privada:

Os meios de comunicação públicos (não estatais e não privado) podem expressar uma nova dinâmica de conteúdos de linguagens, como exemplificam as rádios comunitárias e os canais de TV de acesso público. Entretanto, não nos enganemos. As elites nacionais e seus aliados sabem exatamente a importância de tais ações. Sabem que é no cenário das comunicações que se está a construir a hegemonia das sociedades contemporâneas, e não é por acaso que as regulamentações aprovadas para a radiodifusão comunitária na maioria dos países latino-americanos mais impedem que viabilizem tais emissoras. (PT,1999, s/p)

Percebe-se que há uma aposta no seguimento comunitário, enquanto sinônimo de “comunicação pública”, ainda que mencione também a imprecisão do termo no âmbito dos debates da sociedade e do partido: “Até o momento, a sociedade civil e o próprio Partido dos Trabalhadores têm sido tímidos na definição da comunicação pública como um dos temas principais da agenda democrática do século XXI. Refletem, assim, sua incompreensão a respeito dos novos desafios e seu apego a antigas concepções de poder.” (PT,1999, s/p)

O documento prevê ainda a reforma da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) com a sua ampliação para Agência Nacional de Comunicações, com maior participação da sociedade civil na sua gestão e na construção coletiva de suas políticas. Também tem como objetivos: a rediscussão da privatização do sistema Telebrás e a posse imediata do Conselho Nacional de Comunicação Social, no Congresso Nacional, como previsto pela Constituição de 1988. Menciona-se, ainda, a estratégia de estímulo e apoio a militantes do Partido para que disputem outorgas de rádio e TV, para implantação de veículos comunitários.

Além disso, enfatiza-se uma vez mais a importância da revisão das concessões no setor, bem como delinea boas práticas de rádio e TV comunitária.

O PT tem que ampliar e apoiar a luta pela democratização dos meios de comunicação de massas, a revisão das concessões já em mãos dos empresários e, ainda, possibilitar, de fato, o controle público. Mais que isso, porém, o militante do PT precisa atuar para propagar as ideias e iniciativas que apontem para a superação do sistema em que vivemos e a implantação de uma nova realidade, onde possamos vislumbrar a construção do projeto de sociedade dos trabalhadores. Que rádio ou TV comunitária fazer então? Não há padrão, existem porém conceitos e princípios construídos ao longo do tempo e formulados por militantes das emissoras comunitárias, com a gestão coletiva por conselho composto por representantes dos grupos da comunidade; a missão de defender a cultura e valores locais e regionais a partir de uma visão de classe; o debate sobre os problemas locais e regionais a partir de uma visão de classe; o debate sobre os problemas locais e sua relação com os gerais; e, um que é básico, a pluralidade de acesso e programação. (PT, 1999, s/p)

O subcapítulo encerra com ênfase na comunicação interna do partido, por meio de instrumentos próprios de difusão de informações, tais como: “um órgão de circulação nacional, aberto para a sociedade; e um centro nacional de produção e distribuição radiofônica e audiovisual, ligado – via internet e canal satélite – com centros regionais e estruturado para apoiar articulações de emissoras de rádio e TV” (PT, 1999, s/p).

Já o 3º Congresso Nacional do PT, em 2007, reitera algumas dessas premissas, no entanto, traz uma visão de “comunicação pública”, ou “sistema público de comunicação”, menos centrada nas iniciativas comunitárias:

Tarefa fundamental é garantir a existência dos sistemas estatal e público de comunicação. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos três níveis da Federação. Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada, com autonomia e gestão participativa. O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada. (PT, 2007, 47-48)

Sobre a definição de sistema público, o documento segue:

O segundo mandato do presidente Lula já deu um passo importante nessa direção, iniciando a reconstrução de sistema

público de rádio e TV, criando uma política própria para o setor e investindo recursos para que esse sistema tenha qualidade e alcance nacional. Para alcançar êxito neste empreendimento, um aspecto fundamental é permitir que a gestão seja efetivamente participativa, impedindo sua apropriação pelo mercado.

Junto à rede de emissoras que já está sendo formada, encabeçadas pela TV Brasil, o sistema público de comunicação deve comportar também as outras emissoras do chamado campo público: as universitárias, comunitárias e legislativas. O processo nestas bases deve ser replicado no caso do rádio, cujo alcance como veículo comunitário é hoje o principal instrumento de promoção do direito à comunicação. (PT, 2007, 48)

A revisão das concessões de rádio e TV, mais uma vez, foi destacada entre as resoluções de um Congresso do Partido dos Trabalhadores, porém, também se mencionou a garantia da qualidade e pluralidade dos conteúdos veiculados.

Nesta medida, o PT propõe a imediata revisão dos mecanismos de outorga de canais de rádio e TV, concessões públicas que vem sendo historicamente tratadas como propriedade absoluta por parte das emissoras de radiodifusão. Esta atualização passa pelo cumprimento da Lei, haja vista a flagrante ilegalidade em diversas emissoras, a maior transparência e agilidade nos processos e a criação de critérios e mecanismos para que a população possa avaliar e debater não somente a concessão e renovação de outorgas.

No combate ao quadro de “terra sem lei” do sistema de concessões, o PT deve se juntar à luta da sociedade organizada para concretizar os preceitos da Constituição Federal de 1988 que estabelecem a proibição do monopólio na mídia e define como finalidade do conteúdo veiculado veicular a educação, a cultura e a arte nacionais. Para isso, acrescenta o texto da Constituição, devem ser promovidas a produção independente e regionalizada. (PT, 2007, p. 48-49)

O documento prevê ainda a realização de uma Conferência Nacional de Comunicação, para mobilização da sociedade em torno do assunto “a partir de etapas estaduais e regionais e que tenha como objetivo apontar diretrizes para as políticas do setor” (PT, 2007, p. 50). Esse evento de fato ocorreu, em 2009, como abordaremos adiante.

Já no 4º Congresso Nacional do PT, realizado em 2011, percebe-se que há menos menções ao tema da comunicação, sem a presença de um subtítulo no documento de resoluções para o mesmo. De maneira que as menções estão correlacionadas a outros temas do documento. No subtítulo “Os desafios do momento”, por exemplo, aborda-se a questão das concessões de rádio e TV, no

entanto, diferente dos últimos Congressos, menciona-se também a regulação da Internet e a questão da propriedade cruzada:

Para o PT e para os movimentos sociais, a democratização dos meios de comunicação é tema relevante e um objetivo comum com os esforços de elaboração do governo Lula e os resultados da I Conferência Nacional de Comunicação, que evidenciou os grandes embates entre agentes políticos, econômicos e sociais de grande peso na sociedade brasileira. É urgente abrir o debate no Congresso Nacional sobre o marco regulador da comunicação social – ordenamento jurídico que amplie as possibilidades de livre expressão de pensamento e assegure o amplo acesso da população a todos os meios – sobretudo os mais modernos como a internet. Daí o nosso repúdio ao projeto de lei 84/99 que se originou e tramita no Senado Federal, o AI-5 digital, pois pretende reprimir a livre expressão na blogosfera. [...] A inexistência de uma Lei de Imprensa, a não regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da propriedade cruzada de meios, o desrespeito aos direitos humanos presente na mídia, o domínio midiático por alguns poucos grupos econômicos tolhem a democracia, silenciam vozes, marginalizam multidões, enfim criam um clima de imposição de uma única versão para o Brasil. (PT, 2011, p. 20)

O tema aparece ainda no subcapítulo “Reforma política e reforma do Estado”, que defende a regulação dos meios de comunicação junto à reforma do Estado; bem como a participação popular; o combate à corrupção e a reforma administrativa; uma nova regulamentação do capital financeiro; a reforma tributária, entre outras. Por fim, também se menciona o tema no subcapítulo “Convocação à militância petista”:

Convoca o partido e a sociedade na luta pela democratização da comunicação no Brasil, enfatizando a importância de um novo marco regulatório para as comunicações no País, que, assegurando de modo intransigente a liberdade de expressão e de imprensa, enfrente questões como o controle de meios por monopólios, a propriedade cruzada, a inexistência de uma Lei de Imprensa, a dificuldade para o direito de resposta, a regulamentação dos artigos da Constituição que tratam do assunto, a importância de um setor público de comunicação e das rádios e televisões comunitárias. A democratização da mídia é parte essencial da luta democrática em nossa terra. (PT, 2011, p. 30)

Ainda cabe destacar, sobre o Congresso de 2011, que as resoluções do partido mencionam o termo “comunicação” sobretudo para tratar de estratégias de comunicação interna e externa do PT, para a mobilização e politização da sua militância, bem como para a “defesa” pública do partido frente o “denuncismo” da grande mídia – retórica que já estava presente nas resoluções do Congresso de 2007, época do caso do Mensalão. Porém, nesse 4º Congresso, a comunicação do partido

com a sociedade se torna o foco do documento, em detrimento do espaço dedicado a abordar a questão das concessões de rádio e TV ou do sistema público de comunicação.

Como mencionado anteriormente, essa pauta havia sido retirada do plano de governo da então candidata à presidência Dilma Rousseff, e seguiu tímida nesse Congresso do partido que realizado no ano seguinte à sua eleição. Por vezes, havia menção ao monopólio do setor, porém, como é de se esperar de um documento dessa natureza, não se trazia uma proposta objetiva de mudança, como observa-se a seguir:

Em um País onde poucas famílias controlam os grandes canais de TVs, rádios e jornais e onde a legislação atual em nada ampara o direito do ofendido – vide o engavetamento do Projeto de Lei que garante o direito de res posta que se encontra com sua tramitação obstaculizada na Câmara dos Deputados – fazer comunicação de massa não é uma tarefa fácil. (PT, 2011, p. 38)

E mesmo quando havia alguma menção mais propositiva, o tom era vago, sobretudo, em se tratando de um partido que se encontrava frente ao seu terceiro mandato presidencial consecutivo. No entanto, o documento correlato às resoluções desse Congresso, chamado “Carta de Salvador”, avaliava como um erro não ter considerado prioritária a pauta da democratização da mídia no Brasil.

56. O principal destes equívocos foi não ter estabelecido como tarefas prioritárias, desde o princípio, a reforma do sistema político e a democratização dos meios de comunicação. A falta de maioria parlamentar progressista e a intenção de reduzir ao máximo conflitos em um cenário no qual os trabalhadores não eram força hegemônica deixaram em suspenso uma campanha nacional por esses temas e a subestimar sua influência sobre todo o processo político.

[...]

62. Mesmo internamente, os efeitos foram danosos, definidos pela pouca relevância oferecida à formação político-ideológica da militância e à construção de um sistema de comunicação que pudesse afrontar a influência das corporações midiáticas. (PT, 2011, p. 17)

No entanto, a Carta não fazia propostas concretas como as observadas no documento de 2007, que apontavam para a criação de legislação que regulasse o setor da radiodifusão, com possibilidade de revisão das outorgas, bem como proibição da propriedade cruzada de veículos e a consolidação do sistema público de comunicação.

O último Congresso do Partido, de 2017, – ou seja, após o golpe parlamentar contra o Governo Dilma, e ainda durante o mandato de Michel Temer –, endossa esse

mesmo tom de “autocrítica” tardia, recorrendo à comparação do Brasil com países latino-americanos:

14. Além disso, se os governos progressistas e de esquerda tiveram um protagonismo importante para o progresso social desde a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, não conseguiram consolidar transformações estruturais importantes, como as reformas política, tributária e dos meios de comunicação, ainda que, em alguns casos, transformações estruturais importantes, no caminho de uma refundação institucional, tenham sido levadas a cabo, como na reforma da lei dos meios de comunicação na Argentina, e, ainda mais, nas refundações constitucionais da Venezuela (1999), do Equador (2008) e da Bolívia (2009). (PT, 2017, p. 9-10)

Esse excerto está presente no subtítulo “Resolução sobre Balanço de uma Experiência Histórica”, de forma que a tônica desse documento é, incontestavelmente, a autocrítica. Ainda nesse tópico, uma delas menciona justamente o não cumprimento do que esteve previsto nos Congressos anteriores do Partido, a respeito de temas diversos, entre os quais, a Comunicação.

45. Na opinião de algumas teses, este processo de adaptação teria levado o PT, inclusive, a não travar alguns debates políticos e ideológicos apontados como decisivos. Embora cada tese faça sua lista específica, todas apontam que, em nome de cálculos eleitorais e/ou de governabilidade institucional, teríamos deixado de debater ou teríamos feito concessões em diversos temas, entre os quais são citados a questão do aborto, a segurança pública, a taxação das grandes fortunas, a reforma política, a reforma do sistema penitenciário, a reforma agrária, a defesa dos povos indígenas, entre outros. Há teses que chamam a atenção para o fato de que recusamos a tese formal da autonomia do Banco Central, mas que na prática esta autonomia foi exercida, beneficiando os interesses rentistas. Além disso, muitas resoluções de Conferências Nacionais – como as de Educação, Saúde, Direitos Humanos e Comunicação – teriam sido deixadas de lado. (PT, 2017, p. 31)

Já no subcapítulo dedicado à “Resolução sobre Estratégia e Programa”, enfatizou-se o “desmonte dos monopólios de comunicação” (PT, 2017, p. 37), dedicando-se, ainda, a 13 pautas principais, entre as quais, de forma explícita, mencionavam-se estratégias para a democratização da mídia.

Democratização da mídia. Proibição de propriedade cruzada. Proibição de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo grau. Criação de um Fundo em Defesa da Liberdade de Imprensa, com um percentual da receita publicitária das televisões aberta e fechada, além das rádios, para estimular novos meios de comunicação. Cláusula de objeção por consciência em todas as

redações. Criação de um Conselho Social de Comunicação, que autorize e renove licenças para emissoras de rádio e TV, retirando essa prerrogativa do parlamento. Criação do direito gratuito de antena para televisão aberta e rádios. (PT, 2017, p. 39)

Percebe-se, assim, que de todos os congressos petistas, de forma explícita, o tema do sistema público de comunicação só esteve presente de fato nas resoluções de 1999 e 2007. Mas apenas essa última traz um esboço conceitual mais coerente com o que foi de fato posto em prática com a criação da EBC, visto que anteriormente, considerava-se sistemas públicos de rádio e TV como sinônimos de sistemas comunitários. Nos Congressos mais recentes, quando os cadernos de resoluções tiveram tom mais autocríticos, não se observou, porém, a menção direta à EBC.

Para entender como se deu a criação da empresa, além desses documentos do partido, analisamos, a seguir, como foi pautado o tema da comunicação na revista *Teoria e Debate*. Esse periódico publica, há décadas, textos de diversas figuras políticas e intelectuais que fazem parte ou que influenciam diretamente as gestões petistas.

2.1.1 O debate sobre a comunicação na revista do Partido dos Trabalhadores

Além dos planos de governo e cadernos de resoluções de Congressos Nacionais, a discussão política e teórica do Partido dos Trabalhadores pode ser acompanhada nas publicações do partido. Nessa pesquisa, optamos por analisar diversas edições da revista *Teoria e Debate*, da Fundação Perseu Abramo. É importante ressaltar que essa fundação foi criada em 1996, por meio da instituição do Fundo Partidário, recurso com o qual vem sendo mantida desde então.

A Fundação Perseu Abramo, segundo seu próprio site, tem como objetivo atuar em pesquisa, elaboração doutrinária, e na educação política dos filiados do Partido dos Trabalhadores e do povo brasileiro. Para tal, seu plano de trabalho abrange atividades como: “Recuperação da memória e história do PT (Projeto Memória e História); Reflexão ideológica, política e cultural (Reflexão); Socialização do patrimônio político-ideológico-cultural acumulado através de eventos, publicações e educação política (Editora e Revista Teoria e Debate); Pesquisas de opinião pública (Núcleo de Opinião Pública)” (PT, 2023, s/p).

A *Teoria e Debate* é produzida desde 1987, e desde então o tema das comunicações foi pautado em edições diversas, seja em textos opinativos, seja por meio de recomendação e resenhas de livros. Nessa revista, percebemos que o tema da comunicação foi abordado, sobretudo, por dois autores Eugênio Bucci, jornalista, atualmente professor da Universidade de São Paulo, que foi editor da revista e se tornou diretor-presidente da Radiobrás, no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2007); e, Venício A. de Lima que é jornalista e sociólogo, professor titular de Ciência Política e Comunicação da UnB (aposentado).

Bucci, por sua vez, se dedicou mais à crítica da mídia, tecendo análises sobre coberturas de pautas específicas ou abordando o potencial da televisão enquanto meio de informação. Vindo a expressar sua visão sobre a radiodifusão pública após ter sido gestor da Radiobrás, em obra autobiográfica que não repercutiu na revista para além uma resenha assinada pela intelectual Maria Rita Kehl.

Antes disso, Bucci chegou a fazer uma proposta com dez pontos para a defesa do que chamou de “direitos do telespectador”, nos quais abordava a necessidade de garantias quanto à qualidade e pluralidade das informações e demais conteúdos veiculados, abordando a questão das concessões de rádio e TV sem apontar a criação do sistema público, mas apostando em uma espécie de “moralização” dos concessionários por meio da assinatura de um termo de compromisso.

10) Assinar e controlar um termo de compromisso com os que exploram as concessões. Bem, aqui chegamos a um direito, por assim dizer, simbólico. Mas deveríamos pensar num compromisso, um contrato ético que fosse assinado e lido em voz alta, diante de representantes do Congresso nacional, por todos os que ganhassem concessões de rádio e televisão. Esse quase juramento teria o efeito de subordinar a emissora ao poder que representa a vontade popular, estabelecendo formalmente um diálogo que passaria por cima da mediação dos burocratas. Caso desobedecesse os termos desse contrato, estaria esse empresário sujeito às penalidades previstas. E se submeteria ao vexame público, por ter fugido ao compromisso ético que firmou com o povo brasileiro. (BUCCI, 1998, s/p)

Uma vez como gestor da estatal de radiodifusão no primeiro governo Lula, Bucci assume que o modelo da BBC de Londres deve ser perseguido pela Radiobrás. No entanto, no livro *Em Brasília, 19 horas: A guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro Governo Lula* (2008), enfatiza as ações que empenhou com esse objetivo e conclui em tom de denúncia que o “aparelhamento” típico das barganhas por cargos políticos eram frequentes e que seus esforços não tiveram o

resultado devido. Como já mencionado, essa narrativa reverbera na *Teoria e Debate* a partir da resenha de Maria Rita Kehl.

Quando assumiu a presidência da Radiobrás, no primeiro ano do governo Lula, Eugênio Bucci contou aos amigos sobre sua estupefação ao receber incontáveis visitas de políticos do PT e da base aliada tentando indicar nomes de apadrinhados para ocupar cargos na empresa. Era como se as emissoras de rádio e TV filiadas à Radiobrás, assim como as agências locais de notícias espalhadas pelo país, não tivessem outra função senão empregar gente pouco qualificada para trabalhar mal ou simplesmente engordar a folha de pagamentos como funcionários fantasmas. [...]O princípio de imparcialidade jornalística posto em prática pela Agência Radiobrás foi, com frequência, confundido com traição, cooptação pela “direitona” ou “fogo amigo” vindo de um órgão do próprio governo. Como se a Radiobrás servisse ao governo, não ao público. No entanto, é importante observar que em nenhum momento o presidente Lula pressionou ou ameaçou demitir seu funcionário supostamente rebelde: Eugênio Bucci deixou a presidência da Radiobrás no início do segundo mandato de Lula, por iniciativa própria, considerando seu projeto implantado até onde foi possível. (KEHL, 2008, s/p)

Durante o final dos anos 2000 e o início dos anos 2010, o tema das políticas de comunicação foi muito frequente na revista do partido. Venício A. de Lima, que, ao contrário de Bucci não atuou diretamente na Radiobrás, ou na EBC, destacou-se entre os autores que pautaram a questão da democratização da comunicação e da radiodifusão pública. Em 2007, Lima defendia que o sistema público precisaria estar entre as prioridades do segundo mandato de Lula para a área de Comunicação:

E, por fim, é prioritário o apoio à criação de um sistema público de mídia que ofereça uma alternativa de qualidade e complementar – como manda a Constituição – o sistema privado comercial historicamente dominante. O primeiro passo nessa direção está sendo dado pelo MinC e pela Radiobrás, que articulam a realização do I Fórum Nacional de TVs Públicas, em fevereiro. A iniciativa conta com a participação das associações de TVs educativas, universitárias, legislativas e comunitárias e de setores da sociedade civil. (LIMA, 2007, s/p)

Em outro artigo, neste mesmo ano, Lima comentou a não renovação do canal privado da RCTV pelo governo da Venezuela, questionando as regras do setor no Brasil, onde a não-renovação é praticamente inviabilizada pela Constituição de 1988, que prevê que a mesma depende de aprovação de dois quintos do Congresso em votação nominal, bem como preconiza que eventuais irregularidades nas concessões devem ser julgadas pelo Poder Judiciário. Para o pesquisador:

No Brasil, desde antes mesmo da Constituição de 1988, as concessões, as renovações e o cancelamento dos serviços públicos de rádio e televisão à iniciativa privada são historicamente regidas por normas que, ao longo do tempo, transformam os concessionários praticamente em “proprietários”. Quando se discute a criação de um sistema público de radiodifusão e se aguarda a convocação de uma Conferência Nacional de Comunicação – que se espera ampla, plural e democrática – a não-renovação da concessão de um canal de TV na Venezuela deveria se transformar em oportunidade para um debate que há muito se faz necessário entre nós: quais devem ser os critérios e as condições para concessão, renovação e cancelamento do serviço público da radiodifusão privada no Brasil? (LIMA, 2007b), s/p)

Ainda em 2007, Lima publicou crítica sobre a exclusão da sociedade como ator na formulação das políticas públicas de comunicações no Brasil, enumerando casos flagrantes de propriedade cruzada, e ainda a proposta de TV pública do então Ministro das Comunicações:

Para completar o quadro, o ministro das Comunicações anuncia ter entregue ao presidente da República o projeto de uma TV Pública do Executivo (?), atropelando o trabalho que vinha sendo construído dentro do próprio governo – pelo Ministério da Cultura, pela Casa Civil e pela Radiobrás – para criação de uma rede pública (não-estatal) de televisão, que tomaria por base os atuais canais legislativos, universitários, comunitários e a Radiobrás. (LIMA, 2007c, s/p)

Registra-se, assim, que havia um trabalho interministerial para a elaboração de uma proposta radiodifusão pública e que o mesmo foi “atropelado” pelo ex-ministro Hélio Costa, cujo suplente no senado, Wellington Salgado, era concessionário de rádios e TVs privadas. No ano seguinte, porém, Lima avaliou de forma positiva a criação da Empresa Brasil de Comunicação, em 2007, que se deu a partir da incorporação do patrimônio da Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes de contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP (BRASIL, 2008).

Apesar das críticas -- e não são poucas -- que podem ser feitas ao processo de criação e implantação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC/TV Brasil), não há dúvida de que ela representa um avanço importante nas comunicações brasileiras. Ao lado dos sistemas de radiodifusão privada e estatal, existe agora uma TV que se define legalmente como pública, e a disputa política para definir o que de fato constitui uma TV pública se desloca para sua prática. O que finalmente será a TV Brasil ainda depende do texto a ser aprovado no

Congresso a partir da MP 398/07. O próprio relator, Walter Pinheiro (PT-BA), admite que a proposta original deva ser alterada, pelo menos, em relação às fontes de financiamento, às regras para publicidade e à composição do Conselho Curador. Não há nenhuma surpresa, no entanto, quanto àqueles que se opõem a uma comunicação pública e a suas razões. Eles e elas já são suficientemente conhecidos. [...] Na verdade, o que está por trás das posições contrárias à TV Brasil é o temor de que um sistema público de comunicação, com qualidade e independência, se constitua, a médio e longo prazo, numa alternativa concreta ao sistema privado até hoje dominante no país. E, para se constituir em alternativa real, bastaria à TV Brasil cumprir as normas constitucionais, vale dizer, dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promover a cultura nacional e regional e estimular a produção independente que objetive sua divulgação; obedecer aos princípios da regionalização da produção cultural, artística e jornalística e do respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. E é exatamente isso - o simples cumprimento da Constituição - o que as emissoras privadas, concessionárias do serviço público de TV, em sua esmagadora maioria, não têm sido capazes de oferecer ao telespectador brasileiro. (LIMA, 2008, s/p)

Em 2009, ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, sobre a qual o autor opinou em mais uma publicação na *Teoria e Debate*. Ele destacou que a comunicação foi a última área de direitos fundamentais a realizar uma conferência no Governo Lula – que já havia posto em prática conferências nas áreas da Saúde e da Educação, ressaltando a importância de eventos dessa natureza como mecanismos de descentralização administrativa e *accountability*.

Destaca ainda o desdém, pela omissão de notícias a esse respeito, e o descrédito que a escassa cobertura midiática reservou ao tema, bem como o espírito antidemocrático que marcou a participação nas etapas de composição da comissão organizadora, de criação de *quórum* qualificado para deliberação, de critérios de escolha e percentuais de delegados e da própria retirada de seis das oito entidades empresariais da Comissão Organizadora.

Evidenciou-se, assim, que não havia interesse dos empresários de radiodifusão – liderados pelo Grupo Globo – em debater o tema da comunicação, sendo a manutenção do atual *status* normativo e o controle de fuga de anunciantes para a Internet as suas maiores pautas.

Lima (2009) conclui que, a despeito da omissão e do descrédito dos meios de comunicação, a Conferência teria tido o mérito de levar o debate sobre a comunicação

para as “mais diferentes entidades da sociedade civil – igrejas, escolas, sindicatos, ONGs, partidos políticos, associações de moradores, entre outras.” (LIMA, 2009, s/p).

Dois anos depois, o autor também criticou a cobertura da grande mídia em relação ao 4^a Congresso Extraordinário do PT, no que tangia as propostas de marco regulatório para a comunicação. Evidencia-se assim que, tanto o debate público, quanto a proposta do partido, repercutiram mal na imprensa.

A reação homogênea em relação ao que foi dito e decidido no 4^o Congresso Extraordinário do PT sobre a regulação do setor de comunicações reafirma o que já se sabia: a grande mídia continua interditando o debate sobre sua regulação e dissimulando com bandeiras universais a manutenção do *status quo*. Na verdade, a cobertura “jornalística” ignorou as falas e documentos concretos para “noticiar” os próprios fantasmas, tendo ao final de criar “recuos” inexistentes e justificar a própria “cobertura antecipada” de algo que não estava sendo discutido ou proposto. (LIMA, 2011b, s/p)

Em 2012, o autor publicou o livro *Política de Comunicações: um Balanço dos Governos Lula (2003-2010)*, no qual defende que os avanços no setor foram tímidos, sobretudo, quanto aos monopólios do setor de radiodifusão, que seguiu concentrado em poucas famílias. Venício A. de Lima observa ainda que muitas propostas de políticas públicas para o setor foram abandonadas pelo partido.

Em seu “balanço”, também enumera que o Governo Lula buscou pautar um novo marco regulatório da mídia: ao montar três comissões interministeriais para debater o tema; ao apresentar os projetos de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV); e ao incluir itens sobre o direito à comunicação no Programa Nacional de Direitos Humanos. No entanto, esses esforços, segundo o autor, não foram suficientes diante da resistência dos “barões da mídia” que possuíam – e ainda possuem – grande influência sobre o Congresso Nacional e, a partir de seus meios de comunicação, atemorizam a sociedade até mesmo quanto à regulação dos artigos já previstos na Constituição Federal de 1988, adjetivando qualquer movimento em direção a uma mídia mais democrática de “censura”.

Embora exponha críticas, Lima (2012) também destaca pontos de avanço nos governos de Lula, como: a descentralização da publicidade oficial – de 499 para 7.047 veículos beneficiados –; a realização da 1^a Confederação Nacional de Comunicação (Confecom); a criação da Empresa Brasil de Comunicação; e o lançamento do Plano

Nacional da Banda Larga, que visava democratizar o acesso à Internet a populações de excluídos digitais.

Embora comemore a realização da Confecom, Lima critica a paralisia brasileira em comparação com a *Ley de Medios* argentina, de 2009, uma vez que o governo da ex-presidenta Cristina Kirchner conseguiu mobilizar um amplo debate nacional em torno do tema:

A base inicial do trabalho foram os 21 pontos defendidos pela Coalizão por uma Radiodifusão Democrática, criada pelo Fórum Argentino de Rádios Comunitárias, em 2004. Além de contar com o apoio de figuras como, por exemplo, Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, fazem parte do fórum sindicatos, associações profissionais, universidades, emissoras comunitárias e movimentos de direitos humanos. A partir daí, foram programados quinze fóruns regionais para debater o anteprojeto e a própria presidenta presidiu encontros com empresários, líderes sindicais e estudantis, grupos de mídia, produtores independentes, reitores de universidades, diretores e professores de escolas de comunicação, líderes religiosos e associações de comunicação comunitária. [...] No Brasil, apesar da convocação e realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em dezembro de 2009, não se conseguiu ainda uma mobilização da sociedade civil capaz de convencer o governo federal a liderar o processo. (LIMA, 2012b, s/p)

No mesmo ano, Venício A. de Lima também publicou artigo em que comparava o Brasil à Inglaterra, para indicar a nossa insuficiência em relação a agências regulatórias para a imprensa. Na Inglaterra, salientou, há entidades como o *Office of Communications* (Ofcom), órgão regulador das comunicações, e a *Press Complaints Commission* (PCC), órgão autoregulador da Imprensa. Enquanto no Brasil, apenas o Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar) teria atuação semelhante, ainda que restrita ao campo publicitário (LIMA, 2012c, s/p).

Em 2012, percebe-se, ainda, que havia uma pressão para que a presidenta Dilma Rousseff, a exemplo de países como Argentina, Bolívia, Venezuela, Uruguai e Inglaterra – onde ocorriam intensos debates sobre a democratização da mídia –, empenhasse-se em um projeto efetivo para a regulação da mídia no Brasil. Em que pese o avanço do neoliberalismo pressionasse o Estado a não assumir protagonismo na regulação das relações sociais, no campo das comunicações, Lima defende que o mesmo se fazia essencial para a garantia da democracia.

Nas últimas décadas, atores sociais poderosos conseguiram tornar preponderante, em todo o planeta, a perspectiva política que postula limites estritos ao papel regulador do Estado. É o chamado “Estado mínimo” do ideário neoliberal. Os resultados

desastrosos dessa política tornaram-se evidentes, a partir de 2008, com a crise global dos mercados financeiros. E suas consequências seguem fazendo estragos enormes ao redor do mundo. É interessante notar, todavia, que, mesmo numa época em que dominou a perspectiva neoliberal, uma atividade foi e continua sendo objeto da regulação do Estado: as comunicações, reunindo os antigos setores de telecomunicações e radiodifusão e o novo espaço das TICs, as tecnologias de informação e comunicação. (LIMA, 2012d, s/p)

A *Teoria e Debate* também publicou textos e artigos que evidenciam que o Partido dos Trabalhadores estava acompanhando os debates de movimentos sociais da área da comunicação, a exemplo do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes). Os diretores do Intervozes, Bia Barbosa e Jonas Valente, inclusive publicaram matéria opinativa no periódico petista argumentando que o 3º Congresso do Partido reverberou propostas de uma campanha lançada pelo coletivo.

Garantir a participação da sociedade no debate sobre a concessão e renovação das outorgas é dar ao público o direito de decidir sobre o que é seu. E foi com esse objetivo que diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil lançaram em 5 de outubro a Campanha Nacional por Democracia e Transparência nas Concessões de Rádio e TV (www.quemmandaevoce.org.br). O centro da mobilização é subordinar o processo de decisão sobre as concessões ao público. Na pauta de reivindicação das entidades estão a implantação de mecanismos de participação popular no processo de renovação, gestão do espectro e fiscalização das concessões; a criação de critérios transparentes e democráticos para o processo de outorgas, a fiscalização das ilegalidades flagrantes e a realização de uma conferência nacional de comunicação para discutir novas políticas democráticas para o setor. O Partido dos Trabalhadores apoiou a causa e a mobilização. A resolução sobre comunicação de seu 3º Congresso propõe a "imediata revisão dos mecanismos de outorga de canais de rádio e TV" a partir do "cumprimento da lei, haja vista a flagrante ilegalidade em diversas emissoras, a maior transparência e agilidade nos processos e a criação de critérios e mecanismos para que a população possa avaliar e debater a concessão e renovação de outorgas". A citada resolução e outra, aprovada pelo Diretório Nacional em 31 de outubro, manifestam apoio do partido à campanha por democracia e transparência nas concessões de rádio e TV. Para que a iniciativa ganhe corpo, a participação da militância petista é fundamental. Já há articulações estaduais da campanha em torno das organizações ligadas à Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e às entidades do campo da comunicação, como o Intervozes e a campanha Quem Financia a Baixaria É contra a Cidadania. (BARBOSA; VALENTE, 2007, s/p)

Porém, ainda em 2007, coordenadores desse mesmo Coletivo - Diogo Moyses, Gustavo Gindre e Jonas Valente -, também assinaram publicação crítica aos rumos que a implantação da TV digital vinha tomando no Brasil. A começar pela posse do já mencionado ministro das Comunicações Helio Costa, ex-empregado das Organizações Globo, dono de uma emissora de rádio em Barbacena, cujo suplente - que financiou parte de sua campanha ao Senado - é dono das retransmissoras da Bandeirantes em Goiânia e do SBT em regiões do interior de Minas Gerais.

Para a implantação do novo sistema, o decreto estabeleceu as diretrizes do processo de transição. Nele, a norma concedeu a cada emissora que já possuía outorga para um canal analógico um novo canal digital, em caráter de consignação. A figura da consignação é inédita em se tratando de concessões públicas e permitiu que o governo entregasse novos canais para os atuais radiodifusores sem levar o assunto para deliberação do Congresso Nacional, como determina nossa Constituição. A previsão é que o processo ocorra das maiores para as menores cidades, mas nenhuma consignação foi feita ainda pelo fato de a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estar procedendo estudos sobre a melhor ocupação do espectro. [...] Mais do que uma obrigação do governo frente aos compromissos assumidos durante a campanha, o projeto de democratizar a mídia no país é de responsabilidade de todos aqueles que defendem uma sociedade justa e democrática, sobretudo dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais. Frente à dura disputa de projetos que já está em curso para os próximos anos, essas forças políticas não podem prescindir de buscar transformações radicais nesse que é um dos campos mais importantes da luta ideológica da atualidade. (MOYSES; GINDRE; VALENTE, 2007, s/p)

Além de marcarem presença – elogiosa ou crítica – entre os autores da revista, representantes de movimentos sociais da área de comunicação chegaram a integrar o Conselho de Redação da *Teoria e Debate*, a exemplo de Rosane Bertotti, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e da Secretaria Nacional de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 2013, Bertotti defendeu, na revista, a proposta elaborada durante a 1ª Confecom, enfatizando a representatividade dos grupos que compuseram o evento.

A proposta de projeto entregue pelo governo Lula ao Ministério das Comunicações na transição entre governos foi elaborada a partir das centenas de propostas aprovadas, em 2009, na I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), encontro que mobilizou mais de 30 mil pessoas de vários setores: centrais sindicais, movimentos populares do campo, movimentos estudantil, de lésbicas, gays e transexuais,

universidades, governo e empresariado. Foi um momento de consulta e diálogo, importante para o avanço e enraizamento da democracia. No entanto, todo o esforço enfrenta neste momento a postura do Ministério das Comunicações de não levar adiante o debate. Neste ano, infelizmente, a referida pasta tomou partido dos interesses do empresariado divulgando, na mesma imprensa oligopolizada, a impossibilidade em se realizar o debate sobre a regulamentação do setor até 2015. E mais: saiu em defesa de políticas que beneficiam outro oligopólio, o das telecomunicações, setor que obteve lucro líquido de R\$ 991,4 bilhões, de 2005 a 2012, e que penaliza o cidadão brasileiro com uma das tarifas mais caras do mundo. Para a sociedade, esta situação só reforça a necessidade de fazer crescer a luta pela democratização da comunicação no país. Capitaneada pelo FNDC, a campanha “Para Expressar a Liberdade” proporá à sociedade um projeto de lei de iniciativa popular para a reforma da legislação de comunicação brasileira. A ação, apartidária, já tem o apoio de mais de cem entidades do país e levará ao povo brasileiro o conhecimento de seus direitos e a decisão respeitar a Constituição. (BERTOTTI, 2013, s/p)

Por fim, destacamos, que os quadros do partido – deputados, assessores – eventualmente também estiveram entre os interlocutores que abordaram o tema das comunicações na *Teoria e Debate*.

Na eminência da promulgação da Constituição de 1988, tanto os documentos oficiais do partido, como sua principal revista, refletiam a visão de que era muito importante a democratização do setor de radiodifusão, mas que a mesma seria garantida pela ampliação de espaço e conquista de direitos às rádios comunitárias e concessões de rádios a organizações civis como sindicatos, partidos e movimentos sociais. É o que se reflete no artigo de Sérgio Amadeu da Silveira, que foi assessor parlamentar do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e integrante do movimento de Rádios Livres.

Devemos trilhar centralmente dois caminhos, ambos de ocupação de espaços. Primeiro é o legal, sendo inaugurado pelo exemplar ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que solicitou ao Ministério das Comunicações a concessão de uma rádio. Esta ação pioneira deve ser multiplicada pelas associações, entidades e pelos diretórios do PT. O segundo passa pelo apoio à desobediência legítima praticada pelas TVs e rádios livres e alternativas, somadas às inúmeras formas de ampliar e massificar a luta pela democratização das comunicações. Por se tratar de uma luta pela disputa ideológica da sociedade, encontrando-se no terreno da superestrutura, distante da luta pela melhoria das condições de vida, o combate pela democratização da comunicação eletrônica dificilmente se tornará de massas se

não for encampado pelos excluídos do sistema, principalmente pelo PT e pela CUT. (SILVEIRA, 1988, s/p)

Já em 2013, José Genuíno, então deputado federal pelo PT paulista, enfatizou a complementariedade entre os sistemas público, estatal e privado de radiodifusão enquanto um dos princípios básicos de um novo marco das comunicações.

Portanto, a definição de um novo marco das comunicações é necessária, atual e deve estar subordinada aos seguintes princípios: garantia da liberdade de imprensa e da pluralidade; respeito à privacidade; direito de resposta e de imagem; não à discriminação de qualquer tipo; complementariedade entre o sistema público, estatal e privado; desconcentração e democratização da oferta; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente e à comunicação comunitária; universalização do acesso; liberdade na internet; liberdade de imprensa. Democratizar a mídia é uma tarefa urgente e faz bem à cidadania. (GENUÍNO, 2013, s/p)

Percorrendo esses diversos documentos – planos de governo, resoluções de Congressos e artigos opinativos publicados pela revista *Teoria e Debate* – percebemos que a democratização da mídia esteve na pauta do PT e de seus correligionários. E que o oligopólio no setor de radiodifusão foi muito problematizado, embora, na prática, pouco combatido, uma vez que não houve de fato um novo marco regulatório para o setor durante as gestões do PT no Executivo nacional.

Quando à noção de radiodifusão pública – em termos conceituais e em propostas efetivas – não encontramos um debate conceitual, ou propositivo, precedente à experiência empírica que representou a criação da EBC. De maneira que os estudos dos marcos legais e de pesquisas sobre a empresa nos fornecem os maiores subsídios que temos para compreender a visão de Radiodifusão Pública que o governo petista buscou defender e colocar em prática, como discorreremos adiante.

2.2 A CRIAÇÃO DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

A Constituição de 1988, como já mencionado, prevê a complementariedade de sistemas público, estatal e privado de radiodifusão. Mas, a definição e, sobretudo, o que distingue os sistemas públicos dos estatais de radiodifusão não estão explícitos no texto constitucional ou em marcos regulatórios posteriores a sua promulgação. No meio acadêmico ou nos documentos do Partidos dos Trabalhadores que analisamos sobre esse tema, também não conseguimos esboçar um consenso acerca do que distinguiria ambos os sistemas.

No campo do Direito Administrativo, no entanto, encontramos amparo legal para a definição do que seriam empresas públicas e estatais, assim sendo, para as finalidades desse estudo, as mesmas podem ser vistas como sinônimo, uma vez que:

Nas empresas estatais (como tal entendidas as empresas públicas e as sociedades de economia mista) a forma é privada, mas o substrato é público. A personalidade de direito privado e a liberdade de gestão atuam como efeito centrípeto, distanciando-as do controle centralizado. Contudo, a finalidade pública a que se destinam, sob supervisão ministerial, gera efeito centrífugo que as colocam no âmbito da administração direta. (TACITO, 2005, p. 86)

Ou seja, a definição de empresas estatais é mais abrangente, por compreender as empresas públicas e as sociedades de economia mista, porém, as empresas públicas podem ser entendidas como sinônimo de empresas estatais. Nesse sentido estrito, seria difícil distinguir a Radiobrás da EBC. O Decreto nº 77.698, de 27 de maio de 1976, que constituiu a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), em seu primeiro artigo, determina a natureza e os objetivos da empresa:

Art 1º Fica a União autorizada a constituir, na forma desta Lei e do disposto no inciso II, do Art. 5º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, uma empresa pública que se denominará Empresa Brasileira de Radiodifusão e usará a sigla ou abreviatura de RADIOBRÁS, vinculada ao Ministério das Comunicações, com o seguinte objetivo: I - implantar e operar as emissoras, e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal; II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços; III - realizar difusão de programação educativa, produzida pelo órgão federal próprio, bem como produzir e difundir programação informativa e de recreação; IV - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão; V - prestar serviços especializados no campo de radiodifusão; VI - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério das Comunicações. (BRASIL, 1975)

Observando-se os objetivos previstos por lei para a Radiobrás, a sua programação não deveria, em tese, diferir da que se preconiza em veículos públicos de comunicação, prevendo a programação educativa, informativa e “de recreação”, o que podemos entender como sinônimo de “entretenimento” – termo mais em uso. A comunicação “governamental” ou “institucional” não está prevista nesse marco legal, ainda que o sexto objetivo “exercer atividades afins que lhe forem atribuídas pelo Ministério das Comunicações” deixe em aberto essa possibilidade. Também é

interessante destacar que a Radiobrás era organizada por meio de sociedade de ações, com 51% de posse da União, podendo apenas entes do Estado compor o restante do quadro acionário:

Art 3º A RADIOBRÁS será organizada sob a forma de sociedade por ações e terá seu capital representado por ações nominativas até pelo menos cinquenta e um por cento (51%) do seu valor pela União. § 1º Será admitida no restante do capital da RADIOBRÁS a participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e os Municípios. (BRASIL, 1975)

Eugênio Bucci (2008), que assumiu a presidência da Radiobrás, entre 2003 e 2007, defende que, embora não houvesse nenhuma disposição que impedisse a Radiobrás de produzir uma programação afinada com o que se pressupõe comunicação pública, essa não era a premissa de suas as gestões anteriores, e nem mesmo durante a sua teria sido capaz de realizá-lo. No entanto, Bucci enfatiza inúmeros esforços nesse sentido – desde uma reforma editorial até um programa de demissões.

A maioria das instituições encarregadas da comunicação pública no Brasil, quando apresentava noticiários no rádio, na televisão ou na internet, não praticava jornalismo, não informava o cidadão com a objetividade que ele merecia e a qual ele tinha direito. O que se fazia era propaganda, às vezes subliminar, às vezes expressa, das autoridades da vez. (BUCCI, 2008, p. 22)

Criada sob o signo da Doutrina de Segurança Nacional, Bucci (2008) defende que a Radiobrás teria sido um órgão de propaganda. Sua função propagandística teria sobrevivido à ditadura, alcançando o período democrático que se seguiu a 1985. Para defender seu ponto vista, o autor cita um caso que ocorreu, em 2000, quando o Ministro Andrea Matarazzo, da Secretaria de Comunicação Social, vetou a participação de João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Sem Terra (MST), no programa Opinião Nacional produzido pela TV Cultura de São Paulo e pela TVE do Rio de Janeiro.

Este corte teria afetado todas as emissoras, entre elas a Radiobrás, que retransmitiam o sinal do programa feito então pela TVE. Naquela ocasião, a empresa não se pronunciou publicamente sobre o assunto. Para Bucci (2008), este episódio seria uma característica do uso político da radiodifusão no Brasil, pública ou comercial. Sendo que esta segunda, a comercial, para o autor, seria ainda mais afetada por esta cultura, através do compadrio entre empresários e políticos na obtenção das concessões públicas da radiodifusão.

Ainda sobre a gestão de Bucci, a Radiobrás, em 2003, tinha uma estrutura composta por 1147 funcionários e um orçamento executado, em 2002, de 72,4 milhões de reais. A rede era formada por: quatro emissoras de rádio (Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional da Amazônia e duas no Distrito Federal); duas emissoras de TV (NBr, correspondente ao Poder Executivo Nacional, que é distribuída pelas operadoras de TV a cabo, e a TV Nacional, com sinal aberto para o Distrito Federal); e a agência de notícias pela internet Agência Brasil.

Com a criação da EBC, essa estrutura física e de pessoal foi incorporada (BRASIL, 2008). Em que pese ambas as empresas sejam empresas públicas com a mesma natureza jurídica – sociedades anônimas de capital fechado, sendo 51% da União e o restante do capital podendo ter participação de entidades da administração indireta federal, bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios ou de entidades de sua administração indireta – seus objetivos e a sua administração guardam diferenças importantes.

A Lei Nº 11.652, de 7 de abril de 2008, instituiu não apenas uma nova empresa, mas também os objetivos e princípios da radiodifusão pública:

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios: I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal; II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo; III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família; VI - não discriminação religiosa, política partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual; VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão; VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. (BRASIL, 2008)

Desta forma, percebemos que a diferença-chave entre Radiobrás e EBC é que a segunda representa uma tentativa de consolidar um sistema de radiodifusão pública, em complementariedade com o estatal e o comercial, conforme prevê o texto da Constituição de 1988. Sua isenção deveria estar assegurada pela presença de um Conselho Curatorial, conforme também recomenda a UNESCO (2000).

Em alguns países, foram concebidos mecanismos para garantir a segurança pública independência e credibilidade da emissora. Na Alemanha, por exemplo, os conselhos de administração dos radiodifusores públicos dos vários Länder ou estados são nomeados pelo conselho estadual de radiodifusão, composto principalmente por representantes não governamentais de diversos setores políticos, grupos religiosos, econômicos e culturais. O conselho de radiodifusão do estado também elege o diretor de radiodifusão pública. Na Grã-Bretanha, o presidente da BBC e membros do conselho de administração, embora nomeado pelo Primeiro-Ministro, nomeiam eles próprios o chefe diretor executivo da emissora pública, que, para todos os efeitos práticos, administra as operações da organização e é responsável apenas perante o conselho pelo dia-a-dia gestão da radiodifusão pública. (UNESCO, 2000, p. 22, tradução livre)⁶²

Atualmente, o Conselho Curador da EBC está inativo, pois durante o Governo de Michel Temer a Lei de criação da empresa teve diversos artigos revogados, acabando-se com o Conselho Curador e com o mandato de quatro anos do diretor presidente, por exemplo. Em 2008, no entanto, o Conselho Curador estava estabelecido conforme os artigos a seguir – sendo integralmente revogados entre 2016 e 2017:

Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por 22 (vinte e dois) membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

I - 4 (quatro) Ministros de Estado;

II - 1 (um) representante indicado pelo Senado Federal e outro pela Câmara dos Deputados;

III - 1 (um) representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto;

IV - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro.

§ 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

⁶² In some countries, mechanisms have been devised to guarantee the public broadcaster's independence and credibility. In Germany, for example, the boards of directors of the public broadcasters of the various Lander or states are appointed by the state's broadcasting council, made up mainly of non-government representatives of various political, religious, economic and cultural groups. The state's broadcasting council also elects the director of public broadcasting. In Great Britain, the chairman of the BBC and members of the board of directors, while appointed by the Prime Minister, themselves appoint the chief executive officer of the public broadcaster, who, for all practical purposes, manages the operations of the organization and is accountable only to the board for the day-to-day management of public broadcasting. (UNESCO, 2000, p. 22)

I - pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva;

II - agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e III do § 1º deste artigo.

§ 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso III do § 1º deste artigo será de 2 (dois) anos, vedada a sua recondução.

§ 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º deste artigo será de 4 (quatro) anos, renovável por 1 (uma) única vez.

§ 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso IV do § 1º deste artigo serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de 2 (dois) e 4 (quatro) anos, na forma do Estatuto.

§ 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração.

§ 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente, o Diretor-Geral e o Ouvidor da EBC.

§ 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos III e IV do § 1º deste artigo perderão o mandato:

I - na hipótese de renúncia;

II - devido a processo judicial com decisão definitiva;

III - por ausência injustificada a 3 (três) sessões do Colegiado, durante o período de 12 (doze) meses;

IV - mediante a provocação de 3/5 (três quintos) dos seus membros.

Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º do art. 15 desta Lei nas suas reuniões será remunerada mediante pro labore, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições serão suportadas pela EBC.

Parágrafo único. A remuneração referida no caput deste artigo não poderá ultrapassar mensalmente 10% (dez por cento) da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente.

E entre as atribuições do Conselho Curador, quando que na criação da EBC, em 2008, estavam:

Art. 17. Compete ao Conselho Curador:

I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;

II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;

III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;

IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;

V - encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião;

VI - deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta Lei; e

VII - eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

§ 1º Caberá, ainda, ao Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso IV do §

§ 2º Para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, a EBC receberá indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente:

I - à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia;

II - à educação ou à pesquisa;

III - à promoção da cultura ou das artes;

IV - à defesa do patrimônio histórico ou artístico;

V - à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente;

VI - à representação sindical, classista e profissional.

§ 3º Não serão consideradas, para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, indicações originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais. (BRASIL, 2008, grifos nossos)

O que podemos observar é que o Conselho Curador guardava assentos para membros do governo – quatro ministros de Estado – e dois representantes do Poder Legislativo; no total 6 dos 22 assentos. Já os demais 16 lugares deveriam ser ocupados por um representante dos servidores da EBC e 15 representantes da sociedade civil, observando-se critérios de pluralidade cultural, profissional e regional.

Os primeiros 15 representantes da sociedade civil seriam indicados pelo próprio presidente da República, no entanto, previa-se que seriam sucedidos por meio de consulta pública, a ser realizada a partir das regras estabelecidas no Estatuto da empresa. Sendo que as indicações de partidos políticos ou instituições de cunho religioso estavam vetadas.

Ainda que haja presença de membros de governos de turno, o Conselho Curador, na medida que fosse sendo ocupado por meio de consulta pública poderia ser um órgão consultivo e deliberativo composto de forma democrática e plural. Já a diretoria executiva ficaria integralmente a cargo de indicados do Presidente da República, o que ainda garantiria boa margem para uma potencial influência político-

partidária, em que pese, como referenciado pelo já citado documento da UNESCO, não é incomum que a composição da diretoria executiva seja indicada pelo presidente ou, no caso inglês, pelo primeiro ministro. Na EBC, tinha-se a seguinte estrutura:

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Art. 19. A Diretoria-Executiva será composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Geral e quatro diretores. (BRASIL, 2008)

A partir de sua criação, a EBC operou também a contratação sistemática de profissionais via concurso público, o que contribuiu significativamente para a profissionalização dos servidores da área de comunicação. Em 2016, por exemplo, 95% dos funcionários da empresa eram concursados. Mesmo a escolha dos gestores, passou a se nortear por critérios mais técnicos. Isso representou um contraste em relação às gestões anteriores. Um dos presidentes da Radiobrás do governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, foi o ex-deputado Maurílio Ferreira Lima, empresário da radiodifusão, com longa carreira política e sem formação na área.

Ao contrário disso, nas gestões petistas, percebe-se que a, exemplo da indicação de Eugênio Bucci para a Radiobrás, seguiram a tendência de indicação de profissionais com experiência no mercado de mídia comercial. Foram eles a jornalista Teresa Cruvinel (gestão 2007-2011), que até assumir o cargo na EBC era colunista de O Globo; o jornalista Nelson Breve (gestão 2011-2016), cujo currículo, embora mais marcado por funções de assessoria no partido, tinha passagens pela Carta Capital e pela Agência Estado; e, por fim, Ricardo Pereira de Melo (nomeado e deposto em 2016), que além de ter atuado nos canais privados SBT e Bandeirantes, já havia sido editor-chefe do Jornal da Globo, da TV Globo.

Além do perfil “técnico” de seus gestores, a independência da EBC em relação aos governos de turno também deveria se alicerçar em um financiamento mais autônomo em relação ao orçamento da União, por meio de realocação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), pago pelas empresas de telecomunicação.

É importante mencionar, ainda, que, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, foi publicado o *Manual de Jornalismo da EBC* (EBC, 2013), que reúne os pressupostos jornalísticos da empresa. Ainda que outros manuais do gênero tenham sido

publicados pela Radiobrás e pela TV Cultura, o manual da EBC foi o primeiro a ser elaborado por uma empresa de comunicação pública de abrangência nacional.

No documento, a proposta de produzir um jornalismo alternativo à mídia comercial baseia-se em experiências de outros países. “O estudo dos manuais de jornalismo de empresas de comunicação do Brasil (inclusive da antiga Radiobrás), Inglaterra, França, Espanha, Portugal, África do Sul, Canadá, Estados Unidos, Colômbia e Equador foi o ponto de partida do grupo de trabalho.” (EBC, 2013, p.11). O tema da cidadania está presente no texto do documento que se compromete entre outras coisas, a: valorizar os regionalismos; trazer notícias de interesse público e bem contextualizadas; agir com imparcialidade na cobertura dos três poderes e combater o “denuncismo” em notícias que envolvem processos judiciais.

Esse panorama de avanços na consolidação da radiodifusão pública foi interrompido, em 2016, quando o presidente Michel Temer, não respeitou o mandato de Ricardo Melo, então diretor-presidente da EBC que havia iniciado em maio daquele ano, devendo terminar apenas em 2020. Em desacordo com o Estatuto vigente na empresa, Temer nomeou, em seu lugar, o jornalista Laerte Rímoli. Ainda que com formação na área, Rímoli é um nome de difícil dissociação em relação a política por ter sido assessor político do candidato Aécio Neves, quando disputou a presidência pelo PSDB, em 2014.

Em defesa de seu mandato, Ricardo Melo conseguiu voltar para empresa recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas Temer alterou o texto do estatuto da EBC que previa mandato fixo aos gestores e garantiu o comando de Laerte Rímoli. De volta à empresa, Rímoli promoveu 30 demissões. Como já mencionado, o Conselho Curador da EBC foi extinto também por decreto de Temer. Quanto à programação, uma das mudanças mais rápidas se deu no programa de rádio oficial *A Voz do Brasil*, que trocou seus locutores, sua vinheta – que usava uma versão remixada da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes – voltando a ter como base a versão clássica da ópera.

Após esse levantamento sobre o contexto político-econômico em que se deu a implantação da EBC e quais suas principais características distintivas em relação à Radiobrás, podemos ensaiar algumas conclusões. O modelo de gestão e programação da EBC parecem refletir uma demanda posta pela desigualdade do setor de radiodifusão brasileiro, em que a prevalência de canais de TV e rádio comerciais

representam prejuízo para a garantia do direito à informação, sendo flagrante a adoção e a defesa da pauta neoliberal, pelos mesmos, a partir dos anos 1990.

E, em que pese, tenha sido constituída para a garantia do interesse público frente ao interesse do setor privado da radiodifusão, a EBC também parece refletir uma visão anti-Estado que repercute desde a militância pela democratização da mídia – atormentada pela experiência de censura de um Estado ditatorial cujo fim ainda era latente – bem como a visão anti-Estado, de cunho neoliberal, que se observa na “cartilha” de Radiodifusão Pública proposta pela UNESCO (2000). Como grande parte – se não a integralidade – das construções sociais, a constituição da EBC é marcada por contradições, o que não diminui a relevância da consolidação de um sistema de radiodifusão pública para a garantia da democracia brasileira.

Para compreender como essa experiência foi recebida pelo seu público, é preciso ir além dos seus marcos legais e contexto político-econômico, sendo necessário entender como a EBC foi vista – ou não – pela sociedade brasileira. E um grande indicador acreditamos ser a própria grande mídia, que domina as audiências, e por conseguinte, as narrativas no e sobre o Brasil. Para isso, no capítulo à seguir, apresentamos uma análise de como a EBC repercutiu no periódico *O Globo*, e como o conteúdo sobre a empresa parece refletir uma perspectiva sobre o Estado que reitera e legitima os privilégios e domínio político, econômico e, sobretudo, simbólico, dos grandes empresários do setor.

3 O SUJO FALANDO DO MAL LAVADO

Neste último capítulo, buscamos compreender que visão o setor comercial da radiodifusão difundiu a respeito da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), desde a sua criação até o governo de Michel Temer, quando duas das principais premissas do Estatuto da empresa – o Conselho Curador e a fixação do mandato de quatro anos do diretor-presidente – foram abolidas. Para isso, empreendemos uma análise das publicações sobre a EBC e o tema da Radiodifusão Pública, entre 2007 e 2016, no jornal *O Globo*, impresso da maior rede comercial de rádio e TV do país e grande articuladora da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV (ABERT).

Para que se possa empreender uma análise histórica da materialidade das fontes impressas, é preciso localizar a publicação na História da Imprensa, e realizar, entre outros aspectos, uma caracterização do grupo responsável pela publicação, bem como suas fontes de receita.

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos. (DE LUCA, 2010, p. 140)

A história de *O Globo*, por sua vez, funde-se à história do Grupo Globo, *holding* familiar que reúne conglomerado de mídia impressa, audiovisual, eletrônica e digital. O que nos induziu a levantar um panorama geral das mídias e demais negócios da Família Marinho, com foco na atuação do Grupo Globo no setor de impresso (jornais) e de radiodifusão – o que compreende canais abertos de rádio e TV. Na sequência também se discorre, de forma breve, sobre como se estabeleceu a parceria entre Grupo Globo com a sua interlocutora oficial no Congresso, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT).

É uma tarefa inglória abordar a história de quase cem anos de negócios de mídia do Grupo Globo, os quais proporcionaram aos atuais proprietários, os irmãos Marinho, um patrimônio privado que os insere entre as famílias mais ricas do país. Na lista dos bilionários na revista *Forbes*, os irmãos João Roberto Marinho, José Roberto

Marinho e Roberto Irineu Marinho ocupam, atualmente, a 1647ª posição (FORBES, 2023), com patrimônio de \$1,8 bilhões de dólares cada. Expomos, a seguir, algumas informações que nos dão uma dimensão da natureza e da quantidade de empreendimentos que possibilitaram o acúmulo desse montante de capital. Para isso, enumeramos os veículos da marca que estão no mercado, atualmente, e os que estavam no mercado durante o período de nossa análise – entre 2007 e 2016.

Atualmente, o grupo reúne as marcas: Globo, Editora Globo, Sistema Globo de Rádio, Globo Ventures e Fundação Roberto Marinho. No formato jornal impresso e digital, a Infoglobo produz os impressos *O Globo*, *Extra*, *Expresso* e os sites *Globo* e *Extra*, bem como a Agência O Globo. Pela Editora Globo, são produzidas doze revistas impressas e digitais, são elas: *Galileu*, *Época Negócios*, *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, *Marie Claire Brasil*, *Vogue Brasil*, *Auto Esporte*, *Globo Rural*, *Crescer*, *Casa e Jardim*, *Casa Vogue*, *GQ* e *Glamour*, que dispõem ainda de seus respectivos sites. No mercado de livros, tem-se a Globo Livros, com publicação de obras nacionais e tradução de títulos estrangeiros.

No ramo da radiodifusão, o grupo detém a concessão de seis rádios: a CBN (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília), a Rádio Globo (Rio de Janeiro) e a BHFM (Belo Horizonte). No entanto, com a rede Central Brasileira de Notícias (CBN), a partir da coprodução de conteúdo com emissoras afiliadas estaduais e regionais, a programação da Globo chega a ser transmitida por 39 emissoras de todo o país.

Ainda no ramo da radiodifusão, os Marinho dispõem da concessão de cinco canais de televisão aberta com a marca Globo – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife – sendo as duas primeiras geradoras e as demais filiais. Como afiliadas estaduais – concedidas a outros outorgantes, mas afiliadas da rede nacional da Globo –, somam-se 118 emissoras, atingindo a marca de 123 emissoras que, através da TV aberta e do sinal de satélite, atingem a cobertura de 98,37% dos municípios brasileiros, chegando a, potencialmente, 99,36% da população (GLOBO, 2023).

Em convergência com o telejornalismo da Globo, opera o portal web G1, produzido com equipes de jornalismo mantidas pela Globo e pelas suas TV afiliadas, em cada estado. Ainda em produção televisiva, o grupo dispõe de canais de televisão por assinatura, como: *Gloob*, *Gloobinho*, *BIS*, *Canal Brasil*, *Modo Viagem*, *Multishow*, *GNT*, *Globo News*, *SporTV*, *SporTV 2* e *SporTV3*, *GNT*, *VIVA*, *Megapix*, *Universal+*,

*Futura, Première, Combate, Canal OFF, Studio Universal, Mais na Tela e Syfy*⁶³. Na Internet, também são mantidos os portais: globo.com; GE (Globo Esporte) e Gshow. O grupo atua ainda na produção cinematográfica, a partir da Globo Filmes. Até 2021, também mantinha negócios no ramo fonográfico, por meio da Gravadora Som Livre⁶⁴, que foi vendida para a Sony Music Entertainment. Com este panorama, não é forçoso afirmar que o Grupo Globo detém uma “onipresença” no mercado de mídia brasileiro, concentrando recursos e meios para produção e disseminação de entretenimento e notícias. A visão do grupo, a partir dos anos 2020, é a de se consolidar como uma *mediatech* (GLOBO, 2023).

Além disso, a família Marinho mantém negócios em setores diversos da economia, tais como empreendimentos imobiliários (Z House Administração e Participações, Marau Administração de Bens e Participações e Cardeiros Imobiliária Participações e Serviços) e do agronegócio (Fazenda Bananal Agropecuária, Mangaba Cultivo de Coco, Fazendas Guara Agropecuária). Já no setor de Vendas, opera por meio da Qrj Representação Eireli e, no setor de Finanças, por meio da Abare Participações S.A. Por fim, no ramo de Educação, Esportes e Ação Social, a família mantém os projetos Geração do Amanhã, Menos é Mais, Fundação Roberto Marinho e Criança Esperança (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2017a). No setor de eventos, atuam em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) na organização do Prêmio Faz Diferença. Mais recentemente, em 2020, o grupo também passou a atuar no ramo de Investimentos com a Globo Ventures, uma gestora de *venture capital*, que investe em empresas *startups*.

Longe de apresentar um panorama completo e definitivo dos negócios do Grupo Globo e da família Marinho, esse levantamento se mostrou dificultoso e, em que pesem os nossos esforços investigativos, incompleto. Parece-nos que, em contraposição à administração pública brasileira que, ao longo das últimas décadas, vem promovendo recursos que possibilitam uma maior transparência sobre as contas e a gestão, com mecanismos como o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação; a gestão privada parece admitir um gerenciamento mais “nebuloso” de

⁶³ Até 2021, a Globo também mantinha um canal por assinatura para países estrangeiros, o Globo Internacional, que chegou a estar disponível em 130 países. Atualmente, o streaming do GloboPlay está disponível para assinantes na Alemanha, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido, segundo o site Notícias da TV.

⁶⁴ A Som Livre foi criada em 1969 para o lançamento de trilhas sonoras das telenovelas da Globo e em cerca de 50 anos de história conquistou marcas como a da gravadora mais tocada nas rádios do país, em 2018, e a que lançou o segundo álbum mais vendido no Brasil, Show da Xuxa 3, em 1988.

informações. Isso ocorre mesmo em casos em que há previsão de maior transparência, como nas sociedades de capital aberto, as quais, entre outros pré-requisitos necessários para comercializarem ações na bolsa de valores, precisam publicar dados econômicos atualizados com uma periodicidade pré-determinada. Uma empresa fora da bolsa de valores, como é o caso do Grupo Globo, pode tornar ainda mais inacessível um levantamento completo de suas marcas, patrimônio e bens. Essa falta de transparência, por sua vez, mostra-se conveniente aos negócios do Grupo Globo, desde suas primeiras décadas de história.

É o que enfatizou João Calmon, representante dos Diários Associados, na época presidente da ABERT, em seu depoimento à CPI Time-Life, em 1966.

Além disso, conclui João Calmon: "A TV Globo Ltda, adotou a forma da sociedade por cotas, e não por ações, e são por ações a Rádio Globo S.A. e outras organizações do mesmo grupo, porque este tipo de sociedade dispensa a publicação de atos constitutivos, das alterações contratuais, dos balanços, das decisões administrativas, e dos atos que impliquem em distribuições de lucros a terceiros. Ademais, a sociedade por cotas, possibilitando a assinatura de alterações contratuais sem data, para eventual utilização, propicia o expediente de manter 'testas-de-ferro', como adiante demonstraremos ter sido o caso da TV Globo. O plano de desenvolvimento à custa de investimento estrangeiro, urdido pela TV Globo, desaconselhava a publicidade de seus atos" (CALMON, 1966, apud HERZ, 1991, 105-106)

Porém, mesmo que com algum grau de imprecisão, esse panorama das marcas e negócios do Grupo Globo e da família Marinho, permite-nos ter dimensão do potencial de mobilização de mídias para acúmulo de capital simbólico em torno da imagem da família e para defesa de seus interesses.

Esse exercício do poder simbólico por meio de seus veículos noticiosos sempre se deu de forma direta pelos membros da família Marinho, como discorreremos mais adiante (HERZ, 1991). Ainda que, em 2017, pela primeira vez, a presidência executiva do Grupo tenha sido assumida por um profissional sem vínculos familiares⁶⁵, esse afastamento não representou uma distância dos Marinho sobre a gestão. É o que enfatizou o primogênito Roberto Irineu Marinho, em citação destacada pela Revista

⁶⁵ A decisão de sair da presidência executiva se deu, por sua vez, em um contexto em que a família se via diante de perdas de capital, entre 2014 e 2017, a fortuna de cada um dos três herdeiros passou de \$9,1 bilhão de dólares para \$3,8 bilhões (FORBES, 2023), ou seja, uma perda de 50% de capital em apenas três anos.

Forbes: “Eu quero que fique muito claro que a Família Marinho não dará um passo atrás em relação ao Grupo Globo. Nós somos e continuaremos a ser um negócio familiar, com administração profissional”⁶⁶ (FORBES, 2023, tradução nossa).

Sobre a influência dos Marinho na linha editorial dos veículos jornalísticos do Grupo Globo, em edição de 1987, o próprio *O Globo* mencionou trechos de reportagem sobre Roberto Marinho do *The New York Times*, em que ele admite sua participação ativa.

“Como único proprietário da Rede, o homem ao telefone, Roberto Marinho, assiste ao noticiário com especial atenção. Após os 30 minutos de transmissão, o Senhor Marinho, invariavelmente, telefona para a redação e faz comentários, sugestões e críticas”. “Nós fornecemos todas as informações necessárias, mas nossas opiniões são de uma maneira ou de outra, dependentes do meu caráter, das minhas convicções e do meu patriotismo. Eu assumo a responsabilidade sobre todas as coisas que conduzo”, disse Roberto Marinho em recente entrevista. [...] Na entrevista, concedida ao jornal, o presidente das organizações Globo acentua a intenção patriótica com que usa esse poder, exemplificando com a sua participação na campanha eleitoral que derrotou o Governador Leonel Brizola, a partir do momento em que se tornou claro que ele era “um mau governador”. [...] “Certamente a base do poder do Sr. Marinho não será facilmente desgastada. Tendo conduzido o jornal de sua família, *O Globo*, por 40 anos, ele diversificou em direção à televisão, em 1965, e combinando talento artístico com uma direção eficiente, gradualmente construiu o que a televisão é hoje – depois das três gigantes americanas, a televisão é quarta maior rede comercial do mundo.” [...] “O grupo Marinho inclui a TV Monte Carlo, que transmite para a Itália, bem como empresas no Brasil, envolvidas com rádio, discos, venda de vídeos, publicações, merchandising, agricultura, mineração e telecomunicações” (O GLOBO, 13 de janeiro de 1987, p.5)

No Brasil e no mundo, ter um negócio de mídia é uma oportunidade para impulsionar os demais negócios de um empresário. Sobre o uso de seus veículos em benefício dos demais negócios do Marinho, Daniel Herz opina sobre a matéria do *The New York Times* a respeito.

O poder da Rede Globo, administrado por Roberto Marinho, é usado indiscriminadamente, de acordo com seus mais privados e imediatos interesses políticos e econômicos. [...] A república fardada se foi, veio a nova, pelas mãos de Tancredo Neves, mas

⁶⁶ ” I want to make it very clear that the Marinho family will not step back at all from Grupo Globo. We are and continue to want to be a family business, with professional management” (FORBES, 2023)

o Dr. Roberto manteve-se na crista dos acontecimentos fundamentais da Nação. (HERZ, 1991, 25-26)

O início da construção desse que é o maior conglomerado de mídia do país e da América Latina se dá na fundação do jornal *O Globo*, em 1925. Na ocasião, o lançamento do periódico era uma reação do jornalista e pioneiro da família, Irineu Marinho, até então sócio fundador do impresso *A Noite*⁶⁷. Irineu teve seu poder acionário reduzido pelos demais sócios, enquanto estava afastado de suas funções, recuperando-se de problemas de saúde na Europa⁶⁸. Meses depois de inaugurar *O Globo*, onde reunia boa parte da equipe de *A Noite*, Irineu Marinho faleceu, deixando o novo negócio para seus herdeiros. Roberto Irineu Marinho, primogênito que viria a assumir sua posição, deixou a administração do jornal a cargo de Euricles de Matos, até 1931.

Durante os anos 1930, o Grupo Globo também lançou suas primeiras revistas como o suplemento *Globo Juvenil*, a revista *Globo Sportivo* e quadrinhos com os direitos de personagens da King Features Syndicate. Já em 1944, deu-se um primeiro passo para a expansão do grupo de mídia para a radiodifusão, com a criação da *Rádio Globo*. A concessão do primeiro canal de televisão do grupo foi em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas a inauguração da *TV Globo* ocorreu quase dez anos depois, em 1965. Daniel Herz (1991), jornalista e acadêmico da Comunicação, expôs em *A história secreta da Rede Globo* como a profunda relação econômica e editorial do grupo Time-Life com a TV Globo fez da sua implantação ilegal e criminosa.

Neste trabalho, estamos insistindo num outro aspecto: como o Estado, gerindo recursos públicos como o espectro de frequências de rádio e canais de televisão, medeia os interesses dos donos dos meios de produção, na área de comunicação. Nosso trabalho procura evidenciar como o Estado é instrumentalizado pelos interesses capitalistas predominantes na radiodifusão. (HERZ, 1991, p. 18)

Em termos de linha editorial, até 1931, *O Globo* se anunciava como aderente ao modelo estadunidense de jornalismo, em que há premissa de imparcialidade e a

⁶⁷ Também é digno de nota, que Irineu Marinho já mostrava interesse na expansão de negócios de mídia, investindo no cinema com a Veritas Film, e no mercado literário com o selo Empresa de Romances Populares das Oficinas Gráficas d'A Noite.

⁶⁸ Com receio de não sobreviver à cirurgia e à viagem, Irineu Marinho negociou suas ações com um sócio minoritário, fazendo um acordo de cavalheiros no qual, caso sobrevivesse, garantia a retrovenda de suas ações, no entanto, esse acordo que não foi cumprido, e ele ficou sem o poder societário que mantinha no impresso.

posição de “cão de guarda” do poder. O termo *watchdog* faz parte dos estudos da Teoria do Jornalismo, designando a vocação fiscalizadora da imprensa sobre o Estado e, até mesmo, sobre as elites, em nome do “interesse público” nas democracias. Há, no entanto, muitas críticas a essa visão – que é mais um *marketing* que uma teoria consagrada na área – uma vez que redações não são locais isentos de pressões políticas e econômicas. A mística do jornalismo cão de guarda teria tido seu auge com a repercussão de investigações jornalísticas, a exemplo do caso Watergate, de 1972, que envolveu o governo dos Estados Unidos e culminou na renúncia do ex-presidente Richard Nixon, em 1974. Assim, a ação questionadora, crítica e denunciadora do jornalismo promoveria uma espécie de *accountability* nas mais diversas esferas de poder.

Hellmueller et al. (2016) fazem um breve histórico sobre jornalismo cão de guarda e explicam que, nos anos 1960, com o contexto da Guerra do Vietnã e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, o termo passou a incluir reportagens aprofundadas e investigativas (Hellmueller et al, 2016, p. 1079). Em seguida, com o escândalo de Watergate, o conceito ganhou ainda mais força. (MANCOSO; CALDAS, 2022, p.4)

No entanto, contradizendo essa premissa, tem-se inúmeros casos em que o denunciamento e as investigações jornalísticas se direcionam de forma parcial a alguns atores políticos e econômicos em detrimento de outros, de acordo com os interesses dos donos de jornais, que, na prática, definem as notícias que serão – ou não – publicadas. A liberdade editorial de uma redação, deste modo, nunca será absoluta, mas varia de acordo com o veículo. Alguns expõem de forma explícita determinada perspectiva política enquanto linha editorial, como se consagrou no jornalismo europeu. Já a mística sobre o jornalismo cão de guarda, termo que se popularizou no jornalismo dos Estados Unidos, acaba por camuflar o posicionamento político dos periódicos. Assim, por mais evidente que seja a perspectiva política que prevaleça nas matérias publicadas – liberal, social-democrata, socialista, entre outras – as matérias são “consumidas” pelos leitores com um olhar fatalista – típico da perspectiva positivista – como simplesmente verdadeiras ou falsas.

No caso de *O Globo*, assim que assumiu a presidência do jornal, o posicionamento político de Roberto Marinho passou a ser marca registrada do periódico, ficando evidenciada em diversos momentos da nossa história: em prol do Movimento Constitucionalista de 1932; contra o Estado Novo e a favor da candidatura

udenista do brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945. Ainda que esse panorama apontasse para uma oposição deliberada a Getúlio Vargas, Roberto Marinho atuou como membro do Conselho Nacional de Imprensa do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de 1940 a 1945. De maneira geral, o jornal manteve-se udenista até o Golpe Militar de 1964 (CPDOC, 2023b). Nesse período, também se consolidava a relação entre o empresariado de mídia brasileiro com o empresariado estrangeiro, cujas multinacionais garantiam as verbas publicitárias em jornais nacionais.

É nesse período que a *Central Intelligence Agency* (DA), norte-americana, começa a operar no país. E os grandes jornais, financiados pelas agências de publicidade estrangeira e pelas grandes empresas multinacionais, moveram violentas campanhas contra o governo, conseguindo, entre outras concessões, a demissão do ministro do Trabalho, João Goulart. Os Estados Unidos desestabilizaram a economia com uma série de medidas, entre as quais: Bloqueio às exportações de café. O jornal "última Hora", apoiado por Vargas, foi massacrado por receber financiamento de órgãos públicos, o que era comum mesmo entre os jornais que promoviam a arrasadora campanha de perseguição. Ficou comprovado que "O Estado de São Paulo", o "O Globo" e o "Correio da Manhã" foram remunerados pela publicidade estrangeira para moverem campanhas contra a nacionalização do petróleo, conforme investigou, em 1957, uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal 12". (HERZ, 1991, p. 81)

Esse é o momento em que não apenas o Grupo Globo, mas o empresariado de mídia em geral, passa a sofrer uma maior influência dos países imperialistas, marcando uma ruptura – em nível simbólico, porém não econômico, como abordamos na sequência – entre empresariado da mídia nacional e o Estado. É quando o "Executivo foi bombardeado por denúncias de corrupção, incompetência, irresponsabilidade e ilegalidade" (HERZ, 1991, p. 84).

Além do papel econômico o capital estrangeiro também cumpria uma função política: não só fazia a defesa da manutenção do modo de produção capitalista no Brasil, como também reivindicava uma via de desenvolvimento econômico que atendesse aos seus interesses mais imediatos. Inicialmente, esse capital começou a intervir nas empresas de comunicação através da publicidade, maciçamente distribuída pelas empresas estrangeiras e quase sempre gerida por agências de publicidade também estrangeiras. Mas existiam também formas mais diretas de intervenção. Nesse período - e os registros são muito discretos: - diversos empresários da área da comunicação foram procurados por representantes de grupos estrangeiros para trabalhar conjuntamente na "defesa da liberdade de iniciativa no Brasil". A discricão com que se processavam esses

contatos - e também os seus registros - devem-se às limitações de ordem legal, inclusive constitucional, que proíbem expressamente que estrangeiros detenham a propriedade ou interfiram intelectual ou administrativamente em empresas de comunicação. (HERZ, 1991, p. 89)

Durante os primeiros anos da ditadura militar, a TV Globo foi implantada de forma a violar pressupostos do Código Brasileiro de Telecomunicações (BRASIL, 1962), ao associar-se econômica e editorialmente ao grupo estadunidense Time-Life⁶⁹. Essa transgressão causou um forte desequilíbrio de forças entre ela e as emissoras concorrentes, devido ao volume de recursos investidos pela empresa estrangeira, a TV Globo apresentou um nível de qualidade técnica (imagem, som, conteúdos e formatos) muito superior aos que eram até então praticados no mercado nacional. A alta disponibilidade de capital também lhe permitiu oferecer salários muito superiores aos ofertados no setor televisivo brasileiro até então, deixando as demais emissoras com sérios problemas operacionais com a debandada de mão de obra especializada (HERZ, 1991).

Nesse momento, em que os demais empresários da imprensa pressionavam o Governo para uma investigação e punição da sociedade fraudulenta entre TV Globo e Time-Life, o Grupo Globo aprofundou seu apoio ao regime militar, lançando mão de uma cobertura favorável aos mandatários golpistas, bem como se associando a empresários nacionais e estrangeiros, a parlamentares e a militares do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)⁷⁰ – que atuava em uma produção cinematográfica de cunho anticomunista e nacionalista. Em um livro documentado por entrevistas, matérias jornalísticas e documentos judiciais, Daniel Herz (1991) narra em detalhe a história da aliança entre a TV Globo e o grupo Time-Life, que se deu por meio de contratos de assistência técnica e de arrendamento de imóvel, nos quais a “sociedade” entre as partes ficava mascarada.

⁶⁹ Empresa estadunidense de mídia impressa – revistas, livros. A partir da década de 1930, nos Estados Unidos, era proibido que uma mesma pessoa ou empresa controlasse, num mesmo mercado, meios impressos e mídias eletrônicas (como rádio e TV), bem como que estúdios de cinema controlassem as salas de projeção, evitando a chamada “propriedade cruzada”. Desta forma, a parceria com a Globo permitiria uma expansão de negócios que não permitida naquele país.

⁷⁰ O IPES também foi um importante ambiente para o fortalecimento de vínculos convenientes aos negócios de Roberto Marinho. Seu advogado na assinatura dos contratos entre as organizações Globo e o grupo Time-Life foi, o também membro do IPES, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, ministro e colaborador assíduo dos governos pós-64.

Um dos contratos previa o arrendamento de um prédio da Time-Life em que, ao invés de um valor fixo, pagar-se-ia valores percentuais do lucro da TV Globo, entre outras taxas. Esta situação já se mostraria por si mesma escusa, porém, a má fé foi ainda mais flagrante porque o prédio arrendado era, originalmente, de propriedade de Roberto Marinho. O imóvel foi vendido ao grupo Time-Life e logo após alugado pelo seu antigo proprietário. Nesse “negócio” imobiliário, mascarava-se um aporte inicial de investimento estrangeiro e na sequência, estabelecia-se a divisão dos lucros.

Isto significa que, na base dos contratos vigentes, durante 50 anos Time-Life, com os 3% da receita bruta mais os 45% do lucro líquidos pagos a título de aluguel auferiria mais de 50% do lucro líquido de TV Globo Limitada. Seria necessário acrescentar mais alguma coisa para provar que de fato e de direito Time-Life é sócia majoritária de TV Globo Limitada? (HERZ, 1991, p. 131)

Na sequência o autor cita outro importante trecho de João Calmon à CPI Globo/Time-Life:

"Nem se explicaria de outra forma o fato de que alguém, possuindo um imóvel no valor de Cr\$1 bilhão, pois foi esta a quantia paga por Time-Life para a compra do imóvel da TV Globo, o arrendasse sem perceber aluguéis em períodos deficitários, a menos que estivesse animado do mesmo propósito de investidor e não de um simples locador". (CALMON, 1966, apud HERZ, 1991, p. 131)

Essa verdadeira “invasão” de capital estrangeiro no setor da radiodifusão, ainda precoce, se pensarmos na década de 1990 como o período mais característico do neoliberalismo brasileiro, não dispensava o usual amparo do Estado para a viabilização dos negócios da classe empresarial nacional. Em 1963, a Caixa Econômica Federal aprovou um empréstimo de Cr\$ 240 milhões à Globo, antes dos contratos com a Time-Life. Nesse período, a linha editorial de *O Globo* era de ataque ao presidente João Goulart, mudando-se o tom subitamente em um editorial em que este passou a ser considerado como “estadista”. Porém, logo após a aprovação e a efetiva obtenção do empréstimo, a linha editorial voltou a ser crítica a Goulart (HERZ, 1991).

Já durante o governo militar, os bancos públicos seguiram exercendo protagonismo nos negócios de Roberto Marinho, uma vez que o Banco do Brasil praticou uma taxa de câmbio inferior ao do período em questão para favorecer o envio

de valores devidos pela Globo à Time-Life, de acordo com os contratos estabelecidos entre as partes (HERZ, 1991).

Além das questões de ordem econômica, a CPI Time-Life também apurou a ingerência de estrangeiros. Parte das funções assumidas posteriormente pelo já mencionado José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, eram desempenhadas, entre 1965 e 1977, pelo novo iorquino Joseph Wallach, funcionário do grupo Time-Life. Wallach recebia salário pago pela empresa estadunidense, de modo que sua situação feria o Artigo 160 da Constituição de 1946 (HERZ, 1991). Mesmo com tantos indícios de ilicitudes, em 1968, o processo foi arquivado, conferindo legalidade às operações da TV Globo.

A boa relação entre governos de turno e o Grupo Globo seguiu garantindo vantagens à empresa em outros episódios⁷¹. Cabe-nos destacar, sobre o período de nossa análise, 2007 a 2016, que o Grupo Globo detinha a maior rede de TV aberta do mundo, ficando atrás apenas da estadunidense ABC, controlada pela The Walt Disney Company. Nessa época, o grupo também possuía cotas de duas grandes empresas de televisão por assinatura, a NET e a SKY. No entanto, a empresa havia entrado nos anos 2000 em meio a uma crise econômica, vindo a declarar moratória de dívida pública, em 2002. A situação só melhorou graças ao socorro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que viabilizou o aumento da cota de participação do Grupo Globo para reabilitar a NET, que foi uma das maiores responsáveis pela crise dos negócios dos Marinho na época; essa operação entre Grupo Globo e BNDES durou até 2010 (MIDIA OWNERSHIP BRASIL, 2017a).

Dessa forma, quando a EBC foi criada, em 2007, o Grupo Globo já havia se consolidado como um dos maiores conglomerados de mídia do mundo – vindo a se posicionar, em 2016, como o 14º maior grupo de mídia da Zenith Top Thirty Global Media Owners (MIDIA OWNERSHIP BRASIL, 2017). Além do mercado brasileiro, a rede Globo já havia conquistado audiências estrangeiras com a venda de telenovelas e de canais internacionais.

Entre as décadas de 1980 e 1990, com o crescimento dos canais privados na Europa - região onde a radiodifusão se desenvolveu a partir de veículos públicos -, o

⁷¹ No Governo Sarney, por exemplo, com forte influência do Ministério das Comunicações, segundo aponta a investigação de Motter (2019), o Grupo Globo adquiriu, em 1986, a NEC do Brasil, fabricante de equipamentos de telecomunicações. No entanto, em 1999, devido à crise cambial, vendeu suas ações à NEC Corporation do Japão.

grupo buscou a internacionalização de seus negócios com a compra de canais como a SIC, de Portugal, e o italiano Tele Monte Carlo. Esses negócios não prosperaram e os canais foram vendidos a outros grupos, mas o mercado europeu seguiu sendo visado através da oferta de canal por assinatura.

Com participação na audiência de quase 40% (no horário das 7h às 24h), a Globo é líder no mercado brasileiro, e também na internet, com seus portais de notícias, esportes e entretenimento, vinculados ao Globo.com. A Globo tem seus programas assistidos em cerca de 190 países, com suas produções distribuídas internacionalmente (por meio do canal de TV paga TV Globo Internacional). A rede também investe em soluções de distribuição de conteúdo de vídeo *on demand* com o Globo Play, disponibilizando parte de sua programação para múltiplas plataformas. A emissora ganhou vários prêmios internacionais. Ao todo, a Globo já recebeu 12 prêmios Emmy, entre eles, os de Melhor Telenovela (Caminho das Índias, Laços de Sangue, O Astro, Lado a Lado e Joia Rara), Melhor Série de Humor (A Mulher Invisível), Melhor Atriz (Fernanda Montenegro, por Dona Picucha, no especial Doce de Mãe) e Melhor Reportagem (Jornal Nacional). (MIDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2017b)

No entanto, desde 2021, a TV Globo Internacional encerrou suas atividades na Europa, e, no momento, a estratégia de negócios do grupo para o público brasileiro no exterior é a disponibilização da assinatura do serviço de *streaming* Globoplay. (UOL NOTÍCIAS, 2021)

Em relação à radiodifusão, como discorremos anteriormente, a relação entre o Grupo Globo e o Congresso vinha, desde a reabertura, em 1985, sendo fortalecida pela atuação lobista da Associação Brasileira de Empresas de Radiodifusão (ABERT). Desde a metade dos anos 1970, a ABERT passou a ser dominada pela Globo, deixando para trás o clima de animosidade da época de João Calmon, presidente da ABERT que foi protagonista da CPI Globo-Time/Life (REBOUÇAS, 2006; HERZ, 1991). A influência do Grupo Globo sobre a ABERT, desde então, foi se acentuando a ponto de gerar desgastes e até cisões entre os empresários associados.

As disputas internas na Abert entre as grandes empresas do setor só se tornaram de conhecimento público no início de 2002, embora venham se arrastando há anos. Naquele ano, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a Record e a Bandeirantes colocaram notas pagas nos principais jornais do país, afirmando que a Associação não estava mais autorizada a representá-las em nenhum foro e sob qualquer pretexto. A Rede Bandeirantes estava de fora da Abert desde o final de 2000, e a Record não participava mais das reuniões desde 1998. Até que em 31 de maio de 2005 foi criada a Associação Brasileira de

Radiodifusores (Abra), dirigida pela Rede Bandeirantes, Rede TV! e Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), com a participação de várias associações estaduais ligadas a esses três grupos. (REBOUÇAS, 2006, 46)

Dado esse panorama, o periódico *O Globo* se torna um documento que registra as palavras de ordem e visões mais hegemônicas acerca das políticas de radiodifusão no Brasil e, por conseguinte, sobre o próprio Estado. Durante a seleção do material jornalístico que estudamos, na sequência, evidenciou-se, em diversas edições, que no espaço cedido para a ABERT, seja por meio de publicidade oficial, seja como “fonte” em reportagens sobre a Radiodifusão, *O Globo* e essa associação permaneceram em consonância no período estudado.

3.1 EBC NA PAUTA DE O GLOBO (2007-2016)

Nossa busca por material textual com os termos “Empresa Brasil de Comunicação”, “EBC” e “Radiodifusão Pública” se deu no acervo digital de *O Globo*, disponível para assinantes do periódico por meio do site do jornal⁷². Ao todo, nessa análise, foram encontradas menções à EBC em 190 edições, entre as quais, 112 tinham um tom crítico ou de denúncia, enquanto as demais tratavam de forma “neutra” pautas burocráticas, como o início das transmissões da TV digital, a despedida da colunista de *O Globo* Tereza Cruvinel, que assumiu a direção da EBC, o lançamento de editais de concursos públicos, entre outras.

Nossa análise se centrou nas publicações de tom crítico, uma vez que elas compreendiam cerca de dois terços do que foi publicado a respeito da EBC. Ou seja, essas foram as mais demonstrativas sobre que tipo de narrativa se publicou a respeito dessa empresa, corroborando a análise apresentada pela já mencionada pesquisa de Gisele Oliveira (2021). Em nosso estudo, no entanto, ocupamo-nos de investigar além do juízo de valor premente nos textos e imagens – se positivos ou negativos -, mas sobretudo, debruçamo-nos sobre que ideia de Estado reverbera nessas publicações.

Além de observar “temáticas” recorrentes nos textos que mencionavam a EBC, também é preciso considerar a forma que são dispostas as informações. O texto noticioso – em seus gêneros mais diversos - possui uma hierarquia, isso quer dizer que de forma não ocasional as informações são dispostas com mais ou menos

⁷² Por meio do link: <https://oglobo.globo.com/acervo/>

destaque. O título e a linha fina, por exemplo, são elementos que serão lidos mais rapidamente, ou até mesmo, podem ser os únicos a receber atenção da audiência, cada vez menos disposta a leitura de textos longos.

O corpo do texto é a notícia, ou reportagem, artigo propriamente dito, a qual pode ser subdividida por intertítulos, que visam quebrar a monotonia do texto e chamar atenção para informações específicas. Os textos em box também podem ser publicados de forma a aprofundar ou destacar informações da notícia. Para facilitar a compreensão sobre esses elementos recorrentemente mencionados em nossa análise, disponibilizamos o infográfico a seguir.

Figura 3 - Elementos textuais na notícia

Elementos textuais da notícia

1 TÍTULO

2 LINHA FINA

3 CORPO DO TEXTO

4 INTERTÍTULO

5 BOX

Fonte: elaborado pela autora

Além de notícias, parte do material analisado é constituída por textos opinativos como editoriais, notas ou artigos opinativos de colunistas e carta de leitores. Dentre esses diversos gêneros, os textos em grande parte foram publicados na editoria “O País”. Em algumas exceções, em especial as que abordamos na temática Estado Mínimo, foram publicados na editoria de “Economia”.

Embora se pudesse esperar que houvesse uma diferença nos temas e perspectivas, entre os textos de gêneros noticiosos e opinativos, a análise das 112 edições que fazem críticas à EBC, percebemos grande consonância em torno de

quatro temáticas principais, são elas: Aparelhamento, Choque de Interesses entre Público e Privado, Estado Mínimo e Denúncias de Corrupção.

Conforme discussão que iniciamos no primeiro capítulo, esses temas fazem parte do escopo que se estabeleceu entre alguns acadêmicos, bem como no senso comum, a respeito da ideia de Estado patrimonialista, no Brasil.

3.1.1 Estado Aparelhado

Das 112 edições de *O Globo* que mencionavam a Empresa Brasil de Comunicação, de forma crítica, entre 2007 e 2016, a maior ênfase dada pelo periódico foi sobre a possibilidade ou a ocorrência de aparelhamento na estatal. Quarenta e três publicações de gêneros diversos – de editoriais e artigos opinativos a reportagens - pautaram esse assunto, enquanto outras quinze mencionaram a questão em matérias que davam ênfase a outros temas em seu título.

3.1.1.1 O aparelhamento como mal de origem

Percebemos que grande parte das publicações que sugeriam a prática de aparelhamento na EBC, o faziam mesmo antes que se pudesse recorrer a supostas evidências, tomando o fenômeno como uma espécie mal de origem do funcionalismo público brasileiro. Um exemplo disso temos no texto opinativo do colunista Carlos Alberto Di Franco, na edição de 6 de setembro de 2010. Di Franco denuncia o risco aparelhamento mencionando o período de censura vivenciado pela imprensa após o Golpe de 1964, e defendendo que, nesse período, “germinaram” duas tendências, uma libertária, representada por Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, e outra autoritária, composta por Dilma Rousseff – então candidata do PT à presidência – e Franklin Martins – ministro das Comunicações do presidente Lula, na ocasião.

O segundo grupo, teria, sob influência de Antônio Gramsci, sido partidário do “marketing e manipulação das massas desvalidas” (O GLOBO, 06/09/2010, p. 7), mantendo sua “alma autoritária” (Idem). Para amparar esse argumento, Di Franco menciona o discurso de Franklin Martins, ao lado de Lula, no lançamento da TV do Sindicato dos Metalúrgicos (TVT), quando o então ministro enfatizou o “controle sobre as notícias” (Ibdem) praticado pelas TVs e seus “aquários”, jargão utilizado para mencionar a chefia das redações. Para Di Franco, esta fala evidenciava que o ministro

tinha como inimigo, não a falta de pluralidade na radiodifusão, mas sim a “imprensa independente”⁷³ – utilizando de forma equivocada, um termo consagrado para designar blogs e iniciativas de mídia alternativa. Na sequência do texto, ele aborda de forma explícita que entende o aparelhamento como o principal intuito do governo na criação da EBC:

O projeto de controle das comunicações e da liberdade não é uma possibilidade. É uma estratégia em implantação. O respeitado Ethevaldo Siqueira, de ‘O Estado de São Paulo’, fez uma radiografia: ‘o PT não quer simplesmente continuar, mas se prepara para aprofundar o aparelhamento do Estado nas áreas das Comunicações. Ao longo de quase oito anos, o partido ocupou quase todos os espaços de poder na área’, diz Siqueira. O governo Lula esvaziou as agências reguladoras, concentrou esforços na formulação do Plano Nacional de Banda Larga e na recriação da Telebrás. ‘Criou a EBC (TV Brasil), e passou a cuidar quase que secretamente da questão da banda larga e da Telebrás.’ A estratégia petista consiste em aprofundar o aparelhamento e a ocupação total do território estatal das comunicações, conclui. (O GLOBO, 6/09/2010, p.7)

Ainda que se disponha a ocupar um espaço opinativo do jornal – editoria Opinião, página 7 – a informação contida na última frase induz uma interpretação pouco razoável dos fatos, mesmo que dada uma ampla margem de subjetividade para interpretação da realidade. Afinal, a criação de uma empresa pública de comunicação não levaria, por si só, à “ocupação total do território das comunicações”. Para tal, a mesma precisaria atuar em forma de monopólio – realidade que, na ocasião, estava muito mais próxima do *status* do Grupo Globo que da emergente EBC.

Evidencia-se, assim, que essa prospecção está muito mais amparada pelo seu argumento anterior, sobre o suposto autoritarismo dos “gramscinianos” Dilma Rousseff e Franklin Martins, que pelo alcance de atuação da EBC. É interessante também refletir sobre como a menção homeopática e estratégica de dados da biografia de Rousseff e Martins exclui fatos que poderiam conferir simpatia a essas figuras – como o sofrimento de Dilma durante o cárcere e a tortura, ou o sofrimento de Franklin Martins na prisão e seu protagonismo na resistência à Ditadura Militar, no episódio do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, e em seu longo exílio. Um passado que poderia lhes conferir uma narrativa heroica ou ao menos um relato mais equilibrado sobre a resistência à Ditadura, que é mencionado de forma

⁷³ Sobre o tema do jornalismo independente no Brasil, é pertinente consultar a iniciativa “Mapa do jornalismo independente” organizada pela agência *A Pública*: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

descontextualizada e polarizada, como se houvesse um jeito “libertário” de se opor ao regime e um jeito “autoritário” de fazê-lo. Para Di Franco, os petistas escolheram o segundo e seguiriam atuando de forma “autoritária” durante sua vida política na Nova República. Não se observou ainda, a publicação de opinião divergente à de Di Franco a respeito da EBC, naquela edição, ou nas dos dias seguintes.

Ao contrário, a menção à biografia da então candidata petista com ênfase à “clandestinidade” também pôde ser encontrada em outras publicações que mencionavam a EBC, nesse mesmo ano, como podemos ver a seguir, quando *O Globo* noticiou a participação de Dilma no programa “3 a 1” da TV Brasil.

A matéria – de cunho noticioso - elencou dados biográficos que foram expostos no programa, como sua participação em grupos de resistência armada na Ditadura Militar, a prisão e, após a abertura política, a participação dela como ministra no Governo Lula. Excluindo, no entanto, outros fatos também expostos no programa: como a tortura durante o cárcere durante a Ditadura Militar e dados da trajetória política e intelectual de Dilma antes de chegar ao governo de Lula, como a fundação do PDT no Rio Grande do Sul, por exemplo. De maneira que, desses dados apresentados no programa, *O Globo* enfatizou sua participação em grupos armados e a sua prisão, sem se aprofundar em informações sobre a carreira política dela até aquele momento.

Por fim, *O Globo* pareceu “corrigir” o programa da TV Brasil ao mencionar a saída de José Dirceu – outro personagem importante na resistência à Ditadura Militar, cuja biografia se resume, na matéria, aos escândalos de corrupção.

[...] Na biografia apresentada da candidata produzida pela EBC, há referências à participação em grupos armados na ditadura, sua prisão e luta política até chegar ao governo Lula. Ao tratar de sua ida à Casa Civil, a reportagem da TV pública disse que isso se deu com a saída de José Dirceu; em vez de dizer que ele saiu por causa do mensalão, disse que ele saiu durante o escândalo do “Valerioduto”. (*O GLOBO*, 22/07/2010, p.4)

Essa “correção” sugere que a EBC faltou com a verdade dos fatos para amenizar o desgaste político da saída de Dirceu, enfatizando uma cobertura “chapa-branca”, indiretamente produto do aparelhamento dos quadros da empresa, ou de censura mesmo de seus editores. Ainda nessa edição de 22 de julho de 2010, a matéria sobre o a participação de Dilma em programa da EBC aborda o tema da mídia

e a política internacional do Governo PT com um viés implicitamente crítico, com o uso do termo “polêmica”.

Logo no início, ela renegou pontos polêmicos do programa do governo do PT que rubricou para registrar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que dizem respeito a controle social da mídia e taxaçaõ de grandes fortunas. Mas o que mais irritou Dilma foi a abordagem sobre a relação do Brasil com Venezuela, Cuba e Irã. (O GLOBO, 22/07/ 2010, p.4)

O emprego do termo “polêmico” é ainda mais frequente, como veremos adiante, em notícias que tratam de temas em que há um “choque de interesses” – outra categoria que utilizamos para nossa análise - mais explícito entre a política do Governo e a política do Grupo Globo.

Nesse caso, “polêmico” seria taxar os mais ricos e desempenhar um controle social da mídia, bem como se aproximar de países que não fazem parte do mapa estadunidense de nações aliadas. Ou seja, vemos que o adjetivo “polêmico” é empregado em matéria de cunho noticioso - ainda que haja amplo consenso em termos de redação e estilo jornalístico de que adjetivos sejam mais característicos de gêneros opinativos - para adjetivar de forma negativa três temas que potencialmente influenciariam negativamente os negócios da Família Marinho, donos de grandes fortunas e de conglomerado de mídia, cujos negócios foram construídos alicerçados sob um forte histórico de alinhamento aos Estados Unidos.

A narrativa sobre o aparelhamento da EBC, a exemplo do artigo opinativo de Carlos Alberto Di Franco, citado anteriormente, também esteve presente nas páginas de *O Globo* a partir das fontes ouvidas pelas notícias, tal qual o principal adversário de Dilma Rousseff na campanha presidencial, em 2010, José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), como vemos a seguir.

E, segundo Serra, os petistas fazem patrulhamento ideológico contra jornalistas:

- Para as pessoas que exercem patrulha, que indiretamente são comandadas pelo PT, no caso, o que importa são versões, não fatos, e isso, de certo modo, limita a liberdade de imprensa. Boa parte dessa estratégia não deixa de ser alimentada por recursos públicos. Alguns golpes sujos são mantidos, inclusive com recursos dessa TV Brasil, feita não para ter audiência, mas para criar emprego na área de jornalismo e servir como instrumento de poder de matéria de expressão de informação para um partido, basicamente. Estou falando sem eufemismos. (O GLOBO, 20/08/2010, p.4)

O título da matéria é “Serra diz que governo tenta cercear liberdade de expressão” e se refere à fala do então candidato à presidência que participava do 8º Congresso Brasileiro de Jornais, evento organizado pela entidade patronal Associação Nacional de Jornais (ANJ). Na linha fina, “Dilma rebate ataques e defende conferências promovidas sobre o tema” (Idem), bem como no corpo do texto, as críticas de Serra são contrapostas por falas de Dilma e, na mesma página, com outro intertítulo, publicou-se texto com base em nota da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom). Nessa matéria correlata, Tereza Cruvinel, ex-colunista de *O Globo* e a então diretora-presidente da EBC, traz um contraponto a Serra.

A diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Tereza Cruvinel, em nota, estranhou as críticas de Serra à TV Brasil. Ela lembrou que na Constituinte de 1988, o senador tucano Arthur da Távola, já falecido, foi um dos articuladores do artigo que prevê a complementariedade entre os sistemas privado, estatal e público na radiodifusão. Segundo ela, a EBC e a TV Brasil existem para “dar cumprimento a este artigo na Constituição, esquecido por 20 anos”. (*O GLOBO*, 20/08/2010, p.4)

Ainda que os caminhos de uma reportagem ou matéria noticiosa sejam sempre caracterizados por uma ampla margem de subjetividade, algumas omissões não parecem fortuitas. Poder-se-ia interpelar Serra sobre a TV Cultura, emissora pública estadual que recebe recursos de São Paulo, estado que ele governava naquele período. Ao não ser interpelado sobre o tema, o jornal parece naturalizar a visão de que a EBC sofre ingerências do governo federal, enquanto as TV públicas estaduais não são acusadas de fazê-lo ou nem mesmo são devidamente reconhecidas pela suposta gestão republicana dos governadores - o que se poderia concluir pela falta de matérias críticas.

Talvez porque, caso a matéria enfatizasse a TV Cultura como “case de sucesso”, faria entender que uma TV pública federal não precisa necessariamente ser “aparelhada” pelos governos de turno, como várias reportagens de *O Globo* parecem incitar. Já, por outro lado, se mencionasse alguma suspeita de aparelhamento da TV Cultura, estaria criticando o candidato à presidência que era apoiado pelo jornal na ocasião. O “contraditório”, então, coube a citações da fonte Tereza Cruvinel, ex-colunista de *O Globo* e primeira diretora da EBC.

Além de abordar a relação direta que um importante quadro do PSDB teve com a inclusão da radiodifusão pública na Constituição de 1988, a jornalista também

defende a “ampla e representativa” composição do Conselho Curador da EBC, e ainda menciona a participação do próprio candidato José Serra em programa da TV Brasil. Esse caso, como veremos adiante, pode se considerar como padrão das matérias negativas sobre a EBC, nas quais o contraditório se restringe às fontes diretamente envolvidas com a instituição.

Na edição de *O Globo*, de 20 de setembro de 2010, essa mesma retórica sobre o aparelhamento também prevaleceu na cobertura do “Ato contra o golpismo midiático” (O GLOBO, 20/09/2010, p.7), encabeçado por centrais sindicais, partidos e movimentos sociais. O periódico parece tomar para si a crítica dos manifestantes, escolhendo como título da matéria “Centrais fazem ato contra a imprensa” (Idem), e mencionando no corpo da matéria que Lula acusou a mídia de agir como um partido. Na mesma página, lê-se o título “PSDB quer investigação sobre TV Estatal” (Ibidem), o que induz a interpretação de que o governo e seus aliados são contra a liberdade de imprensa e que mantêm uma TV pública com atividade suspeita. No caso, o PSDB questionava a gravação da participação do presidente em eventos oficiais, visto que alguns deles, naquele período, registrariam a presença de Lula em atos de campanha da candidata petista à presidência, Dilma Rousseff.

Vale ressaltar que a resistência do PSDB à EBC já vinha sendo noticiada pelo periódico, mesmo antes da criação da empresa, quando, por exemplo, o Congresso votou a medida provisória nº 398 de 2007, que instituiu a EBC.

Um dos novos alvos do PSDB, anunciado por [Sérgio] Guerra, será a Empresa Brasileira [sic] de Comunicação (EBC). A medida provisória que criou a TV pública terá que ser votada na Câmara semana que vem. Guerra acusou Lula de criar um instrumento de manipulação. (O GLOBO, 24/11/2007 p.14)

Percebe-se o padrão, já mencionado, em que a posição do PSDB, ou demais críticos da EBC, não foi confrontada com outras fontes que não o próprio PT ou servidores da EBC. Assim, a ideia de que a empresa foi criada como “instrumento de manipulação” é reforçada ao não se ter quaisquer outros interlocutores em sua defesa. Além disso, a ênfase na ideia de uso instrumental da empresa também é reforçada quando as fontes entrevistadas são constantemente indagadas a respeito, e assim são citadas nas reportagens em falas em que buscam se explicar, como se estivessem sendo acusadas de condutas suspeitas. É o que podemos observar no excerto a seguir.

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo menos cinco ministros terão espaço garantido na telinha da nova rede pública hoje. O Ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, tem repetido, porém, que a emissora pública não será usada como porta-voz ou instrumento de propaganda do governo federal. Segundo ele, as solenidades oficiais continuarão a ser transmitidas pela NBR, o canal a cabo da Radiobrás que será incorporado à recém formada Empresa Brasil de Comunicações (EBC). (O GLOBO, 2/12/2007, p. 11)

A composição do Conselho Curador da EBC também é um dos temas que são abordados a partir da ideia de aparelhamento, como podemos ver adiante, quando a indicação do presidente para a quase totalidade dos conselheiros é a única informação enfatizada. Nesse caso, a ideia de aparelhamento fica implícita pela lacuna de outras informações.

O conselho terá 20 membros, sendo 19 indicados pelo presidente, além do representante dos funcionários da EBC. Quatro são ministros – Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura e Comunicação Social – e 15 representantes da sociedade civil. O primeiro escolhido foi o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que deverá presidir o Conselho. (O GLOBO, 12/10/ 2007 p. 15)

Por mais que se possa admitir que os dispositivos legais que tratavam da composição do Conselho Curador da EBC não preconizavam uma composição plural – ainda que a mesma tenha sido perseguida por meio da indicação de pessoas com perfis sociais e econômicos diversos e até mesmo membros da oposição, como veremos mais adiante – é preciso ponderar que a informação é colocada sem contraposição a nenhuma outra referência comparativa. Poder-se-ia mencionar formas mais democráticas de composição de um conselho curador de televisão, seja em alusão a outros canais públicos brasileiros ou estrangeiros, ou até mesmo em alusão à própria iniciativa privada⁷⁴. Com essa omissão, a EBC parece ser apontada como um caso isolado de aparelhamento na gestão da radiodifusão.

No mesmo mês, as críticas da oposição na Câmara dos Deputados em relação à composição do Conselho também ganharam espaço no jornal. Mais uma vez a oposição teve espaço no título “Oposição: TV Pública será rede de propaganda” (O GLOBO, 21/10/2007), enquanto a administração da EBC na linha fina “Presidente da

⁷⁴ O *Globo* poderia mencionar a composição do Conselho Editorial do Grupo Globo.

rede contesta, mas oposicionistas ameaçam derrubar MP que criou a emissora” (Idem); a matéria abre com a crítica da oposição:

BRASÍLIA. No primeiro debate na Câmara desde a criação da TV Pública, parlamentares da oposição acusaram o governo de tentar montar uma rede dedicada à propaganda oficial. Eles disseram não acreditar na independência editorial da emissora pública, que entra no ar em dezembro, e questionaram a composição do conselho curador da recém-criada Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

– Com o projeto que foi apresentado, corremos o risco de assistir à montagem de uma grande máquina de propaganda partidária – disse Bornhausen. (O GLOBO, 31/10/2007, p. 11)

O parlamentar oposicionista é citado de forma direta, enquanto o contraponto de Tereza Cruvinel é publicado em citações indiretas. A cobertura segue num tom polarizado, restrita a fontes oficiais de oposição e situação. Percebe-se que há uma tendência de, primeiramente, abordar as críticas e encerrar com réplica de algum membro do governo ou da própria EBC. Ainda nessa edição a ideia de aparelhamento está presente na narrativa que se faz sobre a criação da EBC enquanto a TV que o presidente Lula queria constituir e que não tem uma visão clara sobre a sua atuação, como fica enfatizado na fala do entrevistado ministro da Comunicação, Franklin Martins:

“... ainda não está decidido o formato da TV pública de alcance nacional que o presidente Luís Inácio Lula da Silva que criar:
- Essa discussão é confusa. Posso definir o que ela vai ser. Vai ser uma TV pública no seguinte sentido: ela procura não se guiar pelo critério comercial, apenas da audiência. Ela pode entrar em áreas que as TVs abertas muitas vezes não podem porque trabalham numa escala de audiência muito grande.” (O GLOBO, 31/10/2007 p. 11)

Ainda sobre o Conselho Curador, em 2009, quando o economista Luiz Gonzaga Belluzzo decidiu deixá-lo, a notícia publicada em *O Globo* enfatizou, na linha fina, que a sua saída se deu em um contexto em que havia denúncias de intervenção na demissão de um profissional. Porém, no corpo da matéria, o próprio Belluzzo nega essa versão e alega indisponibilidade (O GLOBO, 30/07/2009, p. 13).

O aparelhamento também fica implícito em outras matérias que exploraram conflitos internos entre funcionários e gestores, como na demissão do jornalista Luiz Lobo, em 2008, que foi noticiada, na edição de 9 de abril, como interferência do Planalto (O GLOBO, 9/04/2008, p.9).

Diferentemente dos diversos exemplos já mencionados, a ideia de aparelhamento passou a ser mencionada em matérias que apontavam diretamente a supostas evidência de aparelhamento, durante o período eleitoral de 2010. Nesse momento, Lula foi acusado de fazer menção à campanha da então candidata Dilma Rousseff, em eventos oficiais cobertos pela TV Brasil ou pela NBR, canais de televisão da EBC. Um caso ocorreu em solenidade referente a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): “Apesar da cautela, a pré-campanha petista acabou se apropriando da publicidade do evento. O PT, a equipe de Dilma e a Petrobras fizeram propagandas semelhantes, a começar pelo mote: o renascimento da indústria naval” (O GLOBO, 8/05/2010, p.13). No mesmo ano, Lula teve que responder por prática ilegal de campanha junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em *O Globo*, a ênfase era para o seu descaso com o tema, como na citação direta:

- Não conheço o teor das multas, não li o processo. A primeira multa que tive parece que foi na inauguração da sede de um sindicato. Portanto, uma entidade particular, não tinha obras públicas ali. E me parece que fui multado porque falei que íamos ganhar as eleições, e a câmera da televisão (a estatal EBC) mostrou a cara da Dilma, que estava lá no palanque. Então, no meu entendimento, quem deveria ser multado era a televisão, e não eu. Não tenho o controle da câmera. (O GLOBO, 7/04/2010, p.13)

Em matéria anterior, a partir de falas dos magistrados que analisaram esse mesmo caso, a ideia de que o aparelhamento se reflete na atuação dos profissionais da EBC fica ainda mais evidenciada.

Ontem, na retomada do julgamento, Fischer comentou que a questão estava decidida, mas que, mesmo assim, gostaria de ler seu voto. Para ele, Lula não se limitou a citar, de forma simulada, a pré-candidata, mas também divulgou seu apoio a ela. E acrescentou que o discurso de Lula foi retransmitido pela emissora de TV do governo (EBC) – E que quando ele fez referência indireta a seu sucessor, a câmera da TV fez um close em Dilma. [...] Ayres Britto então pediu a palavra para explicar que o fato de o ato ter sido transmitido por emissora pública, com a referência subliminar de Dilma, modificou seu entendimento inicial:

- Vossa excelência captou bem a essência. O ato foi coberto (pela TV). Se já vivemos na idade média, hoje vivemos a idade mídia. Que tem efeito multiplicador instantâneo, caracterizando o favorecimento de uma campanha. [...]

Fischer rebateu destacando que as declarações subliminares “não são feitas por gente ingênua”. (O GLOBO, 26/03/2010 p.14)

Como podemos constatar há um robusto conjunto de matérias que associaram a EBC à ideia de aparelhamento político. Durante sua criação, o aparelhamento era noticiado como um risco amparado pelo suposto histórico “autoritário” e “gramsciano” do então ministro da comunicação, Franklin Martins, e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ideia essa que é justificada pelo destaque das edições à resistência de políticos de oposição. Já durante a atuação da EBC, as matérias sobre aparelhamento questionam a composição do Conselho Curador e exploram disputas entre funcionários e gestores. Os textos com essa ênfase ficam mais frequente – e até mesmo menos subjetivas – quando, durante o ano eleitoral de 2010, a EBC passou a ser acusada de privilegiar a campanha de Dilma Rousseff em sua cobertura sobre as eleições.

Essa retórica ainda persistiria em publicações de 2011, quando um funcionário da EBC chegou a ser demitido por publicar na conta oficial da empresa no Twitter – atual X - uma postagem contra político tucano Aécio Neves, na ocasião governador de Minas Gerais, sendo o caso repercutido nas edições de 21 e 27 de abril daquele ano (O GLOBO, 21/04/2011, p.5; O GLOBO, 27/04/2011, p.4). A demissão ocorreu, em tese, por um ato falho, pois o funcionário não teria percebido que estava “logado” na conta da empresa e não na sua pessoal, vindo a publicar a acusação de que Aécio havia mentido sobre sua habilitação de condutor estar vencida. Situação semelhante ocorreu em agosto de 2016, quando algum funcionário postou também no Twitter, atual X: “Quando a pessoa escolhe passar vergonha... Planalto confirma Temer na abertura da Rio 2016” (EBC TWITTER apud O GLOBO, 05/08/2016, p.7). Em matéria sobre o tema, o jornal destacou o posicionamento de Eliseu Padilha: “A EBC não será aparelho partidário. Será motivo de orgulho de seus funcionários e respeito e confiança dos brasileiros” (PADILHA apud O GLOBO, 05/08/2016, p.7).

Esses casos reforçavam a visão de que, além dos membros do Partido dos Trabalhadores, os próprios funcionários da empresa eram “petistas”, viés que foi intensamente explorado em 2016, para amenizar e justificar a “caça às bruxas” perpetrada pelo então presidente Michel Temer.

Vale destacar ainda sobre textos que mencionavam o tratamento da EBC à adversários políticos de Dilma, que, em 2013, quando a empresa não fez a retransmissão do programa Roda Viva da TV Cultura, em entrevista à Marina Silva, matéria de *O Globo* pautou a situação da seguinte forma:

A entrevista de Marina não foi transmitida para todo o país pela TV Brasil, emissora pública controlada pelo governo federal, como normalmente acontece. De acordo com a TV Cultura, o sinal foi enviado normalmente, A assessoria de imprensa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) alega que houve um problema técnico na recepção do sinal da Cultura. Esse problema só teria sido resolvido depois de 15 minutos do início. A direção da emissora entendeu, então, que não faria sentido começar a transmissão atrasada. A EBC informou que o programa seria apresentado na íntegra na noite de ontem. (O GLOBO, 23/10/2013, p. 4)

Ao longo dos governos Dilma, o partidarismo e a dicotomia governo e oposição seguiu sendo denunciado em *O Globo*, mas também houve um caso em que o aparelhamento foi sugerido com ênfase na dicotomia empresariado e da sociedade civil.

Na edição de 22 de agosto de 2011, por exemplo, pouco mais de meia página foi ocupada por dois artigos opinativos sobre a temática “Regulação das Comunicações” (O GLOBO, 22/08/2011, p.6). O primeiro tem como cartola “Nossa Opinião” (Idem) e o título “Despolir a Pauta” (Ibidem). Sem assinatura, tal como um editorial, e sem nomear os grupos potencialmente representados por aquele artigo, o texto discorre sobre os perigos da instalação de governos “populistas” como o venezuelano para o campo das Comunicações:

[...] onde o caudilho Hugo Chavez plasmou um modelo dirigista, intervencionista e truculento de administração das comunicações. Há por lá de tudo: censura, afastamento de empresários do ramo que não atendam aos interesses do Palácio Miraflores, atuação asfixiante do Estado para coibir o jornalismo independente etc. (O GLOBO, 22/08/2011, p.6).

O artigo segue defendendo que esse exemplo “inspirou” outros países como Bolívia, Equador e Argentina.

Nesta, com respaldo da Casa Rosada, a “sociedade” formulou uma proposta de nova legislação (Lei de Meios), cujo objetivo era desestabilizar os dois grandes grupos de mídia independente e profissional do país, “Clarín” e “La Nación”. No caso específico do Clarín, a meta é inviabilizar o braço televisivo da empresa, forma de forçá-la a depender de verbas públicas de publicidade, caminho sem volta na perda da independência. Mas, apesar das pressões do Executivo, a Justiça vetou partes inconstitucionais da lei.

No Brasil, propostas de teor semelhante tramitaram de forma idêntica: saíram de assembleias regionais, controladas por militantes, e foram aprovadas na I Conferência Nacional das Comunicações (Confecom). Alguns projetos de lei chegaram ao Congresso, mas foram para as gavetas, por inconstitucionais.

Mudanças na regulação das comunicações são necessárias, mas precisam ser realistas, sem contaminações ideológicas dirigistas. Um bom exemplo é o PL 116, que regula o mercado de TV por assinatura. Após longa negociação entre todos os interessados, o projeto foi aprovado em instância final no Senado.

A Executiva Nacional do PT, em reunião recente, ter abandonado a ideia de “controle social” da mídia é outro fato positivo. Falta o Diretório sancionar a sensata decisão. Com a evolução do entendimento do partido sobre o setor, pode ser que a agenda do debate fique objetiva, sem temas de inspiração política, de escassas chances de serem sancionados sem desgastantes embates judiciais. (O GLOBO, 22/08/2011, p. 6)

Percebe-se que a opinião do jornal reproduz alguns maniqueísmos característicos da visão neoliberal. Um deles é o da estigmatização do “político” ou “ideológico” enquanto uma característica das esquerdas “populistas”. As quais, mesmo lançando mão de mecanismos democráticos, como conferências, fóruns e consultas públicas, são apontadas como “manipuladoras”, capazes de “controlar” esses espaços e fazer valer uma agenda “dirigista”, a qual tem como único objetivo lesar os empresários da mídia – ou como se autodenominam a mídia “independente e profissional”. O que nos faz subentender que, fora das grandes redações, não existe profissionalismo, independência, objetividade e realismo.

As aspas sinalizando ironia, e não citação direta, sugerem que a “sociedade” não é capaz de formular uma nova lei para os meios, ou de exercer o controle da mídia. Assim sendo, quem poderia formular legislações e controlar os meios comunicação? O exemplo do PLC 116 responde à questão, quem deve fazer isso não é a sociedade, pretensamente manipulada por militantes, mas sim “todos os interessados” – excluindo-se “militantes” e a “sociedade”, concluímos que são eles os empresários.

A fé na arbitragem favorável ao empresariado no Congresso Nacional e no Poder Judiciário é outro aspecto que se destaca e nos traz importantes reflexões, não apenas sobre o setor da Comunicação, mas sobre a própria noção de democracia e representatividade que o artigo reverbera. É como se a sociedade não estivesse qualificada para formular leis e exercer o controle das mídias, assim sendo, é preciso confiar na pretensa objetividade e realismo daqueles que controlam os meios com as mãos “invisíveis” do mercado, como se o interesse do empresariado não fosse ele também ideológica e politicamente orientado.

Ao lado desse texto, estava publicado o artigo “Novo Marco”, sob a cartola “Outra opinião”, com assinatura de Márcio Patusco Lana Lobo, então engenheiro e chefe de Tecnologia da Informação da entidade Clube de Engenharia. Lobo sintetiza, o resultado de uma consulta pública, que ocorreu no Rio de Janeiro, em maio de 2011, sobre o Marco Regulatório das Comunicações. Nessa consulta, reuniram-se membros do Legislativo e entidades civis lideradas pelo Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) e com apoio do Clube de Engenharia. Esse texto resume as propostas dos grupos de trabalho formados nessa consulta pública, sendo eles: Grupo de Conteúdo, Grupo Meios e suas Concessões, Grupo de Convergência e Grupo de Controle Público. Destacamos, a seguir, as propostas referentes aos grupos cujos temas mais tangenciavam pontos sensíveis ao jornal, como as concessões e o controle público:

No Grupo Meios e suas Concessões: deve-se ter foco o direito dos cidadãos, notadamente refletindo a diversidade da nossa sociedade. As outorgas de serviços não podem ser automáticas, devem estabelecer limites à concentração, e não devem poder ser transferidas ou arrendadas, e ainda devem ser proibidas a políticos com mandato. São outras propostas desse grupo o estabelecimento de reserva de espectro para o sistema público, fortalecendo-o juntamente com a EBC, e, finalmente, ter meios comunitários com isonomia em relação aos outros meios.

[...]

Por último, no Grupo de Controle Público listou todas as instâncias possíveis em que poderiam ocorrer controles a serem definidos pela nova lei: conselhos de comunicação, agências, ouvidorias, comissões parlamentares, audiências públicas, consultas públicas, conferências de comunicação, direitos de resposta, Ministério Público, autorregulação, plebiscito e consulta popular. Por certo, governo e empresários estarão fazendo exercícios semelhantes, de forma a colocar suas visões sobre as novas leis. Encontrar um caminho que coloque efetivamente o Estado como definidor dos caminhos das comunicações e que venha a atender aos anseios do conjunto da sociedade é tarefa do legislador. (O GLOBO, 22/08/2011, p. 6)

Percebe-se assim, que, de fato, a “outra opinião” não é meramente um contraponto à visão do periódico, é um consenso formado por meio de debate democrático, com a presença de legisladores e sociedade civil, não sendo equivalente ou sequer equiparável ao texto editorial – opinativo e sem assinatura – publicado em mesma página. Mas na edição – e sobretudo – na diagramação, tem-se a sensação de uma falsa proporcionalidade e equilíbrio, quando de fato, uma minoria tem espaço privilegiado para a defesa de seus interesses mais privados enquanto o caráter

coletivo e democrático da “outra opinião” foi camuflado com a assinatura de seu autor, que de fato faz as vezes de um relator, sintetizando as deliberações de uma consulta pública.

Esse mesmo desequilíbrio, que é mais congruente aos gêneros opinativos, também pode-se observar em notícias publicadas durante o fim do primeiro mandato de Rousseff, em 2013, quando ocorreu um dos principais marcos marco da crise institucional que deflagrou o Golpe de 2016: as manifestações contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo, que repercutiram em um movimento anticorrupção com forte ênfase no anti-petismo. Em 2014, ano eleitoral, não causou surpresa observar que as publicações que mencionavam a EBC enquanto uma empresa aparelhada seguiram frequentes, inclusive com críticas a grade programação de entretenimento – e não apenas de notícias como já mencionado.

Um exemplo é o artigo opinativo de Nelson Hoineff – jornalista, que foi diretor de programas jornalísticos em veículos privados e públicos como SBT, GNT, TV Cultura e TVE Rio – intitulado “Da TV Lula à TV Dilma” (O GLOBO, 6/12/2014). Hoineff defendia que a EBC tinha uma programação que refletia a política de governo dilmista. Um dos seus argumentos nesse sentido seria a compra da novela Windeck.

Uma de suas principais atrações atuais é “Windeck”, uma novela angolana falada em português de Angola. Seu produtor é o filho do ditador José Eduardo dos Santos, para quem a presidente Dilma vendeu bombas com efeito redobrado de gás lacrimogênio destinadas a reprimir manifestações populares. (O GLOBO, 06/12/2014, p.23)

Além da denúncia sobre o viés político da programação, nesse caso enfatiza-se também o já mencionado viés antidemocrático de Dilma, ao apoiar, por meio dessa aquisição da EBC, um governo supostamente ditador e repressor – adjetivos que parecem intrínsecos às esquerdas nas publicações analisadas. Com essa premissa, o texto de Nelson Hoineff defendia ainda que:

A TV Brasil não construiu um conceito, um modelo de pensamento, uma programação. A TV Pública, que deveria ser a locomotiva da experimentação, ousa menos que a comercial. Essa empresa consumiu até agora cerca de R\$ 4,5 bilhões de dinheiro público. Não é pouca coisa. Sobretudo se for o custo do aparelhamento, do repique de um programa de poder, que nos últimos anos conseguiu, para dizer o mínimo, acabar com a maior empresa do país.

O Brasil tem uma sólida TV comercial. Demorou para criar uma TV pública que pudesse complementá-la com inovação, ousadia, pesquisa e produção de excelência. Conseguiu condições políticas e econômicas para isso. Não moveu uma

palha para justificá-los. A TV Dilma não deu um passo adiante da TV Lula e não há sinais de que venha a dar. Com o que vemos acontecendo, seria triste vê-las migrar dos cadernos de entretenimento para as páginas policiais. (O GLOBO, 6/12/2014, p.23)

Em síntese, a opinião do autor reforçava a posição que o periódico já vinha publicando – em textos opinativos e noticiosos –, a de que a TV comercial é um orgulho nacional, enquanto a TV Pública é apenas um instrumento da propaganda governista, representando assim uma iniciativa ilegítima, e até mesmo criminosa ao representar o emprego de recursos públicos em uma estatal ineficiente naquilo que deveriam ser suas funções, e marcada por supostos desvios.

Entre os desvios elencados por Hoineff, o aparelhamento não estaria presente apenas na programação, mas ainda na composição do quadro funcional, uma vez que participavam do Conselho Curador pessoas, ao seu ver, desqualificadas, tais quais: uma consultora legislativa do Senado; uma secretária de comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o presidente da Associação de Fabricantes de Carrocerias e Ônibus e uma agricultora familiar. A lógica patente em seu argumento era, quem não fosse profissional da imprensa no Conselho, estaria no Conselho enquanto partidário ao governo Dilma. O governismo e militância do *staff* da EBC, por vezes, foram denunciados de forma mais direta, como na notícia a seguir, de 2015, sobre o ex-diretor da empresa Nelson Breve.

De galho em galho

O novo secretário de imprensa do Planalto, o jornalista Nelson Breve, foi assessor do ex-ministro José Dirceu durante o escândalo do mensalão. Ex-presidente da EBC, Breve é um crítico contumaz da cobertura jornalística de irregularidades e atos de corrupção praticados pelo governo. Ele assume num momento delicado. A Presidência está aturdida pela Operação Lava-Jato. (O GLOBO, 24/06/ 2015, p. 5)

No ano seguinte, na iminência do processo de impeachment, uma suposta funcionária da EBC é acusada, no jornal, de distribuir um texto contra o golpe em andamento, em Cuba, mesmo que a EBC negasse ter enviado profissional para cobrir o evento que ocorria em Havana. Chama atenção que o jornal publicou um texto opinativo em meio a matéria, como se fosse um box da mesma, porém trazendo um conteúdo editorial, que costuma ocupar um espaço consagrado – na página 2 – em *O Globo* e demais periódicos.

Figura 4 – Reportagem “Texto contra impeachment...”

Texto contra impeachment foi distribuído em Cuba

Mulher se disse da TV Brasil, mas EBC negou ter enviado alguém a Havana

HENRIQUE GOMES BATISTA
Enviado especial
henrique.batista@oglobo.com.br

HAVANA. Uma brasileira, que se disse funcionária da TV Brasil na cobertura da visita do presidente Barack Obama a Cuba, distribuiu na tarde de ontem um documento classificando o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff de golpe. O documento de duas páginas, em inglês, tem o título “A democracia brasileira está sob ataque!” e afirma que, além da crise econômica, aumentou o “pensamento autoritário” no país que aposta na violência como forma de barrar as políticas de inclusão do atual governo. O texto diz que grupos



econômicos e grandes conglomerados de mídia declararam guerra contra o governo do PT, se valendo da bandeira anticorrupção.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), à qual a TV Brasil é ligada, informou que ninguém viajou pela emissora para cobrir a visita de Obama a Cuba. Não houve pagamen-

to de passagens ou diárias com esse fim, disse a EBC.

A distribuição do documento foi feita por uma mulher que passou pelas mesas do comitê de imprensa, no hotel “Habana Libre”. Ela, entretanto, evitou entregar o texto aos repórteres que se identificavam como brasileiros. A mulher, que não disse

seu nome, apenas informou que era da TV Brasil. O comitê de imprensa é restrito aos trabalhadores da mídia internacional, e seu acesso só é permitido a quem se credenciou junto ao governo cubano, com o pagamento de uma taxa de 100 euros.

“O ataque ao governo Dilma, desde o primeiro dia após a eleição, juntou os políticos conservadores e os oportunistas usuais, alguns apoiadores do regime limitar, e agentes da Justiça, que violaram os procedimentos legais para requerer o Impeachment sem sólidas bases legais”, diz o texto.

ASSINATURA DE ATORES E JUÍZES

O documento não tem timbre e nem contatos. O texto tem o nome de 12 pessoas como signatários, incluindo personalidades como atrizes e juizes. Os nomes mais conhecidos são os dos atores Letícia Sabatella e Sergio Mamberti e do juiz Rubens Casara. ●

Fonte: O GLOBO, 23/03/2016, p.4.

Se nos casos mencionados o aparelhamento era sugerido como um comportamento típico das esquerdas, o que amparava por si só os supostos casos que foram pautados ao longo do período analisado, a partir de 2016, essa retórica ganha força de argumento de legitimação para o desmonte. No Governo Michel Temer, o aparelhamento é uma das principais justificativas para a proposta de privatização da empresa.

3.1.1.2 O aparelhamento como justificativa do desmonte

Em 2016, último ano de nossa análise, a EBC passa a ser acusada por *O Globo* de postura anti-governista, quando Michel Temer assumiu a presidência e passou a combater o suposto “aparelhamento” petista na empresa, por meio de demissões e quebras de contrato. Ou seja, o aparelhamento passou a ser usado como justificativa para o desmonte da estatal. A principal ação nesse sentido foi a demissão do diretor-presidente Ricardo Melo, recém-empossado por Dilma Rousseff.

Como mencionado anteriormente, o Estatuto da EBC (BRASIL, 2008) previa um mandato de quatro anos para a presidência da empresa, de forma a não coincidir

com os mandatos presidenciais, o que garantiria a continuidade das gestões, ou uma transição menos abrupta, mesmo com a eventual troca de governos de turno. No entanto, essa premissa não foi respeitada, com a nomeação do jornalista Laerte Rímoli para o cargo recém ocupado por Ricardo Melo.

Amparado pelo Estatuto da empresa, Melo obteve uma vitória no Supremo Tribunal Federal e conseguiu retornar ao cargo. Para garantir a posse e a governabilidade de seu indicado, Temer alterou o Estatuto da EBC, o que implicou na exclusão do artigo que previa o mandato de quatro anos para o presidente da empresa, bem como com a exclusão do artigo que instituía o Conselho Curador, instância da empresa onde havia grande resistência à posse de Rímoli. Em notícia publicada na edição de 14 de junho de 2016, aborda-se o caso com título “Conselho da EBC critica governo por ameaça de intervenção na empresa” (O GLOBO, 31/07/2016, p.6):

Brasília. O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) reagiu ontem às declarações de integrantes do governo do presidente Michel Temer de que a empresa serve de cabide de emprego e pode ser extinta, como antecipou o colunista Jorge Bastos Moreno no último sábado. Em nota, o Conselho Curador cita a ameaça de intervenção do governo interino e diz que tais planos não têm amparo na lei que criou a EBC, ainda no governo Lula. (O GLOBO, 14/06/2016, p. 6)

Nesse impasse, *O Globo*, diversas vezes, tomou partido de Temer elencando justificativas para a troca de comando, como no exemplo a seguir. Em edição publicada no mês anterior, uma notícia aborda o tema sem mencionar os pressupostos do Estatuto da EBC, enfatizando-se unicamente o contexto político da indicação de Melo.

Custo da imagem

A EBC, que controla a TV Brasil, cuja audiência é traço, já gastou R\$ 154 milhões este ano – contra R\$ 548 milhões em 2015. Cerca de R\$ 38 milhões só em contratação de terceiros. Trava-se em torno da empresa novo Fla-Flu ideológico, sem o menor jeito de clássico. Ricardo Melo foi exonerado por Temer – mas promete resistir, alegando que a lei deu-lhe quatro anos de mandato. A polêmica é que o jornalista foi empossado somente às vésperas do impeachment. (O GLOBO, 21/05/2016, p. 2)

Dias antes, texto partidário à defesa de Rímoli também foi publicado na coluna de Ilimar Franco, quando o mesmo comparou a postura de outro indicado de Dilma frente ao governo Temer.

Duas atitudes

O diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, tem mandato até o ano que vem. Mudou o governo e colocou o seu cargo à disposição. O presidente da EBC, Ricardo Melo, também tem mandato garantido. Mudou o governo e quer ficar. (O GLOBO, 17/05/2016, p.2)

Dois dias depois, em texto editorial, a questão do aparelhamento do Estado volta a ser tematizada, com a menção de diversas estatais para além da EBC, a qual, no entanto, era tida como “caso exemplar” dessa prática nos governos petistas.

Caso exemplar de aparelhamento, a EBC, controladora da TV Brasil, rádio e agência de notícia, fora convertida em instrumento de propaganda lulopetista. A um custo anual de R\$ 750 milhões, dinheiro que estaria sendo várias vezes mais bem empregado se de fato a empresa se pautasse pelo interesse público e não partidário.

E nem isso ela fazia bem, pois a audiência de seu veículo potencialmente mais poderoso, a TV, é traço. Não alcança sequer a militância, servia apenas para abrigar apaniguados.

[...]

O novo governo tem de se preocupar com esta infiltração gigantesca. Não só devido a aspecto financeiro, mas também por segurança, autoproteção, pois cada aparelho mantido deverá funcionar com intenções de sabotar a administração. (O GLOBO, 19/05/2016, p.18)

Dado esse panorama, não causa estranheza que a naturalização da troca de comando da empresa também esteve presente em mais um artigo opinativo de Nelson Hoineff, publicado na edição de 24 de maio, intitulado “Por qual TV lutamos?” (O GLOBO, 24/05/2016, p.19).

Além do tom favorável para a troca de Melo, as publicações de *O Globo*, nesse período, também deram aval à quebra de contratos que atingiram profissionais tidos como governistas. Entre eles estava o jornalista Sidney Rezende. Em uma das edições do jornal, o contrato de Rezende foi tido como “polêmico”, em uma notícia cujo “olho”⁷⁵ enfatizava que: “Contratação havia gerado forte reação entre funcionários da empresa, que ameaçavam greve” (O GLOBO, 21/05/2016, p.8). Também foi destacado o valor do contrato de Rezende, R\$ 1 milhão anuais, “sem cláusula de rescisão” (Idem).

No mês seguinte, o governo fez mais cortes nas contratações da empresa, ainda sob alegação de que as mesmas eram irregulares e reflexo do aparelhamento

⁷⁵ Citação do texto que é diagramada em destaque, com fonte maior e, geralmente, com aspas.

na EBC. Sobre isso, na edição do dia 11 de junho de 2016, o colunista Ancelmo Gois, publicou uma nota com tom de solidariedade e cumplicidade. Intitulada “Últimos dias de Pompéia” (O GLOBO, 11/06/2016, p.12), ela abordava o tema dos funcionários recém nomeados por Dilma que foram afastados da EBC quando Laerte Rímoli tomou posse.

O apoio ao “passaralho”⁷⁶ na EBC também ficou evidente na notícia “Temer suspende R\$ 11 milhões para blogs políticos” (O GLOBO, 18/06/2016, p.9), cuja linha fina endossou o ato do então governante “Governo diz que verba publicitária financiava opinião política” (Idem). No corpo da matéria, defendia-se que os veículos cortados eram “blogs de opinião” cujo financiamento contrariava o “interesse público”. O texto coadunava com a perspectiva de que os contratos dos jornalistas Sidney Rezende e Luís Nassiff seriam suspeitos, no entanto, era reticente sobre os cortes que atingiram sites como “Congresso em Foco”, “El País”, “Blog do Kenedy Alencar”, “Observatório da Imprensa” e “Fato Online”. Sobre esses últimos, o texto sugeria: “... têm características jornalísticas e conteúdo de interesse público, mas que por uma questão jurídica, a Casa Civil não conseguiu diferenciar tecnicamente esses dos demais e foi obrigada a solicitar o cancelamento de patrocínios de todos eles.” (O GLOBO, 18/06/2016, p.9)

Ou seja, a fragilidade do maniqueísmo presente na dualidade “ideológico” versus “informativo” nos veículos jornalísticos parece denunciado – em um ato falho? – pela própria matéria, uma vez que essa “questão jurídica” não foi contraposta pelo texto. O que contradiz muitas das publicações analisadas nessa pesquisa, em que *O Globo* parece partidário ao pressuposto de que há uma barreira nítida entre opinião e informação – pendendo para a primeira aqueles interlocutores cujo posicionamento não corrobore a visão do Grupo Globo.

A cumplicidade do jornal com a gestão de Temer na EBC também ficou patente quando *O Globo* noticiou a recondução de Ricardo Melo à EBC. Teve grande destaque a volta do termo “presidenta” à redação oficial da emissora (O GLOBO, 03/06/2016, p.2). Nessa mesma edição, a recondução de Ricardo Melo ao cargo de diretor-presidente também mencionava o corte de contrato com “instituições sindicais”, em contraponto, a matéria elencava o posicionamento de Rita Freire, então presidente do

⁷⁶ Termo popularmente empregado às demissões em massa quando atingem redações jornalísticas.

Conselho Curador da EBC: “- É estranho que uma cooperação técnica que não envolve transferência de verbas e que traz benefícios para a comunicação pública seja suspensa no último dia. Dá a impressão de que há uma intenção política.” (O GLOBO, 3/06/2016, p.3).

É importante frisar que, no entanto, na edição do dia 9 de junho, o tema da volta do termo “presidenta” foi tratado de forma mais imparcial em uma notícia curta: “Conselho Curador da EBC determina a volta do termo ‘presidenta’” (O GLOBO, 9/06/2016, p.3). Essa foi uma rara ocasião em que o termo não foi tido enquanto sinônimo de aparelhamento, uma vez que a matéria se manteve equilibrada sobre as informações e perspectivas elencadas sobre o tema.

Brasília. Símbolo da disputa de poder em torno da Empresa Brasileira [sic] de Comunicação (EBC), o termo “presidenta” para se referir a Dilma Rousseff voltou a ser usado oficialmente nos canais da emissora. Em memorando, o Conselho Curador da EBC reafirmou a orientação pelo retorno da flexão de gênero, que já havia sido determinado informalmente por Ricardo Melo desde que reassumiu a presidência da estatal há dez dias, por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal.

O presidente anterior, Laerte Rímoli, alçado ao cargo pelo presidente interino, Michel Temer, tinha abolido a expressão. Mais que discussões sobre regras de português, o banimento do termo, sob argumento de buscar a padronização com os demais veículos de comunicação, foi uma das mudanças determinadas por Rímoli, em cerca de 20 dias à frente da EBC. Ele também demitiu pessoas supostamente ligadas ao PT e cancelou contratos com a entidades simpatizantes da sigla, como sindicatos filiados à CUT.

O Conselho Curador da EBC, formado por trabalhadores e integrantes da sociedade civil, argumentou que, além do termo “presidenta” ser gramaticalmente correto, o manual de jornalismo da estatal estabelece respeito à forma como os entrevistados se autodeclaram, nos conteúdos de imagem, som e vídeo. (O GLOBO, 09/06/2016, p. 3)

Já o período de afastamento de Laerte Rímoli da EBC foi, em mais de uma edição, creditado à inoperância do então advogado-geral da União, Fábio Medina Osório: “Pela omissão de Medina, até hoje a empresa de comunicação está sob controle de um indicado do PT.” (O GLOBO, 08/08/2016, p. 4) Depreende-se dessa afirmação que, não apenas foi criticada a atuação de Medina, mas também que a

permanência de Melo é problemática, mesmo que, pelo texto do Estatuto da EBC seja a permanência, e não a troca de comando, a situação com mais amparo legal.

Quando Medina foi destituído da Advocacia Geral da União, uma notícia do jornal justificou a demissão pela forma “lenta e equivocada” com que ele atuou no “litígio em torno do comando da empresa” (O GLOBO, 10/09/2016, p.3).

No dia anterior, havia sido noticiada decisão do STF em relação a presidência da EBC, com o título “Toffoli cassa liminar que garantia Melo à frente da EBC” (O GLOBO, 9/09/2016, p.6), em matéria que trazia vagas informações sobre a Medida Provisória – Decreto nº 8846 de 2016 - que alterava o Estatuto da empresa. Enfatizando-se, entretanto, na linha fina que: “Temer tem caminho aberto para colocar Laerte Rímoli no comando” (idem). Já no corpo da notícia, abordava-se o temor de que Rímoli fosse responsabilizado por atos de Melo, como se isso pudesse “macular” sua gestão, uma vez que: “Membros da presidência reclamam que, nesses quatro meses de Temer no Planalto e de Melo na EBC, a linha editorial de veículos como a Agência Brasil pendeu para a militância petista.” (O GLOBO, 9/09/2016, p. 6)

O breve mandato de Ricardo Melo repercutiu muito negativamente em *O Globo*. Além dos exemplos já mencionados, teve grande destaque – com proporcional desgaste – a entrevista de Dilma Rousseff, na ocasião afastada da presidência, ao jornalista Luís Nassiff, para a TV Brasil. Antes mesmo de ocorrer, a entrevista repercutiu na notícia “TV Brasil programa entrevista com Dilma” (O GLOBO, 5/06/2016, p.10), em que a linha fina remetia à entrevista ao retorno de Ricardo Melo à presidência: “Decisão ocorre após volta de diretor nomeado por presidente afastada” (Idem). Além de atribuir a entrevista ao retorno do indicado de Dilma, a matéria menciona e até justifica os cortes perpetrados por Laerte Rímoli durante o breve período em que presidiu a EBC antes da sua recondução: “os jornalistas alvos da suspensão teriam posicionamento favorável a presidente afastada” (Ibdem). Sem contrapor essa informação o texto parece coadunar com a justificativa de Rímoli.

Ainda sobre essa entrevista de Dilma a Luiz Nassiff, a coluna de Nelson Motta ironizou a “polêmica” em torno do certame: “a TVB [TV Brasil] não foi sempre governista e contratante de profissionais identificados com suas políticas?” (O GLOBO, 10/06/2016, p.17). E enfatizou mais de uma vez que, em sua visão, que a EBC era meramente um aparelho ideológico e cabide de empregos.

Essa é a principal, mas não a única razão, para o fracasso retumbante da TV Brasil, que Lula bravateava que seria uma BBC, mas jamais conseguiu sair do “traço” de audiência, do zero, jogando no lixo bilhões de reais de dinheiro público. Em vez de espectadores, gerou empregos a companheiros, programas que ninguém viu e prejuízos irrecuperáveis. [...] A entrevista de Dilma pode ir ao ar quantas vezes for. Ninguém vai ver mesmo, entre as sombras e borrões da tela da TVBrasil – a imagem de uma era brasileira em que a “vontade política” e o aparelhamento ideológico prevaleceram sobre a lógica, a tecnologia e a rejeição absoluta do público que a financia. (O GLOBO, 10/06/2016, p.17)

Na mesma edição, o aparelhamento da empresa é reforçado em matéria noticiosa sobre essa mesma entrevista, descrita como: “Em clima de conversa entre amigos” (O GLOBO, 10/06/2016, p. 7). Em outro trecho, o texto destacou que Nassiff “em nenhum momento contestou a petista” (Idem). Em julho do mesmo ano, mais uma vez a “resistência” da EBC ao governo Temer foi notícia nas páginas de *O Globo*, a partir da cobertura crítica à ida de Michel Temer à escola do seu filho caçula.

A avaliação do Planalto é que a EBC tem adotado tom excessivamente crítico, o que não acontece com temas relacionados ao PT. A reportagem sobre a ida de Temer à escola de Michelzinho foi a gota d’água: irritou, sobretudo, o trecho afirmando que Temer mandou o filho olhar para as câmeras. O Planalto também recebeu informações de que a EBC planeja uma cobertura da Olimpíada com foco nas manifestações. Houve bate-boca e a paz não foi selada. (O GLOBO, 31/07/2016, p.2)

Com a volta de Laerte Rimoli ao cargo, em 14 de setembro, os cortes seguiram na empresa – ao todo 30 funcionários estavam demitidos no dia seguinte à sua recondução, e a cobertura desses cortes seguiu positiva em *O Globo*. A matéria de título “EBC suspende contratos de 7 comentaristas da gestão Dilma” (O GLOBO, 30/09/2016, p.22), por exemplo, parece naturalizar a demissão de nomes como Tereza Cruvinel; Paulo Moreira Leite, Lúcia Serrano de Mendonça, Emir Sader, Paulo Markun e, os já mencionados, Luís Nassiff e Sidney Rezende.

Sem contrapontos o texto noticioso expõe apenas que esses profissionais estavam suspensos há três meses. No entanto, em dezembro do mesmo ano, o jornal trouxe uma perspectiva crítica quando os cortes atingiram o programa “Sem censura”, da jornalista Leda Nagle. Na coluna de Ancelmo Gois, o apoio da escritora Nélida Piñon e da atriz Fernanda Montenegro à Nagle é enfatizado, bem como a réplica de Rímoli, que justificou o corte com a tentativa de ajustar o contrato da jornalista “aos

tempos de crise”, oferta que teria sido recusada pela própria apresentadora (O GLOBO, 12/12/2016, p. 8).

Em todos esses casos, de maneira geral, percebe-se, como já afirmado diversas vezes, que o padrão dos textos noticiosos foram elencar fontes diretamente implicadas nos assuntos abordados, sejam membros da oposição que tecem críticas e acusações, sejam eles membros do governo e da EBC. Além da falta de fonte especializada no assunto da Radiodifusão Pública para além do *staff* da EBC, evidencia-se que muitas das acusações sofridas pela estatal poderiam ser remetidas ao Grupo Globo, a exemplo da composição do Conselho Curador.

O Conselho Administrativo e o Conselho Editorial do Grupo Globo são compostos basicamente por membros da Família Marinho, por altos funcionários da empresa, e raros profissionais independentes – entre os quais, escolhidos sem critérios de diversidade social, étnica e de gênero. Já os profissionais da EBC – cuja atuação foi intensamente questionada e apontada como governista – também não parecem diferir nisso daqueles que compõem as redações de *O Globo*, uma vez que foi possível constatar que os textos de diferentes gêneros que mencionaram a EBC – editoriais, notas, notícias, colunas, artigos – guardavam entre si muita similaridade, uma visão explícita ou implicitamente contrária à EBC e ao próprio PT, e favorável ao setor de radiodifusão comercial e seus interlocutores políticos, presentes sobretudo na oposição ao governo petista.

Esse quadro parece mais nítido nas publicações sobre a EBC, durante o governo de Michel Temer, quando o jornal não omitiu seu apoio ao novo mandatário e às mudanças – se não mesmo às deformações – que o mesmo operou justamente em dois dos mecanismos mais democráticos da “aparelhada” EBC, o mandato de quatro anos do diretor-presidente e a existência do Conselho Curador. Desta forma, parece que a cobertura de *O Globo* também se mostrou “aparelhada” aos interesses mais diretos de seus donos, evidenciando que quando há um choque de interesses, o periódico dos Marinho será um meio para a legitimação do seu poderio e *status*.

No ditado popular, é como “o sujo falando do mal lavado”, como se a concessão pública do espectro eletromagnético ao Grupo Globo para seus canais de TV e rádio não implicassem na necessidade de transparência que requer a administração de quaisquer bens públicos. Ao contrário do que ocorre na Inglaterra, onde a BBC dita o

padrão de excelência a ser perseguido pelos canais privados, o jornalismo do Grupo Globo parece se arrogar a esta posição. O que nos leva a nossa próxima categoria de análise: choque de interesses entre público e privado.

3.1.2 Choque de Interesses entre Público e Privado

A ideia de “choque de interesses” entre interesse público e privado esteve, frequentemente, presente nos textos publicados sobre a EBC em *O Globo*. O que, muitas das vezes, significou uma eufemização da própria luta de classes, sobretudo, quando se defendia o interesse dos empresários do setor de mídia diante da regulação das comunicações enquanto sinônimo de “liberdade de expressão”. Em outros casos, a ideia de choque de interesses era subentendida em denúncias sobre casos em que os interesses mais privados de membros do governo ou do funcionalismo estariam se sobrepondo em detrimento do interesse público. De maneira que das 112 edições de *O Globo* que mencionavam a EBC de forma negativa, dezoito delas explicitavam alguma dessas concepções de choque de interesses entre o público e o privado, enquanto treze abordavam esse tema de forma indireta.

Quando analisamos a retórica de “choque de interesses”, em resumo, buscamos observar tanto a forma como *O Globo* enfatizou o choque de interesses entre a propaganda dos governos de turno e a comunicação pública na EBC; quanto a forma como as matérias refletiam o choque de interesses do próprio Grupo Globo e a iniciativa incipiente de Radiodifusão Pública.

Um termo muito utilizado em matérias em que havia choque de interesse entre Grupo Globo e a emergência do sistema de radiodifusão público foi “polêmico”. Esse adjetivo apareceu em quase todas as menções sobre a forma de financiamento da EBC, com o uso de 10% dos recursos arrecadados pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), composto por tributos pagos por empresas de telecomunicações. Para além dos textos opinativos, *O Globo* também evidenciava resistência ao uso do Fistel para o financiamento EBC por meio dos entrevistados cujo posicionamento era privilegiado em matérias noticiosas sobre o tema. Na edição de 20 de fevereiro, por exemplo, foi destacada a resistência de partidos de oposição.

Durante a sessão, do DEM e o PSDB acusaram o governo de estar criando um novo tipo de imposto, a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. O DEM promete recorrer ao STF contra a contribuição. Já o relator argumentou que o dinheiro da contribuição virá do Fundo de Fiscalização das

Telecomunicações (10% dos valores já pagos atualmente pelas empresas de telecomunicação). Os recursos serão destinados à TV Pública. (O GLOBO, 20/02/2008, p. 9)

Na mesma edição, foram tratados como “polêmicos” outros pontos da MP que atingiam os interesses das emissoras privadas, como, por exemplo, a obrigatoriedade das empresas de canais por assinatura de retransmitir os canais oficiais dos três poderes e a TV Brasil.

Entre os pontos polêmicos está ainda o que trata de eventos esportivos da seleção brasileira, de qualquer modalidade esportiva, cujo direito de retransmissão é comprado por emissoras privadas. Se a emissora não transmitir o evento, será obrigada a repassá-lo a TV pública. Outro ponto polêmico é o artigo 28 da MP, que obriga as empresas de canais por assinatura a tornar disponíveis, em todos os seus planos, canais para utilização pela TV pública (EBC), Câmara dos Deputados, Senado, Supremo Tribunal Federal (STF) e emissora oficial do poder Executivo. Caso as operadoras não possam oferecer os canais, o órgão regulador de telecomunicações deverá dispor sobre quais canais de programação deverão ser oferecidos aos usuários. (O GLOBO, 20/02/2008, p.9)

Como já mencionado, o Grupo Globo, na época, era acionista de serviços de canais por assinatura, bem como possuía os direitos de transmissão de eventos esportivos que seriam impactados pela proposta considerada “polêmica”. Parece-nos, assim, que “polêmico” é o adjetivo conferido ao que contrapõe os interesses comerciais da empresa, os quais não são estão expostos nas reportagens.

No mesmo mês, o uso de recursos do Fistel pela EBC foi mencionado em outra notícia, da edição de 27 de fevereiro de 2008, sobre a votação da MP que criou a EBC. Ressaltou-se a rejeição do Congresso Nacional à previsão de contratação de pessoal sem concurso nos primeiros três anos da empresa, bem como a exigência de licitação para a contratação de serviços de audiovisual da EBC Serviços por órgãos públicos. Entre as fontes citadas diretamente, sobressaiu-se, mais uma vez, a crítica da oposição: “- O que estamos vendo aqui é a crônica de uma CPI anunciada. Estão aprovando uma MP que dispensa licitação, dispensa concurso público e aumenta a carga tributária, criando uma nova contribuição. – afirmou o deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC)” (BORNHAUSEN, apud O GLOBO, 27/02/2008, p. 8).

Ainda sobre esse tema, na edição de 13 de março de 2008, com o título “Governo joga pesado e consegue aprovar a criação da TV Brasil” (O GLOBO, 13/03/2008, p.4), uma matéria noticiosa, mais uma vez problematizou o uso de

recursos do Fistel, além da autorização de contratação de pessoal sem concurso nos três primeiros anos da empresa.

A composição do Conselho Curador foi outro tema de reportagens em que o choque de interesses pareceu mais explícito. No dia 27 de novembro de 2007, o jornal publicou um perfil dos conselheiros, no qual José Bonifácio de Oliveira, consultor da TV Globo e proprietário da TV Vanguarda, foi tratado como uma escolha mais pertinente que a dos demais indicados. Um dos intertítulos anuncia: “Boni é o único integrante que pertence ao meio TV” (O GLOBO, 27/11/2007, p. 5). Na edição do dia seguinte, outra notícia reforça essa ideia: “Entre os 15 representantes da sociedade civil, só há um do meio televisivo: José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, consultor da TV Globo. [...] O Boni, proprietário da TV Vanguarda e consultor da TV Globo” (O GLOBO, 28/11/2007, p. 8).

Ainda nessa edição, o Conselho Curador foi tema de matéria correlata, sob o título: “Conselho ainda não sabe como será a TV Pública” (O GLOBO, 28/11/2007, p. 8). Enfatiza-se, em contraposição, uma suposta postura republicana do setor privado, cuja virtude, nesse caso, é remetida ao ex-vice-presidente de operações da TV Globo, e na época consultor e radiodifusor afiliado.

Integrantes do Conselho Curador da TV pública anunciados anteontem dizem que ainda não sabem como serão a programação e o formato da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), mas que serão vigilantes na defesa do interesse público e para impedir interferência política na TV. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, disse que será “ranheta” e que “cairá fora” caso perceba alguma mistura entre interesse público e privado na empresa.

- Segundo o Estatuto, não vamos interferir (no conteúdo editorial e na programação), mas sim policiar para o que é público e o que é privado não sejam confundidos. São dois anos (de mandato). Serei ranheta e cairei fora se houver qualquer tentativa de misturar esses objetivos – disse Boni, que elogiou a diversidade dos conselheiros e ressaltou que a TV pública não será concorrente das TVs privadas. – Quase todos os países do mundo têm uma TV pública, por que não o Brasil? Por definição, ela não competirá com as redes abertas. Não terá massa crítica de audiência para isso. Não se pode criar grandes expectativas, a TV pública é um projeto de muito longo prazo. (O GLOBO, 28/11/2007, p. 8)

Além de dar destaque ao membro do empresariado da radiodifusão, que se arroga a uma pretensa autoridade moral para melhor discernir público e privado, percebe-se ainda a ênfase que esse importante quadro da TV Globo faz sobre a

suposta inferioridade da TV pública em relação à privada. Boni ressalta que não cabe à EBC a posição de concorrência e a expectativa de uma grande estreia – ou seja, não poderia se esperar que essa estreia se assemelhasse com a que teve a própria TV Globo, em 1965. O choque de interesses fica explícito quando esse membro do empresariado radiodifusor defende a posição de “superioridade” da TV privada, mesmo na posição de conselheiro da empresa pública em ascensão.

Outra conselheira que mereceu destaque nessa matéria foi Rosa Magalhães, roteirista da TVE do Rio, e ex-diretora de arte e figurinista da TV Globo. É perceptível que quando funcionários e ex-funcionários do Grupo Globo ganhavam cargos na empresa, isso era noticiado no periódico sem alusão à prática de aparelhamento. Esses quadros são sempre retratados como “técnicos”, ainda que sem a utilização da expressão. Embora, como mencionaremos mais adiante, a contratação do jornalista Luiz Carlos Azenha - que foi retratado como puramente governista - para a realização de uma série de programas é pautada como forte indício de aparelhamento na EBC.

Também na edição de 28 de novembro, o tema do choque de interesses foi abordado por meio de outras fontes do Conselho Curador.

Outro conselheiro, Luiz Edson Fachin, professor de Direito das Relações Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), disse que espera contribuir com a emissora como representante da comunidade jurídica. Ele defende que a TV pública comece a funcionar a partir de “três premissas básicas”:

- A primeira é a coexistência com a iniciativa privada. A segunda são as diretrizes que vão assegurar a diversidade em seu funcionamento. E, por último, que ela tenha um caráter estrutural, nunca conjuntural. Ou seja, que nunca seja uma atividade do governo. (O GLOBO, 28/11/2007, p. 8)

A matéria ainda trouxe uma entrevista do conselheiro José Luiz Paulo Cavalcanti, ex-presidente da extinta Empresa Brasileira de Notícias (EBN), no governo Sarney. Cavalcanti citou que não sabia por que foi escolhido para o Conselho Curador e que chegou a colocar seu cargo à disposição. Também foi abordada a réplica de Franklin Martins para a crítica do jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito da escolha do economista e ex-ministro Delfim Netto para o Conselho Curador: “Os tempos são outros. Não vai ser o Estadão quem vai me dar lição de democracia” (MARTINS, Franklin, apud O GLOBO, 28/11/2007, p.8).

Na mesma notícia, ressaltava-se o descontentamento de membros do Congresso com a nominata dos conselheiros. Onix Lorenzoni (DEM/RS) cobrava a

saída de Cláudio Lembo (DEM), uma vez que entendia que o partido não pode apoiar a iniciativa, ao seu ver, governista. Já Paulinho da Força cobrava Lula pela indicação de membros do movimento sindical. De forma geral, a matéria ganha um tom tecnocrata ao questionar a falta de experiência dos conselheiros em TV, como se uma boa programação televisiva fosse resultado apenas de um bom corpo “técnico”, sendo a “pluralidade” de visões algo subjetivo e pouco pertinente.

Uma leitura global dessas publicações permite-nos interpretar que é patente a ideia de inferioridade da EBC em relação ao setor comercial de radiodifusão. E embora algumas das fontes entrevistadas reiterem constantemente a “não-concorrência” entre o sistema público e privado, tal visão também chegou a ser contradita em outras matérias do mesmo jornal, como vemos a seguir.

Correspondente na África e repórteres na América Latina

Conduzida pelo Itamaraty desde a posse de Lula, em 2003, a política de aproximação com a América Latina e a África coincide com o mapa político traçado pela nova emissora. A TV Brasil terá um correspondente na África, um mercado ainda não explorado pelas concorrentes comerciais. Além disso, seus telejornais contarão com repórteres do Canal Integración, da Radiobrás, espalhados por capitais latino-americanas como Buenos Aires, Santiago e Caracas. (O GLOBO, 29/11/2007, p.13, grifo nosso)

Na edição de 30 de março de 2007, essa visão ficou ainda mais explícita a partir de uma notícia que assumiu uma militância em torno da rede pública já constituída na ocasião – construindo até mesmo um falso contraponto entre a sua atividade e a da emergente rede pública federal. Nessa publicação, assume-se, ainda, a defesa das iniciativas de programação educativa da própria Rede Globo.

BRASÍLIA e RIO. Apesar de o presidente anunciar que quer criar uma nova TV educativa, atualmente já existe uma Rede Pública de TV (RPTV), que conta com 26 emissoras associadas e mais de 53 retransmissoras. Consideradas ainda outras iniciativas em operação no setor, o número de televisões educativas chega 150 de 470 geradoras de TV no país. [...]
Um dos objetivos da nova TV pública, segundo Lula, será permitir que as pessoas estudem e se aprimorem – o que também já existe há anos. [...]
O presidente Lula também disse que quer uma TV pública para que possa ser usada para aulas. Mas diversas TVs educativas, inclusive ligadas ao governo, já fazem isso, retransmitindo o Telecurso 2000. Criado há 30 anos, o Telecurso – hoje chamado Telecurso 2000 – é transmitido pela rede Globo, TVE, Canal Futura (UHF), Rede Mulher, TV Cultura e Rede Minas para todo o país e, até para o exterior, pela Globo Internacional. Hoje, o

Telecurso engloba aulas de todas as disciplinas de 5ª a 8ª série, do ensino médio e também profissionalizante. Foi através do Telecurso que o deputado Vicentinho se formou e chegou à Universidade. Segundo a Fundação Roberto Marinho, o Telecurso tem audiência estimada em 7 milhões de pessoas, segundo pesquisa realizada pela MCI. (O GLOBO, 30/03/2007 p. 10)

Além da defesa do Telecurso 2000, chama atenção que ao se dirigir à TV pública, a mesma é tida, como já observamos em outras edições, como a TV do Lula, enquanto as iniciativas da Rede Globo não são em nenhum momento abordadas enquanto programas “da família Marinho”, ainda que haja farta referência sobre o peso editorial da mesma nas produções da rede.

Mas, as comparações com a iniciativa privada não se resumiram à própria rede: na edição mencionada a seguir, o orçamento da EBC foi comparado com o de diversos canais de TV – o que pode induzir ao erro, pois a EBC não é um canal, mas uma rede que operava canais de TV, rádio e agência de notícias na Internet.

Orçamento equivale ao da Bandeirantes hoje

Germano Oliveira

SÃO PAULO. O orçamento da TV Pública foi feito com base nos dados da TV Bandeirantes. Para 2008, a Bandeirantes está prevendo de R\$ 350 milhões a R\$ 380 milhões, incluindo a Rádio Bandeirantes, com orçamento em torno de 20% do Grupo Bandeirantes. Já a TV Cultura tem um orçamento estimado em R\$ 168 milhões para este ano (R\$ 93 milhões de aporte do governo de São Paulo, que é a principal mantenedora da emissora pública estadual, além R\$ 75 milhões de receita própria obtida no mercado). Em 2006, a TV Cultura teve orçamento de R\$ 138, 6 milhões (dos quais 88,9 milhões do governo de São Paulo). Para o ano que vem, a direção da TV Cultura tem informações de que o aporte de recursos do governo José Serra deve cair 13%. A Rede TV! Tem orçamento estimado em R\$ 150 milhões para o ano que vem. A Rede Record não revela números do seu orçamento, já que parte dos recursos é oriunda da Igreja Universal do Reino de Deus, cuja contabilidade não é divulgada. A TV Futura tem orçamento de R\$ 35 milhões anuais. Os R\$ 350 milhões da TV Pública correspondem à soma do orçamento da Radiobrás com a TVE (Roquette Pinto) do Rio. (O GLOBO, 29/11/2007, p.13)

Esse é um dos exemplos mais explícitos em que a narrativa de *O Globo* sobre a EBC evidencia os choques de interesse entre o Grupo Globo e o setor público, e entre a noção de público e privado na radiodifusão. Os eixos comparativos chamam a

atenção pela falta de equivalência entre as entidades e seus orçamentos. Compara-se emissoras públicas com privadas; bem como uma emissora pública estadual com uma rede pública nacional de TV e rádio. Na única comparação com a própria Globo, compara-se o orçamento da rede pública nacional com a de um canal por assinatura do grupo. Também se destaca a crítica velada à concorrente TV Record.

Por fim, conclui-se, na própria matéria, que a despeito das comparações anteriores, o orçamento da EBC foi equivalente ao da precursora Radiobrás, somado à TVE Rio de Janeiro, que passou a fazer parte da EBC a partir da criação dela. Ou seja, já era o orçamento destinado ao setor estatal e educativo, agora aglutinado na iniciativa pública federal.

A questão do orçamento e as comparações com outros sistemas também foram título de matéria noticiosa de março de 2007, “Franklin: TV Pública terá BBC como modelo” (O GLOBO, 30/03/2007, p.10); em que linha fina demarca contraponto ao ministro: “Rede britânica, porém, conta com taxa dos ingleses; novo ministro diz que rede não se guiará por critério de audiência” (Idem). Além de abordar a questão do financiamento, em matéria correlata, enfatiza-se, a exemplo da edição do dia anterior, a existência de uma rede pública educativa, com aulas de diversas disciplinas, mencionando a EBC como a TV “que o presidente Lula quer criar”. Ou seja, reiterando a ideia de que a demanda pelo serviço oferecido pela EBC já estava contemplada pela rede pública pré-estabelecida e que a empresa era uma iniciativa pessoal do presidente Lula.

Pode-se depreender, ainda, que o conflito entre o público e o privado era a tônica das notícias que exploravam conflitos internos da empresa, sobretudo entre o Conselho Curador e a Diretoria Executiva.

Tereza disse que, em agosto, informou a presidenta Dilma Rousseff sobre problemas no Conselho Curador, formado por 22 integrantes, dos quais 15 representam a sociedade. Segundo ela, a crise culminou com a disputa sobre a retirada da programação religiosa da TV Brasil. Enquanto o Conselho defendia o fim dos programas, a direção executiva queria maior pluralidade. A disputa prossegue na Justiça.

[...]

Tereza defendeu que o governo volte a ter mais poder na escolha dos conselheiros da empresa. Ela sustentou que o governo jamais interferiu na independência da programação e que nunca recebeu “recadinhos” do Planalto tentando interferir no noticiário. (O GLOBO, 1/11/2011, p. 9)

Percebe-se que as causas dos conflitos entre o Conselho Curador e a então diretora-presidente não são aprofundadas pela matéria. Não se expõem mais informações sobre que programação religiosa está sendo defendida pela Direção Executiva, nem os argumentos dos integrantes do Conselho para o seu fim. Assim, o conflito ganha uma repercussão de cunho personalista.

No ano seguinte, até mesmo a contratação de servidores via concurso foi problematizada em *O Globo* como um risco de admissão de pessoal desqualificado, subentendendo-se que os contratados pelas regras “do mercado”, são tecnicamente superiores aos estatutários: “Funcionários com muito tempo de casa alegam que estão sendo substituídos por mão de obra barata e desqualificada. Alguns chegam a pedir demissão.” (O GLOBO, 18/09/2012, p. 10).

Conflito maior, todavia, foi abordado, em 2013, pelo colunista Ilimar Franco – na coluna Panorama Político -, com a nota “O público vs o estatal”, onde Franco denuncia que “cabeças estão começando a rolar na EBC por conta das coberturas sobre mensalão e greve nas federais” (O GLOBO, 18/09/2012, p. 2).

Ou seja, denunciou que os interesses privados de membros do governo estão entrando em choque com o interesse público a partir do momento em que profissionais podem ser demitidos por apurar notícias que atingem membros do Planalto e Congresso. Esse tema foi abordado ainda, em edição de 2013, que problematizava a não retransmissão, pela TV Brasil, de uma entrevista de Marina Silva ao Roda Viva da TV Cultura. A respeito disso, a coluna de Ilimar Franco publicou:

Perda de sintonia

O comando da EBC (TV pública do governo federal) está na corda bamba. A não transmissão da entrevista de Marina Silva no “Programa Roda Viva”, da TV Cultura, e a ausência de dez segundos de áudio na recente rede nacional de televisão da presidente Dilma são apenas a ponta do iceberg. Pesa ainda mais a evasão de grifes da emissora estatal: Ancelmo Gois, MV Bill e Diléa Frate. (O GLOBO, 27/10/2013, p. 2)

Ao longo de nossa análise, não foram raras as vezes em que a coluna Panorama Político explorou essa natureza de conflitos. Como no exemplo, a seguir, onde uma citação do então ministro da comunicação sobre a mídia comercial foi publicada logo acima de uma nota sobre conflitos entre o governo e funcionários da EBC.

Figura 5 – Nota sobre a EBC

“Não se podem misturar as duas coisas, publicidade e jornalismo. Não podemos ter uma relação comercial com a mídia”

Ministro

Integrante da coordenação de governo, explicando por que não sairá da Secom a administração das verbas publicitárias, que se orienta por regras técnicas

Tudo está no seu lugar

Os petistas da EBC, a TV estatal, que queriam se libertar da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência, dançaram. Vão ficar onde estão. A presidente Dilma definiu também que a verba publicitária não irá para as Comunicações.

Fonte: O GLOBO, 24/12/2014, p. 2.

A nossa busca pelo termo EBC, levou-nos também a encontrar notícias e reportagens que abordavam o tema do Estado em relação à radiodifusão sem mencionar a estatal diretamente, mas trazendo reflexões sobre o setor que se mostraram muito pertinentes para a discussão que propomos nessa análise. Como já mencionado, as referências a mudanças nas legislações do setor de comunicações em países latinos, diversas vezes, repercutiram em *O Globo* de forma reticente, alarmista e temerosa.

A solidariedade ao grupo argentino Clarín ficou registrada na notícia de título “Argentina começa processo que obriga Clarín a entregar concessões” (O GLOBO, 1/11/2013, p. 31), cuja linha-fina problematizava que “Sem aviso prévio, presidente do órgão fiscalizador notifica o grupo” (Idem). Na matéria, lia-se:

Em entrevista ao GLOBO, o gerente de comunicações externas do grupo, Martin Etchevers, assegurou que o Clarín está disposto a cumprir a decisão da Corte Suprema, embora esteja avaliando ações em tribunais internacionais, mas exige “igualdade de condições” e um AFSCA “neutro, profissional e imparcial”.

- A atitude de Sabatella foi um novo atropelo do governo e mostrou que a Casa Rosada está disposta a avançar violando até mesmo a resolução da Corte Suprema, que defendeu um AFSCA técnico e não político – disse Etchevers.

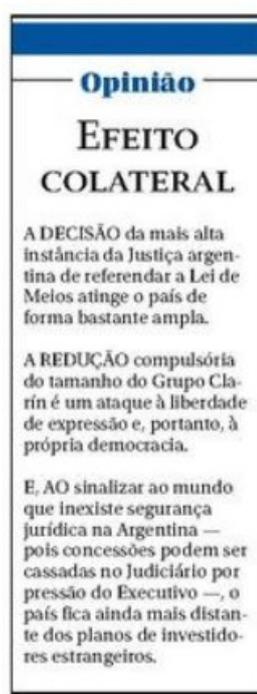
[...]

Deputados da oposição afirmaram que pedirão uma liminar à Corte, para que suspenda a aplicação da Lei de Meios até que o AFSCA seja um organismo técnico e imparcial. (O GLOBO, 1/11/2013, p. 31)

Não bastasse esses termos frisados pela reportagem, sempre em defesa da “tecnocracia” contra a “politização” quando os interesses dos grandes grupos foram ameaçados por alguma lei, o jornal lançou mão de publicar um mini editorial na mesma página da reportagem – como se não estivesse explícita o suficiente a posição do grupo em solidariedade ao Clarín, “hermanos” do Grupo Globo na prática da concentração e na propriedade cruzada de mídias.

O ano de 2013 foi marcado por publicações que deixavam patente o temor de que o Brasil seguisse os mesmos passos da Argentina. Mas como a defesa deliberada dos próprios interesses comerciais – a “liberdade de empresa” – não gera comoção, ela era defendida como se sinônima da própria democracia. É o que vemos a seguir, em mais um caso em que, não bastasse a parcialidade da própria matéria jornalística, publicou-se conteúdo editorial na mesma página – para que não houvesse dúvidas sobre o posicionamento do jornal.

Figura 6 – Nota "Efeito Colateral"



Fonte: O GLOBO, 1/11/2013, p. 31

Vale ressaltar, sobre esse debate, que para não contrapor a legislação que combatia a concentração de poder, o Grupo Clarín se desmembrou em várias empresas para seguir com veículos de diversas mídias – impressa e audiovisual. Na mesma página dessa matéria e editorial, noticia-se a reivindicação de funcionários da Rádio MEC de que a rádio voltasse a fazer parte do Ministério da Educação, e não

mais da EBC, subordinada da Secretaria de Comunicação Social. Esta é mais uma matéria que explorou divergências entre funcionários e a gestão da EBC.

- Queremos que a rádio volte ao seu ministério de direito. Roquette Pinto não doou para a Secretaria de Comunicação Social (Secom) – disse Renato Rocha, um dos diretores da Soarmec. – É legítima a preocupação da EBC de usar seus canais dentro de sua vocação, de uma comunicação mais de massa. Por isso sugerimos a volta para a Educação. A Rádio MEC enfrenta uma crise desde março, quando a sede foi interditada depois de laudo do Ministério Público. (O GLOBO, 1/11/2013, p. 31)

Sobre o último ano de nossa análise, 2016, esse foi o período com maior número de matérias – sobretudo – negativas sobre a EBC. As já mencionadas comparações entre a EBC e as redes privadas foram frequentes. No artigo opinativo “O sonho da TV Pública acabou?” (O GLOBO, 30/06/2016, p.19), Nelson Hoineff abordou, em tom de denúncia, o crescimento de 180% no quadro funcional, comparando os 2.564 funcionários da EBC com os 4 mil da TV Bandeirantes e com os 18 mil do Grupo Globo, para insinuar que o número notadamente inferior de empregados da EBC seria demasiado comparado às demais redes citadas. Hoineff argumenta que os índices de audiência da EBC são inexpressivos, porém sem citar dados – mesmo em seu elogio à programação da TV Cultura, não recorre aos números do IBOPE. Além disso, acusava os funcionários da empresa de serem incapazes de “criar, ousar, retornar à sociedade de alguma forma aquilo que ela está gastando” (Idem). Ficava assim patente o elogio à TV privada, e a visão de que a TV pública está em débito com a mesma.

A criação da EBC foi uma bela conquista política, mas, no momento seguinte, ficou claro que não havia a mínima intenção de colocar em prática tudo o que havia sido prometido. Seminários e o desfile de nobres intenções eram apenas a máscara para a construção de mais uma estatal voltada para o aparelhamento, o empreguismo e o desperdício de dinheiro público.

[...]

Foi, portanto, o PT, e não o governo Temer, que destruiu a TV pública no Brasil – e não há dinheiro que pague isso.

[...]

A uma televisão privada que é respeitada em todo mundo, a TV pública brasileira sequer procurou agregar um frame de inovação. (O GLOBO, 30/06/2016, p. 19)

Ou seja, ressoando as notícias já mencionadas na temática “aparelhamento”, o texto opinativo, como era de se esperar, toma franco partido do setor privado e do

apoio ao desmonte perpetrado por Michel Temer, como se os movimentos de sucateamento da EBC pudessem melhor resguardar o interesse público, quando existiam também inúmeros interesses comerciais em jogo, sem que os mesmos fossem sequer mencionados. Sendo esses elogios aos interesses privados muitas vezes colocado enquanto uma posição mais “técnica” sobre determinado tema.

Dessa mesma forma, podemos analisar as publicações elencadas na categoria Estado Mínimo, em que se percebe a recorrência de menções à EBC em notícias e textos opinativos que criticam e problematizam, quase que como uma questão de bom senso, o suposto excesso no número de criação de empresas estatais pelo governo Lula.

3.1.3 Estado mínimo

O tema do Estado mínimo foi recorrente em textos que alertavam sobre o perigo do crescimento de empresas estatais, dentre as quais, a EBC. Também esteve implícita nessas publicações denúncias sobre a ineficiência e a má gestão da empresa. Mas, ao contrário do “aparelhamento”, termo de fato empregado em muitos conteúdos analisados, o “Estado mínimo” é uma ideia posta de forma implícita no material que analisamos a seguir. No total, 29 edições que mencionavam a EBC tiveram como tema uma apologia mais implícita ou explícita a temática do Estado mínimo.

Como mencionado, em algumas delas, prevaleceu o alerta contra a criação de estatais, enquanto um perigo para a administração pública. Nesses textos – sendo a maior parte noticiosos -, os títulos dão a entender que há um número excessivo de estatais sendo criadas, como na edição de 20 de fevereiro de 2009: “Na era Lula, estatais criadas já chegam a dez” (O GLOBO, 20/02/2009, p.21). No corpo dessa matéria, ressaltou-se o crescimento de 15% no número de funcionários empregados nessas empresas. O texto foi ilustrado com gráfico que busca comprovar o crescimento no número de estatais em uma série histórica que começa no Governo Sarney, como podemos ver a seguir.

Figura 7 – Infográfico "A mão do Estado".



Fonte: O GLOBO, 20/02/2009, p.21

É curioso observar que os números desmentem o tom do título da reportagem, uma vez que a desestatização é o fenômeno mais acentuado no período. Em quase dois mandatos, Lula havia criado menos estatais que o próprio Fernando Henrique Cardoso (FHC), no seu último mandato. Também se busca problematizar o papel que essas estatais desempenham na economia, elencando-se os valores investidos no setor produtivo. A tentativa de trazer um contraponto a esses dados vem na sequência, onde são expostos os valores da dívida pública federal, sendo que a tímida redução da mesma é colocada como um “o outro lado” da ação intervencionista.

O Governo conta com as estatais para investir na economia. Incluindo a Petrobrás, as 72 estatais monitoradas pelo planejamento (as maiores do setor produtivo) investiram R\$ 53,2 bilhões no ano passado, 33% mais do que os R\$ 39,9 bilhões investidos em 2007. Por outro lado, a dívida pública federal fechou janeiro em R\$ 1,352 trilhão, o que representa uma queda de 3,23% em relação a dezembro, quando o estoque era R\$ 1,397 trilhão. Segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a redução ocorreu devido a um resgate líquido de títulos no período. Esse resgate foi de R\$ 54,87 bilhões, mas a dívida só caiu R\$ 45,1 bilhões porque houve uma apropriação de juros de R\$9,77 bilhões no mês. (O GLOBO, 20 de fevereiro de 2009, p. 5)

O viés neoliberal da reportagem é explícito: a criação de estatais e, por conseguinte, o aumento no número de funcionários públicos parece, de antemão, um problema auto evidente. Chama atenção, ainda, o esforço em comprovar aspectos que os números elencados pela própria notícia não parecem dar conta de

fundamentar, uma vez que a baixa redução no valor da dívida pública não invalidaria a relevância dos altos valores investidos pelas estatais na economia, bem como a geração de empregos.

No mesmo ano, outra publicação volta ao tema, buscando enfatizar que o governo estaria mascarando o número real de estatais criadas. Sob o título “Governo federal agora tem 121 estatais”, bem como na linha fina “Só a Petrobrás tem 22 subsidiárias”, a nota opinativa assinada por Patrícia Duarte traz em tom de denúncia os dados “verdadeiros” sobre o número de estatais.

O governo admite a criação por lei de apenas quatro empresas: a Hemobrás, que fabrica hemoderivados; a Empresa de Planejamento Estratégico (EPE); a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e a Ceitec. Nesse bolo estava também o Banco Popular do Brasil, comandado pelo BB, mas que acabou sendo fechado e suas áreas incorporadas numa diretoria do próprio BB. Oficialmente, o governo entende que possui apenas 68 empresas estatais federais, sendo 59 do setor produtivo e nove do setor financeiro. Das empresas do setor produtivo, 15 pertencem ao grupo Eletrobrás e 22 ao grupo Petrobrás. (Patrícia Duarte) (O GLOBO, 1/09/2009, p. 21)

No ano seguinte, já em véspera de eleições para a presidência, mais uma vez a criação de uma nova estatal foi noticiada em tom de alarme e ironia, com o título: “Vem aí a Segurobrás” (O GLOBO, 13/07/2010, p.19). A linha fina, complementa: “12ª estatal de Lula é para garantir grandes obras. Mercado critica” (Idem). Chama atenção que a estatal é mencionada como “de Lula”, já o empresariado, que empreende de forma individual ou em um restrito associativismo, é mencionado através de uma pretensa entidade coletiva nomeada de “Mercado”, a qual não tem nome nem rosto. Além de só contar fontes do setor privado, a matéria menciona a EBC com ênfase na complementariedade entre os sistemas público, estatal e comercial de radiodifusão. Mais uma vez se recorre a um gráfico cujos números evidenciam uma série histórica de desestatização, com tímida recuperação do setor estatal, entre o segundo mandato de FHC e os dois primeiros mandatos de Lula.

Figura 7 - Infográfico "Universo Estatal"



Fonte: O GLOBO, 13/07/2010, p.19.

No mesmo ano, outra matéria mencionou a EBC a partir de uma denúncia de que os conselhos das empresas estatais estavam sendo utilizados para abrigar aliados do Governo. Nesse caso, a má gestão é tributada ao governo de turno, porém também naturalizada, como algo já característico do Estado brasileiro. Embora analisemos o trecho a seguir na temática Estado mínimo, percebemos que ele também reflete o tema de outras temáticas de nossa análise, como o aparelhamento e a sugestão de conduta corrupta.

Ao largo de critérios técnicos, estatais e grandes bancos públicos abrigam nos seus conselhos fiscal e de administração ministros de Estado, assessores do segundo escalão, apadrinhados e aliados políticos do governo. A prática não é nova, mas está disseminada na atual administração. Funciona, em muitos casos, como uma forma de engordar rendimentos mensais dos ministros e de um grupo de assessores mais próximos do poder. (O GLOBO, 2/05/2010, p.21)

Dá-se a entender que as indicações do governo seguem, sobretudo, a lógica do funcionalismo patrimonial, onde não há especialização e um escopo das atribuições e rendimentos compatíveis a cada cargo. Também não há a presença de “contraditório”, ou seja, fontes ou dados que contraponham essa visão. Apenas o ministro do planejamento é convidado a falar do tema, porém, o mesmo se absteve de comentar sobre os critérios utilizados para as indicações a cargos dos conselhos de estatais.

A defesa do Estado mínimo fica ainda mais evidente, durante o governo de Michel Temer, quando as matérias de *O Globo* corroboram os cortes de gastos e os planos de desestatização promovidos pelo então presidente. Na matéria “Gastos com a EBC chegam a R\$ 3,6 bilhões desde sua criação” (O GLOBO, 26/05/2016, p. 7) o

título legitima os fatos informados na linha-fina: “Novo governo quer enxugar gastos e priorizar prestação de serviços” (Idem).

O texto enfatizava os altos custos da empresa, a baixa audiência e o aumento de 60% no quadro de pessoal desde sua criação. Nesse contexto, o corte de contratos dos jornalistas Sidney Rezende, Luís Nassiff, Paulo Moreira Leite e Tereza Cruvinel parece um mal necessário, bem como a revisão de parcerias com veículos estrangeiros como a venezuelana Telesur. Já a substituição de Ricardo Melo por Laerte Rímoli foi amparada, na matéria, pelo currículo do segundo, com passagens por veículos como o próprio *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Veja*, CBN, TV Globo e TV Bandeirantes – o que o jornal não mencionou foi a atuação de Rímoli como coordenador de comunicação da campanha presidencial do tucano Aécio Neves, em 2014. O único contraponto às ações de Temer que feriam o Estatuto da EBC, no texto, foi a opinião de Tereza Cruvinel.

Este cenário endossa a perspectiva da matéria noticiosa alusiva a cortes de pessoal, publicada cerca de um mês depois, sob o título “Estatais federais infladas” (O GLOBO, 27/06/2016, p.15), em que a linha-fina denuncia: “Em quatro anos, número de servidores subiu 11%. Entre as dependentes do Tesouro, 48%” (idem). A matéria foi destaque na capa daquela edição.

Figura 8 – Chamada de capa edição de *O Globo* (27/06/2016)

EXCLUSIVO/MÁQUINA INFLADA

Estatais contrataram 56 mil em quatro anos

**Aumento do número de servidores
foi de 11% no período de 2010 a 2014**

Entre as empresas públicas federais que dependem exclusivamente do Tesouro, as contratações cresceram de 39.443 para 58.553, um salto de 48%

Dados do governo mostram que de 2010 a 2014 o número de servidores de estatais federais cresceu 11%, passando de 497.020 para 552.856. O percentual é ainda maior nas empresas públicas que dependem exclusivamente do Tesouro: 48%, revela **DANILO FARIAS**. É o caso da Embrapa e da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), en-

tre outras. Na mira do governo do presidente interino Michel Temer, a EBC aumentou o número de funcionários em 189%: de 913 para 2.564. O governo trava embates com o Congresso para aprovar uma nova lei das estatais, reformando a gestão e a governança, mas há ceticismo do mercado quanto à sua efetivação. **PÁGINA 15**

Sem controle, órgãos da União sofrem desvios

Citadas na delação do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, seis estatais, com menos instrumentos de controle que a Petrobras, sofreram

desvios. No Banco do Nordeste, o TCU apontou prejuízo de R\$ 683 milhões com esquema de fraudes em empréstimos. **PÁGINA 3**

Fonte: O Globo, 27 de junho de 2016, capa.

Na página 15, a notícia enfatizava o peso do funcionalismo nas contas públicas.

Dados atualizados do governo mostram que, de 2010 a 2014, o número total de contratados nessas empresas teve um acréscimo de 11,2%, o que representa 55.836 novas contratações. O aumento foi ininterrupto. Mas se forem levadas em conta as estatais que dependem exclusivamente do Tesouro Nacional – como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), entre outros exemplos – a alta foi de 48,4% no período. Já de 2006 a 2014, o volume de servidores nas estatais aumentou em 30%, e os das dependentes do Tesouro, em 75%. (O GLOBO, 27/06/2016, p.15)

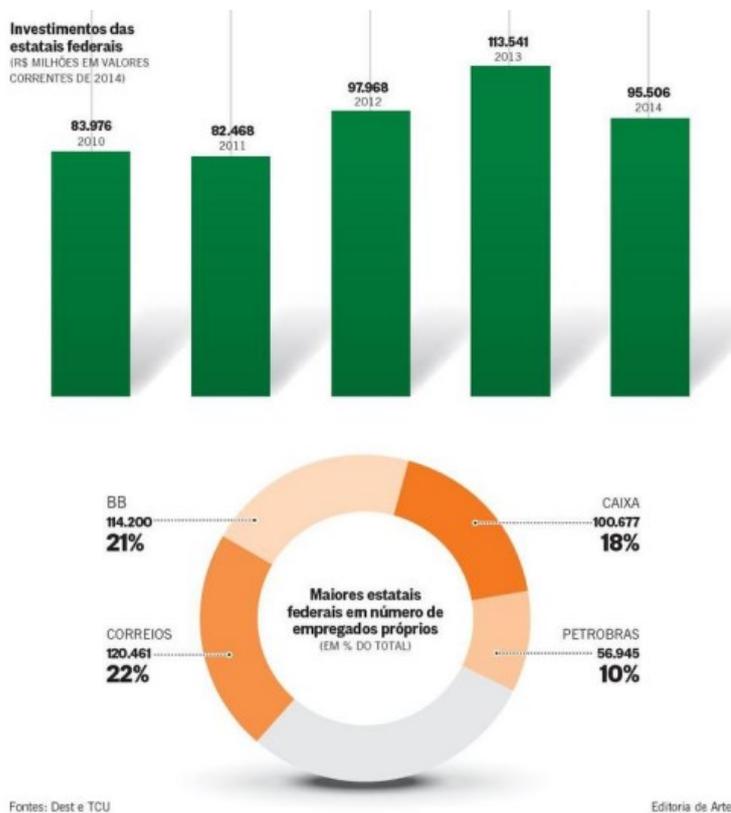
Além das palavras, o descompasso entre o tamanho do Estado e as contas públicas foi ilustrado por meio de gráficos, como podemos ver a seguir.

Figura 9 - Infográfico 1 Empresas Públicas Federais



Fonte: O GLOBO, 27/06/2016, p. 15.

Figura 10 – Infográfico 2 Empresas Públicas Federais



Fonte: O GLOBO, 27/06/2016, p. 15.

Em síntese, o argumento da matéria era o de que a solução para lidar com o problema das empresas estatais deficitárias era a privatização, uma vez que outras possibilidades de equacionar a questão não são sequer mencionadas. A partir dos dados elencados, a resolução proposta por Temer parecia até óbvia: “É com esses números que a equipe do presidente interino, Michel Temer, está trabalhando para moldar o conceito de ‘Estado suficiente’, que vai balizar todas as privatizações que estão por vir, caso se confirme o afastamento da presidente Dilma Rousseff.” (O GLOBO, 27/06/2016, p.15)

As diversas fontes ouvidas nessa reportagem corroboram entre si nessa premissa, e foram elas: Emílio Carrazai, então presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Paulo Pedrosa, então secretário do Ministério de Minas e Energia; e Paulo Vicente, professor de Gestão Pública da Fundação Dom Cabral. Em defesa das privatizações, Pedrosa afirmava que:

- A mistura de papéis entre governos e empresas levou ao sonho de um Brasil maior, mas esse sonho pode ter virado delírio, ou pesadelo, e agora estamos no momento de despertar – disse Paulo Pedrosa secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, sobre o rumo das estatais. (PEDROSA, apud O GLOBO, 27/06/2016, p.15)

O texto abordava ainda que: “Na mira do governo interino de Michel Temer, a EBC viu seu número de funcionários saltar de 913, em 2010, para 2.564, em 2014, um incremento de 180% em quatro anos. No mesmo período, os investimentos das estatais cresceram 13,6%”. (O GLOBO, 27/06/2016, p.15). Além desses valores, a matéria elencou que Petrobrás, Eletrobrás, Correios e Infraero respondiam, naquele ano, por um déficit de R\$ 60 bilhões, o que segundo o TCU, representava em um impacto negativo de R\$ 1.7 bilhões nas contas públicas.

Percebe-se, ainda nessa notícia, que além de um peso para as contas públicas, as estatais são vistas como alvo de um funcionalismo tido como potencialmente criminoso, em detrimento da gestão “técnica” do setor empresarial privado:

A carta se refere ao fato de ex-servidores da Petrobrás alçados a cargos de chefia terem capitaneado grande parte dos crimes e desvios que foram alvo da Operação Lava-Jato. Agora, o governo, procurou indicar nomes notáveis para as principais estatais e dar-lhes autonomia. Pedro Parente, novo presidente da Petrobrás, assumiu dizendo que comandará a empresa sob uma ótica empresarial, sem espaços para interferências do governo. (O GLOBO, 27/06/2016, p.15)

Dois dias depois, outra matéria sobre o tema trazia de forma tímida a reação das estatais a essa notícia. Com o título “Estados buscam apoio para as privatizações” (O GLOBO, 29/06/2016, p.22) e a linha-fina “Governos consultam BNDES sobre venda de empresas. Banco terá fundo para projetos” (Idem), a matéria segue o tom simpático aos planos de desestatização, embora traga um contraponto no intertítulo “Estatais reagem” (Ibidem).

Segundo nota oficial da EBC, “a informação de que a EBC tinha 913 funcionários em 2010 e saltou para 2564 ignora o fato de que a empresa passou a agregar a força de trabalho da TVE do Rio de Janeiro, das rádios MEC e Nacional e da Radiobrás. Desde a sua fundação a EBC manteve, com pequena redução, o número de funcionários”. A nota da EBC encerra com a seguinte informação: “E mais importante: há oito anos, pouco mais da metade (54%) eram funcionários de carreira. Atualmente esse percentual é de 94%.” (O GLOBO, 29/06/2016, p.22)

Ou seja, mais uma vez, só cabe espaço aos próprios servidores e funcionários a defesa ou contraponto à visão privatista. A falta de fontes especializadas, não diretamente implicadas na questão, induz a conclusão de que os únicos que defendem as estatais são aqueles que trabalham nelas.

Quando, naquele mesmo ano, os Planos de Demissão Voluntárias (PDV) foram promovidos em diversas estatais, não causou estranheza que as matérias de *O Globo* endossassem a legitimidade e necessidade dos PDVs. Na edição de 1 de novembro de 2016, encontrava-se notícia sob o título “EBC adotará plano de demissão voluntária para reduzir seus quadros ainda este ano” (O GLOBO, 01/11/2016, p.12), com a linha fina “Empresa tem cerca de 2.600 funcionários; avaliação é que corte 15% do total seria pouco” – segundo a “cúpula da EBC” (Idem). Na matéria não se aprofunda a motivação do PDV, justificado com a premissa de “[...] cortar excessos e renovar parte de seus quadros até o fim deste ano” (Ibidem).

No mesmo mês, os PDVs voltaram a ser pautados. O título “PDVs da crise” (O GLOBO, 21/11/2016, p.17), amparado pela cartola⁷⁷ “Ajuste nas Contas” (Idem) e a linha fina “Estatais federais já incentivaram a dispensa de mais de 21,5 mil funcionários em dois anos” (Ibidem) corroboram a visão de que a “crise econômica” – essa entidade sem personalidade ou ideologia – levou aos PDVs, bem como aos

⁷⁷ Também chamada de retranca ou chapéu, no jargão jornalístico, compreende uma ou mais palavras, usada sobre o título do texto, que definem o tema na matéria.

Planos de Aposentadoria Incentivadas. Nesse contexto, a EBC também aderiu ao corte de pessoal: “Após passar por uma política conturbada no comando da instituição, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) também já sinalizou que quer adotar um programa de demissões incentivadas.” (O GLOBO, 21/11/2016, p.17)

Além das reportagens sobre a criação ou privatização das estatais, percebemos que a visão de Estado mínimo também se refletiu de formas mais sutis em publicações sobre a EBC, sobretudo em textos opinativos. A ineficiência do Estado foi sugerida, por exemplo, logo na criação da empresa, quando a estreia do sinal digital, que deveria ocorrer junto à estreia da TV Brasil, foi adiada devido à burocracia alfandegária. A ideia de falta de planejamento e ineficiência foi destacada no intertítulo da matéria principal: “Equipamentos novos estão presos na alfândega” (O GLOBO, 2/12/2007, p. 11).

A ideia de ineficiência – sendo esse outro argumento clássico da retórica pró-Estado mínimo – seguiu sendo percebida em publicações dos anos posteriores. Um exemplo é a edição de 7 de julho de 2012, quando a coluna “Panorama Político”, de Ilmar Franco, trouxe na nota “Uma história de sabotagem” a acusação de que terceirizados da EBC eram suspeitos de sabotar uma das transmissões da empresa, quando já estavam prestes a serem demitidos, devido a contratação de profissionais recém-concursados (O GLOBO, 07/07/2012, p.2). Quanto a questões técnicas, no mês seguinte, a também colunista Patrícia Kogout lançou a nota “Promessa é dívida”, em que sugeria a ineficiência da empresa ao problematizar a baixa qualidade do sinal da TV Brasil no Rio de Janeiro, a despeito da promessa do então diretor-geral Eduardo Castro de que esse problema seria resolvido (O GLOBO, 13/08/2012, p.8).

Mas as acusações sobre a suposta ineficiência da EBC ficaram ainda mais frequentes durante o Governo Temer, até mesmo como forma de legitimar o sucateamento da empresa que vinha sendo colocado em prática. Um dos argumentos que legitimaria o fim da estatal seria a sua irrelevância, a qual, *O Globo* sugere ser reconhecida até mesmo pela ex-presidenta Dilma Rousseff, como pode-se observar nessas duas notas da coluna de Jorge Bastos Moreno:

Dilma e a televisão que dá traço

A presidente afastada, Dilma Rousseff, nunca escondeu seu pouco apreço pela EBC, cujo comando hoje é um dos motivos de polêmica entre os petistas/dilmistas e o grupo do presidente Michel Temer. Poucas semanas antes de ser afastada, a

presidente ligou para o então ministro-chefe da AGU, José Eduardo Cardozo. Impaciente pela demora com que ele foi encontrado, ela lhe perguntou:

- Cardozo, onde você está?
- Agora, estou na EBC, presidenta.
- O que você tá fazendo aí? Sai daí, preciso de você aqui.
- Estou dando entrevista.
- Que perda de tempo. Sai daí Cardozo. Aí é traço! Traço!

Na última quinta-feira, Dilma deu uma entrevista de uma hora e quatro minutos para a TV “Traço”.

Para dizer, entre outras coisas, que foi vítima de um golpe. O programa foi gravado com apoio logístico do governo que a substitui interinamente, até decisão do Senado.

Fim da EBC

Aliás, a desimportância que Dilma dá à EBC é um dos raros pontos que a unem ao governo Temer, que já encomendou um estudo para a extinção da empresa. Dentro do governo, os mais ferrenhos defensores dessa tese são os ministros Geddel Vieira Lima e Moreira Franco. Por isso, essa já é uma questão dada praticamente como decidida. (O GLOBO, 11/06/2016, p.03)

Além da baixa audiência, a baixa qualidade técnica do sinal da TV Brasil do Rio também foi título de texto da coluna de Nelson Motta: “A imagem borrada de uma era” (O GLOBO, 10/06/2016, p.17). Além de aludir a falta de nitidez da imagem ao fim do governo petista, Motta defende que a TV Brasil remete ao passado da televisão brasileira: “... tela de manchas e borrões em cores esmaecidas que remetem à TV dos anos 80.” (Idem).

A má gestão na EBC é outra máxima da visão neoliberal sobre as empresas estatais que foi sugerida de forma recorrente em diversas publicações – desde matérias até notas de colunistas e demais opinadores - do jornal durante o Governo Temer. O termo é a palavra-chave na notícia “Governo vai alegar má gestão na EBC para tentar reconduzir Rímoli” (O GLOBO, 08/06/2016, p.8), com a linha-fina “Recurso ao Supremo vai mostrar déficit de 94,8 milhões e questionar contrato”. A matéria, no entanto, não explica a origem desse déficit – uma vez que a empresa é classificada como dependente do Tesouro Nacional, assim sendo, sugere-se que o déficit nas contas deve ter origem no não cumprimento do orçamento anual previsto para o período. Não se menciona, em contrapartida, que dois terços de recursos oriundos do Fistel – um montante que em 2017 representava em valores corrigidos R\$ 2 bilhões

de reais, encontravam-se embargados, desde 2009, devido a um processo movido pelas empresas de telecomunicações⁷⁸.

Dias depois, reforçando a premissa da má gestão, a coluna de Ancelmo Gois lançou nota denunciando que as unidades da EBC no Alto da Boa Vista e na Penha, no Rio de Janeiro, sofreram corte de luz da empresa Light, o que tirou do ar na cidade a Rádio MEC, a Rádio Roquette-Pinto e a TV Brasil. A Light, por sua vez, alegou que o corte ocorreu devido a “deficiências técnicas das instalações internas do cliente, interferindo diretamente na rede da Light” (O GLOBO, 10/06/2016, p.12).

A má gestão foi sugerida, ainda, em crítica à programação da EBC, em nota da coluna de Artur Xexéu, quando o mesmo comentou o já mencionado celeuma em torno do uso dos termos “presidenta” e “presidente” para se referir à Dilma Rousseff:

O presidente afastado baixou uma norma exigindo que Dilma fosse chamada “presidente”. Quando o presidente em exercício retomou, baixou outra norma exigindo que Dilma voltasse a ser chamada de “presidenta”. Por mim, enquanto ela continuar sendo chamada de “afastada”, está tudo bem. O problema é qualquer governo manter a TVE com essa programação medíocre. (O GLOBO, 12/06/2016, p.8)

Essa coluna foi destacada com chamada de capa, em que a crise da EBC foi vista como reflexo da crise do Estado: “A EBC vive um momento que espelha a situação do país” (O GLOBO, 12/06/2016, capa).

Também pode-se apreender que a EBC está sendo mal gerida em notas opinativas como as da colunista Patrícia Kogout. Em edição de 29 de junho de 2016, Kogout defende que a crise na EBC tinha “efeito cascata” prejudicando produtoras independentes com contratos afetados por cortes em quatro programas da TV Brasil: *Samba na Gamboa; Segue o som; Expedições e Revista do Cinema Brasileiro*. Além de deixar as produtoras sem recursos, a colunista acusa a empresa de calote de 76 mil, em cota do evento Rio Content Market. Dá-nos a impressão de que antes da crise, acusava-se a EBC de sustentar um funcionalismo “aparelhado” e ineficiente, em uma empresa desnecessária e irrelevante. Mas quando o “enxugamento” das contas da estatal atingiram parte do setor privado do audiovisual, a EBC foi posta como “vilã”

⁷⁸ Sobre o tema, consultar as notas taquigráficas da audiência pública acerca da arrecadação e utilização do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e contribuições para o fomento da radiodifusão: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/5865>

mais uma vez, mas agora pela razão oposta. Essa contradição se reflete na nota a seguir, da mesma colunista.

República

Mesmo no meio de uma crise e com produtoras reclamando de falta de pagamento, a EBC fechou um negócio. Eles compraram os direitos de exibição da segunda temporada de “República do Peru”, da Flora Filmes. O contrato foi de R\$ 67.200,00. (O GLOBO, 21/07/2016, p.5)

A partir de 2016, é quando se percebe maior ocorrência de publicações que pautavam a má gestão na EBC. Ainda que essa ideia já estivesse presente em edições mais antigas do jornal, como na notícia, de 2011, que problematizava: “Suspensão de concursos preocupa” (O GLOBO, 10/02/2011, p. 4). Esse era o título de um box que acompanhou a matéria intitulada: “Com medidas, Dilma aperta o cinto que Lula ajudou a afrouxar” (Idem).

Sobre o impacto dessa medida na EBC, o box da reportagem trazia o posicionamento da diretora-executiva da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursados (Anpac): “Maria Thereza lembra que órgãos como a Empresa Brasileira [sic] de Comunicação (EBC) só tem terceirizados e pretendia realizar concurso este ano para contratar de 300 a 400 funcionários, entre jornalistas, técnicos e profissionais de nível superior em diferentes áreas.” (O GLOBO, 10/02/2011 p.4). Ou seja, problematizava-se o alto índice de terceirização, dando voz à representante do funcionalismo público. No entanto, na matéria principal, sugeria-se que esse funcionalismo vinha gozando de privilégios concedidos por Lula visando apoio eleitoral entre essa classe de trabalhadores.

Os acordos fechados com as lideranças do funcionalismo e com as centrais sindicais nos últimos dois anos de mandato do presidente Lula turbinaram as despesas com pessoal e benefícios previdenciários, como também garantiram apoio entusiasmado à candidata do PT e de Lula, Dilma Rousseff, nas últimas eleições. (O GLOBO, 10/02/2011, p.10)

Em outras edições, a retórica privatista se dava em torno do tema do “alto custo da máquina pública”. Em matéria noticiosa da edição de 28 de junho de 2012, que abordava os vencimentos de ministros que estavam acima do teto, na ocasião, a EBC foi mencionada, uma vez que a então ministra da Comunicação Social, Helena Chagas, estava na lista de ministros que ganhavam acima do teto devido aos jetons de integrante do Conselho Curador da empresa. Se nessa matéria sobrepõe-se a impressão de que a valorização do funcionalismo tem um custo alto para o governo,

em novembro do ano anterior, a saída de Tereza Cruvinel do cargo de diretora-presidente da EBC, em conflito com membros do Conselho Curador, dava-nos a impressão de que além de “cara”, a gestão da máquina pública é ainda caracterizada por seus conflitos e controvérsias (O GLOBO, 01/11/2011, p.2) – o que dialoga com as categorias de análise já mencionadas.

Como último exemplo elencado nessa temática, citamos uma nota publicada na página de cartas dos leitores. É de se esperar que periódicos privilegiem a publicação das opiniões de leitores que corroboram a visão do veículo, porém, a nota desse leitor, em especial, parece sugerir que o trabalho “pedagógico” de uma década de publicações críticas à EBC, entre outras estatais, “fez escola”, promovendo, com sucesso, a cartilha do Estado mínimo entre os seus leitores.

Desperdício de dinheiro

Um governo interessado em extinguir gastos não pode deixar de dar fim a dois cabides de emprego: a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), criada para elaborar estudos sobre o trem de alta velocidade (TAV), obra que o bom-senso fez excluir da etapa de execução. A primeira emprega 2.654 pessoas, e seu gasto em 2015 remontou a R\$ 547,6 milhões! A segunda, com 168 funcionários, ociosos, detém orçamento de R\$ 83 milhões. Quanto desperdício de dinheiro público.

Walter Gonçalves, Rio (O GLOBO, 4/07/2016, p. 13)

No conjunto de publicações analisados com essa temática, percebe-se que a ideia de Estado mínimo teve como principais argumentos a ineficiência, a má gestão e os altos custos de pessoal nas estatais – entre elas a EBC. De forma geral, essas empresas foram retratadas como infladas, por vezes deficitárias e, como supracitado, ineficientes. Conclui-se disso que o Estado não é bom gestor ou produtor, devendo desempenhar na economia – e aqui destacamos o mercado de notícia e entretenimento – nenhum ou um mínimo protagonismo. Outra “evidência” que reforçaria essa visão seria a ocorrência de casos de corrupção, tema recorrente nas publicações que analisamos a seguir.

3.1.4 Denúncias de Corrupção

Em que pese já tenhamos citado ou mencionado inúmeras matérias que sugeriram ilicitudes na EBC, a temática “Denúncia de Corrupção” é a menos

representativa de nossa análise. Das 112 edições, apenas sete continham publicações em que suspeitas de corrupção foram especificadas com mais embasamento ou foram apuradas devidamente pelos órgãos competentes.

Considerou-se, inclusive, a hipótese de não segregar esse tema, uma vez que essas publicações também parecem tangenciar as categorias já elencadas, podendo ser incorporadas a elas. No entanto, optou-se por manter uma temática de análise dedicada exclusivamente às publicações que abordaram denúncias explícitas de corrupção, mencionando de forma direta qual seria o ilícito e quem seriam os envolvidos. Nas matérias em que o termo “corrupção” não estava diretamente designado, usamos como definição para o enquadramento nessa temática o que preconiza o verbete do dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001):

Corrupção: ato, processo ou efeito de corromper [...] 4 ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia, ger. com oferecimento de dinheiro; suborno <usou a c. para aprovar seu projeto entre os membros do partido> 5 emprego, por parte de grupo de pessoas de serviço público e/ou particular, de meios ilegais para, em benefício próprio, apropriar-se de informações privilegiadas, ger. acarretando em crime de lesa-pátria <é grande a c. no país> 6 JUR disposição apresentada por funcionário público de agir em interesse próprio e/ou de outrem, não cumprindo suas funções, prejudicando o andamento do trabalho, etc.; prevaricação. (HOUAISS, 2001, p.848)

Algumas das publicações que analisamos aqui – a maior parte delas – tratam de notícias de denúncias investigadas no Judiciário. Assim, parece-nos pertinente manter essa temática a parte das demais para discriminar as publicações que apenas sugerem que há problemas na empresa – aparelhamento, conflitos de interesses públicos e privados, ineficiência – daquelas que apuravam investigações sobre suspeitas de corrupção. A assimetria entre o volume de matérias que se enquadram nas categorias anteriores em comparação com essa última fortalece a tese aqui proposta de que a visão patrimonialista sobre o Estado é mais bem aparada pela retórica anti-Estatal que pelos eventuais desvios do mesmo.

Em 2010, encontramos quase a totalidade de denúncias de corrupção envolvendo a EBC. Ao todo foram cinco edições com publicações dedicadas ao tema. As denúncias – visto que naquele momento não havia condenações sobre a empresa – também poderiam se enquadrar, como veremos adiante, na temática “aparelhamento”.

No mês de março, por exemplo, encontramos notícia sob o título “EBC contrata jornalista por 1,2 milhões” (O GLOBO, 12/03/2010, p. 9), com a linha fina “Empresa alega que produção de 52 programas não precisava de licitação” (Idem). A matéria versa sobre a produção do programa *brasilianas.org*, a partir de contrato com o jornalista Luís Nassif, e traz a versão da EBC sobre o caso de inexigibilidade de licitação, usado nesse tipo de contratação. Porém, enfatiza suposta postura “chapa-branca” de Nassif sobre o Governo: “O jornalista mantém um blog, no qual discute temas da atualidade. Recentemente minimizou as críticas recebidas pelo presidente Lula pela comparação feita entre presos políticos em Cuba e presos comuns.” (O GLOBO, 12/03/2010, p.9).

Nesse caso, a denúncia foi feita pelo periódico e não repercutiu, naquele momento, e nem veio a repercutir em decorrência dessa matéria, em uma investigação criminal sobre as suspeitas levantadas. No dia seguinte, uma nota da assessoria de comunicação da EBC foi publicada na página de “Cartas dos Leitores”. Para além do equívoco em publicar uma nota oficial em espaço destinado a leitores, claramente, percebe-se que a visibilidade da denúncia foi superior ao do direito de resposta.

No mês seguinte, o contrato de outro programa da EBC, o “Nova África” também aparecia nas páginas de *O Globo* sob suspeição, dessa vez não pela ausência de licitação, mas pelos valores da mesma, referentes ao seu contrato de aditivo, cuja fonte principal da denúncia foi um participante da licitação que não havia sido contemplado. A notícia trazia o título “TV Brasil: programa de R\$ 2,6 milhões” (O GLOBO, 5/04/2010, p.4) e a linha fina “Contrato teve aditivo de R\$ 494,7 mil” (Idem) dando a entender que há uma conduta suspeita. E como já mencionado, no corpo da matéria, a única fonte que ampara essa percepção é um dos perdedores do processo licitatório. A presença de contraditório se dá com as aspas da então diretora de jornalismo da EBC, Helena Chagas. Já Luiz Carlos Azenha, jornalista responsável pelo programa contratado, é retratado com ênfase na sua orientação política à esquerda. Mais uma vez, não havia um processo em curso para apuração da denúncia antes ou depois da publicação.

Em outras denúncias de corrupção que ganharam repercussão em *O Globo*, refere-se a investigações que haviam sido judicializadas. Como nos exemplos da suspeita de propaganda política antecipada, noticiada em julho de 2010, e da denúncia de fraude em licitação, noticiada em setembro do mesmo ano, que

problematizava condutas investigadas por órgãos como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

No primeiro caso, a notícia publicada no periódico trazia como título “Procuradora pede gravações de Lula” (O GLOBO, 16/07/2010, p. 9), amparada pela linha-fina “Sandra Cureau quer investigar se presidente cometeu abuso de poder político ao citar Dilma em eventos oficiais” (Idem). O corpo da matéria traz que foi solicitado à “EBC e a emissoras privadas” (Ibidem) que entregassem gravações de eventos onde Lula supostamente fez menções indiretas à então candidata Dilma Rousseff. Apenas a EBC é nominada nesse contexto de suposta irregularidade, não se menciona quais outras emissoras privadas também deveriam entregar suas gravações. Ainda que o então presidente do PT, José Eduardo Dutra, seja ouvido em defesa de Lula, o fechamento da matéria menciona depoimento do então presidente do PSDB:

- Essa forção de barra do Lula em falar da Dilma é sintomática. Caso contrário, ele não estaria apelando desse jeito. O certo é que, toda vez que o presidente se afasta da candidata do PT, seu desempenho nas pesquisas cai.

O tucano criticou ainda os recuos do PT e de Dilma sobre seu programa de governo:

- O PT não tem coragem de assumir seus compromissos com o MST e sua política de invasões, e em relação a proposta de controle da mídia. (GUERRA, Sérgio apud O GLOBO, 16/07/2010, p. 9)

Após essa publicação o caso não foi mais mencionado pelo jornal naquele ano.

Além dos exemplos já mencionados, destacamos, por fim, o caso de suspeita de corrupção na EBC que teve maior repercussão entre os analisados, a denúncia envolvendo a contratação da Tecnet. A licitação da EBC que viabilizou o contrato com a Tecnet foi questionada uma vez que Claudio Martins, filho do então ministro e presidente do Conselho Curador da EBC, Franklin Martins, atuava na terceirizada. Essa notícia foi manchete principal de capa na edição de 23 de setembro de 2010.

Figura 8 – Manchete de capa edição de *O Globo*

oglobo.com.br

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1955) RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2010 • ANO LXXXVI • Nº 28.171 ROBERTO MARINHO (1934-2002)

Eleições 2010

Dois novos casos com parentes atingem o Palácio do Planalto

EBC sabia que filho de ministro Franklin Martins trabalhava em empresa contratada



• Mais dois casos engordam a lista de parentes de funcionários do governo ligados a contratos e cargos públicos. Subordinada ao ministro da Secretaria de Comunicação, Franklin Martins, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que administra a TV Brasil, contratou por R\$ 6,2 milhões, numa licitação-edição, de 15 dias, a Tecnet, empresa na qual o jornalista Cláudio Martins, filho do ministro, trabalhava como representante comercial. Franklin já era ministro quando o filho entrou na Tecnet. A EBC admitiu que, quando leiloou o contrato, sabia que Cláudio era funcionário da empresa, mas não viu conflito de interesses, nem consultou a Comissão de Ética. O ministro negou irregularidades ou pressão no processo. Mas disse que houve "celeridade" para não perder prazos. Num exemplo de nepotismo cruzado, a chefe de Casa Civil Erenice Guerra e o presidente dos Correios, David José de Matos, fizeram dobradinha: Erenice contratou a filha de Matos — agora esonerada —, enquanto o irmão de Erenice tinha cargo comissionado na Novacap, empresa do governo do DF da qual Matos foi secretário. **Páginas 3 a 10**

JORGE LORENZETTI (de óculos escuros), um dos petistas emolvidos no escândalo dos apadrados, volta ao Palácio do Planalto, onde visitou o ministro Alexandre Padilha

Fonte: O Globo, 23 de setembro de 2010, capa.

A manchete, ao trazer a comparação com outras denúncias de nepotismo, traz um tom naturalizador para o caso. Além da capa, a notícia repercutiu nas páginas 3, 4, 9 e 10 dessa edição. Na página 3, o título era generalista ao tratar o problema do nepotismo, adjetivando o Brasil como “A República dos Filhos” (O GLOBO, 3/09/2010, p.3). Tem-se uma matéria de página inteira onde a suspeita de favorecimento da empresa onde atuava o filho do então ministro é contraposta com o caso de nepotismo “cruzado”, envolvendo a então ministra da Casa-Civil, Eunice Guerra, e o então diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Davi José Matos, o que traz um contexto de naturalização da conduta irregular para a situação exposta. Lula é mencionado como displicente ao demonstrar “bom humor” e não tocar no tema em reunião com o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos.

Na página 4, ao lado, tem-se a coluna de Merval Pereira, na qual, sob o título “Tempos Petistas” (O GLOBO, 23/09/2010, p. 4), o jornalista compara um ato de militares em prol da liberdade de imprensa com o evento de centrais sindicais contra a manipulação na mídia, concluindo que haveria uma inversão de papéis entre esses agentes políticos no governo Lula.

Ao lado da coluna de Merval Pereira, a reportagem sobre a contratação da Tecnet pela EBC enfatiza o nome do então ministro supostamente envolvido “Franklin e EBC negam favorecimento no contrato” (O GLOBO, 23/09/2010, p. 4). Já a linha-fina enuncia “Ministro se diz indignado com denúncia que envolveu seu filho e governo” (Idem). Em box, na mesma página, descobrimos no corpo do texto – não no título como na matéria principal – que o dono da empresa suspeita de contrato irregular é também proprietário da emissora Rede TV!.

Já na página 9, dessa mesma edição, o destaque era para a então candidata Dilma Rousseff, no título “Dilma: silêncio sobre denúncia na EBC” (O GLOBO, 23/09/2010, p. 9) e na linha fina “Sem comentar caso, candidata defende a demissão de servidores contratados por critério de parentesco” (Idem). Na página ao lado, mais uma matéria noticiosa sobre o tema, dá a entender que houve conduta suspeita no processo licitatório: “EBC usou brecha para acelerar a licitação” (O GLOBO, 23/09/2010/ p. 10). O texto não contém muitas informações adicionais ao que já havia sido publicado, segue-se, por exemplo, sem mencionar o cargo ocupado por Claudio Martins na Tecnet.

Ainda na página 9, é digno de nota, que se encontra matéria sobre a denúncia de nepotismo nos Correios, já mencionada em correlação com o caso da contratação da Tecnet pela EBC. E o título dessa outra matéria ressalta algumas das principais palavras de ordem do patrimonialismo: “Além do aparelhamento, a ineficiência” (O GLOBO, 23/09/2010/ p. 10). Em que pese essa pauta seja a única em que a EBC recebeu uma capa em *O Globo*, não foi possível encontrar a repercussão do caso. De maneira que o desdobramento teve menos repercussão e importância que a denúncia.

Nesse mesmo ano, como já mencionado, foram noticiados casos de suspeitas de uso indevido da EBC para o favorecimento da campanha eleitoral de Dilma Rousseff em eventos com a presença do presidente Lula (O GLOBO, 7/04/2010, p.13; O GLOBO, 26/03/2010 p.14).

Já no segundo mandato do Governo Dilma, duas outras notícias sobre denúncias de corrupção mencionaram a EBC de forma indireta. Foi o caso de uma

das publicações da série de reportagem “Escândalos em série”, de 2015. Em novembro daquele ano, uma edição abordava que o superintendente recém indicado da EBC, Manoel Araújo Sobrinho, até então chefe de gabinete da Secretaria de Comunicação (Secom), havia sido acusado de corrupção na delação de Ricardo Pessoa, da UTC (O GLOBO, 2/11/2015, p. 5).

No ano seguinte, em 2016, já durante o Governo Temer, novamente foram pautadas suspeitas em contratos da empresa. Na ocasião, o cineasta Sílvio Tendler era investigado pelo Ministério Público pelo recebimento de R\$ 1,4 milhões da EBC para a produção dos documentários “Advogados contra a Ditadura” (2014) e “Os militares da democracia” (2014). Na nota do colunista Ancelmo Gois, tomou-se partido do cineasta, embora com o dubio título “Filme triste” (O GLOBO, 26/12/2016, p.10), em que enfatizava a declaração do advogado de Tendler, que defendia o “notório saber” do cineasta que produziu “mais de trinta filmes abordando personagens importantes da nossa história” (O GLOBO, 26/12/2016, p.10). Por fim, as suspeitas levantadas sobre o contrato do jornalista Sidney Rezende (O GLOBO, 21/05/2016, p.8), pautada em edição que citamos na temática “Aparelhamento” também podem ser passíveis de se analisarem enquanto “denúncias de corrupção” embora a apuração não avance em desdobramentos jurídicos ou novas reportagens.

De maneira que percebemos que as denúncias de corrupção, além de pouco representativas diante do volume de publicações analisados, também não foram dignas de uma apuração mais contundente no jornal. As investigadas perpetradas por órgãos competentes não repercutiram para além da instauração dos processos; enquanto que as denúncias de ilicitude sugeridas pelo próprio periódico também não de desdobraram em matérias investigativas de peso.

* * *

Ao contrário de romances, pesquisas históricas, livros-reportagens, entre outros gêneros de publicações, os periódicos, sobretudo os jornais diários, não pretendem apresentar uma narrativa coesa e coerente sobre os temas ali abordados. Pelo contrário, o que se propõe é a cobertura – em tempo real – de informações atualizadas sobre temas de relevância que sejam aderentes a critérios mínimos de noticiabilidade. O que não quer dizer que o conjunto de publicações sobre um

determinado assunto ou instituição, ao longo de determinado período, não possa refletir em alguma coesão ou coerência narrativa acerca do mesmo.

É o que observamos nessa análise do material publicado sobre a EBC, entre 2007 e 2016, quando podemos afirmar a prevalência, em *O Globo*, de uma narrativa em que a empresa aparece como um instrumento de aparelhamento; atuando de forma conflituosa entre os interesses públicos e privados; como um exemplo típico da necessidade de um Estado Mínimo e, por fim, como um ambiente permeado de atos ilícitos e de corrupção.

Quanto a ideia de aparelhamento, ela se deu, sobretudo, por meio de notícias ou textos opinativos sobre suspeitas de propaganda do governo petista, usando a máquina pública por meio da EBC; ou sobre indícios de contratação irregular de jornalistas de esquerda pela empresa, entre outras pautas já elencadas. Constata-se, ainda, uma flagrante polarização política na forma de retratar oposição e empresariado, enquanto liberais e libertários, em detrimento do governo petista e dos servidores públicos, como autoritários e aparelhados, respectivamente.

A EBC foi retratada ainda como o cenário de disputas entre interesses públicos e privados, sejam eles os do interesse público do cidadão, em choque com os interesses privados de agentes públicos; seja ele os interesses do setor público em choque com os do setor privado, sem que houvesse uma contextualização maior de quem é esse setor privado brasileiro – em especial o da radiodifusão – e quais os seus interesses. Em *O Globo*, quando esse empresariado se encontrou em divergência com o poder público, as medidas do poder público simplesmente ganharam o adjetivo de “polêmicas”, sem que se contextualizasse o porquê ou para quem seriam controversas.

Também o tom de denúncia sobre a criação excessiva de estatais, ineficiência, má gestão e alto custo do setor público fez parte da narrativa sobre a EBC. Sendo a empresa contextualizada a partir de um cenário no qual as estatais e sua interferência no setor econômico são danosas por excelência e merecem cautela, corroborando com a defesa do Estado mínimo

Por fim, o destaque a casos de denúncias de corrupção na EBC parece corroborar as temáticas de análise precedentes, a partir das quais, pode-se concluir que a EBC é só mais caso de “dolo anunciado”, uma vez que a atuação irregular e corrupta se torna mais que uma realidade, mas um imaginário do Estado brasileiro. E a mobilização desse imaginário – amparado pelos conceitos-ideários de

patrimonialismo e neoliberalismo – serve aos interesses do empresariado da radiodifusão nacional, em especial, aos da família Marinho, dona do impresso que analisamos e de um conglomerado de mídia que pode e, como a nossa análise nos permite observar, usa seus veículos para formar a opinião pública.

CONCLUSÕES

Em uma mídia monopolizada por poucos grupos empresariais, como é a mídia brasileira, sobretudo no que diz respeito à influência do Grupo Globo, a emergência de uma rede pública de radiodifusão oferece meios para que o Estado contraponha a legitimidade do poder simbólico construído por esse grupo em quase cem anos de atuação. Entendemos que a consolidação do Grupo Globo, ou de qualquer outro gigante do setor, não depende apenas do acúmulo de poder econômico e social. A nível simbólico, o poder exercido também precisa ser legitimado. O capital simbólico, como já afirmamos, é aquele que advém da transmutação das diferentes formas de capital – econômico, cultural e social –, sendo o produto de um trabalho de dissimulação, transfiguração, eufemização da violência das relações de força, fazendo-se ignorá-las ou reconhecê-las enquanto poder simbólico (BOURDIEU, 2010). Ele serve, desta forma para a legitimação de uma determinada ordem, nesse caso, do monopólio do sistema comercial sobre o espectro eletromagnético brasileiro.

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os poderes dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas” segundo a época) tende sempre colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2010, p. 12)

Assim, não é acaso, ou sintoma da visão de um ou outro profissional de *O Globo*, o fato de que a EBC foi retratada, nas páginas do jornal, no período analisado (2007-2016), como um exemplo típico do Estado patrimonial, ineficiente e aquém das empresas comerciais que atuam no mesmo setor. Esse discurso legitima a ação empreendedora da iniciativa privada a partir de uma visão estereotipada do Estado, enquanto ineficaz e corrupto. Como mencionado anteriormente, os cinco principais pressupostos que ancorariam o patrimonialismo, segundo Jessé Souza (2015), são: a idealização dos Estados Unidos como contraponto crítico da situação brasileira; o homem cordial, como um ser genérico e sem classe, marcado pela inconfiabilidade e corruptividade; o uso do conceito de patrimonialismo sem vínculo com a herança

weberiana, como sinônimo da ação do homem cordial no Estado (e apenas nele); o antiestatismo e a defesa dos interesses do mercado paulista como o caminho universalizável para a nação; e, por fim, a construção de uma ideologia antipopular travestida de crítica ao populismo.

Esses pressupostos refletem-se, em grande parte, nas quatro temáticas que propomos para a análise das publicações de *O Globo* sobre a EBC. Os temas do “Estado aparelhado”, do “Choque de interesses entre público e privado” e das “Denúncias de corrupção” fazem parte desse imaginário da ação do “homem cordial” ineficiente e corrupto no Estado. Enquanto o tema do “Estado Mínimo” se ampara numa cultura do antiestatismo, que não serve apenas para a defesa do mercado paulista, como afirma Souza (2015), mas também corrobora com a atuação do Grupo Globo, gigante carioca. É desta forma que a visão patrimonialista corrobora o viés neoliberal nas notícias analisadas, onde setor privado figura como naturalmente mais apto a responder de forma eficaz às demandas da audiência e do mercado.

O porquê disso pode parecer um tanto óbvio, visto que não se poderia esperar de um grupo privado, com serviços e produtos concorrentes, uma visão elogiosa sobre a atuação da empresa pública. No entanto o “como” se constitui essa narrativa, a partir da vulgarização e manipulação de conceitos históricos e econômicos que corroboram os interesses do empresariado, é importante que seja compreendido e problematizado, uma vez que é necessária para uma autoanálise da disseminação – e até adulteração dos sentidos – de nossa produção acadêmica em História Política do Brasil Contemporâneo por meio da mídia.

Como já mencionado, há estudos do Direito Administrativo que defendem e amparam a ocorrência de um funcionalismo patrimonial a partir de obras historiográficas, de forma que ainda que não caiba ao campo da pesquisa controlar a maneira como esses conceitos são vulgarizados, é de nosso escopo a compreensão de como isso se dá e quais suas repercussões na cultura política. Sendo que “cultura”, nessa perspectiva, é entendida como “conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que formam as crenças, ideias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo, ou classe social” (FERREIRA, 1997, p.24).

Mais que notícias ou textos opinativos sobre uma empresa pública, no material analisado, observamos o reflexo de uma leitura comum sobre o passado – patrimonialista – que é evocado para legitimar uma determinada interpretação dos fatos presentes, no caso a criação e atuação da EBC. O que pode ser entendido

enquanto evocação e perpetuação de uma cultura política, a qual reflete um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por um determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2014, p.21).

Por meio das publicações analisadas na temática “aparelhamento”, temos que essa condenável prática foi recorrentemente atribuída ao viés “ideológico” das esquerdas, onde “ideológico” foi tido como antônimo de “técnico” ou até “profissional”. Como se houvesse uma maneira não subjetiva e completamente isenta de personalidade para exercer o ofício do jornalismo ou de promover a produção cultural. O aparelhamento também foi narrado, pelas páginas de *O Globo*, em notícias e textos opinativos sobre a EBC, como uma característica da atuação de esquerdas antidemocráticas e manipuladoras – sendo constantemente personificada pelos quadros do Partido dos Trabalhadores –, que visariam ocupar o lugar que supostamente pertenceria “de direito” ao “Mercado”.

Também foi constante nas publicações que abordavam a prática de “aparelhamento” a visão de que o interesse público não seria protegido por aqueles que tinham relação direta com o Estado – políticos e servidores públicos – uma vez que a atuação desses agentes se subentende como caracterizada pela falta de especialização atribuída, sociologicamente, como traço da burocracia patrimonial, e pela prática da corrupção, essa banalizada como característica “natural” do Estado brasileiro. Uma vez que a democracia estaria corrompida pelos seus maus gestores e agentes, o interesse público estaria mais bem garantido quando serviços públicos – como a radiodifusão – fossem operados de forma “técnica e especializada” pelo Mercado, uma entidade cuja menção se deu de forma não personificada e como se isenta de interesses próprios e ideologias.

No entanto, como pudemos observar no conjunto de textos analisados na temática “Choque de interesses entre Público e Privado”, o “Mercado” é um termo que designa um grupo – seletivo e numericamente minoritário – de pessoas que têm interesses, os quais buscam defender de forma velada, como se não houvesse choques e conflitos entre os seus e os interesses dos mais diversos grupos sociais. O que, na prática, acaba por eufemizar a existência da luta de classes entre quem conta com o privilégio de monopolizar os meios de comunicação e a população que, além de não possuir acesso a tais meios, tem disponível para se informar e entreter quase

que exclusivamente os poucos veículos controlados por uma minoria de mais ricos. Essa dissimulação dos interesses do empresariado foi o que se viu de forma mais intensa nas matérias que abordavam o tema da regulação da mídia, onde a liberdade para a atuação monopolizadora de grandes conglomerados de mídia era defendida como sinônimo da defesa da própria democracia. Podendo-se subentender, além de uma deturpação grosseira desse conceito em nome de seus próprios interesses, uma visão essencialmente neoliberal de democracia, onde o Estado é um empecilho e não um meio para a garantia dos direitos e das liberdades individuais dos cidadãos.

Nessas publicações também imperou a máxima da retórica tecnocrata que nos remete à já mencionada dicotomia entre o funcionalismo patrimonialista, sem especialização e/ou legitimado por laços de apadrinhamento, e o burocrático, especializado e independente. No caso das publicações que tratavam de forma negativa os funcionários da EBC, a dicotomia patente era a dos interesses escusos dos membros do Estado/EBC versus o profissionalismo e retidão dos funcionários do Grupo Globo – setor privado de mídia.

Já as publicações analisadas na temática “Estado mínimo” explicitaram a “ideologia” inerente às matérias analisadas nas demais categorias. A proeminência do Estado mínimo se mostrou enquanto uma premissa, um pressuposto das publicações que abordavam a criação, a atuação ou gestão da EBC, mesmo quando essa ideia não estava sendo diretamente defendida. Nessa temática, observamos também que a EBC foi usada frequentemente como exemplo de parte do setor estatal que foi retratado como “inflado” em relação ao setor de pessoal; ineficiente quanto a sua atuação no setor produtivo da comunicação – sobretudo pela perspectiva da baixa audiência; e deficitária, especialmente a partir do Governo de Michel Temer.

Percebe-se que Temer, por sua vez, recebeu o franco apoio de *O Globo* para a adoção de políticas desestatizantes preconizadas pela doutrina neoliberal. Entre elas, destacaram-se a repercussão elogiosa quando foram executadas ou propostas para a EBC, e para outras estatais, medidas como cortes de gastos, quebras de contratos públicos, Planos de Demissão Voluntárias e Programas de Aposentadoria Incentivada, e, por fim, programas de privatização. A partir do momento em que se retratavam as estatais como um problema, um entrave para a boa gestão pública, podia-se depreender que o Estado não sabe gerir nem produzir com a eficiência e eficácia do Mercado.

Por fim, as matérias que abordavam “Denúncias de Corrupção”, além de serem pouco representativas perante o quantitativo de publicações analisadas, exploravam denúncias de desvios seguindo uma tendência de naturalizar a ocorrência de atos de corrupção nas empresas estatais e no Estado como um todo. Nas publicações que sugeriam desvios na EBC, como no caso da TecNet, observou-se que, embora noticiou-se a deflagração de investigações, pouco, ou sequer, repercutiu o andamento, desdobramento ou conclusão desses casos. Isso demonstra que as suspeitas sobre a EBC foram mais “pautáveis” no momento que tinham mais força, e menos ou até não-pautáveis enquanto tais suspeitas foram apuradas – ou julgadas não procedentes - pelos órgãos competentes. Essa falta de interesse em averiguar o desfecho das denúncias sugere que o desgaste da imagem da EBC, algo de interesse do Grupo Globo, parece prevalecer sobre a apuração dos fatos, premissa básica do Jornalismo.

O que não se pôde ler nas páginas de *O Globo* – ou como se popularizou dizer “O que a Globo não mostra” - foi a história que buscamos contar no primeiro e segundo capítulos dessa tese. De início, contextualizamos a EBC em um panorama Global da radiodifusão pública e da expansão e consolidação do neoliberalismo no Brasil e no mundo. E na sequência, apresentamos as singularidades da adesão às políticas neoliberais no Brasil, para compreender em que conjuntura se deu o debate sobre a radiodifusão pública e sobre regulação da mídia no Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores e pelos movimentos sociais como o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) e o Coletivo Intervozes. Ainda nesse segundo capítulo exploramos as singularidades da instituição da Empresa Brasil de Comunicação, e quais os seus diferenciais em relação à Radiobrás.

O que concluímos do primeiro capítulo, ao abordamos exemplos de sistemas públicos de radiodifusão, é que o emprego desse conceito pode ser problemático e por vezes arbitrário. Em que pese a Radiodifusão Pública seja aquela produzida com autonomia de financiamento e independência editorial, o emprego do termo parece ainda sensível às dicotomias produzidas pela Guerra Fria, quando a mídia dos países do bloco soviético era generalizada como “estatal” e governista; enquanto os bons exemplos de radiodifusão pública são, por vezes, acriticamente atribuídos aos países da Europa Ocidental e capitalista.

Assim, essas dicotomias reverberaram na criação da EBC, uma vez que a Radiobrás, sua precursora, era tida como exemplo – e um mau exemplo – de

radiodifusão estatal. Por fim, nesse primeiro capítulo também concluímos que a previsão do sistema de radiodifusão público na Constituição de 1988 se deu em meio ao intenso assédio lobista da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT), ao *boom* de concessões de canais de rádios e TV para empresários, igrejas e políticos.

No segundo capítulo, estudou-se diversos documentos do Partido dos Trabalhadores – planos de governo, resoluções de Congressos e artigos opinativos publicados pela revista *Teoria e Debate*. Deles pôde-se concluir que a democratização da mídia esteve na pauta do PT e de seus correligionários. E que o oligopólio no setor de radiodifusão foi muito problematizado, embora, na prática, pouco combatido, uma vez que não houve a aprovação, de fato, de um novo marco regulatório para o setor durante os governos petistas na presidência do país. Quanto à noção de Radiodifusão Pública – em termos conceituais e em propostas práticas – não encontramos um debate conceitual, ou propositivo, nos documentos do partido que foram analisados, restando-nos análise da experiência empírica que representou a criação da EBC.

De maneira que os marcos legais e os estudos e análises sobre a atuação da EBC nos fornecem os maiores subsídios que temos para compreender a visão de Radiodifusão Pública que o governo petista buscou defender e colocar em prática. Ainda sobre a criação da EBC, como já mencionado, o modelo de gestão e programação da empresa refletiram uma demanda posta pela desigualdade do setor de radiodifusão brasileiro, em que a prevalência de canais de TV e rádio comerciais representam prejuízo para a garantia do direito à informação, sendo flagrante a adoção e a defesa da pauta neoliberal, pelos mesmos, a partir dos anos 1990.

Foi nessa década que as políticas neoliberais tiveram maior adesão em nosso país, sobretudo nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Sem romper com algumas características principais das políticas neoliberais – especialmente em termos de política monetária e o controle inflacionário – o neo-desenvolvimentismo dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff representou uma ruptura com os governos precedentes pelo fortalecimento e crescimento do setor estatal e das políticas sociais, entre outros. Já o governo de Michel Temer promoveu cortes de gastos, desinvestiu no setor privado e buscou pautar privatizações no setor público.

Embora a EBC tenha sido concebida para a garantia do interesse público frente ao interesse do mercado, representado pelas emissoras comerciais, a sua criação

também pode ser tida como um sintoma da visão anti-Estado, que repercute nos movimentos sociais pela democratização da mídia – atormentados pela experiência de censura de um Estado ditatorial cujo fim ainda era latente –, e ainda da visão anti-Estado de cunho neoliberal – que se observa na “cartilha” de Radiodifusão Pública proposta pela UNESCO (2000). Como grande parte – se não a integralidade – das construções sociais, a constituição da EBC é marcada por contradições, o que não nos parece diminuir a relevância da consolidação da Radiodifusão Pública para o amadurecimento da - tão frágil – democracia brasileira.

O que podemos concluir, por meio dessa pesquisa, é que o desenvolvimento de um sistema de Radiodifusão Pública no Brasil enfrenta a grande e desigual resistência do setor comercial de comunicação. Parte dessa resistência se dá por meio do uso do poder simbólico, sendo EBC constantemente invalidada e deslegitimada pela mídia comercial – no caso de nossa análise de *O Globo*, por um veículo impresso cujos donos detém controle sobre a maiores redes de TV e rádio do país. O poderio do Grupo Globo, por sua vez, evidencia o desequilíbrio da economia neoliberal, na qual: “uns poucos magnatas da mídia controlam o fluxo de notícias, boa parte das quais se torna pura propaganda.” (HARVEY, 2014, p. 93)

Como já mencionado, a ideia de notícias como propaganda ganhou ênfase no contexto das mídias digitais e de redes sociais que vêm substituindo as mídias tradicionais enquanto fontes de informação para as classes trabalhadoras. Guy Standing (2017) enfatiza a dificuldade de assimilação de informações frente às redes sociais, meios nos quais prospera o fenômeno das *fake news*: “Resumindo, o precariado sofre de sobrecarga de informação sem um estilo de vida que pudesse dar aos seus membros o controle e a capacidade de peneirar a informação que é útil da que é supérflua” (STANDING, 2017, p. 41).

Esse efeito nefasto das redes sociais parece até mesmo estar alterando uma dinâmica de forças entre a classe política e os concessionários da radiodifusão no Brasil que se consolidou durante a Nova República. O ponto de inflexão entre o poderio do Grupo Globo e a classe política parece se revelar no *impeachment* de Dilma Rousseff, quando nem mesmo as grandes fatias da publicidade oficial e manutenção dos marcos legais da radiodifusão – com a decorrente manutenção dos monopólios do setor – não foram suficientes para conter a campanha antipetista na grande mídia. Embora a gestão golpista de Michel Temer tenha sido validada por essa mesma imprensa, seu sucessor foi uma figura caricata que se colocou até o último dia

de seu governo em posição de enfrentamento ao Grupo Globo e aos outros veículos da mídia tradicional – aliando-se, apenas, à mídia evangélica e dialogando com a audiência popular do canal de TV SBT. De maneira que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro se comunicou com seu eleitorado, sobretudo, por meio das redes sociais, beneficiando-se da razão algorítmica por trás da propagação de *fake news* contra seus adversários políticos.

Do seu governo, a mídia tradicional saiu – da mesma forma que havia entrado – em grave crise financeira. O palco virtual do debate político e ideológico agora é a Internet, enquanto a TV e o rádio buscam se reinventar para sobreviver a esse novo fenômeno, em que a transmissão de conteúdo massivo dá lugar à já mencionada razão algorítmica das redes, com o efeito câmara de eco (GUESS; NYHAN; REIFLER, 2018), em que mesmo inverídicas, certas informações continuam sendo propagadas aos usuários das redes que se mostram mais simpáticos às mesmas.

Não obstante, de 1985 a 2016, vivemos – talvez alheios – o fenômeno dos presidentes-concessionários do Grupo Globo – José Sarney e Fernando Collor – que preconizaram uma era em que a televisão se impôs como meio decisivo para as campanhas eleitorais, comandadas pelos profissionais do marketing político. Num contexto em que a simpatia dos veículos da Família Marinho se mostrava decisiva para a garantia de votos. A partir das eleições presidenciais de 2018, quando o debate político esteve sob o julgo da ação dos algoritmos, ou seja, do interesse das Big Techs internacionais, nossa História Política vem sendo grandemente impactada pelo fenômeno das redes sociais.

A Radiodifusão Pública no Brasil, nesse contexto, poderia atuar para o equilíbrio de forças. Uma vez que a produção pública de notícias e entretenimento seria um importante instrumento para enfrentar, com informações de qualidade, o efeito dispersante e alienante das redes sociais. Os veículos públicos de rádio e TV poderiam até mesmo se posicionar nesses meios, como já o fazem, a exemplo das contas oficiais da EBC nas redes Instagram, X, YouTube e Facebook.

Como já elencamos sobre a crítica de Standing (2017), diante de um quadro de diminuição da capacidade de raciocínio por conta de processos complexos, por conta das redes sociais, grandes setores da população parecem mais suscetíveis a defender pautas que vão contra os próprios interesses – como a defesa da exploração privada da radiodifusão por grandes grupos – ou a sentirem-se ressentidos com setores da sociedade que acessam direitos básicos que foram perdidos por grandes

parcelas de trabalhadores precarizados. Para compreender a ocorrência de tantas publicações sobre a EBC, em *O Globo*, que criticavam o funcionalismo público, em alusão à burocracia patrimonial, vale citar mais uma vez: “Um trabalhador temporário com baixo salário pode ser induzido a ver o ‘parasita de benefícios sociais’ como alguém que obtém mais, de forma injusta e às suas custas” (STANDING, 2017, p. 41). Esse ressentimento da opinião pública com o Estado e seus agentes é cooptado para a legitimação da concentração de poder nas mãos dos empresários da radiodifusão privada.

Corroborando essa visão, Harvey (2014) entende que o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso, passando a influenciar amplamente os modos de pensamento, incorporando-se às maneiras cotidianas com que muitas pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo. Observa-se ainda que a maneira como a EBC foi retratada de forma negativa, em alusão às máximas da tese patrimonialista, durante todo o período estudado, culminando em seu desmonte em 2016, nos remete ao que Klein (2007) chamou de doutrina do choque. Os momentos de crise são usados de forma estratégica para a implantação de políticas impopulares que enfrentariam maior resistência em períodos menos turbulentos.

Por mais de três décadas, Friedman e seus poderosos seguidores tiveram perfeitamente essa estratégia: esperar por uma grande crise, para então vender partes do Estado para setores privados enquanto cidadãos ainda estivessem se recuperando do choque, para então rapidamente fazer as “reformas” permanentemente. Em um de seus mais influentes ensaios, Friedman articulou a panaceia da tática central do capitalismo contemporâneo, que eu vim a entender como a doutrina de choque. Ele observou que “apenas durante a ocorrência de uma crise, as ações que são tomadas dependem de ideias que estão por aí. Eu acredito que é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, para mantê-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável”. (KLEIN, 2007, p.7, tradução nossa)⁷⁹

⁷⁹ For more than three decades, Friedman and his powerful followers had been perfecting this very strategy: waiting for a major crisis, then selling off pieces of the state to private players while citizens were still reeling from the shock, then quickly making the “reforms” permanently. In one of his most influential essays, Friedman articulated contemporary capitalism’s core tactical nostrum, what I have come to understand as the shock doctrine. He observed that “only a crisis occurs, the actions that are taken depends on the ideas that are lying around. That, I believe, is our basic function: to develop alternatives to existing policies, to keep them alive and available until the politically impossible becomes politically inevitable”. (KLEIN, 2007, p.7)

Foi exatamente isso que o Governo Temer representou para a EBC. As medidas desestatizantes só se tornaram possíveis porque a grande concentração da mídia brasileira nas mãos de poucos empresários, a exemplo de *O Globo*, garantiu que as ideias neoliberais se mantivessem sempre “vivas” até que o “impossível” se tornasse supostamente “inevitável”.

Para além da estigmatização do Estado, esse consenso sobre a eficácia do corolário neoliberal também foi resultado da omissão de informações que seriam fundamentais para uma melhor compreensão da EBC e das contas da empresa. Não se menciona a liberação dos recursos retidos do Fistel, por exemplo, o qual deveria ser a principal fonte de financiamento da EBC segundo o estatuto da empresa (EBC, 2008). A empresa era retratada como aparelhada e deficitária, enquanto sofria com a ausência de cerca de R\$ 2 bilhões referentes aos recursos judicializados do Fistel, cuja liberação a tornariam menos vulnerável aos governos de turno e menos dispendiosa para as contas públicas.

Assim sendo, podemos afirmar que o material jornalístico (noticioso e opinativo) analisado reflete a consolidação de uma cultura política neoliberal a partir de um discurso de estigmatização do Estado, amparado por pressupostos de uma concepção de Estado patrimonialista. Embora a proposição de um sistema público possa potencialmente fugir da dicotomia “estatal x privado”, ela também se mostrou, sobretudo na já mencionada cartilha da UNESCO (2000), como um produto dessa dicotomia, uma vez que é defendida como uma proposta às limitações da radiodifusão comercial e estatal. Como se pode notar, essas “margens” parecem difíceis de serem transpostas, embora haja um debate muito fecundo na academia e nos movimentos sociais – entre eles destacamos o FNDC e o Intervozes – para que o direito à informação plural seja garantido enquanto uma premissa mesma do Estado democrático de direito.

Mas além da regulamentação do setor de radiodifusão – com ênfase no combate aos monopólios – e do fortalecimento da Radiodifusão Pública, é importante que se discuta a esteriotipação do Estado e da iniciativa privada no Brasil Contemporâneo. Um estudo como o que propomos nessa tese poderia chegar a conclusões semelhantes caso se debruçasse a notícias sobre outras empresas estatais – como a Petrobrás, por exemplo, que talvez tenha repercutido mais e mais negativamente que a EBC. No entanto, é por meio da “privatização” do setor das comunicações que o poder simbólico do “Mercado” é legitimado em detrimento da

vulgarização de visões negativas sobre o Estado. Esse fenômeno parece refletir um dos pilares de legitimação do neoliberalismo em nosso país e no mundo, e com a expansão das redes sociais, o protagonismo dos Estados diante do setor de radiodifusão será mais decisivo para o futuro do setor da comunicação. Nesse sentido, o estudo desses agentes políticos – Estado e empresas de comunicação – se faz muito pertinente para a compreensão do Brasil Contemporâneo, podendo suscitar outros estudos relevantes em História Política.

REFERÊNCIAS

- A REDE Vida. 2022. Disponível em: <https://www.redevida.com.br/a-redevida>. Acesso em: 14 out. 2022.
- ALBUQUERQUE, Antonio; CAMOLESI, Enylson. Telecomunicações: um modelo dos trabalhadores. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 37, n. 1, 03 fev. 1998. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1998/02/03/telecomunicacoes-um-modelo-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 19 nov. 2013.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In.: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. **Desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 321-353.
- BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa – 1900-2000. Rio de Janeiro: MUAD X, 2007.
- BARBOSA, Bia; VALENTE, Jonas. Concessões de rádio e TV, o que precisa mudar. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 0-0, 16 nov. 2007. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2007/11/16/concessoes-de-radio-e-tv-o-que-precisa-mudar/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BERTOTTI, Rosane. Democratização da mídia. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 110, n. 1, p. 0-0, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/debate/democratizacao-da-midia/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BRITISH Broadcasting Company
<http://www.bbc.co.uk/historyofthebbc/resources/indepth/reith_1.shtml> Acesso em: 5 out. 2012.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa. 1998.
- BIGLIAZZI, Renato. **A Constituição Domada: democracia e o Conselho de Comunicação Social**. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3201>. Acesso em: 14 out. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BORÍN, Jair. Rádios e TVs crescem com o festival de concessões. **Comunicação e Sociedade**, [s. l], n. 18, p. 19-24, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 77.698, de 27 de maio de 1976. Dispõe sobre a constituição da Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS, e dá outras providências.. **Decreto Nº 77.698/1976**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d77698.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL Lei 4.117. Institui o **Código Brasileiro de Telecomunicações**. Lex: Coletânea de Legislação Federal e Marginalia. São Paulo, v. 26, pp. 255-273.

BRASIL. Lei nº 5.070, de 07 de junho de 1966. Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.. **Lei Nº 5.070/1966**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5070.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 6301, de 15 de dezembro de 1975. Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS, e dá outras providências.. **Lei 6301/1975**. Brasília, 16 dez. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6301.htm. Acesso em: 20 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei n o 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.. **Lei 11.652/2008**. Brasília, 08 abr. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BUCCI, Eugênio. Direitos do telespectador. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 0-0, 04 fev. 1998. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1998/02/04/direitos-do-telespectador/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a Guerra entre a Chapa-branca e o Direito à Informação no Primeiro Governo Lula. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

CABRAL, Guilherme Perez; MORENO, Viviane Tavares Leite. Educação para a cidadania global (UNESCO). **Carta Internacional**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 1-25, 18 mar. 2023. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v17n3.2022.1255>. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/1255/929/6115>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CALDAS, Graça. O Latifúndio do Ar - Mídia e Poder na Nova República. In: CONGRESSO DA INTERCOM, XIX, 1996, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Intercom,

1996. p. 1-10. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/544bde042ec513a2743cdf952d7bfd43.pdf>.

Acesso em: 14 out. 2022.

CAMPELO, G. S. B. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/871>. Acesso em: 14 maio. 2024.

CARTA CAPITAL (Brasil). **Lei de Meios argentina sofre desmonte autoritário com governo Macri**. 2016. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/lei-de-meios-argentina-sofre-desmonte-autoritario-com-governo-macri/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, [S.L.], v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52581997000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/>. Acesso em: 22 set. 2023.

CARVALHO, Mariana Martins de. **Ambiguidade no Princípio da Complementaridade entre os Sistemas de Radiodifusão na CF: inoperância regulatória, crise do estado e domínio privado**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3104>. Acesso em: 14 out. 2022.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: **A crise da democracia liberal**. Zahar, 2018.

CHAGAS, Luãn José Vaz; MORAIS, Carlos Willians Jaques. Esfera Pública Midiatizada: A Formação da Opinião Pública na Distribuição de Concessões de Rádio no Brasil. In: Seminário Nacional Sociologia E Política: Releituras Contemporâneas: O Brasil Na Perspectiva Das Ciências Sociais, 6., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 1-16.

CNBB, Assembleia Geral, 24., 1986, Itaiçuba. **Por uma Nova Ordem**

Constitucional: Declaração Pastoral. Itaiçuba: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1986. 56 p.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da; FERREIRA, Camila Chaves. Concessões de Rádio e Televisão: mudanças políticas, radiodifusão e disputa das instâncias de (in)visibilidade na sociedade maranhense. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 2, n. 18, p. 38-47, ago. 2011. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/516>. Acesso em: 14 out. 2022.

CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (Brasil). Fundação Getúlio Vargas. **O Globo: verbete**. 2009. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO%2C%20O.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (Brasil). Fundação Getúlio Vargas. **Roberto Marinho: verbete**. Verbetes. 2023. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marinho-roberto>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

DEVORE, Veronica; STEPHENS, Thomas; COUCEIRO, Belén; GUO, Jie; DHIF, Kamel; THOELE, Alexander; PETROV, Igor; UEHARA, Akiko. **Onde no mundo existe a radiodifusão pública?** 2017. Disponível em: https://www.swissinfo.ch/por/ponto-de-vista-global_onde-no-mundo-existe-a-radiodifus%C3%A3o-p%C3%BAblica/43046268. Acesso em: 14 out. 2022.

FENAJ. **Proposta dos Jornalistas à Sociedade Civil**. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 1991.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano 5 O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 quinta república (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Cap. 2. p. 27-71.

FOLHA DE SÃO PAULO (Brasil). **Grupo Clarín pode se beneficiar de mudança em lei de mídia na Argentina**. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1724671-grupo-clarin-pode-se-beneficiar-de-mudanca-em-lei-de-midia-na-argentina.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2015.

FORBES. **Profile Roberto Irineu Marinho**. 2023. Disponível em: <https://www.forbes.com/profile/roberto-irineu-marinho/?sh=622a772b7cd3> . Acesso em: 10 jul. 2023.

FUENZALIDA, V. **Situación de la televisión pública en América Latina**. Lima, Felafacs, Diálogos de la comunicación, nº 53, Dezembro, 1998.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (São Paulo). Partido dos Trabalhadores (comp.). **Website**. 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/> . Acesso em: 25 out. 2023.

GENUÍNO, José. Democratizar a mídia, uma tarefa urgente! **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 111, n. 1, p. 0-0, 18 abr. 2013. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2013/04/18/democratizar-a-midia-uma-tarefa-urgente/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere - Introdução ao Estudo da Filosofia**. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere** - Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 394 p. v. 4.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, v. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GLOBO (Brasil). **Grupo Globo**. 2023. Site Institucional. Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUESS, Andrew; NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. Selective exposure to misinformation: evidence from the consumption of fake news during the 2016 U.S. presidential campaign. Disponível em: <http://www.dartmouth.edu/~nyhan/fake-news-2016.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**: "sim, eu uso o poder". 14. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1991. 300 p.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**, 1914-1991. São Paulo. Cias das letras, 1995.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 31, n. 2, p.238-248, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572011000200004>. Acesso em: 07 maio 2023.

JACOBY, Russell. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JINKINGS, Ivana Cleto, Murilo; Doria, Kim (orgs.). **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

KEHL, Maria Rita. Fogo no cerrado. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 77, n. 1, p. 0-0, 24 jun. 2008. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/estante/em-brasilia-19-horas/>. Acesso em: 20 nov. 2012.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine**: the rise of disaster capitalism. Toronto: Knopf Canada 2007.

KUNTZ FICKER, Sandra. “Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales”. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 27 mars 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>. Acesso em: 19 ago. 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Zahar, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS., Raquel A. Marra da Madeira. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. 364 p. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Políticas_Educacionais_Neoliberais_e_Escola_Publica_-_uma_qualidade_restrita_de_educacao_escolar.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venício A de. A comunicação no governo Lula. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 0-0, 20 jan. 2007. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/a-comunicacao-no-governo-lula-2/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venício A de. Renovação e cancelamento de concessão de radiodifusão. **Teoria e Debate**, [s. l], v. 72, n. 1, p. 0-0, 01 jul. 2007b. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/renovacao-e-cancelamento-de-concessao-de-radiodifusao/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venício A de. Tsunami nas comunicações. **Teoria e Debate**, [s. l], v. 70, n. 1, 01 jul. 2007c. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/tsunami-nas-comunicacoes/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venício A. de. TV Brasil: quem é contra e por quê. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 75, n. 1, p. 0-0, 01 jan. 2008. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/tv-brasil-quem-e-contra-e-por-que/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venício A de. Depois da 1ª Conferência de Comunicação. **Teoria e Debate**, [s. l], v. 84, n. 1, p. 0-0, 01 set. 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/depois-da-1a-conferencia-de-comunicacao/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venício A de. A grande mídia e o 4º Congresso do PT. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 93, n. 1, p. 0-0, 05 out. 2011. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/a-grande-midia-e-o-4o-congresso-do-pt/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venício A de. **Política de comunicações**: Um balanço dos governos Lula [2003-2010], Santos: Editora Publisher Brasil, 2012.

LIMA, Venício A. Cristina Kirchner, a mídia e nós. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 96, n. 1, p. 0-0, 20 jan. 2012b. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2012/01/24/cristina-kirchner-a-midia-e-nos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venicio A de. O tamanho do nosso atraso. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 98, n. 1, p. 0-0, 13 mar. 2012c. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/o-tamanho-do-nosso-atraso/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Venicio A de. Regulamenta, Dilma!. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 101, n. 1, p. 0-0, 11 jun. 2012d. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/o-tamanho-do-nosso-atraso/> <https://teoriaedebate.org.br/colunas/regulamenta-dilma/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LOPES, Ivonete. Política de comunicación en los planes de gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) entre 1989-2014. **Chasquichasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Equador, v. 138, n. 2, p. 333-347, ago. 2018. Semestral.

Disponível em:

<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/15790/1/REXTN-Ch138-21-Da%20Silva.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

LOPES, Ruy Sardinha. **SOCICOM DEBATE** - A comunicação pública em questão: crise na EBC. São Paulo, SOCICOM, 2016. Disponível em: Acesso em:

https://www.socicom.org.br/files/SOCICOM_EBC_baixar.pdf Acesso em: 13 maio 2024.

LOSEKANN, Cristiana. A Esfera Pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 04, p. 37-57, jun. 2009. Semestral. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3684>. Acesso em: 07 maio 2023.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997. 356 p.

MATOS, Luana. Concessão, Democracia e Cultura: O caso Sarney. In: CABRAL, Eula Dantas Taveira (org.). **Comunicação, Cultura e informação em perspectiva**. Divinópolis: Meus Ritmos Editora, 2020. p. 163-176. Disponível em:

https://www.academia.edu/50588417/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Cultura_e_Infoma%C3%A7%C3%A3o_em_perspectiva. Acesso em: 14 out. 2022.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Grupo Globo**. 2017. Disponível em:

<https://brazil.mom-gmr.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>. Acesso em: 10 jul. 2023 a.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Rede Globo**. 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/midia/detail/outlet/rede-globo/>. Acesso em: 10 jul. 2023b.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. São Paulo, UFMG, 2003 (introdução).

MOREIRA, Sonia Virgínia. Evolução das leis para radiodifusão, o caso brasileiro. In: MOREIRA, Sonia Virgínia; OTA, Daniela Cristiane (org.). ***Comunicação, mídia e cultura: Estudos Brasil-Estados Unidos**. São Paulo: Intercom, 2018. Cap. 1. p. 11-16. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/detalheEbook.php?id=57167>. Acesso em: 14 out. 2022.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia E Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica De Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2020. Semestral. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 07 maio 2023.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org.). Desafios e Possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In.: **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano 5: o tempo da nova república**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Cap. 12. p. 415-445.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz : Edições Livres, 2019. 456 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/36611>. Acesso em: 14 out. 2022.

MOYSES, Diogo; GINDRE, Gustavo; VALENTE, Jonas. TV Digital: A oportunidade perdida. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 70, n. 1, p. 0-0, 08 mar. 2007. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2007/03/08/tv-digital-a-oportunidade-perdida/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Administração Pública gerencial. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, [S.L.], n. 2, p. 119, 2 jan. 2007. Revista de Direito Administrativo and Constitucional. <http://dx.doi.org/10.21056/aec.v0i2.14>. Disponível em: <https://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/14>. Acesso em: 14 maio 2024.

O GLOBO (Rio de Janeiro). **Acervo**. 1985-1988. Busca ao acervo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/> . Acesso em: 14 out. 2022.

O GLOBO (Rio de Janeiro). **Acervo**. 2007-2010. Busca ao acervo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/> . Acesso em: 28 jul. 2023.

O GLOBO (Rio de Janeiro). **Acervo**. 2011-2016. Busca ao acervo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/> . Acesso em: 28 jul. 2023.

OLIVEIRA, Gisele Pimenta de. **O campo da Radiodifusão Pública no Brasil: disputas simbólicas e legitimidade sob a ótica da grande imprensa comercial**. 2021. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação,

Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/43041>. Acesso em: 14 maio 2024.

PT, Partido dos Trabalhadores. I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1., 1991, São Bernardo do Campo (SP). **Partido**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1991. 21 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/91_1CongressoNacional_partido.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PT, Partido dos Trabalhadores. I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1., 1991, São Bernardo do Campo (SP). **Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1991. 34 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/91_1CongressoNacional_socialismo.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PT, Partido dos Trabalhadores. II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2., 1999, Belo Horizonte (MG). **Resoluções**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 54 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/99_2CongressoNacioanl_resolucoes.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PT, Partido dos Trabalhadores. III Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 3., 2007, Porto Alegre (RS). **Resoluções**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 191 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/Resolucoesdo3oCongressoPT.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PT, Partido dos Trabalhadores. IV Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 4., 2011, Brasília (DF). **Resoluções Políticas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. 31 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/RESOLUCAO_POLITICA4CONGRESSO_versao_final_2.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PT, Partido dos Trabalhadores. V Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 5., 2015, Salvador (BA). **Caderno de Resoluções**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. 88 p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/5Congresso_-Caderno-de-Resolu%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PT, Partido dos Trabalhadores. VI Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 5., 2017, Brasília (DF). **Caderno de Resoluções**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. 88 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/VI-Congresso.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PIERANTE, O. P. **A radiodifusão pública resiste: A busca por independência no Brasil e no Leste Europeu** – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2018.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro (org.). **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta, 1996.

PORTELA JÚNIOR, Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 9-27, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74433>. Acesso em: 14 out. 2022.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta P.. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano 5** O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016 quinta república (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Cap. 3. p. 73-117.

RAMALHO, José Ricardo. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano 5**: o tempo da nova república. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Cap. 6. p. 193-217.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

REBOUÇAS, Edgard. Estratégia retórica dos “donos” da mídia como escudo ao controle social. **Libero**, São Paulo, v. 17, p. 41-49, jun. 2006. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/746>. Acesso em: 8 jul. 2023.

REBOSSIO, Alejandro. **Argentina aprova a proposta do grupo Clarín de dividir-se em seis**. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/17/internacional/1392665493_336963.html. Acesso em: 24 nov. 2023.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Theófilo Machado; SCHNEIDER, Marina. Cinco estratégias de participação política do movimento de democratização da mídia na Nova República. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [S.L.], v. 43, n. 3, p. 189-204, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-58442020310>.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018. 299 p.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Por que regular. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 55, n. 1, 1 set. 2003. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2003/09/01/por-que-regular/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SILVA, Luciana Paula Bonetti. **O jornalismo no programa de rádio A Voz do Brasil em períodos de crise política - análise de coberturas entre 1985 e 2017**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198690>. Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, Luciana Paula Bonetti. A mídia na mediação do debate político entre eleitores e candidatos: uma leitura das campanhas de Collor (1989) e Bolsonaro

(2018). In: SOLEDADE, Alisson Cruz Soledade; DAMASCENO, Natália Abreu. **As vias múltiplas do político: itinerários para uma história política**. Florianópolis: UFSC, 2020. 160 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A liberdade de radiodifusão e comunicação – Por que ficar fora do ar? **Teoria e Debate**, [s. l.], v. 04, n. 1, p. 0-0, 06 set. 1988. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1988/09/06/a-liberdade-de-radiodifusao-e-comunicacao-por-que-ficar-fora-do-ar/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé José Freire de. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como um país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Rosivaldo dos Santos. Ideologia hegemônica e contra hegemonia gramsciana: uma perspectiva filosófica. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 2, n. 3, p. 66-78, 2017. Semestral. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/158>. Acesso em: 07 maio 2023.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte. Autêntica, 2017.

STRAUBHAAR, Joseph. Brazil and corporatist soft power. In: THUSSU, Daya Kishan; NORDENSTRENG, Kaarle. **BRICS Media: reshaping the global communication order?**. London And New York: Routledge, 2021. Cap. 9. p. 159-176.

TOLEDO, Carolina Alves de. **Mídia e democracia: considerações sobre o caso brasileiro**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-03072020-155109/en.php>. Acesso em: 14 out. 2022.

TACITO, Caio. Regime jurídico das empresas estatais. **Revista de Direito Administrativo**, [S.L.], v. 242, p. 85-94, 1 out. 2005. Fundação Getúlio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/rda.v242.2005.42966>.

UNESCO. **Public broadcasting: why? how?** 2000. 29p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124058>. Acesso em: 19 nov. 2023.

UOL NOTÍCIAS (Brasil). Universo Online. **Globo 'desliga' sinal de canal na Europa para vender assinaturas do Globoplay**. 2021. Redação. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/globo-desliga-sinal-de-canal-na-europa-para-vender-assinaturas-do-globoplay-70201?cpid=txt>. Acesso em: 28 jul. 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A Programação de rádios públicas brasileiras.** Florianópolis: Insular, 2012a

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **No ar: a história da notícia de rádio no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2012b